

Geraldo Frances Fonseca Vaz

O QUE É QUE A DILMA TEM?

**Os enquadramentos da presidenta e da mulher
Dilma Rousseff**

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Belo Horizonte, setembro de 2013

Geraldo Frances Fonseca Vaz

O QUE É QUE A DILMA TEM?

Os enquadramentos da presidenta e da mulher

Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Vera Regina Veiga França

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Belo Horizonte, setembro de 2013

301.16

V393o

2013

Vaz, Geraldo Frances Fonseca

O que é que a Dilma tem? [manuscrito]: os enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff / Geraldo Frances Fonseca Vaz. - 2013.

219 f. : il.

Orientadora: Vera Regina Veiga França.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.


Inclui bibliografia

1.Comunicação – Teses.2. Rousseff, Dilma, 1947-.
3.Jornalismo – Teses. I. França, Vera Veiga, 1951-. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

O QUE É QUE A DILMA TEM?
Os enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff na mídia

Geraldo Frances Fonseca Vaz

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Vera Regina Veiga França
Orientadora - UFMG



Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques
UFMG

Profa. Dra. Maria Terezinha da Silva
UFMG



Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 09 de setembro de 2013.

À minha mãe, meu maior amor.

Ao meu pai, meu grande amigo que, hoje, vive em paz em mim.

Ao Lucas, meu príncese absoluto.

Ao Fabrício, meu irmão escolhido, presente em cada letra deste trabalho e em tantas outras da minha vida.

Agradecimentos

Antes de começar a escrever sobre meus agradecimentos, fiquei pensando no entusiasmo que tomou conta de mim ao pensar neste breve texto. O que percebo é que escrevê-los é uma oportunidade de me render a tudo que faz sentido: minhas relações de amor e amizade. É no bojo delas que qualquer projeto ou ação que empreendo tem relevância e é nelas que me sinto realizado. E o momento de agradecer é particularmente especial porque todo talento, esforço, dedicação, prazer, dor e sofrimento envolvidos no processo de realização deste trabalho se transformam, juntos, numa coisa só: gratidão. Em primeiro lugar, rendo-me – sempre me rendi, na verdade – à minha mãe, Maria, que me ensinou a cuidar do outro com entrega e desprendimento, com amor, portanto. E ao meu pai, Marinho, com quem sempre venho aprendendo a ter coragem, dignidade e honestidade comigo e com o mundo, mesmo agora, que ele está comigo de uma outra forma, na lembrança terna de tudo. Também não faria sentido este trabalho se não pudesse me render ao significado da palavra irmão: aquele que te conhece desde sempre, foi seu cúmplice nas travessuras da infância e te acompanha até o fim. Ao Márcio e ao Luiz Carlos, agradeço pelo amor franco e irremediável. E, apaixonado, agradeço a quem tão cedo não vai ler isso aqui: o meu príncipe encantado, tesouro do coração inteiro, Lucas, motivação de uma reação em cadeia de ataques de ternura e querideza! E, principalmente, de um olhar mais generoso para a infância e para o mundo.

Minha gratidão chega aos meus amigos. Fabrício, meu irmão, meu cúmplice, meu companheiro que, desde que nos conhecemos, acompanha pari passu tudo que faço, tudo que sou! Seu apoio, sua leitura atenta e sua torcida engajada foram prova de amizade pura e de um aspecto fundamental nas relações: cuidado e entrega ao outro! Jurandira, outra irmã adquirida durante a vida, com quem iniciei mais este projeto. Você é uma paz! É uma voz que, quando ouvida, aquece e acelera meu coração, um pedaço de mim onde eu me amo e me sinto bem! (como você mesma me disse um dia). Ao Moisés, outro irmão (quantos!) querido, torcedor, acolhedor, pessoa mais generosa que já vi! Danny, minha chouchouzinha mais doce, inteligente, perspicaz e torcedora de mim (e do nosso galão da massa!): obrigado pelas leituras, pela ajuda, pelo carinho e por me fazer me sentir abraçado com um simples “Bom dia, coração!” À amada Bruna: estar ao seu lado é uma alegria sem fim e contar com sua amizade um presente! Fiorenza, com sua ternura, torcida e determinação que, agora de longe, ainda é capaz de me passar tanta energia, tanto vigor e tanto amor! Roberta, uma irmã de alma, por me fazer (tão) bem! ;) Ao Ernandes, meu amigo querido e saudoso, que me

empurrou tantas vezes pra frente e me ajudou nessa reta final! À Dani Rad, amiga do tipo “pau pra toda obra”. Ao Beto, amigo, companheiro, sensível, generoso e militante de uma sociedade melhor. Ao Rodrigo, tão atencioso e cuidadoso.

Tia Dulce e Zé Marco, por terem me recebido com tanto carinho em suas vidas. À Gabi que, com suas boas vibrações, me acolhe e mostra que os caminhos podem ser mais claros do que imaginamos. E ao Dani, que nos possibilitou esse maravilhoso encontro, nos deixando de herança esse leque de relações fortes, sinceras e solidárias. E que começou comigo este projeto e, agora, de um outro lugar, o vê concluído, com certeza, ainda ao meu lado, pelo bem que nos fizemos, pela bela história que tivemos. Ao Celi, meu querido amigo, confidente e poeta, que entrou sorrateiro no meu coração, garantindo um lugar cativo! Ao Fred, amigo dedicado, obrigado pelo incentivo, pelo apoio e pelo carinho! A todos os amigos e amigas, o que posso dizer é que, se amo tanto vocês, não é porque vocês me completam, mas porque me faltam!

Agradeço também aos amigos da Assembleia, Graciane, Guilherme, Tchá Kênia, Paula, Lu, minhas chefas Clair, Vera e Luísa e ao Lúcio, pelo apoio e compreensão. Aos amigos do Gris, em especial, à Carol e à Terezinha, tão recentes e tão queridas! E ao Van e Gáudio pelo apoio na pesquisa. Agradeço também aos colegas do mestrado Eliziane, Vanessa, Felipe, Carol, Siomara, Clayton, Tatiana, Víctor, Phellipy, Eulálio, Leandro, Tiago e João. Expresso também minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação da UFMG, seus professores Carlos Alberto, Simone, Elton e Luciana que, nas atividades acadêmicas, proporcionaram trocas tão ricas. À coordenação do PPGCOM e às secretárias Elaine e Tatiane, pela generosidade e empenho em nos auxiliar no dia a dia acadêmico. Ao Márcio, mestre que se tornou amigo, por tudo que já me fez e pelas contribuições na banca de qualificação, e à Marta, que também contribuiu na qualificação com uma leitura tão cuidadosa e sugestões tão importantes.

E, por fim, agradeço à Vera, minha orientadora, minha amiga, minha inspiração de pessoa, de dignidade e de sabedoria, tanto para me ajudar a conhecer os objetos da comunicação, quanto para compreender as pessoas e a vida. Obrigado pelo exemplo que nos estimula a sempre procurar fazer o bem!

Resumo

Este trabalho visa analisar os enquadramentos propostos sobre a presidenta Dilma Rousseff pelas colunistas Dora Kramer e Eliane Cantanhêde, dos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Para tanto, elaboramos um levantamento biográfico da presidenta, desde sua infância e sua entrada em grupos de esquerda atuantes durante o Regime Militar, até sua atuação no âmbito da política formal. De maneira a traçar o contexto político que permeou sua eleição, percorremos os caminhos trilhados pelo Partido dos Trabalhadores até sua chegada à presidência, a transformação de suas bases eleitorais, o relacionamento do ex-presidente Lula com a mídia e o processo eleitoral de 2010 no qual Dilma se elegeu. Apresentamos também uma breve história da cidadania feminina no Brasil, ressaltando a luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania política e a subrepresentação feminina na esfera política. Além disso, destacamos as classificações dos gêneros jornalísticos no âmbito das principais tradições teóricas brasileiras da área e apontamos nossa compreensão dos gêneros como formas típicas de comunicação, a partir da obra de Mikhail Bakhtin. Com base no conceito de enquadramento desenvolvido por Erving Goffman, desenvolvemos a análise das avaliações da presidenta feitas pelas jornalistas, bem como da forma pela qual Dilma é posicionada em situações e contextos específicos. Dessa forma, pretendemos compreender de que maneira as jornalistas forjam quadros de sentido nos quais Dilma é posicionada e as perspectivas ideológicas e políticas que sustentam os enquadramentos propostos em suas colunas.

Palavras-chave: Dilma Rousseff, enquadramento, política, feminismo, jornalismo político, gêneros jornalísticos, Lula.

Résumé

Ce travail a pour objectif l'analyse des cadrages proposés par les journalistes Dora Kramer et Eliane Cantanhêde (des journaux *Estado de S. Paulo* et *Folha de S. Paulo*, respectivement) par rapport à la présidente brésilienne Dilma Rousseff. Pour cela nous avons procédé à une recherche biographique de la présidente brésilienne, depuis son enfance, en passant par son action dans les groupes de gauche d'opposition à la junte militaire (1964 à 1982) jusqu'à son positionnement politique formel. Afin de retracer le contexte politique qui a permis son élection, nous avons analysé les choix politiques de son parti, le Parti de Travailleurs, son élection à la tête du Brésil, la transformation de ses bases électorales, sa relation avec l'ex-président Lula par rapport aux médias et jusqu'au présidentielles de 2010 pendant lesquelles Dilma a été élue. On présentera également une brève histoire de la citoyenneté féminine au Brésil, mettant en avant l'engagement des femmes pour le développement de la citoyenneté féminine dans le paysage politique brésilien. En outre, on soulignera les discussions conceptuelles sur les genres journalistiques à partir des principaux courants théoriques brésiliens dans ce domaine. On abordera ces concepts en tant que formes typiques de communication, en se basant sur l'oeuvre de Mikhail Bakhtin. Egalement basé sur le concept de "cadrage" d'Erving Goffman, on développera l'analyse des évaluations de la présidente Dilma Rousseff faites par les journalistes précédemment citées. On analysera également comment Dilma est perçue dans des situations et dans des contextes spécifiques. Ainsi, l'objectif de ce travail est de comprendre de quelle manière les journalistes étudiées forgent les "cadres d'expérience" pour positionner Dilma Rousseff versus leurs idéologies propres à elles-mêmes.

Mots clés: Dilma Rousseff, cadres d'expérience, politique, féminisme, journalisme politique, genre journalistiques, Lula.

Lista de tabelas

Tabela 01 – Cenário Intenção de voto em Serra e intenção e intenção de voto em Serra com apoio de Lula controlado por avaliação de Lula (2º. Turno).....	37
Tabela 02: Grade classificatória dos gêneros jornalísticos de José Marques de Melo (1994)..	73
Tabela 03: Grade classificatória dos gêneros jornalísticos de Manuel Chaparro (2008).....	75
Tabela 04: Quantitativo de colunas publicadas por Dora Kramer.....	99
Tabela 05: Quantitativo de colunas publicadas – Eliane Cantanhêde.....	100
Tabela 06: Levantamento temático – Dora Kramer.....	102
Tabela 07: Levantamento temático – Eliane Cantanhêde.....	104

Sumário

1) Apresentação.....	12
2) A guerrilheira que virou presidenta.....	16
2.1) Breve história de Dilma Rousseff.....	18
3) “Agora é Dilma, é a vez da mulher!”: o lulismo e as eleições 2010.....	22
3.1) O lulismo.....	22
3.2) O antilulismo: revelações de um “jeito Lula” de ser e um “modo PT” de governar....	29
3.3) “Deixo em tuas mãos o meu povo”: as eleições 2010 e a disputa pelo terceiro mandado de Lula.....	34
3.4) A atuação de Dilma Rousseff na campanha eleitoral.....	38
3.5) O feminino em campanha e a contenda do aborto.....	41
4) O gozo da vida pública: considerações sobre a cidadania das mulheres.....	47
4.1) O feminismo e suas ondas.....	49
4.2) A instituição do voto feminino no Brasil.....	53
4.3) A década de 1970 e a virada feminista: pela beleza fundamental.....	56
4.4) Conquistas da redemocratização e questões ainda pendentes.....	59
4.5) A sub-representação da mulher na política.....	61
4.6) As fronteiras entre público e privado.....	64
4.7) Diluindo fronteiras.....	66
5) As colunas jornalísticas e os comentários sobre a realidade.....	69

5.1) Os gêneros jornalísticos vistos sob a ótica de seus objetivos.....	71
5.2) Gêneros do discurso: formas estabilizadas de comunicação e as expectativas dos parceiros da comunicação.....	81
5.3) Contexto e situação interativa na constituição do sentido.....	82
5.4) Dora Kramer.....	84
5.5) Eliane Cantanhêde.....	85
6) Desenho analítico: em busca dos enquadramentos de Dilma Rousseff.....	87
6.1) O conceito de enquadramento para os estudos de comunicação política e do jornalismo..	87
6.2) Os fundamentos do conceito de enquadramento.....	90
6.3) Gregory Bateson e os quadros de sentido.....	92
6.4) <i>Frame analysis</i> e a organização da experiência: os esquemas primários de interpretação.	93
6.5) Desenho analítico e procedimentos metodológicos.....	97
7) Mapeamento temático e panorama cronológico das colunas.....	99
8) Enquadramentos de Dilma Rousseff nas colunas de Dora Kramer.....	108
8.1) Dilma: estilo e gestão.....	108
8.2) Dilma e Lula.....	114
8.2.1) O papel de Lula no Governo Dilma.....	118
8.3) Dilma, crises e relacionamento com a base aliada.....	120
8.4) Síntese dos enquadramentos.....	126
9) Enquadramentos de Dilma Rousseff nas colunas de Eliane Cantanhêde.....	131
9.1) Dilma: estilo e gestão.....	131

9.2) Dilma e Lula.....	138
9.2.1) O papel de Lula no Governo Dilma.....	142
9.3) Dilma, crises e relacionamento com a base aliada.....	144
9.4) Síntese dos enquadramentos.....	148
10) Considerações finais.....	151
11) Referências bibliográficas.....	156
12) Referências das colunas.....	173
Anexo 1: Panorama das colunas publicadas por Dora Kramer.....	180
Anexo 2: Panorama das colunas publicadas por Eliane Cantanhêde.....	189
Anexo 3: Mapeamento Temático – Eliane Cantanhêde.....	194
Anexo 4: Mapeamento Temático – Dora Kramer.....	207

1) Apresentação

Nosso interesse por essa pesquisa teve início durante a campanha eleitoral de 2010, em que Dilma Rousseff concorria como sucessora de Lula para dar continuidade ao governo petista. Ela foi escolhida pelo próprio presidente, já que, por imposição legal, ele estava impedido de disputar um terceiro mandato consecutivo. A partir daí, a então ministra-chefe da Casa Civil teve seu espaço ampliado nos meios de comunicação e passou a viajar pelo país com seu padrinho político para lançar programas e projetos de governo e inaugurar obras, de modo a se consolidar como figura-chave do Executivo Federal. A estratégia de apresentá-la como responsável pelas ações e projetos mais importantes do Executivo mostrou-se eficaz na medida em que, pouco antes de iniciada a campanha, Dilma Rousseff já se mostrava favorita nas pesquisas de opinião. O pleito eleitoral daquele ano mostrou-se particularmente interessante: Lula era detentor de tamanha popularidade e carisma que sequer seus adversários ousavam combatê-lo e contestar seu Governo. Assim como, durante as campanhas eleitorais de 1998 e de 2002, era politicamente inviável fazer críticas ao Plano Real, em 2010, críticas ao Bolsa Família e a Lula também se mostravam um risco político-eleitoral. Com uma diferença importante: em 1998 e em 2002, defendia-se o Plano Real, não FHC. Sendo assim, os concorrentes ao pleito procuravam se posicionar como os melhores sucessores de Lula, aqueles com maior competência para dar continuidade à sua gestão e aprimorar seu governo, configurando-se, em certa medida, uma disputa simbólica pelo terceiro mandato do presidente trabalhador nordestino (TELLES & PIRES, 2013).

Intensamente envolvidos com o acompanhamento das eleições daquele ano, nos interessamos pela relação entre o ex-presidente e sua sucessora e pela influência que o primeiro exercia nas campanhas de Dilma e de José Serra, o que resultou numa primeira versão desta pesquisa. Já no mestrado, com o passar do tempo e o aprofundamento dos debates estabelecidos no âmbito das atividades acadêmicas, ficamos intrigados com a “celebração” midiática da então presidenta eleita e sua receptividade em setores sociais até então refratários ao ex-presidente, o que começou a reorientar nosso interesse: “o que é que a Dilma tem?”, passamos a nos perguntar. Um local bastante apropriado para se buscar a forma pela qual a mídia tem pautado seus julgamentos, análises e avaliações sobre os agentes públicos é no espaço destinado à publicação das opiniões de seus comentaristas e

especialistas. Na mídia impressa diária, os assuntos políticos são tratados com maior profundidade sendo que, especificamente nos espaços opinativos destinados a esta temática, os leitores podem encontrar análises e interpretações que eventualmente lhes auxiliam na formação de suas opiniões sobre a realidade política brasileira: os interesses dos agentes envolvidos, o relacionamento entre os poderes, as estratégias eleitorais, as articulações entre os grupos políticos, etc. Nesse sentido, percebemos que o colunismo político se constituía como um espaço de pesquisa adequado para que pudéssemos analisar de que forma a presidenta vinha sendo enquadrada.

Tomamos como colunistas a serem analisadas, as jornalistas Dora Kramer, do *Estado de S. Paulo*, e Eliane Cantanhêde, da *Folha de S. Paulo*, e selecionamos todas as colunas publicadas entre janeiro de 2011 e março de 2012 que versassem sobre Dilma e/ou seu governo. Os veículos considerados são de grande circulação nacional, são referência para outras publicações e profissionais da imprensa e têm participação efetiva na construção da agenda pública nacional. São frequentes no âmbito das pesquisas de comunicação e política, sobretudo as que analisam campanhas eleitorais, análises que tomam como empiria os dois veículos considerados e acreditamos que, com ambas as colunistas, teremos acesso a uma perspectiva ideológica e política com lastro na sociedade brasileira. Eliane Cantanhêde e Dora Kramer são jornalistas experientes e cobrem “política” há cerca de 20 anos. Conhecem a história recente do país, têm acesso a fontes privilegiadas de informações e pautam outros agentes da mídia.

As principais questões que nortearam o desenvolvimento deste trabalho podem ser colocadas da seguinte forma: como Dilma Rousseff é avaliada pelas colunistas Dora Kramer e Eliane Cantanhêde? Quais enquadramentos sobre a presidenta são propostos pelas jornalistas e que ideias dão sustentação a eles? Que posicionamento é oferecido à Dilma nas situações em que ela tem seu desempenho avaliado? Para responder a estas questões, nos valem do conceito de enquadramento, na perspectiva desenvolvida por Erving Goffman. De acordo com o autor, o enquadramento pode ser entendido como a maneira pela qual as pessoas se engajam nas situações cotidianas. No sentido goffmaniano, o enquadramento responde à questão “o que se passa aqui?” que as pessoas se fazem quando se encontram em alguma situação qualquer da vida cotidiana: uma celebração, uma festa, uma cerimônia pública, uma briga, enfim. Ou seja, operando com o conceito de enquadramento, nos interessa compreender como

a presidenta é posicionada pelas jornalistas nas diversas situações que são objeto de suas análises e que motivam seus comentários. As avaliações feitas pelas colunistas são embasadas em seus sistemas de crenças e valores sobre o papel adequado de uma presidenta da República, sobre a política e sobre a gestão pública. Nesse sentido, elas disponibilizam a seus leitores uma série de expectativas quanto ao comportamento mais adequado da chefe do país.

Iniciamos este trabalho com a apresentação de um breve histórico da vida da presidenta Dilma, desde a época da chegada de seu pai no Brasil, na década de 1940, passando pela entrada de Dilma nos movimentos armados que combateram o regime militar brasileiro, por sua entrada para o PDT e sua escalada ao centro da política nacional no Governo Lula, até sua eleição como primeira mulher presidenta do Brasil. Para compreendermos a vitória de Dilma nas eleições de 2010, buscamos na história recente da política brasileira identificar o movimento de aproximação do Partido dos Trabalhadores (PT) ao centro do espectro político brasileiro, o que foi marcado pela adoção do ideário econômico neoliberal em vigor nos anos 1990. Esse movimento, somado a outras questões, possibilitou que Lula vencesse a eleição presidencial de 2002. Nesse sentido, destacamos ainda a mudança substancial no eleitorado tradicional do PT em virtude da significativa popularidade do ex-presidente Lula e do relativo sucesso das políticas sociais desenvolvidas em sua gestão. Em que pese todas as denúncias de corrupção das quais o Partido dos Trabalhadores foi alvo durante o período em que esteve à frente do Executivo Federal, Lula foi capaz de fazer sua sucessora e pautar as candidaturas adversárias. Ressaltamos, também, a relação de Lula com a imprensa nacional e as severas críticas que vinham sendo feitas ao modo de governar do ex-presidente. Todo esse contexto é fundamental para se compreender a forma pela qual sua sucessora foi enquadrada pelas jornalistas em questão: herdeira de Lula, Dilma foi recorrentemente comparada a seu padrinho político.

Feito isso, passamos, no capítulo seguinte, a explorar a história da cidadania das mulheres no país, destacando a luta pelo sufrágio feminino, a atuação combativa das mulheres da segunda metade do século XX e a institucionalização de várias demandas das mulheres nos anos pós-constituente. Ainda nesse aspecto, fazemos um breve registro da situação atual da mulher no que tange à ocupação de cargos públicos (no poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), o que nos demonstra o quão sub-representadas ainda são as mulheres no Brasil. Por fim, é imprescindível, ao tratar da cidadania feminina, abordar as distinções entre as

esferas pública e privada, já que o estabelecimento da fronteira entre elas está na base dos questionamentos dos movimentos feministas.

No quinto capítulo, apresentamos as categorizações dos gêneros jornalísticos elaboradas pelos principais pesquisadores brasileiros da área, de forma a melhor delinear o espaço opinativo nos jornais brasileiros, em especial, as colunas jornalísticas. Ao final do capítulo, apresentamos o conceito de gênero ancorado na proposta desenvolvida por Mikhail Bakhtin (formas estáveis de comunicação) entendendo que, mais do que um produto ou um fazer jornalístico, os gêneros respeitam um contrato de leitura, em que autores e leitores estabelecem expectativas quanto à forma de comunicação que será estabelecida. Nesse capítulo, também apresentamos um breve histórico das colunistas Dora Kramer e Eliane Cantanhêde. Na sexta seção deste trabalho, expomos o modelo analítico que adotamos, a partir da operacionalização do conceito de enquadramento, e os procedimentos metodológicos aplicados para, em seguida, elaborarmos nossa análise, que consiste em duas dimensões: (1) a apresentação dos principais temas que foram objeto das análises das jornalistas e (2) a forma pela qual Dilma Rousseff foi posicionada por elas, com destaque para as expectativas que nutriam sobre a atuação da presidenta em diferentes esferas. Por fim, concluindo esta pesquisa, registramos nossas considerações finais sobre este trabalho, destacando ideias que foram relevantes para as estruturações dos enquadramentos encontrados.

2) A guerrilheira que virou presidenta

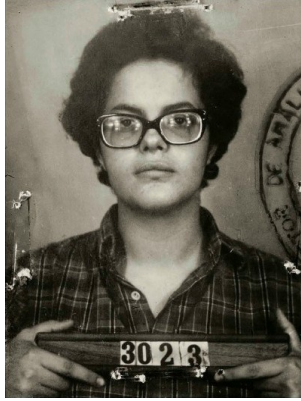


Foto da ficha criminal de Dilma Rousseff (1970)¹.



Foto oficial da Presidenta da República (2011)².

(...) O que acontece ao longo dos anos 70 não é uma ditadura policesca simplesmente. É a impossibilidade de se dizer a verdade em qualquer circunstância, porque direito à livre expressão estava enterrado. Não se dialoga, não é possível supor que se dialogue com o pau de arara, o choque elétrico e a morte. Não há esse diálogo (...) Não há a possibilidade de um diálogo civilizado. E é isso que é importante hoje na democracia brasileira. Qualquer comparação entre a Ditadura Militar e a democracia brasileira só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira. Eu tinha 19 anos, eu fiquei 3 anos na cadeia e eu fui barbaramente torturada, Senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores compromete a vida de seus iguais. Entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido, Senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia se fala a verdade. Diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. E isso, Senador, faz parte e integra a minha biografia que eu tenho imenso orgulho. E eu não estou falando de heróis. Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, Senador! Porque aguentar a tortura é algo difícilimo. Porque todos nós somos muito frágeis, nós somos humanos, nós temos dor. E a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande, Senador. A dor é insuportável. O senhor não imagina quanto é insuportável. Então, eu me orgulho de ter mentido! Eu me orgulho imensamente de ter mentido. Porque eu salvei companheiros da mesma tortura e da morte. Não tenho nenhum compromisso com a ditadura em termos de dizer a verdade. Eu estava num campo, eles estavam noutro. O que estava em questão era minha vida e a de meus companheiros. E esse país que transitou por tudo isso, que transitou, que construiu a democracia, que permite que hoje eu esteja aqui, que permite que eu fale com os senhores, não tem a menor similaridade. Esse diálogo aqui é o diálogo democrático. A oposição pode me fazer perguntas. Eu vou poder responder. Nós estamos em igualdade de condições humanas, materiais. Nós não estamos em um diálogo entre o meu pescoço e a forca, Senador (...) O que mata na ditadura é que não há espaço para a verdade, porque não há espaço para a vida, Senador. Porque algumas verdades, até as mais banais, podem conduzir à morte. É só errarem a mão em seu interrogatório (...) (ROUSSEFF, 2008³).

1 Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em

<<<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/8248-dilma-na-ditadura#foto-160561>>>. Acessado em 24/5/2013.

2 Crédito: Roberto Stuckert Filho (Presidência da República). Disponível em

<<<http://www2.planalto.gov.br/presidenta/foto-oficial>>>. Acessado em 24/5/2013.

3 DILMA X AGRIPINO, 2008.

O trecho em epígrafe foi a resposta de Dilma Rousseff às indagações do Senador Agripino Maia (DEM/RN) sobre recentes declarações da então ministra-chefe da Casa Civil à imprensa de que, durante os interrogatórios da época em que esteve presa pelo Governo Militar, ela “mentia feito doida”⁴. Seu embate com o senador, travado durante a Audiência Pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, realizada no dia 7 de maio de 2008, ganhou *sites* de notícias, redes sociais e programas televisivos⁵. Dilma havia sido convidada a prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), mas parlamentares da oposição aproveitaram o momento para questioná-la sobre um novo suposto escândalo do Governo Lula. Algumas semanas antes, a revista *Veja* havia publicado reportagem em que denunciava a elaboração, pela Casa Civil, de um dossiê sobre gastos da família do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁶. A oposição cobrava da então ministra explicações sobre o fato, caracterizado, por Agripino, como um retorno ao Estado Ditatorial. De posse da entrevista concedida por Dilma à *Folha*, Agripino utilizou um trecho de suas declarações, em que respondia sobre as lembranças que tinha da época em que esteve presa durante o Regime Militar, para acusá-la de mentirosa. Se nos interrogatórios Dilma “guerrilheira” mentia muito, no Governo, a Dilma ministra não faria diferente. E o resultado foi esse: Dilma ganhou de presente uma ótima oportunidade de ridicularizar seu adversário político perante a nação. A ministra ainda não estava cotada para concorrer às eleições presidenciais dois anos depois. Mas, desde então, já começava a ganhar visibilidade pública e

4 As declarações foram feitas por Dilma Rousseff em entrevista concedida ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, do jornal *Folha de S. Paulo*, em 2003. A matéria foi publicada em 21 de junho de 2005, data em que, em sua capa, o jornal destacava a confirmação de Dilma como nova ministra-chefe da Casa Civil, por ocasião da renúncia de José Dirceu. O Senador Agripino Maia (DEM/RN) leu um trecho da entrevista em que Dilma respondia ao jornalista sua primeira questão sobre as lembranças que ela guardava dos tempos de cadeia, cuja resposta segue transcrita: “A prisão é uma coisa em que a gente se encontra com os limites da gente. É isso que às vezes é muito duro. **Nos depoimentos, a gente mentia feito doido. Mentia muito, mas muito**” (ROUSSEFF, 2005, p. A6 – grifo nosso).

5 No *Jornal da Globo* do mesmo dia, o confronto entre a então ministra e Agripino foi apresentado como um presente da oposição à Dilma, dada a oportunidade de a petista defender sua história e ridicularizar seu interlocutor. João Soares, em seu programa, disse que o senador, ao formular tal questionamento, acabou perdendo a chance de ficar calado e que já estava ganhando a alcunha de “Agripino Culatra”. Os vídeos foram acessados pelo *Youtube* de onde não foi possível verificar a data de exibição dos programas. No *blog Dilma na Rede* há um vídeo com a reportagem do *Jornal da Globo* e com o comentário de João Soares. Nos *sites* dos programas (*Jornal da Globo* e *Programa do João*) não foram encontrados os vídeos para consulta. O *blog* pode ser acessado através do seguinte endereço: << <http://dilmanarede.com.br/ondavermelha/blogs-amigos/resposta-de-dilma-rousseff-ao-senador-agripino-e-reacao-de-jo-soares> >>, consultado em 5/12/2011.

6 A reportagem de *Veja* foi publicada na edição de 26 de março de 2008, apresentando a denúncia de que o Governo Lula havia elaborado um dossiê com os gastos do ex-presidente Fernando Henrique, de sua esposa Ruth Cardoso (falecida em 24/6/2008) e de seus assessores mais próximos relativos aos anos de 1998, 2000 e 2001 (OLTRAMARI, 2008).

a conquistar o apreço do presidente (ALMEIDA, 2011). Esse capítulo destina-se a explorar a história de Dilma Rousseff, sua ligação com a Bulgária, a fuga de seu pai para o Brasil, a formação de sua família, sua militância em grupos de esquerda na época do Regime Militar, o início de sua carreira política e sua chegada ao primeiro escalão da República.

2.1) Breve história de Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff nasceu na capital mineira, em 14 de Dezembro de 1947, na maternidade São Lucas. É filha de Petar Russev⁷, búlgaro nascido em Grabovo, em 1900, que fugiu de seu país em 1929⁸, deixando sua esposa e o filho Luben-Kamen Russev, irmão que Dilma nunca conheceu. Pedro desembarcou em Salvador em 1944, seguindo, depois, para Buenos Aires, São Paulo e, numa viagem a Uberaba, conheceu Dilma Jane, 26 anos mais jovem, com quem se casou em 1946, ano em que se mudaram para Belo Horizonte. O primeiro filho foi Igor, onze meses depois veio Dilma, e após quatro anos, nasceu Zana, que morreria em 1977, com 26 anos de idade. A família vivia bem em Belo Horizonte, numa casa servida por três empregados, fazia viagens de avião para a praia nas férias, os filhos tinham aulas de piano e frequentavam colégio particular. Pedro prosperou, sobretudo depois que a empresa alemã Mannesmann, naquela época maior fabricante de tubos de aço do mundo, iniciou as construções de sua siderúrgica na região do Barreiro. Aos cinco anos, Dilma foi matriculada no Instituto Izabela Hendrix. É descrita tanto por Chade e Indjov (2011) quanto por Amaral (2011) como uma amante da leitura:

Dilma devia ter uns 12 anos quando Pedro Rousseff propôs: “Te dou dois desses livrinhos se você ler este aqui”. Era *Germinal*, de Émile Zola, um clássico da iniciação política de muitas gerações. Dilma ficou impressionada com a história – a denúncia do sofrimento dos mineiros de carvão na França do século XIX [...] A segunda negociação com o pai foi para ler *Humilhados e Ofendidos*, de Dostoiévski [...] Passou então a Honoré de Balzac: *O lírio do vale*, *O pai Gariot*. Aos 18, tinha lido praticamente toda a Comédia Humana. Ela reencontraria Dostoiévski anos depois, numa prisão da Ditadura (AMARAL, 2011, p. 23).

7 Após sua fuga da Bulgária, Petar Russev teve que fazer uma nova inscrição de seu nome. Já não seria mais Petar Russev. A letra “v” seria grafada como “ff” e a “u” acabou ganhando a ortografia francesa “ou” (CHADE; INDJOV, 2011).

8 Dilma, em entrevista concedida em 2004 ao jornalista Momchil Indjov, teria afirmado que seu pai havia fugido de seu país por ter se ligado ao Partido Comunista, na década de 1920 (CHADE; INDJOV, 2011). No entanto, os autores afirmam não terem encontrado registros de atividades políticas de Pedro em arquivos oficiais de Grabovo.

Duas semanas antes do golpe militar de 1964, Dilma entrou no Colégio Estadual Central, um dos grandes centros de agitação da esquerda estudantil em Belo Horizonte, onde ela iniciou sua militância contra a Ditadura. Ingressou no movimento Política Operária (Polop), no qual cuidava da impressão clandestina de *O Piquete*, um jornal que circulava entre os operários da Mannesmann, da Belgo Mineira e de outras fábricas da Cidade Industrial. Um dos objetivos primordiais dessa organização era mobilizar e “educar” o proletariado (ALMEIDA, 2011). Em 1967, entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, mesmo ano em que se casou com seu primeiro marido, o jornalista Cláudio Galeno. Pouco depois, filiou-se a um grupo dissidente do Polop, o Colina que, em 1969, fundiu-se ao Vanguarda Popular Revolucionária (VAR) de Carlos Lamarca⁹. Em 1969, entrou para o movimento VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) e, a partir de então, junto a seu marido, passou a ter uma vida clandestina. Nesse ínterim, mudou várias vezes de nome: Maria Lúcia dos Santos, Marina Guimarães Garcia, Wanda e Estela. Fugindo da polícia, viajou para o Rio, onde foi presa numa tarde de janeiro de 1970, com 22 anos¹⁰. Primeiro, foi levada para um quartel da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo, depois transferiu-se para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e, em maio, foi levada para a penitenciária Tiradentes, onde ficou presa sob acusação de subversão. Ela passou dois anos e quatro meses na prisão, onde foi torturada e interrogada, sem ter entregado, entretanto, nenhum de seus companheiros (AMARAL, 2011; CHADE & INDJOV, 2011).

Dilma saiu da prisão em 1972 e, logo em seguida, mudou-se para Porto Alegre, onde se graduou em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹¹. Lá se estabeleceu ao lado de seu segundo marido, Carlos Araújo, com quem teve sua única filha, Paula. Dilma e Carlos Araújo participaram da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, no início da década de 1980, após o fim do bipartidarismo adotado durante o Regime Militar. Em decorrência de sua atuação, foi assessora legislativa da bancada do PDT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Secretária Municipal da Fazenda de

9 O VAR foi o grupo responsável por um dos assaltos “políticos” de maior repercussão na época: o roubo de cerca de 2,5 milhões de dólares do cofre de Ademar de Barros, ex-governador de São Paulo, na casa de sua amante, no bairro carioca de Santa Teresa.

10 Na epígrafe desta seção, Dilma disse ter entre 19 e 21 anos na época em que foi presa e torturada. Em obras que tratam de sua biografia, sua prisão é datada de janeiro de 1970, quando tinha 22 anos.

11 Ela não chegou a concluir seu curso de economia na UFMG, pois foi expulsa da universidade em decorrência de sua militância política.

Porto Alegre; Presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul; e Secretária de Minas, Energia e Comunicações nos governos de Alceu Collares (1991-1995) e Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (1999-2003). Nas eleições para a Prefeitura de Porto Alegre, em 2000, Dilma rompeu com seu partido e filiou-se ao PT. Em 2003, foi convidada por Luís Inácio Lula da Silva para assumir o Ministério das Minas e Energia, dando início à sua carreira no primeiro escalão do Executivo Federal.

Logo a mineira-gaúcha ganhou destaque na equipe de governo de Lula, segundo seus biógrafos, pela dedicação, competência e energia com que trabalhava. Dilma teria se tornado a escolhida do então presidente para sucedê-lo, tendo em vista baixas consideráveis em sua equipe, em razão de diferentes problemas. O Governo Lula foi marcado por diversos escândalos de corrupção e momentos de crise que acabaram derrubando vários ministros, dentre os quais, destacamos: Benedita da Silva¹², José Dirceu¹³, Romero Jucá¹⁴, Anderson Adauto¹⁵, Antônio Palocci¹⁶, Luiz Gushiken¹⁷, Silas Rondeau¹⁸, Walfrido Mares Guia¹⁹, Matilde Ribeiro²⁰ e Erenice Guerra²¹. Com a queda de José Dirceu da Casa Civil, Lula

12 Benedita da Silva foi ministra da Secretaria de Assistência e Promoção Social entre 1º/1/2003 e 21/4/2004. Foi acusada de ter se hospedado num hotel de luxo na Argentina pago com dinheiro público.

13 José Dirceu foi coordenador da campanha de Lula em 2002. Nomeado ministro-chefe da Casa Civil, posto mais alto do primeiro escalão do Governo, ficou no cargo de 1º/1/2003 a 16/6/2005, quando deixou o governo sob acusações de comandar um esquema de pagamento de propinas a congressistas em troca de apoio em votações de matérias de interesse do Governo, o chamado *mensalão**.

14 Romero Jucá foi ministro da Previdência Social de 22/3/2005 a 21/7/2005, saindo do posto após acusações de práticas irregulares na captação de empréstimos junto ao Banco da Amazônia*.

15 Anderson Adauto foi ministro dos Transportes de 1º/1/2003 a 15/3/2004**. Foi acusado de envolvimento com o chamado *mensalão mineiro* (esquema de financiamento irregular da campanha de Eduardo Azeredo ao Governo de Minas, em 1998***).

16 Antônio Palocci foi ministro da Fazenda de 1º/1/2003 a 27/3/2006, quando pediu exoneração do cargo sob suspeitas de envolvimento com a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa*.

17 Luiz Gushiken foi ministro da Secretaria de Comunicação de 1º/1/2003 a 13/11/2006. Deixou o governo após denúncias de supostas interferências em fundos de pensão bem como de envolvimento no *mensalão*. Em 2012, ele acabou absolvido pelo Supremo Tribunal Federal, por falta de provas. Luiz Gushiken faleceu em 13 de setembro de 2013, após longos anos de tratamento de um câncer no aparelho digestivo.

18 Ministro de Minas e Energia entre 8/6/2005 a 22/5/2007, Silas Rondeau saiu do governo após denúncias de envolvimento com empresas acusadas de fraudar obras públicas.

19 Walfrido Mares Guia foi acusado de envolvimento no *mensalão mineiro*. Ficou no posto de 22/3 a 22/11/2007*.

20 Ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro foi acusada de utilizar o cartão corporativo do governo de maneira irregular. Foi nomeada para o cargo em 21/3/2003 e o deixou em 1º/2/2008*.

21 Substituta de Dilma Rousseff na Casa Civil, por ocasião de sua candidatura para Presidência, Erenice Guerra foi acusada de tráfico de influências no Governo em favor de seu filho. Ficou no posto de 21/3/2010 a 16/9/2010*.

Fontes:

* *Infográfico produzido pelo portal G1, disponível em* <<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/09/em-8-anos-de-lula-denuncias-levaram-demissao-de-9-ministros.html>>>. Acessado em 21/3/2012.

** *Portal do Ministério dos Transportes, disponível em* <<<http://www.transportes.gov.br/conteudo/37548>>>. Acessado em 21/3/2012.

convidou Dilma Rousseff para comandar a pasta, posto no qual a ex-guerrilheira foi ganhando cada vez mais visibilidade. Projetos importantes do Executivo foram colocados sob sua supervisão, como o *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*, lançado em 2007, e o programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*, lançado em 2009. Dilma passou a tomar a dianteira do Governo, pautando-se por resultados e metas a serem alcançadas. Já de olho no pleito de 2010, adotou-se a estratégia de dar visibilidade à *mãe do PAC*, como Lula a chamava, tornando-a um nome forte para sua substituição. A estratégia parece ter dado certo: em março de 2009, Dilma Rousseff era desconhecida por 47% da população, ao passo que, um ano depois, antes da definição de sua candidatura pelo PT, a mesma pesquisa informou que 87% dos entrevistados a conheciam (GADRET, 2011).

Frente a esse cenário aparentemente positivo, em 13 de junho de 2010, o Partido dos Trabalhadores anunciou o nome de Dilma Rousseff como candidata à Presidência da República. Nas eleições daquele ano, Dilma enfrentou José Serra como principal adversário e o venceu no segundo turno. Cabe, entretanto, nos atermos um pouco mais no processo eleitoral daquele ano, já que é revelador dos tensionamentos e forças políticas presentes na época, bem como podem ser elucidativos sobre questões envolvidas no primeiro ano de governo da presidenta Dilma.

3) “Agora é Dilma, é a vez da mulher!²²”: o lulismo e as eleições 2010

Neste capítulo, apresentamos o contexto político no qual se inseriu a candidatura de Dilma Rousseff, explorando os seguintes temas: a transformação no discurso do Partido dos Trabalhadores que culminou com a chegada de Lula à Presidência, bem como o carisma e a liderança por ele conquistados e o surgimento do fenômeno do “lulismo”, que o permitiram fazer sua sucessora. Destacamos também estudos sobre as avaliações elaboradas por importantes segmentos da mídia a respeito do Governo Lula, cujo caráter fortemente crítico configurou um movimento que aqui denominamos de *antilulismo*. Elaboramos, também, uma discussão sobre o processo eleitoral no qual se inseriu Dilma Rousseff, abordando seu desempenho e as principais questões que surgiram durante a disputa.

3.1) O lulismo

O Partido dos Trabalhadores foi criado em 10 de fevereiro de 1980²³, fortemente ligado ao sindicalismo, aos movimentos sociais e a setores da esquerda da Igreja Católica atuantes na década de 1970 (RICCI, 2004; TERRON & SOARES, 2010), o que o permitiu incorporar em suas diretrizes várias demandas e questões ligadas à sociedade civil organizada em temáticas diversificadas como gênero, etnia, reforma agrária, direitos trabalhistas, etc. A forte vinculação do partido com movimentos sociais, sindicatos e organizações civis de esquerda fez de seus militantes ativistas engajados, um diferencial marcante do PT relativamente aos demais grandes partidos do país (TERRON & SOARES, 2010). Outras características do PT foram a valorização de mecanismos de participação direta da população na definição de programas de governo (ressalte-se o exemplo dos orçamentos participativos e das conferências de políticas públicas) e o discurso da inclusão social (RICCI, 2004) e da ética na política, com críticas contundentes às tradicionais formas de se fazer política no

22 Trecho da *Jeangle* da Campanha de Dilma Rousseff para a Presidência da República. Disponível em << <http://www.youtube.com/watch?v=NBIRKuNGDVk> >>. Acessado em 25/7/2013.

23 O PT foi oficialmente reconhecido como partido político, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 11 de fevereiro de 1982 (www.pt.org.br, acessado em 25/7/2013).

Brasil (SAMUELS, 2004). A concepção não horizontalizada da política adotada pelo partido tanto valorizou a democracia direta quanto se fez perceber em suas próprias práticas organizativas internas, baseadas em assembleias e estruturas reticulares constituídas por vários organismos de base (núcleos territoriais ou temáticos). Dessa forma, o processo decisório era marcado por sucessivos debates cumulativos e pela formação de um consenso interno, o que tornava as posições oficiais do partido legitimadas por suas bases (RICCI, 2004).

O crescimento do partido nas diversas esferas de representação política foi progressivo, sendo mais expressivo a partir da década de 1990, quando conquistou mais prefeituras, governos estaduais e cadeiras nos legislativos. Desde 1994, o PT tornou-se uma das quatro maiores bancadas da Câmara dos Deputados (TERRON & SOARES, 2010). Entretanto, o grande objetivo do PT (conquistar a Presidência da República) não viria tão rapidamente. E nesse aspecto, Lula sempre despontou como principal nome para o cargo, participando, desde 1989, de 5 eleições presidenciais, sendo oito pleitos se considerarmos os dois turnos de 1989, 2002 e 2006²⁴, tendo sua votação aumentada sistematicamente a cada eleição. De acordo com Ricci (2004), nas eleições de 1994 e 1998, a elaboração das propostas de governo do PT passaram a incorporar um outro elemento: o saber técnico. Em princípio articulado aos tradicionais mecanismos de consulta interna (participativos e consensuais), a profissionalização do partido foi se implementando como metodologia predominante de elaboração de suas propostas, substituindo, já na metade dos anos 1990, os mecanismos internos de consulta e conformando um modelo fortemente centralizador e controlador (ancorado na direção do partido) e menos pluralista. Repousa nisso, de acordo com Ricci (2004), uma das raízes do lulismo. Nos conta o autor que

O lulismo, em outros termos, é mais personalista e centralizador e busca a sua legitimação pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e pela sedução do discurso afetivo da liderança partidária. É, efetivamente, o oposto do processo de legitimação do primeiro período do PT, onde o consenso construído num longo processo de debates internos, com ampla participação e poder da base partidária é que definia a confiança interna e legitimava a direção partidária (RICCI, 2004, p. 173).

Para Ricci (2004), com o lulismo, o PT tornou-se mais programático e mais flexível

24 Antes disso, o sindicalista havia se candidatado para o Governo de São Paulo, em 1982 (sendo derrotado), e para o Legislativo Federal, em 1986, quando se tornou o parlamentar mais votado da Câmara dos Deputados (TERRON & SOARES, 2010)

com forças externas na tentativa de compor uma base de sustentação que possibilitasse a reprodução política do partido, ao passo que se tornou mais intolerante a posicionamentos críticos de sua militância. De acordo com o autor, o lulismo se compõe de três matrizes discursivas, (1) o pragmatismo sindical, tornando-o cada vez mais centralizador e restrito a determinadas categorias urbanas, (2) o vanguardismo e burocratismo partidário, em que se destacaram lideranças específicas do partido com menor poder de mobilização de suas bases, mas maior capacidade organizativa e administrativa que lhe conferiu maior notoriedade, e (3) o discurso técnico de gerenciamento do mercado, que se manifestou pela centralidade que a economia passou a ganhar nas linhas programáticas do partido, especialmente, a partir de 2002, com os documentos *Carta ao Povo Brasileiro*²⁵ e *Agenda Perdida*²⁶. É nesse período que se manifesta mais explicitamente a mudança do partido, o chamado *PT cor-de-rosa*, com a incorporação de questões como controle inflacionário, reformas previdenciária, trabalhista e tributária, políticas voltadas para o equilíbrio da balança comercial brasileira, etc.

No pleito de 2002, entraria em cena o *Lulinha paz e amor* com um discurso bem diferente daquele pronunciado na campanha de 1989. A escolha do empresário José Alencar como vice e a coligação com partidos outrora criticados pelo PT também foram marcas da mudança empenhada pelo partido. A formação das coligações era importante para garantir maior apoio político e mais tempo de exibição no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) da coligação partidária²⁷ (LIMONGI & CORTEZ, 2010). Além disso, o leque de alianças representaria a formação de uma base de apoio no Congresso mais robusta, fundamental para garantir a governabilidade. A constituição de um governo forte com capacidade de aprovar suas proposições num regime político multipartidário levou o PT a incorporar em seu leque de alianças partidos de perspectivas ideológicas distintas (CINTRA,

25 A *Carta ao povo brasileiro* foi um documento assinado por Lula em 22 de junho de 2002 em que o partido e o candidato assumiam compromissos com a política econômica em vigor no país, o que representou um marco no redirecionamento político do PT que deixava para trás bandeiras relacionadas à moratória e à auditoria da dívida pública, a uma política de reforma agrária pautada pela mudança da estrutura fundiária do país e à redução dos lucros abusivos dos bancos privados (RICCI, 2004).

26 Já a *Agenda Perdida* foi um documento produzido por um grupo de economistas em que se apresentavam um diagnóstico e propostas para a retomada do crescimento econômico do país com justiça social (RICCI, 2004).

27 De acordo com a Resolução 23.191/2009, do Tribunal Superior Eleitoral, o tempo de TV e Rádio, no primeiro turno, é distribuído da seguinte forma: um terço repartido igualmente entre partidos e coligações e dois terços, proporcionalmente, ao número de deputados federais “considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos políticos que a integrarem” (cf. Art. 35, I e II). Ou seja, quanto mais partidos reunidos e maior a representação destes na Câmara dos Deputados, maior o tempo de TV e rádio da coligação. De acordo com Limongi e Cortez (2010), as primeiras eleições pós-Constituinte foram marcadas por uma variedade de concorrentes, quadro que foi se modificando (reduzindo) com o passar do tempo e a consolidação da prática das coligações.

2007). O presidencialismo de coalizão tem se consolidado como prática convencional dos governos eleitos no recente período democrático brasileiro muito em decorrência das próprias regras de nosso sistema eleitoral. De acordo com Santos (2006), citado por Cintra (2007), a formação da coalizão ganhou expressiva heterogeneidade ideológica na formação do Governo Lula, mas isso representou um alto custo ao ex-presidente, na medida em que “boa parte das dificuldades pelas quais tinha passado o governo decorreram do manejo de uma coalizão com parceiros muito distantes em termos de inserção social, trajetória política e visão de mundo” (CINTRA, 2007, p. 69)²⁸.

De acordo com Ricci (2004), um aspecto importante do lulismo se refere ao papel do Estado como protagonista da ação pública, algo que, de acordo com o autor, contradiz os ideários originais do partido, visto que este acreditava ser a sociedade civil o ator fundamental para as transformações sociais necessárias no país. Entretanto, há que se destacar que a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento socioeconômico nacional também se distinguia das políticas defendidas pelo partido que lhe faria, durante todo o período democrático recente, uma oposição mais categórica, o PSDB. Ricci (2004) também destaca o carisma de Lula como um componente estratégico da gestão lulista, exercendo um importante papel de mediação de forças políticas na configuração do arco de alianças do governo, na sedução de amplas massas sociais e na garantia de segurança para os agentes econômicos.

Para o autor,

O lulismo (...) rompe com o que havia de mais inovador no petismo. Neste sentido, reaproxima a prática das esquerdas às práticas das elites políticas do país. Assume, assim, contornos conservadores em relação à prática política. E torna-se refém da busca permanente de popularidade, justamente porque os canais de contato direto do governo com a base social do país são obstruídos pela gestão altamente centralizada (RICCI, 2004, p. 183).

Nesse sentido, na interpretação elaborada por Ricci (2004), o lulismo é entendido

28 Para compreendermos o presidencialismo de coalizão, tomando como base argumentos de Cintra (2007) e Figueiredo e Limongi (2007), podemos dizer, de forma sintética, o seguinte: durante o pleito eleitoral, partidos se associam em coligações que, por sua vez, apresentam seus candidatos e/ou candidatas ao Executivo. Com o apoio dos partidos, candidatos e candidatas ganham mais tempo de rádio e televisão na propaganda eleitoral gratuita e aumentam seus palanques e apoios país a fora. Candidatos com mais tempo e mais palanques, tendem a se apresentar mais competitivos, conseguindo angariar mais apoio financeiro para suas campanhas. Findo o pleito eleitoral, os partidos que deram sustentação ao candidato, são incorporados na administração pública federal, recebendo cargos em ministérios, autarquias e empresas controladas pelo Executivo. Esses partidos que apoiaram o candidato e o apoiam como governante garantem, através das lideranças partidárias no Congresso, a aprovação de projetos de interesse do Governo. Dessa forma, “o governo passa a funcionar como se houvesse fusão entre os Poderes Executivo e Legislativo” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2007, p. 148).

como uma estratégia de gestão do Estado delineada para garantir a governabilidade política, interessado na manutenção e reprodução política do partido no poder, o que o fez adotar uma forma de atuação eminentemente pragmática. Entretanto, há autores que identificam outras bases para o fenômeno. Um ponto em comum entre os pesquisadores é o fato de considerarem que, desde 2006, veio se evidenciando uma progressiva diferenciação entre o eleitorado de Lula e do PT (SINGER, 2009; TERRON & SOARES, 2010; RENNÓ & CABELLO, 2010). Tradicionalmente, os eleitores de Lula e de seu partido se localizavam nas regiões Centro-Sul do país e em cidades de maior porte, constituindo-se de pessoas com maior grau de escolaridade. De acordo com Singer (2009), os eleitores de menor renda, tendiam a votar em candidatos da direita, manifestando aversão a partidos e candidatos que representassem um rompimento com a ordem estabelecida, sobretudo a estabilidade econômica, além de serem aversivos a alguns tipos de manifestações públicas, como greves e passeatas, fortemente apoiadas pelo partido em sua “primeira fase”.

Em sua primeira vitória, Lula ainda não teria alterado substancialmente seu eleitorado, e contou com a baixa avaliação de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), cenário que começaria a se alterar no primeiro ano da gestão petista. Os elevados índices de popularidade do presidente em seu primeiro mandato geraram expectativas de uma elevação da base eleitoral do partido, mas o aumento da votação de Lula no Norte e Nordeste e entre eleitores de baixa renda não foi verificado relativamente ao Partido dos Trabalhadores. Isso parecia indicar um distanciamento entre Lula e o PT, confirmando a personalização do voto no ex-sindicalista, o que, na verdade, ratifica uma tradição do eleitorado brasileiro. Se para Ricci (2004), o lulismo está centrado numa estratégia de gestão, outros pesquisadores abordam a questão sob o ponto de vista do eleitorado. Para Singer (2009), o lulismo está ligado à expressão de uma classe específica, o subproletariado. No cerne desse processo, de acordo com o autor, encontra-se o *Programa Bolsa Família*, que permitiu acesso à renda e ao consumo a um contingente volumoso de pessoas, além de promover o aquecimento da economia de pequenas localidades (e, nesse aspecto, embora identifique o lulismo como expressão do subproletariado, o autor destaca pontos fundamentais da política econômica da gestão lulista).

Singer (2009) destaca as políticas de aumento real do salário-mínimo e as ações voltadas para a ampliação do crédito, o que o economista Marcelo Neri chamou de *o Real do*

Lula (NERI, 2007), numa alusão ao sucesso do *Plano Real* e ao papel que a nova moeda teve na reeleição de FHC. Nesse sentido, o Estado passou a ter uma atuação significativa na redução da pobreza e, ao mesmo tempo, não se comprometia com medidas que significassem o rompimento com as elites. Isso promoveu não apenas o apoio (ou evitou a rejeição) de parte dessa elite, mas atendeu aos próprios anseios de uma classe social que, segundo Singer (2009), desejava a atuação do Estado na redução das desigualdades sem romper com a estabilidade econômica do país. Para o autor, esse deslocamento do apoio de Lula em direção às classes populares tornou-se mais efetivo a partir de 2003, ano de lançamento do *Programa Bolsa Família*, e se manifestou nas urnas no pleito de 2006. Conforme Marcos Coimbra, citado por Singer (2009),

as primeiras pesquisas feitas logo após o começo do governo captaram uma nítida mudança nas atitudes dos eleitores de classe popular, apontando para o aumento de sua autoestima e da confiança de que o Brasil melhoraria, agora que as políticas de governo passariam a ter outra intenção e finalidades: um governo diferente, com gente diferente, fazendo coisas diferentes (Coimbra, 2007 *apud* SINGER, 2009, p. 90).

Ainda de acordo com Marcos Coimbra, a eleição de um presidente que já havia vivido a experiência da miséria não passou despercebida pelas classes populares, que acabaram tendo sua autoestima elevada também em decorrência de sua identificação com o ex-operário. Nesse sentido, Singer (2009) argumenta que a prioridade dada pelo governo de um ex-operário ao combate à pobreza e os resultados dessa política social acabaram por criar uma nova configuração ideológica em parte do eleitorado brasileiro que mesclou elementos inconciliáveis em períodos anteriores: o discurso “conservador” da estabilidade econômica com uma “substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, à qual, somada a manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe” (SINGER, 2009, p. 98). O expressivo aumento da popularidade de Lula o fez resistir aos frequentes escândalos de corrupção de seu governo, que acabaram atingindo muito mais o partido do que o presidente, aumentando o distanciamento entre ambos. Com o apoio popular, a relação do presidente com a população e com lideranças locais se deu sem a necessidade da mediação de partidos, movimentos sociais ou da imprensa, que, acabou ficando “falando sozinha” sobre os escândalos do Governo, sem maiores consequências para a popularidade do então presidente. Nas palavras de André

Singer,

o “Real de Lula” veio acompanhado de uma mensagem que faz sentido para os de menor renda: pela primeira vez o Estado brasileiro olha para os mais frágeis e, portanto, se popularizou. Essa é a razão pela qual o presidente insiste que “nunca antes na história deste país... etc. etc.”. Irritados, os supostos “formadores de opinião” não percebem que Lula não está se dirigindo a eles e insistem na tecla de que a história não começou com Lula, o que é verdade, mas ouvido vários degraus abaixo, o bordão adquire outro sentido (SINGER, 2009, p. 101).

Esse descompasso entre o apoio de eleitores do chamado subproletariado ao presidente e as denúncias e críticas veiculadas por setores da imprensa fez surgir análises na mídia sobre o comportamento político de Lula, seu carisma, seu populismo, o que trataremos adiante. A tônica da campanha de 2006 foi uma oposição entre ricos, representados por Geraldo Alkmin (PSDB), e pobres, representados por Lula, o “pai dos pobres”. Foi esse cenário que evidenciou, na visão de Singer (2009), o fortalecimento do lulismo, com um apoio ao presidente por parte da classe social com renda de até dois salários mínimos até então inexistente.

Lúcio Rennó e Andrea Cabello (2010) contrariam a argumentação de Singer (2009). Acreditam que não há realinhamento político-ideológico em parte do eleitorado baseado num corte de classes (redução das desigualdades) e ideologia (conservadorismo econômico), e sim a manifestação de um eleitorado com baixo interesse por política, desatento a eleições e sem vinculações partidárias, apresentando forte identificação com lideranças. Para os autores, o principal fator a explicar a adesão dessa fatia do eleitorado a Lula é a avaliação positiva que, em geral, fizeram de seu governo, e não um processo de identificação político-ideológica. Mas os argumentos carecem de melhores esclarecimentos e não explicam a liderança de Lula junto às camadas populares, já que a avaliação positiva de seu governo não parece ser elemento suficiente para que se torne um líder de tamanha expressão política. Destaque-se, também, que, se por um lado, observou-se que houve um aumento expressivo do apoio das classes populares a Lula, argumenta-se também ter havido transferência de votos tradicionais do PT para outros candidatos, sobretudo no primeiro turno (MUNDIM, 2011; RENNÓ & HOEPERS, 2010). Lúcio Rennó e Bruno Hoepers (2010) chamaram esse comportamento de voto estratégico punitivo²⁹.

²⁹ Trata-se de um tipo de voto não útil, como punição ao partido em decorrência de seu envolvimento com escândalos de corrupção e de seu realinhamento ideológico. De acordo com os autores, a derrota de Lula para

Mundim (2011) argumenta que a mídia teve papel importante no pleito eleitoral de 2006, contradizendo análises que a consideraram fracassada numa eventual tentativa de minar a candidatura petista. De acordo com o autor, ela apenas havia “produzido” grandes efeitos para alguns eleitores e limitados para outros. De toda forma, o comportamento da mídia à época da reeleição de Lula foi visto como altamente crítico ao Governo, observando-se uma assimetria entre as abordagens desfavoráveis a Lula comparativamente às realizadas sobre os demais candidatos. De alguma forma, verificou-se a tentativa de promover uma caracterização reducionista da gestão petista, de seus agentes e, sobretudo, do ex-presidente Lula, numa reação que identificamos neste trabalho como *antilulismo*.

3.2) O antilulismo: revelações de um “jeito Lula” de ser e um “modo PT” de governar

A imprensa também adotou a rubrica “lulismo”, mas com uma conotação diferente e, geralmente, com teor pejorativo. Termos como *lulismo* e *lulo-petismo* eram vistos em comentários e análises políticas que se reportavam à forma pela qual o presidente e sua equipe conduziam suas administrações (e ganharam o gosto de alguns leitores que, eventualmente, comentavam as análises). Elas vieram à tona sobretudo a partir de 2006, quando as pesquisas de opinião indicavam a alta popularidade de Lula a despeito das sucessivas denúncias de corrupção em seu governo. Em *O lulismo no poder* (2010), um compilado de artigos do jornalista Merval Pereira sobre o ex-presidente Lula, essa tônica fica patente e vem associada à condução da política externa brasileira voltada para relações Sul-Sul (denominada como “antiamericana”), ao chamado aparelhamento do Estado (preenchimento de cargos na estrutura administrativa do Poder Executivo), à corrupção, ao assistencialismo do *Programa Bolsa Família*, ao pragmatismo do partido, ao populismo de Lula, às tentativas de “controle” dos meios de comunicação, dentre outros aspectos. Não fica exatamente clara a distinção entre *lulismo* e *petismo* na concepção do jornalista, mas, em geral, *lulismo* se refere à popularidade do presidente (seu perfil carismático ou populista), enquanto *petismo* é reservado para posicionamentos considerados esquerdistas ou “comunistas” (como o alinhamento com governos de esquerda ou uma suposta política “antiamericana”) ou ao

esse segmento do eleitorado não parecia importante no primeiro turno, mas se tornou mais relevante no segundo, já que as alternativas de escolhas haviam se reduzido a dois concorrentes. O percentual de eleitores suscetível a tal posicionamento, de acordo com os autores, foi pequeno, cerca de 4%, mas teria feito diferença para a eleição de Lula já no primeiro turno.

aparelhamento do Estado. Na orelha do livro, elaborada pelo comentarista Arnaldo Jabor, encontramos uma declaração emblemática sobre o *lulismo* (ou *lulo-petismo*) que, pelo tom verborrágico característico do autor, nos dá mais clareza sobre a leitura que setores tradicionais da imprensa fizeram sobre o governo Lula e o ex-presidente. Destacamos o trecho a seguir:

Com o lulismo prevalecendo, veremos um sarapatel de equívocos políticos desenterrados: detritos de um lixo leninista, personalismo getulista tardio, arroubos vingativos de nostálgicos janguistas, desenvolvimento com 0,9% de verbas para investimentos públicos, edulcorado por obrinhas de um PAC virtual. Com o lulismo prevalecendo, serão abertas as portas para o que há de pior no país: o sinistro casamento de um radicalismo antidemocrático com a corrupção secular – patrimonialismo sindical de mãos dadas com o patrimonialismo oligárquico: Dirceu-Sarney. E tudo será envenenado por anos de rancor e desejo de vingança dos jacobinos que Lula (ao menos) cerceou um pouco. Agora eles poderão voltar com a dupla fome de mudar estruturas do Estado, disfarçados de “democratas”, mas usando os cacoetes de um “socialismo” torto, *com apoio da ignorância do povo e da doença infantil de homens e cultos que desprezam nossa “democracia burguesa”*. No Brasil, a palavra “esquerda” ainda é o ópio dos intelectuais (...) o pós-lulismo não precisará dizer a verdade – a manipulação política, já testada, será ainda mais hipócrita e corrosiva. Eles não ligam... Os lulopetistas são donos da “mentira revolucionária” (JABOR, 2010 *apud* PEREIRA, 2010 – grifos nossos).

O que fica translúcido no texto de Arnaldo Jabor é a configuração de uma interpretação que ganhou grande destaque nos principais veículos de comunicação: o *lulismo* (ou *petismo*) tornou-se um rótulo poderoso para qualificar o Governo, caracterizando-o a partir do aparelhamento do Estado, da corrupção, da condescendência, do pragmatismo político, mesmo se valendo de expressões e interpretações, por vezes, lunáticas, grosseiras e antiquadas, no melhor estilo dos nada saudosos tempos da Guerra Fria. Elaborando uma crítica à coletânea de Merval, o pesquisador Fernando Lattman-Weltman (2011) considera que um dos grandes equívocos da obra é justamente o reducionismo que opera na avaliação da experiência de governo de Lula, tomando como

unidimensional e coerente o que é múltiplo e contraditório, como monolítico o que é fraturado, como ideológico o que é muito mais pragmático, como culturalmente consistente o que é híbrido e sincrético, como bom, ou mau – à maneira maniqueísta – o que não é necessariamente nem uma coisa nem outra, como estando, enfim, pronto e fechado aquilo que na verdade encontra-se aberto e em processo (LATTMAN-WELTMAN, 2011, p. 114).

Na visão do pesquisador, tal posicionamento (a crença no lulismo nos termos

expressos por Merval – e por outros jornalistas), acabou por levar o atacado a se portar como “um oponente consistente e sistemático: um autêntico 'ismo' em ação e reação” (Idem, 2011, p. 115). E dessa forma, acredita Lattman-Weltman, a criatura forjada pelo cronista tornou-se um poderoso projeto político, imbatível, pelo menos do ponto de vista eleitoral. Em 2006, durante sua campanha para o segundo mandato, a cobertura da mídia foi marcadamente desfavorável ao candidato da situação, sendo considerada negativa demais para ser “apartidária” (ALDÉ, MENDES & FIGUEIREDO, 2007). No estudo realizado pelos autores, constatou-se um franco posicionamento anti-Lula, inclusive nos espaços opinativos dos veículos, ao passo que a cobertura sobre Alkmin foi bem mais positiva³⁰. Verificou-se que o posicionamento crítico dos veículos em relação a Lula e ao PT se fez presente no próprio relacionamento entre o partido (e Governo) e a mídia, que acusava sistematicamente o PT e Lula de se articularem “contra a liberdade de imprensa” (Idem, 2007). Nesse sentido, os autores apontaram para a falta de pluralismo na cobertura do período considerado, fato que também foi percebido por Freitas e Pires (2009). Considerando o espaço opinativo nos mesmos veículos analisados por Aldé e outros (2007), Freitas e Pires concluíram por haver um alinhamento político entre os veículos e as opiniões ali publicadas. As opiniões expressas em colunas e editoriais, em geral, basearam-se em suposições e as fontes acionadas corroboraram a opinião expressa. Os autores consideraram que as opiniões publicadas tentaram assumir um protagonismo na cena política e foi

se tornando muito mais um “posicionamento político” do que uma análise opinativa ou interpretativa, perdendo, assim, parte de sua aura mediadora e parecendo converter-se em um contendor em disputa, sem abandonar o discurso autorreferencial fundado na visão liberal da liberdade e da pluralidade da imprensa (FREITAS & PIRES, 2009, p. 139).

Ancorados num discurso da ética na política, jornalistas e analistas, quando não manifestavam explicitamente sua crítica ao governo, acreditaram, num primeiro momento, que a reeleição de Lula seria fortemente prejudicada pelos escândalos amplamente divulgados, ainda que as pesquisas de popularidade do presidente lhe conferissem respaldo popular. E pareceram perplexos ao perceber que o mensalão não havia sido capaz de reverter o apoio popular do presidente, passando, então, a trabalhar com a tese do patrimonialismo como central na conformação desse apoio a Lula. O *lulismo*, na versão de alguns setores da

30 Os autores analisaram a cobertura dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* dos candidatos à presidência durante o ano eleitoral, considerando a visibilidade dos mesmos e a valência das matérias (positiva ou negativa).

imprensa, surgia, então, como um fenômeno ancorado, como bem ilustra a caricata fala de Jabor, no patrimonialismo, no personalismo getulista (populismo), na ignorância do povo beneficiário de ações assistencialistas de seu “pai”, no fisiologismo partidário e na falência das instituições, especialmente do Congresso Nacional. O colunista Nelson Motta, da *Folha de S. Paulo*, também relacionou o *lulismo* à ignorância de um povo que “vota em mensaleiros e sanguessugas sem se importar se o presidente sabia ou não dos escândalos ocorridos em seu governo”, já que o que realmente importava era não perder o *Bolsa Família*. E completa: “por ignorância, burrice ou esperteza demais, por desilusão, cinismo ou oportunismo, a ideologia dominante no Brasil hoje não é de esquerda nem de direita, é o *lulismo*. E é aí que mora o perigo” (MOTTA, 2006 *apud* CASTRO & PIRES, 2009, p. 6).

A tese do *lulismo* na versão forjada pela imprensa em 2006 mantém-se ativa em 2009, ano anterior à eleição em que Dilma seria eleita presidenta. E ela não só ecoou em 2009, como continuou em voga durante as eleições subsequentes (2010) e continua a ser acionada por analistas políticos dos veículos. Seria um equívoco praticar uma generalização aqui, mas consideramos que, pelo menos nos veículos amplamente analisados nas pesquisas acadêmicas às quais tivemos acesso³¹, a tese do *lulismo* (e do *petismo*) tornou-se, na verdade uma espécie de movimento: o *antilulismo/antipetismo*, um recurso simbólico poderoso para a caracterização e análise do governo do PT. Nesse sentido, adotamos os termos *antilulismo* e *antipetismo* em substituição a *lulismo* e *petismo* (nessa versão predominante na mídia) por concordar com a observação de Castro e Pires (2009) de que *lulismo*, tal qual esboçado pelas análises da mídia, mostrou-se um termo equivocado, já que se trata de uma falsa questão, na medida em que mobilizou características e comportamentos já presentes no imaginário social brasileiro: clientelismo, populismo, patrimonialismo, mandonismos, coronelismo, autoritarismo, corrupção, aparelhamento do Estado e de organizações sociais. Ou seja, não se tratava de um *jeito Lula* de ser e ou um *jeito PT* de governar, mas uma prática caracterizada por um comportamento verificado em vários momentos da história política brasileira. Além disso, tratou-se, exclusivamente, de uma terminologia crítica e pejorativa e, por vezes, com explicações caricatas gestadas por atores da mídia relativamente a Lula e ao PT. Mesmo que as denominações utilizadas tenham sido “*lulismo*” e/ou “*petismo*”, o que se verificam são críticas contundentes, indignadas e, muitas vezes, reativas ao que consideravam ser a

31 Boa parte das pesquisas sobre o processo eleitoral de 2006 e 2010 tomaram os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* para construção de seus *corpus* de análise.

implantação de medidas “socialistas”, “lenilistas”, “esquerdistas”. Sendo assim, o “lulismo” tornou-se um inimigo a ser denunciado e combatido.

As autoras acreditavam, àquela época, que essa tese e toda sua indumentária conceitual seriam utilizadas para (des)qualificar a sucessora de Lula, como indicavam alguns artigos que já a consideravam como futura candidata e expressavam o risco de continuidade de “tudo aquilo que o lulismo representa” (CASTRO & PIRES, 2009, p. 21). O *lulismo*, ou *antilulismo*, constituído integralmente de posicionamentos críticos a um suposto jeito de ser e de governar que, ao que indicam alguns editoriais, análises e opiniões de veículos de referência nacionais, não deveriam permanecer no poder.

Ainda que tivessem sido publicadas tantas denúncias e análises desfavoráveis ao Governo, Lula conseguiu se suplantar e não só venceu as eleições de 2006, como também conseguiu fazer sua sucessora. A intensa divulgação dos casos de corrupção não foi capaz de produzir nos eleitores os efeitos esperados por boa parte dos “formadores de opinião”. O pesquisador Fernando Lattmann-Weltman recuperou um interessante artigo de Zuenir Ventura, publicado em *O Globo*, em 30/8/2006, do qual extrai o seguinte trecho:

Um enigma que ainda não encontrou resposta: por que, apesar da avalanche de denúncias da imprensa contra ele e seu governo, Lula continua à frente das pesquisas, pelo menos até agora? Os jornalistas e colunistas políticos mal disfarçam uma justa frustração e um certo (re)sentimento de derrota. É como se o seu trabalho tivesse sido inútil. De que adiantaram tantas críticas e acusações? (VENTURA, 2006 *apud* LATTMANN-WELTMAN, 2006, p. 48).

Ao que o próprio pesquisador completa: “todo trabalho cívico de apuração de denúncias e de desvios de conduta, capitaneado pela mídia em meses (e também em anos) recentes teria sido inútil? Toda sacrossanta cruzada midiática pela moralização da coisa pública teria sido em vão?” (Idem, 2006, p. 48). A crítica de Lattman-Weltman recai precisamente sobre a ideia de que os “formadores de opinião” julgam e condenam acusados de corrupção ou os eleitores que neles votam. Para ele, causava estranheza o julgamento feito por formadores de opinião de que o eleitorado brasileiro deixaria de se pautar pela moralidade pública (da classe média) para se pautar por perdas e ganhos oriundos das decisões de seus governantes (o que o autor considera ser esperado, inclusive, da própria racionalidade moderna). Segundo Lattman-Weltman, a mídia agia de modo a considerar naturalmente

imputável a toda população brasileira a mesma moralidade que embasava as críticas feitas a Lula e seu governo. Nesse sentido, a frustração dos formadores de opinião, de acordo com Zuenir Ventura e Lattman-Weltman, decorria basicamente da arrogância de se sentirem portavozes da opinião pública com capacidade de influenciar a sociedade.

3.3) “Deixo em tuas mãos o meu povo”: as eleições 2010 e a disputa pelo terceiro mandato de Lula

O pleito de 2010 foi marcado por algumas peculiaridades, figurando, dentre elas, a regulamentação do uso da *internet* para as campanhas eleitorais, a ausência de Lula dentre os concorrentes, as discussões sobre a Lei Complementar 135/2010 (“Ficha Limpa³²”), a presença, na disputa, de duas mulheres com desempenho eleitoral expressivo, e a mobilização da liderança de Lula como principal valência para atingir o eleitorado (MENDONÇA & ORGANO, 2011; AMORIM, 2013; TELLES & PIRES, 2013; TELLES, 2012). Os candidatos com maiores chances de passar para o segundo turno, entretanto, repetiram o que pode ser considerado um padrão nas disputas eleitorais do recente período democrático brasileiro, a polarização entre o PT e o PSDB, ambos os únicos a participarem de todas as disputas à Presidência da República no período pós-Constituinte e os mais votados em todas as eleições ocorridas entre 1994 e 2010 (LIMONGI & CORTEZ, 2010).

A liderança exercida pelo presidente Lula veio num crescente desde 2006, atingindo seu ápice no último ano de seu segundo mandato, quando se empenhou intensamente na eleição de sua sucessora (TELLES & PIRES, 2013). Antes de ser formalmente lançada como candidata, Dilma já vinha sendo avaliada pela imprensa, representada como uma mulher truculenta, sisuda, “gerentona”. Não parecia estar muito preocupada com seu visual, sorria pouco e dava declarações técnicas sobre as ações do Governo. Alguns trabalhos procuraram analisar a forma como a então ministra era representada pela mídia antes de sua (pré)

32 A Lei Complementar nº 135/2010 foi sancionada pelo presidente Lula, em 4 de junho de 2010, mas não teve validade para o período eleitoral daquele ano, sendo ratificada pelo Supremo Tribunal Federal quase dois anos depois. Seus efeitos foram válidos apenas a partir das eleições de 2012. A lei foi resultado da *Campanha Ficha Limpa*, lançada em abril de 2008 por grupos da sociedade civil com o objetivo de qualificar o perfil dos candidatos e candidatas a cargos eletivos no Brasil. Para isso, foi elaborado um Projeto de Lei de Iniciativa Popular com vistas a tornar mais rígidos os critérios de inelegibilidade de candidatos com base na vida pregressa dos mesmos. A Campanha recolheu cerca de 1,3 milhão de assinaturas no país, que, junto com o projeto, foram entregues ao Congresso Nacional em setembro de 2009. (Cf. << http://www.fichalimpa.org.br/index.php/main/ficha_limpa >>, acessado em 5/3/2013).

candidatura e lhe confirmaram atributos de seriedade, austeridade, competência e vituperação. Conforme relatam Barbara e Gomes (2010), muitas das opiniões sobre Dilma expressas na imprensa se associavam³³

não às características socioculturais tradicionalmente atribuídas à mulher (doação, sacrifício e afetividade), mas às do homem (competição, luta e racionalização/tecnicismo) e talvez seja esse deslocamento que cause estranhamento àqueles que a representavam como uma mulher política austera, reforçando a imagem de mulher-política: combatente, “sargentona”, mandona, chefe. Sensibilidade, ternura, emoção, pureza não surgiram como atributos e qualificadores da “natureza” feminina de Dilma Rousseff-ministra, mas sim traços de rispidez, austeridade e agressividade, caracterizando uma imagem de sujeito-político-mulher, com potencialidades masculinas (BARBARA & GOMES, 2010, p. 76).

Entretanto, a partir do momento em que seu nome passou a ser arrolado ao posto de presidenciável, tornou-se evidente a diferença entre as representações da ministra e as da pré-candidata, o que indicava, na visão das autoras, a regulação e normalização por parte do “espaço político” do comportamento e da representação da candidata para atingir fins eleitoreiros. Segundo Barbara e Gomes (2010), as estratégias para a construção da candidata objetivaram provocar um deslocamento de suas condutas, atitudes e comportamentos no sentido de sua humanização e suavização, ou seja, para transformar a “Dilma-ministra-austera” na “Dilma-pré-candidata-humanizada” (Idem, 2010, p. 88). E isso foi percebido e repercutido pela imprensa, sendo possível observar uma construção ambivalente do perfil de Dilma nas matérias analisadas pelas autoras: antes, a conduta tecnicista e competitiva, depois, uma imagem dócil.

A estratégia delineada pelo “espaço político” era construir a imagem de uma mulher competente, sensível e generosa, alguém capaz de dar continuidade ao trabalho desenvolvido por Lula, aperfeiçoando as conquistas de seu governo (BARBARA & GOMES, 2010; MEDONÇA & ORGANO, 2011; PIRES, 2011). De acordo com Pires (2011), a primeira ocasião em que Lula comparou Dilma à figura materna ocorreu no dia 7 de março de 2008, durante a cerimônia que marcou o início das obras do *Programa de Aceleração do*

33 As autoras coletaram “textos midiáticos” publicados nas revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, entre 2003 e 2009, considerando, principalmente os chamados gêneros informativos e interpretativos (reportagens e notícias). O material foi segmentado em duas fases, de 2003 a 2006, período que compreende sua nomeação como ministra das Minas e Energia e sua transição para o cargo de ministra-chefe da Casa Civil e, de 2007 a 2009, tempo em que esteve à frente do referido ministério, subdividido nos seguintes momentos: Casa Civil – Coordenadora *PAC*, Cirurgia – pré-candidata, Doença – pré-candidata e candidata à presidência.

Crescimento (PAC) no Complexo do Alemão (RJ). Lula teria dito: “A Dilma é uma espécie de mãe do PAC; é ela que cuida, é ela que acompanha, é ela que vai cobrar junto com o Márcio Fortes se as obras estão andando ou não estão andando” (LULA *apud* KAMEL, 2009, *apud* PIRES, 2011, p. 141 – grifos da autora). O cenário eleitoral ainda estava longe de ser definido e os partidos indicariam seus candidatos apenas dois anos depois. Mas, desde então, o presidente passou a associar sua imagem à de sua principal ministra e, de acordo com Amaral (2010), teria definido sozinho seu nome para lhe suceder, o que foi se tornando perceptível pela imprensa. A revista *Veja*, de 21/9/2009, na irônica reportagem *De corpo e alma em 2010*, analisava o que chamou de *PAC pessoal de Dilma (Plano de Aprimoramento Cosmético)*, ressaltando sua plástica, seu novo corte de cabelo, a substituição dos óculos por lentes de contato e seu novo estilo (CABRAL, 2009). As mudanças não pararam por aí: em agosto de 2010, já candidata, Dilma teria contratado o estilista Alexandre Herchovitch como seu *personal stylist*³⁴.

Os índices positivos de avaliação do Governo Lula e sua alta popularidade lhe conferiram um protagonismo fundamental no processo eleitoral de 2010. Sua imagem foi utilizada não só como sustentação principal de Dilma, mas de vários concorrentes aos governos estaduais e às casas legislativas. José Serra (PSDB), principal adversário do PT na disputa presidencial, também teve que reconhecer a importância do *Programa Bolsa Família*, comprometendo-se com sua continuidade, chegando, inclusive, a se colocar como melhor sucessor de Lula, já que Dilma, em tese, era uma pessoa “desconhecida” e inexperiente. Para se ter uma ideia do peso que o ex-presidente teve na determinação do voto, Telles e Pires (2013) trazem uma interessante informação da Pesquisa Nacional *Eleições Presidenciais 2010*. Nela, simulou-se a seguinte situação: “Se Lula apoiasse o candidato Serra nessa eleição, em quem o Sr.(a) votaria para Presidente: Dilma ou Serra?”. Nesse cenário, 33,2% dos respondentes disseram que votariam em Dilma, 49% deles votariam em Serra e 17,8% não souberam ou não responderam. Outra informação exposta pela pesquisa correlacionou a questão acima com a avaliação atribuída ao Governo Lula, que reproduzimos na tabela seguinte:

34 Não só a preocupação de Dilma em construir um estilo próprio mais palatável foi assunto das editorias de moda. A ocasião de sua posse, no dia 1º de janeiro de 2011, movimentou editoriais e *blogs* de moda em análises sobre sua estilista e os modelos escolhidos para as cerimônias (QUEIROZ, 2011).

Tabela 01 – Cenário Intenção de voto em Serra e intenção de voto em Serra com apoio de Lula controlado por avaliação de Lula (2º. Turno)³⁵

Avaliação de Lula	Intenção de voto em Serra (A)	Intenção de voto em Serra se apoiado por Lula (B)	Saldo em pontos percentuais (A-B)
9-10	24% (433)	44% / (804)	20 / (371)
6-8	48% / (395)	54% / (449)	6 / (54)
0-5	73% / (232)	67% / (215)	-6 / (-17)
Agregado	35% (1064)	49% / (1472)	14 (408)

Verifica-se que, quanto maior a aprovação de Lula, maior sua influência pessoal sobre a manifestação do voto no pleito considerado, ultrapassando as barreiras partidárias. Apenas aqueles que avaliaram mais negativamente seu governo é que reduziram seu apoio a Serra num cenário em que este obtivesse o apoio do então presidente. Sendo assim, os demais candidatos acabaram evitando críticas a Lula, aderindo à retórica da situação e se colocando como única opção possível para sucessão de um governo tão exitoso. Dessa forma, Teles e Pires (2013) defendem a tese de que, no pleito de 2010, o que houve foi uma disputa pelo eleitor que desejava o terceiro mandato de Lula, optando-se por não criticar o ex-presidente, transmitir segurança ao eleitor de que as conquistas do governo petista seriam mantidas e ressaltar atributos pessoais de cada candidato como necessários para a manutenção desses avanços. De acordo com as autoras,

O êxito da estratégia do “terceiro mandato” foi possível mediante a combinação das seguintes condições: (i) presença de reduzido vínculo entre eleitores e partidos; (ii) uso de personalismo nos apelos das campanhas; (iii) oposição enfraquecida; (iv) redução do número de competidores, de modo a tornar a eleição um plebiscito; (v) efeito psicológico das normas na produção do voto útil; (vi) opinião pública satisfeita com a gestão do Presidente e, (vii) a possibilidade de transferência do prestígio político do incumbente para o seu candidato à sucessão (TELLES & PIRES, 2013, p. 26).

Vários candidatos miraram, em suas propagandas, os eleitores satisfeitos com a economia e a administração Lula da Silva, tanto em cargos proporcionais, quanto nas candidaturas majoritárias. Conforme observa Telles (2012), José Serra, por exemplo,

35 Fonte: Pesquisa Nacional Eleições Presidenciais 2010. Pergunta: Para terminar, se Lula apoiasse o candidato Serra nessa eleição, em quem o Sr (a) votaria para Presidente: Dilma ou Serra? (TELLES & PIRES, 2013, p. 10).

(...) buscava convencer o eleitorado de que era portador do perfil mais competente para manter as conquistas econômicas e sociais de Lula da Silva. Nestas presidenciais, nenhum partido – exceto o nanico PSOL – questionou estruturalmente os projetos econômicos e políticos do Governo Federal ou apresentou solução alternativa àquela ofertada pelo Planalto (TELLES, 2012, p. 8-9).

A oposição, de forma geral, acabou adotando um posicionamento passivo, aguardando que o Planalto se abatesse por recorrentes denúncias de corrupção, tomando carona na agenda midiática, em vez de exercer uma oposição programática e ideológica ao Governo. Dessa forma, Telles (2012) avalia que a alta popularidade do Governo se produziu não só pela avaliação positiva do mesmo, mas pelos equívocos da oposição que ainda não havia sido capaz de projetar um nome com alta popularidade, de inserir na agenda pública algo que a diferenciasse da situação e nem de fortalecer seu diálogo com setores do eleitorado insatisfeitos com o Governo. Por muito tempo na gestão Lula, os opositores esperaram que o Governo fosse minado por seus próprios erros, amplamente expostos pelos meios de comunicação, o que não se concretizou. Lula, nesse sentido, tinha a seu favor uma avaliação massivamente positiva de sua gestão, um prestígio e carisma raros entre os políticos brasileiros e controlava a máquina pública, sendo capaz de gerar acontecimentos favoráveis à sua administração e à sua candidatura. Veremos adiante, alguns estudos sobre o desempenho de Dilma Rousseff em sua campanha eleitoral.

3.4) A atuação de Dilma Rousseff na campanha eleitoral

Em 17 de agosto de 2010, teve início a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, permitida até 30 de setembro, a sexta-feira anterior à votação do primeiro turno. Somado ao período de propaganda do segundo turno (5/10 a 29/10) (BRASIL, 2010), foram 70 dias para que os candidatos se apresentassem em cadeia nacional de rádio e TV. Mesmo antes de iniciada a campanha, já era possível perceber o tom que seria assumido pelos (e proposto para os) candidatos, uma vez que a mídia já acompanhava suas rotinas há algum tempo. O burburinho pré-eleitoral já lançava várias contendas que seriam travadas durante a disputa e tentava prever cenários, articulações políticas e o eventual desempenho dos candidatos e candidatas.

Não foram poucas as notícias e comentários que davam conta do caráter encenado da

candidata Dilma Rousseff que, se num primeiro momento, apareceu nervosa no debate realizado na TV Bandeirantes, em 5/8/10, posteriormente, no entanto, tornou-se bem mais tranquila ao lidar com as investidas da emblemática entrevista feita por William Bonner e Fátima Bernardes, na edição do *Jornal Nacional* de 10/8/10³⁶. De forma a obter melhor desempenho na campanha, a candidata contou com uma vasta assessoria e contratou uma das mais reconhecidas especialistas em *media training* do país, a jornalista Olga Curado³⁷. Sua missão era fazer Dilma agir como se já tivesse nascido na frente das câmeras, sem perder o *script*. Nada de frases longas, nada de tecnicismos, nenhum destempero: Dilma não podia errar na tevê! Dependia de seu desempenho na telinha a manutenção (no mínimo) ou a ampliação da vantagem que tinha em relação a José Serra, podendo inclusive, conquistar a vitória já no primeiro turno (MENEZES, 2010). Mesmo com essa assessoria, a candidata parecia ter grande dificuldade de se apresentar em público. Se, nos programas eleitorais exibidos na TV, sua fala era articulada, corrente e sua gesticulação parecia integrada ao seu discurso, nos debates e entrevistas, não conseguia ser clara, apresentava vícios de fala, como o famoso “no que se refere”, e apresentava um gestual desengonçado.

Em seus programas eleitorais, Dilma focou no enaltecimento do Brasil, destacando o papel do Governo Lula no desenvolvimento do país, já que “ressaltar o Brasil, as qualidades naturais do país, o sentimento de brasilidade do povo e a riqueza sociocultural dos brasileiros seria reafirmar o *slogan* do governo Lula: “Brasil – um país de todos” (PANKE, GANDIN, BUBNIAK, GALVÃO, 2011, p. 6-7). Houve uma presença intensa de Lula nos programas de Dilma, seja para ressaltar seu papel nas realizações do Governo, ou para lhe avaliar a candidatura, como meio de dar continuidade aos projetos iniciados em 2003. No primeiro turno, buscou-se apresentar a candidata, tanto por sua trajetória política quanto por detalhes de sua vida pessoal, delineando uma pessoa determinada, forte e valente. Destacou-se sua atuação técnica à frente de secretarias e ministérios até sua chegada ao cargo mais importante do Governo depois do presidente. Ao mesmo tempo, buscou-se identificar sua vida pessoal, a militância contra a ditadura, seu tempo de prisão, seu casamento e o nascimento de sua filha

36 As entrevistas faziam parte de uma série de encontros promovidos naquela semana pelo *Jornal Nacional*, que recebeu em sua bancada José Serra, Marina Silva, Dilma Rousseff e Plínio de Arruda Sampaio. William Bonner foi chamado, na época, de *Pit Bonner* (MENEZES, 2010) por ter sido considerado agressivo, sobretudo, com as candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva.

37 Olga Curado foi diretora da Globo por 14 anos, sendo uma das responsáveis pela implantação do Padrão Globo de Qualidade. Utiliza técnicas da *gestalt terapia*, *aikidô*, *ioga* e estudos das emoções faciais. Dentre seus assessorados, pela bagatela de 8 mil reais/hora, figuram personalidades como Márcio Thomaz Barros, José Dirceu, Luiz Gushiken, Jackson Lago e empresas como a TAM (MENEZES, 2010).

(PANKE *et al*, 2011; MENDONÇA & ORGANO, 2011).

Já no segundo turno, emergiram temáticas como as privatizações e ataques ao adversário, sobretudo sua falta de sinceridade (MENDONÇA & ORGANO, 2011). Pudemos verificar também que, no segundo turno, a candidatura governista buscou evidenciar as diferenças entre os oito anos de governo FHC e os oito anos da gestão Lula, o que havia ficado mais sutil no primeiro turno. Por outro lado, de acordo com Mendonça e Organo (2011), os programas de José Serra focaram principalmente na apresentação de sua biografia, seus cargos e seus feitos (cerca de 50% do tempo dos programas foi destinado a esse tema), além de desqualificar a candidatura de Dilma Rousseff (cerca de 14%), mostrando-a como uma pessoa desconhecida e despreparada.

Analisando a cobertura da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo* sobre as eleições 2010, Saisi (2011) observou que em ambos os veículos prevaleceu uma cobertura que privilegiou ataques, denúncias e escândalos, sendo fortemente desfavorável à candidata governista. Na *Folha*, foi destacada a dependência de Dilma em relação a Lula (indicando, assim, seu despreparo para o cargo); a aliança com o PMDB e as consequentes negociações de cargos; o uso da máquina pública; seu suposto vínculo com a guerrilha, o narcotráfico e as Farcs; eventuais riscos de invasões de terras pelo MST no caso sua vitória; o *mensalão* e problemas no Governo Lula (caos aéreo, saneamento, habitação, indenizações a vítimas da Ditadura, etc.). Dois episódios mereceram destaque: a quebra de sigilo fiscal de tucanos e a existência de *lobby* na Casa Civil, envolvendo a então ministra Erenice Guerra e seus familiares. De acordo com a autora, nesses casos, observou-se

que as respostas do governo e da candidata foram usadas para acentuar o escândalo e não para esclarecê-lo. Assim, o espaço dado ao “outro lado” da questão acabou por ser negativo, sendo muitas vezes utilizado como munição para nova rodada de denúncias, como a de que Lula censurava a imprensa (SAISI, 2011, p. 15).

Em *O Estado de S. Paulo*, a cobertura seguiu o mesmo tom e abordou os mesmos assuntos acrescidos de temas sobre política ambiental e industrial, a arrogância da candidata, rumores sobre ameaças à democracia, críticas às relações do governo brasileiro com o Irã, o apoio a Hugo Chávez, etc. José Serra mereceu destaques negativos em matérias sobre críticas feitas por Dilma à sua candidatura e ao seu partido e sobre crises com seus aliados. Marina,

por sua vez, foi questionada apenas sobre o patrimônio de seu candidato a vice e sobre a exoneração de seus assessores do Senado (SAISI, 2011). Ou seja, de acordo com a autora, em ambos os veículos, as abordagens foram majoritariamente desfavoráveis à candidatura da situação.

No segundo turno, o quadro da cobertura permaneceu, em geral, o mesmo: primazia de denúncias, a maioria delas endereçadas à Dilma, embora José Serra tenha apresentado ligeira elevação nesse quesito, dadas as denúncias de corrupção em obras do metrô de São Paulo. Verificou-se também um aumento na cobertura sobre alianças políticas, basicamente, apresentando as ações das duas candidaturas em busca dos quase 20 milhões de votos de Marina Silva. Outro fato mereceu destaque, o aparecimento, no final do primeiro turno, da temática da descriminalização do aborto, com a participação ativa de grupos religiosos (SAISI, 2011). Dilma foi frequentemente questionada sobre sua posição em relação a esse tema.

3.5) O feminino em campanha e a contenda do aborto

Mendonça e Organo (2011) procuraram identificar a maneira pela qual o feminino foi articulado à campanha de Dilma Rousseff a partir de quatro quadros interpretativos: o discurso da igualdade³⁸, a marcação da diferença pela diferença³⁹, a ética do cuidado⁴⁰ e o

38 De acordo com os autores, o discurso da igualdade esteve na base de boa parte dos movimentos feministas do século XX. A ideia principal era combater as assimetrias de poder e de acesso a direitos assentadas na diferenciação de gênero que excluíram, por décadas, as mulheres das esferas de participação política e do mercado de trabalho, por exemplo.

39 Antagônico ao discurso da igualdade, o discurso da diferença pela diferença, conforme argumentam os autores, busca valorizar aspectos que seriam particulares às identidades e às experiências femininas e que acabaram sendo negligenciados pelo discurso da igualdade.

40 A ética do cuidado refere-se a um padrão ético-moral de comportamento de mulheres que se baseia na responsabilidade e manutenção de vínculos e relacionamentos. Uma das pesquisadoras-chave dessa perspectiva teórica é Carol Gilligan (1993), que estudou as diferenças comportamentais entre homens e mulheres em diferentes momentos da vida. Observou Gilligan que os homens baseiam-se numa ética da justiça, em direitos iguais e tratamentos iguais e as mulheres estariam mais propensas a uma ética do cuidado, da generosidade e da responsabilidade. Para a autora, o desenvolvimento da identidade masculina está assentada na separação, no rompimento do vínculo entre mãe e filho, para sua diferenciação. Enquanto isso, o da menina, baseia-se no apego, na medida em que não é necessária diferenciação entre mãe e filha. Esses processos acabariam por fazer com que os homens tenham maiores dificuldades com os relacionamentos, enquanto, para as mulheres, torna-se mais difícil o rompimento. Isso manifesta-se, por exemplo, em jogos e brincadeiras em que o espírito competitivo e agressivo é marcante no comportamento dos garotos, enquanto as meninas costumam encerrar as brincadeiras quando do surgimento de algum conflito. Na política isso poderia representar a superação de uma visão competitiva pautada por ganhos econômicos, e uma atuação pautada pelo cuidado com o outro.

discurso do desconstrucionismo⁴¹. De acordo com os autores, o primeiro quadro esteve presente de três formas: na recusa de padrões gramaticais masculinos, em trechos em que se ressaltava a presença da mulher no mercado de trabalho, inclusive em profissões tradicionalmente exercidas por homens, e, por fim, na identificação de sua candidatura como símbolo das lutas das mulheres por igualdade de direitos⁴². A marcação da diferença pela diferença se manifestou constantemente no ineditismo e na relevância atribuídos a uma mulher com chances reais de se tornar a primeira presidenta do país. Além disso, a candidata ressaltou sua atuação do governo “Lula e Dilma” na promoção de políticas públicas voltadas para as mulheres e, ao fim do primeiro turno, ao agradecer pela votação recebida, Dilma ressaltou o desempenho obtido por ela e Marina Silva que, juntas, chegaram a 67% do total de votos válidos, evidência, segundo ela, de que o povo desejava uma mulher na presidência. Além disso, ainda no âmbito da diferença, mas no quadro mais específico da ética do cuidado, ressaltaram-se características femininas que poderiam fazer diferença num governo, que em vez de se pautar por números (numa alusão tanto à racionalidade do meio político, quanto ao “economês” identificado com os tucanos), deveria se pautar pelo cuidado e pelo carinho. Conforme observam Mendonça e Organo,

Frequentemente estereotipada como mulher fria (ou até truculenta), Dilma busca se inserir em um quadro de sentido que opera com a lógica do afeto, da sensibilidade e do carinho. Com isso, busca desvincular-se do estereótipo masculino, que, supostamente, prioriza a racionalidade em detrimento da emoção, o que não implica abrir mão da objetividade. Dilma representaria um modo de governar respeitoso, que busca erradicar a miséria, cuidar das famílias e garantir a dignidade dos lares (MENDONÇA & ORGANO, 2011, p. 22).

Esse enquadramento foi mobilizado ainda como uma estratégia para combater rumores de que Dilma seria ateia e favorável à descriminalização do aborto. O debate religioso iniciado na virada dos turnos acabou engendrando em sua campanha um enquadramento que lhe ressaltava as qualidades de mãe, seus vínculos familiares, sua fé e a atuação do Governo “Lula e Dilma” em favor da família brasileira. O excerto abaixo, destacado pelos autores, é ilustrativo disso:

41 De acordo com os autores, o discurso desconstrucionista questiona a diferenciação de sexo e de gênero como forma de classificação social, na medida em que tal segmentação alimenta assimetrias e a hierarquização social e restringe vivências de identidades de gênero e de sexualidade das pessoas em suas experiências cotidianas.

42 Os autores destacam que nesse aspecto, Dilma abordava a atuação das mulheres na política, criticando os espaços tradicionais da educação, cuidado, saúde e família e indicando seu pioneirismo no campo das *hard politics* (áreas como economia, finanças, energia, etc), que possuem, em geral, maior peso político.

O Brasil de Dilma vai oferecer um futuro de paz e alegria para suas crianças. Porque ela sabe que para uma nação ser digna desse nome, tem de cuidar de suas crianças. *Desde o momento em que cada coraçãozinho começa a bater dentro da barriga da mãe.* Por isso, Dilma vai criar a *Rede cegonha*, um programa de cuidado total com a mãe e o bebê. Ela também vai ajudar as crianças a abrir os olhos para a vida e a se conhecer. Fazer com que elas tenham onde brincar, dizer umas às outras as suas primeiras palavras. Por isso, Dilma vai espalhar 6 mil creches e pré-escolas pelo país. E o Brasil será um país de todas as crianças. (HGPE 29/10 *apud* MENDONÇA & ORGANO, 2011, p. 23 – grifos nossos)

O trecho destacado na citação acima sinaliza, de maneira indireta, a posição da candidata com relação ao aborto, protegendo a vida, se não desde sua concepção, pelo menos a partir do momento em que o coração do bebê inicia seus batimentos (e o debate sobre o momento em que se inicia a vida é um ponto crucial entre religiosos e os defensores da descriminalização do aborto). Cabe-nos ainda ressaltar que, na pesquisa de Mendonça e Organo (2011), não foram identificados trechos dos programas de Dilma que contivessem o quadro interpretativo do desconstrucionismo. De acordo com os autores, nem o contexto eleitoral se mostrava favorável a uma proposição da desconstrução do gênero, o que poderia gerar incompreensão e rejeição por parte dos eleitores, nem a opressão de gênero foi frontalmente tematizada pela candidatura de Dilma, que “optou por uma abordagem mais tangencial da questão” (MENDONÇA & ORGANO, 2011, p. 26).

Cabe-nos ressaltar, ainda, outro assunto relacionado à temática de gênero que foi abordado no processo eleitoral de 2010: a descriminalização do aborto. O tema ganhou visibilidade na agenda política, sobretudo, a partir da tentativa de grupos religiosos de pressionar os candidatos a se posicionarem em relação ao assunto. Sua exploração deu-se, principalmente, no final do primeiro turno e atingiu seu ápice durante o mês de outubro (MANTOVANI, 2013). A autora detecta que, embora a exploração do aborto no período eleitoral tenha sido alvo de críticas de alguns veículos, as fontes selecionadas para tratar do tema nas reportagens veiculadas restringiam-se a candidatos, partidos políticos e representantes de igrejas⁴³. De acordo com a autora, em menos de 2% dos textos analisados foram encontradas vozes não oficiais ou de movimentos sociais favoráveis à descriminalização do aborto. Ou seja, ainda que alguns setores da mídia tenham criticado a tematização ocorrida, não parecer ter havido uma preocupação em trazer à tona discursos

43 A autora analisou 501 textos dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* publicados no período de 11 de julho a 31 de outubro de 2010.

mais plurais para o debate. Os enquadramentos promovidos nos materiais analisados pela autora reforçaram a narrativa conservadora e hegemônica contrária à descriminalização do aborto.

A respeito dessa questão, vale destacar uma reportagem de capa da revista *Veja*, publicada em 13 de outubro. A publicação trouxe uma matéria sobre as duas ‘caras’ de Dilma, abordando supostas incoerências da petista, construindo um cenário que causaria sérias dúvidas no eleitor com relação à sua escolha. A capa da semanal simulava uma carta de baralho, em que a mesma imagem de Dilma ocupava o canto superior esquerdo (sobre um fundo vermelho) e, de cabeça para baixo, o canto inferior direito (sobre um fundo branco). Na foto granulada, percebe-se uma imagem em constituição, imperfeita, precária, sem resolução, simbolizando alguém com pouca nitidez, de contornos imprecisos, ou seja, alguém pouco confiável, por não se ter certeza de sua real personalidade e intenção. Ao lado de cada imagem, a revista trouxe, entre aspas, duas falas da candidata: no fundo vermelho, a favorável à descriminalização; no fundo branco, a contrária à prática abortiva. Teria dito a candidata: “Acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Acho um absurdo que não haja. (Dilma Rousseff, em 4 de outubro de 2007)”, ao passo que, em 2010, ela se manifestaria assim: “Eu, pessoalmente, sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere o aborto uma violência (Dilma Rousseff, em 29 de setembro de 2010)”. Isso sem falar no tom vermelho utilizado na “Dilma favorável à prática abortiva”: seria ela uma comunista? Seria ela alguém que apoia a morte de crianças indefesas? Alguma similaridade entre aos rumores de socialistas comedores de crianças tão propalado na época da Ditadura? Foi nesse contexto que vários órgãos da imprensa, mediadores de debates televisivos, lideranças religiosas e concorrentes passaram a abordar a contradição da candidata. Com tamanha pressão, Dilma acabou assinando uma carta em que se comprometia, caso fosse eleita, a não tomar nenhuma medida que visasse alterar a legislação em vigor sobre o aborto e sobre a família (PIRES, 2010).



A votação do segundo turno foi realizada em 31 de outubro de 2010, um domingo em que vários programas televisivos já tinham preparadas extensas reportagens sobre a vida e a história da primeira mulher a ocupar o posto de Presidente da República Federativa do Brasil. Sua cerimônia de posse foi transmitida ao vivo por várias emissoras de televisão. A partir de então, a mídia passou a exibir uma série de reportagens a respeito da nova presidenta (sua vida, seu cotidiano, seu comportamento). Passado o período eleitoral e empossada Dilma Rousseff, foi interessante perceber que, no início, ela parecia ser celebrada pela mídia brasileira. Além de ser uma “novidade” no cenário político nacional, o fato de Dilma ser mulher também contribuiu para que ela tivesse um tratamento diferenciado na mídia. Pela primeira vez, uma autoridade-chefe da República compareceu ao Programa *Mais Você* de Ana

Maria Braga⁴⁴ e recebeu Hebe Camargo no Palácio do Planalto para uma entrevista⁴⁵. Na residência oficial da Presidência da República, o Palácio da Alvorada, Dilma recebeu a jornalista Patrícia Poeta que foi conferir um pouco de sua “intimidade” para o *Fantástico*, da Rede Globo, ocasião na qual conversaram sobre decoração, arte, a rotina e as recepções no palácio, “os gostos da primeira presidente mulher da história do Brasil”, a escolha de suas roupas (o fato de ter passado a usar mais saias do que antes é destacado pela presidenta como uma forma de afirmar sua condição de gênero, por exemplo).

A eleição de Dilma realmente trouxe uma novidade para o cenário político nacional, tanto pelo nome novo, quanto pelo fato de ser mulher. A partir de uma breve visita à história das mulheres no país, fica evidente o fosso que separa homens e mulheres no que se refere ao exercício dos direitos de cidadania. Também não podemos deixar de lado o fato de que, dentre as maiores dificuldades de Dilma como candidata, figuravam questões nitidamente vinculadas à sua condição de gênero, sobretudo, o aborto. E essa agenda forçou sua entrada para o próprio Governo que, mesmo tendo vencido o pleito, mas de olho no próximo, ainda tem que se haver com questões relativas à sexualidade, à interrupção da gravidez, ao casamento homoafetivo, etc. em decorrência, principalmente, da pressão de grupos religiosos.

Durante o ano de 2011, Dilma enfrentou importantes crises em seu Governo, que já contava com uma baixa de oito ministros: Antônio Palocci (PT), Alfredo Nascimento (PR), Nelson Jobim (PMDB), Wagner Rossi (PMDB), Pedro Novaes (PMDB), Orlando Silva (PCdoB), Carlos Luppí (PDT) e Mário Negromonte (PP). Em vários desses momentos, percebeu-se que alguns veículos analisaram as crises na atual gestão como uma herança maldita de Lula. Aliás, esta tem sido uma questão recorrente nos comentários selecionados para nossa análise: a herança de Lula, sua influência no governo e as diferenças entre a presidenta e seu padrinho político. Fomos percebendo, aos poucos, que ao focar Dilma, muitas vezes, exorcizava-se Lula.

Para entender a relevância histórica e política da eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, é necessário levar em consideração as assimetrias de direitos que historicamente relegaram as mulheres a uma condição de subcidadania. Vamos tratar desse tema no capítulo seguinte.

44 No dia 1º de março de 2011, a apresentadora recebeu Dilma Rousseff para um “bate papo” durante o café da manhã, ocasião na qual a presidenta ensinou uma receita de omelete (mesma receita demonstrada tempos antes no programa Super Pop, da Rede TV, com Luciana Gimenez).

45 A entrevista foi ao ar no quadro *Hebe Visita* do programa *Hebe*, na Rede TV, no dia 15 de março de 2011.

4) O gozo da vida pública: considerações sobre a cidadania das mulheres



Marcha das Vadias, 4 de junho de 2011.

Carlos Ceconello - Folhapress⁴⁶

A mulher, vendo que o fruto da árvore era bom para comer, de agradável aspecto e mui apropriado para abrir a inteligência, tomou dele, comeu, e o apresentou ao seu marido, que comeu igualmente. Então seus olhos abriram-se; e, vendo que estavam nus, tomaram folhas de figueira, ligaram-nas e fizeram cinturas para si (Gn, 3, 6-7).

O instante acima, flagrado por Carlos Ceconello, da *Folha de S. Paulo*, se deu durante a manifestação de um grupo de mulheres na Avenida Paulista, em 4 de junho de 2011. Mordendo a maçã, as manifestantes recuperavam Eva, a “primeira mulher”, que cairia na tentação de provar do fruto proibido da árvore do conhecimento para, então, oferecê-lo a Adão e, assim, ambos sucumbiram ao pecado original, o conhecimento do bem e do mal, sendo, por isso, condenados a uma vida de trabalho e sofrimento. Eva, responsabilizada por

⁴⁶ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/925522-marcha-das-vadias-leva-300-pessoas-para-a-av-paulista.shtml>, acessado em 25/02/2013.

seduzir seu parceiro, como punição por sua fraqueza, teria uma vida de submissão ao seu varão e sofreria com as dores do parto. No mito, a mulher é culpabilizada por buscar a própria autonomia e dá-la a conhecer ao homem, querer ver por si mesma o que é bom ou mau, saindo do jugo da ignorância. Paradoxalmente, a mulher hoje, estigmatizada pela “falta de inteligência”, foi quem deu a conhecer ao homem a árvore do conhecimento⁴⁷.

Essa manifestação na Avenida Paulista fez parte de um amplo calendário de tantas outras realizadas mundo afora para denunciar a violência contra as mulheres. Elas tiveram início em Toronto, no Canadá, após as declarações de um policial local de que as mulheres não deveriam se vestir como “vadias” para não serem violentadas. Suas palavras provocaram forte reação de ativistas que organizaram, via *internet*, a primeira *Slut Walk*, em abril de 2011. A partir de então, com a repercussão do caso pelas redes sociais, foram organizadas várias *Sluts Walk* pelo mundo, sendo que sua primeira versão brasileira, traduzida para *Marcha das vadias*, foi realizada em São Paulo, em junho do mesmo ano⁴⁸. Muitas mulheres passaram a se engajar nessas marchas contra a violência física e moral praticada contra as mulheres, inscrita na fala do policial canadense e na de tantas outras pessoas mundo afora.

Com dizeres como *Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias; Meu corpo, minhas regras; Isso não é sobre sexo, é sobre violência; etc*⁴⁹; as mulheres, algumas com os seios à mostra, defenderam sua liberdade, sua autonomia e se voltaram contra o argumento apócrifo que justifica a violência praticada contra as mulheres culpabilizando as vítimas. Vale destacar que essa justificativa, presente, inclusive, em leis no início do século XIX⁵⁰, foi por muito tempo usada na defesa de agressores em ações judiciais e ainda está presente em

47 Boff (2011) faz um breve relato das obras de duas teólogas feministas que apresentam o mito da criação como uma narrativa que visava desconstruir alguns dos pilares do matriarcalismo. De acordo com Riane Eisler (*Sacred Pleasure, sex myth and the politics of the body*, de 1995) e Fraçoise Gange (*Les dieux menteurs*, de 1997), houve uma era matriarcal anterior à patriarcal e o mito da criação atingiu quatro figuras centrais do matriarcalismo: a própria mulher, a serpente, a árvore do conhecimento e a sexualidade. O relato adâmico reconfigurou a posição sacralizada da mulher, origem da vida, tornando-a submissa ao homem e culpada pela danoção da humanidade (BOFF, 2011).

48 As *Sluts Walk* se alastraram pelo mundo, ocupando as ruas de várias cidades como Copenhague (Dinamarca), Amsterdã (Holanda), Estocolmo (Suécia), Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro.

49 Essas frases podem ser vistas na cobertura fotográfica das várias marchas realizadas no país. No portal de notícias da *Folha de S. Paulo*, na reportagem sobre a marcha realizada no Rio de Janeiro em 5 de maio de 2012, disponibilizaram-se uma série de fotografias das manifestantes que carregavam cartazes com suas manifestações. Para conferir, acesse <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1096320-no-rio-marcha-das-vadias-tem-confusao-em-frente-a-igreja.shtml>.

50 O primeiro Código Penal da República foi sancionado em 1890. Nele, protegiam-se as “mulheres honestas” contra os crimes de natureza sexual, evidenciando-se que o comportamento das vítimas era determinante para sua segurança e para configurar a proteção da legal das vítimas.

diversos âmbitos da vida social contemporânea, como na declaração do policial de Toronto, em pregações de religiosos fundamentalistas e em piadas de humoristas conhecidos.

O simbolismo da fotografia de Ceconello transborda o mero resgate de *Gênesis*, pois nos demonstra, por um lado, a permanência de interpretações machistas e misóginas sobre a condição feminina até os dias atuais e, por outro, a gradual conquista do espaço público pelas mulheres, tão masculino desde tempos remotos. Esse acontecimento nos alerta que a democracia no Brasil e no mundo ainda carece de aperfeiçoamento e que a liberdade e a igualdade, requisitos fundamentais da política, ainda são gozados de maneira diferenciada por homens e mulheres em pleno século XXI.

Embora, atualmente, observe-se a isonomia formal entre homens e mulheres, assegurada pelo arcabouço legal do país e prescrita por normas internacionais, vemos que há um longo caminho a ser percorrido para a plena autonomia e o empoderamento das mulheres. Basta observar o acesso desigual e assimétrico das mulheres a espaços como o mercado de trabalho e o campo da política institucional. A eleição da primeira mulher para a Presidência da República estabelece então, um marco político nas lutas históricas por igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil e nos instiga a pensar nos mecanismos pelos quais as questões de gênero se fazem perceber nas abordagens que são elaboradas sobre a eleição de Dilma e sobre sua atuação como presidenta mulher. Esse foi um dos interesses que nos motivaram a desenvolver esta pesquisa: compreender de que maneira a identidade de gênero da presidenta está presente nos comentários das articulistas integrantes do *corpus* deste trabalho. Antes de nos debruçarmos sobre essa questão, faremos um breve mergulho na história das mulheres no Brasil tomando como parâmetro o desenvolvimento da cidadania feminina. Pretendemos, neste capítulo, traçar os diferentes momentos das lutas das mulheres por autonomia frente ao “sexo forte” por iguais oportunidades de trabalho, de participação política e de expressão pública.

4.1) O feminismo e suas ondas

Com base na literatura consultada para o desenvolvimento desta pesquisa, entendemos que, a partir do momento em que se contestam padrões de comportamento ou relacionamento social nos quais as mulheres são inferiorizadas por sua condição de gênero, aí se pronuncia

uma consciência feminista. O feminismo, então, pode ser entendido “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos” (DUARTE, 2003, p. 152). A ideia central do feminismo, conforme argumenta Sarti (2004), é desnaturalizar a mulher, muitas vezes compreendida a partir de uma certa essência feminina. Para a autora,

o feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura (SARTI, 2004, p. 35).

A principal luta do feminismo diz respeito à superação dessas assimetrias e desigualdades assentadas na diferenciação de gênero, tomando como referência o fato de que as relações sociais carregam em si diferentes papéis para homens e mulheres que não são naturais nem biológicos, mas construídos no âmbito da cultura. A máxima “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” de Simone de Beauvoir em seu *Segundo Sexo* (BEAUVOIR, 1967, p. 9), embalou as feministas da segunda metade do século XX ao lhes oferecer o quadro de que a identidade feminina não é construída a partir da natureza, mas numa relação dialética entre o sujeito e seu meio sociocultural. As mulheres têm sido historicamente privadas de direitos, de autonomia, de acesso ao poder e, “desde os seus primeiros passos, a razão de ser do movimento feminista foi *empoderar* as mulheres” (PINTO, 2010, p. 22 – destaque nosso).

As abordagens sobre o feminismo costumam identificá-lo em algumas fases, ou ondas. Pinto (2003; 2010) nos relaciona três ondas do feminismo no Brasil, começando pela luta sufragista do início do século XX. Liderado por Bertha Lutz, esse movimento, chamado pela autora de *feminismo bem-comportado*, reivindicou a participação política da mulher sem, no entanto, se levantar contra a diferenciação entre homens e mulheres no ambiente doméstico. As principais demandas desses movimentos eram a educação feminina e a participação política das mulheres. Foi justamente o fato de se afastarem de bandeiras mais polêmicas, como o aborto ou a sexualidade, que fez do feminismo de primeira onda um feminismo de “bom comportamento”.

A segunda onda do feminismo passou-se nos anos 1970, marcado por uma postura altamente crítica aos valores patriarcalistas que governavam a sociedade brasileira, sendo por

isso denominado de feminismo *mal comportado* (PINTO, 2003). Nessa época, deve-se destacar a forte vinculação dos movimentos feministas com a luta contra a ditadura e pela Anistia Política, sendo que várias mulheres que combateram o Governo Militar, ao serem exiladas, estabeleceram contato com organizações feministas mundo afora, o que acabou possibilitando ricas trocas entre os feminismos brasileiro e internacional (SARTI, 2004; MATOS, 2010a; PINTO, 2003; PINTO, 2010; PEDRO, 2012). Sob o *slogan o pessoal é político*, as bandeiras dos movimentos feministas se diversificaram, exigindo isonomia nos espaços público e privado, separação entre os direitos sexuais e reprodutivos, autonomia com relação ao próprio corpo, etc. (PEDRO, 2012; CHAMBOULEYRON, 2009; PINTO, 2003).

A terceira fase do feminismo é identificada no período de redemocratização do país, época em que esses movimentos articularam-se para apresentação de suas demandas ao Estado, havendo forte institucionalização de suas reivindicações com a criação de órgãos executivos e conselhos de políticas públicas para as mulheres⁵¹, o surgimento e profissionalização de Organizações Não-Governamentais e o aparecimento do chamado *feminismo acadêmico* (PINTO, 2003; 2010). Surgem várias organizações feministas em todas as regiões do país que incorporaram uma agenda temática ampla, com assuntos como o combate à violência, questões relativas à sexualidade, ampliação de direitos trabalhistas, acesso à terra, saúde materno-infantil, luta contra o racismo e sexismo, etc. (PINTO, 2010).

A pesquisadora Marlise Matos (2010a) toma a classificação proposta por Céli Regina Jardim Pinto (2003; 2010) para acrescentar o que considera ser uma nova fase do feminismo, sua *quarta onda*. A autora argumenta que, com a consolidação dos mecanismos de participação feminina na política (ainda que com uma sub-representação marcante) e a criação de diversos órgãos voltados para o planejamento, avaliação e execução de políticas públicas para as mulheres, surge uma nova fase pautada pela transnacionalização dos feminismos, pela globalização das agendas locais das mulheres e pelo surgimento de estratégias feministas horizontais (MATOS, 2010a⁵²). Se os feminismos de primeira e segunda onda foram marcadamente erigidos por mulheres das classes média e alta⁵³, observa-se, atualmente, sua

51 A partir dos anos 1980, surgem, no âmbito do poder público (União, estados e municípios), várias instituições voltadas para o atendimento das mulheres, como o *Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher* (PAISM), as delegacias especializadas, políticas sobre planejamento familiar, conselhos de políticas públicas, etc.

52 Em seu artigo, a autora critica uma postura do feminismo norte-americano fortemente centrada na experiência dos Estados Unidos e com uma visão empobrecedora sobre os feminismos da América Latina.

53 Pinto (2010) nos informa que as ativistas e teóricas do feminismo da segunda metade do século XX eram compostas por mulheres de classe média, geralmente formadas nas áreas das humanidades, da crítica literária e

(1) *transversalização*, ou seja, sua presença em diferentes níveis de governo e diversas arenas políticas nacionais e internacionais e (2) sua *horizontalização*, ou seja, antes restrito a camadas sociais e culturais elevadas, nas últimas décadas, o feminismo tem perpassado por

uma larga gama de classes sociais, de movimentos que se mobilizam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidades étnico-raciais e rurais inesperadas, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos (Idem, 2010a, p. 85).

Na chamada *quarta onda*, as feministas têm transposto fronteiras de raças, gêneros, sexualidades, classes sociais, nacionalidades e gerações, articulando-se com bandeiras mundiais de ativismos antiglobalização para propor um novo mundo. Não pretendemos nos estender muito na discussão sobre as diferentes fases, contextos e localidades dos feminismos no país. Interessa-nos mais traçar um breve percurso da cidadania das mulheres. A cidadania aqui é tomada em suas três dimensões, tal qual define Marshall (1997), e também é considerada como um padrão de sociabilidade, conforme propõe Telles (2006).

De acordo com Marshall (1997), o primeiro elemento da cidadania é seu aspecto *civil*, que se refere à liberdade individual, sobretudo, contra o Estado: liberdade de pensamento, de escolher o próprio trabalho e de levar a vida sem os constrangimentos impostos pelo Estado, numa clara alusão ao liberalismo político do Estado burguês. O segundo elemento da cidadania é seu aspecto *político*, ou seja, o direito de votar e se eleger. Já o terceiro elemento da cidadania, seu aspecto *social*, está ligado ao trabalho, à educação, à saúde, enfim, a medidas que atenderiam não só o interesse do cidadão individualmente, mas os do próprio Estado em sua atuação para garantir condições básicas para o desenvolvimento da sociedade. Evidentemente, basta uma rápida olhada pelas ruas para se verificar que ainda convivemos com uma realidade distante dessa definição (uma sociedade em que seus cidadãos gozem plenamente seus direitos civis, políticos e sociais). Além disso, há que se considerar que, além de sua acepção como instituição de direitos (uma instituição marcadamente liberal, diga-se de passagem), a cidadania pode ser entendida também como um parâmetro de relacionamento social (TELLES, 2006).

da psicanálise. Segundo a autora, essa característica conferiu ao movimento feminista a peculiaridade de produzir sua própria reflexão e crítica, sua própria teoria. Ou seja, há uma coincidência entre a militância política e o desenvolvimento teórico de pesquisas relativas aos feminismos.

As bandeiras feministas se inscrevem não só na luta pela elaboração de códigos e leis, mas operam no sentido de superar, no âmbito das relações sociais, o preconceito, a discriminação e a violência, já que a efetivação dos direitos depende muito mais de uma cultura pública igualitária, do que de um vasto código de normas, ineficazes, principalmente, se estiverem inscritas no seio de uma sociedade autoritária e injusta. Por isso, é importante tomar a cidadania no seu aspecto cultural, pois tal acepção relaciona-se às possibilidades de ela “se enraizar nas práticas sociais, como parâmetro a reger as relações sociais, como regra de civildade e medida das reciprocidades que se espera na vida em sociedade” (Idem, 2006, p. 10).

A cultura política brasileira, historicamente alicerçada numa abissal assimetria de direitos (entre pobres e ricos, negros e brancos, homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais, etc.), fundamentou-se em valores que conformaram uma sociedade fortemente constituída por hierarquias que acabaram por naturalizar as desigualdades (TELLES, 2006; CASTRO, 2006). É para atuar contra essa estrutura de valores, sobretudo os fundamentados no patriarcalismo, que se constroem os feminismos, numa luta que se pauta pela liberdade e pela emancipação, sendo, portanto, extremamente relevantes para o fortalecimento da cidadania.

4.2) A instituição do voto feminino no Brasil

As primeiras manifestações das mulheres no Brasil datam de meados do século XIX, com a publicação de periódicos de caráter liberal ou anarquista voltados para o público feminino com temáticas bem diversificadas, como educação feminina, temas relativos à classe trabalhadora, ao trabalho e, a partir do século XX, o voto feminino (RAGO, 1996/7; DUARTE, 2003; LUCA, 2012; SCOTT, 2012; MATOS & BORELLI, 2012; CORTÊS, 2012; SOIHET, 2012; AVELAR, 2001)⁵⁴. Em fins do século XIX, a escravidão fora abolida do país

54 Alguns exemplos de periódicos de caráter liberal são *A mensageira*, *Jornal das Senhoras*, *O Bello Sexo*, *A Família*. Já nos de caráter anarquista figuram *O amigo do povo*, *A Terra Livre*, *A Lanterna* e *A Plebe* (LUCA, 2012; RAGO, 1996-7). Mesmo os periódicos de cunho liberal, que costumavam criticar as “feministas”, cumpriram importante papel na difusão das questões relacionadas ao sufrágio feminino. A perspectiva liberal tomava como principal objetivo a discussão do acesso das mulheres à educação, à cidadania política e ao trabalho, deixando de lado questões relativas ao âmbito doméstico/privado. Essa bandeira, considerada mais radical por problematizar as relações travadas no âmbito da família, foi pauta das anarquistas do início do século passado e ressuruiu com maior vigor na década de 1970 (RAGO, 1996-7; SILVA *et al*, 2009).

(1888) e, em seguida, seria proclamada a República (1889). Nessa época já se discutia a permissão do voto feminino, que acabou ficando fora da Constituição de 1889, cuja determinação era de sufrágio para cidadãos alfabetizados e maiores de 21 anos, sem mencionar explicitamente as mulheres. Isso gerou certa ambiguidade na medida em que a Constituição permitia o voto dos cidadãos alfabetizados, no que as mulheres, em tese, poderiam se encaixar, mas efetivamente elas não puderam votar⁵⁵.

Uma das mulheres mais atuantes na luta pelo voto feminino no Brasil foi a bióloga Bertha Lutz, que conseguiu arregimentar muitas mulheres para a causa sufragista organizadas em grupos como a *Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino* e a *União Universitária Feminina*⁵⁶. Em sua campanha pelo voto feminino, numa tentativa de influenciar a sociedade, a ativista e suas companheiras pronunciavam-se publicamente e exerciam intensa pressão em parlamentares, aproveitando-se do bom relacionamento de seus familiares com ocupantes de cargos de poder.

Outro fato que merece destaque na luta pelo voto feminino foi o apoio dado pelo senador potiguar Juvenal Lamartine à causa das sufragetes (SOIHET, 1974 *apud* SOIHET, 2012, p. 235). Antes de assumir o cargo de presidente⁵⁷ do Rio Grande do Norte, o senador já havia incluído um dispositivo naquele estado estabelecendo a igualdade de direitos políticos para os dois sexos, o que permitiu que Celina Guimarães Vianna se tornasse a primeira cidadã eleitora no Brasil, em 1928, em Mossoró (RN) (SOIHET, 2012). Além de contar com a primeira eleitora do país, foi do estado do Rio Grande do Norte a primeira mulher eleita para um cargo público na América Latina, a prefeita de Lages, Alzira Soriano (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 35-37). Tal qual previu o senador Lauro Müller, outros estados aderiram à causa e permitiram o voto das mulheres e, aproveitando-se desse cenário e da pressão social

55 Aproveitando-se da generalidade do termo “cidadãos alfabetizados”, algumas mulheres tentaram se alistar, como a advogada Myrthes Campos e a professora Leolinda Daltro, que, entretanto, tiveram seus pedidos negados.

56 Nessa mesma época, também houve grupos que adotaram bandeiras consideradas mais radicais como a defesa do amor livre e do controle de natalidade. Uma das mulheres que encapou tais ideias foi a comunista Maria Lacerda de Moura. Nos grupos alinhados à campanha de Bertha Lutz, reivindicações de cunho “mais radical” não ganhavam espaço. Maria Lacerda e Bertha chegaram a atuar conjuntamente, criando, em 1922, a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, que funcionava como um grupo de estudos que provia uma educação racional às mulheres, diferente de outras associações que se dedicavam à filantropia. No entanto, o foco dado ao voto feminino fez surgir divergências entre as duas ativistas, já que, de acordo com Lacerda, a luta pelo voto beneficiaria apenas as mulheres dos segmentos médios e altos da sociedade, com poucas mudanças nas estruturas sociais do país. Consideradas muito radicais para a época, suas bandeiras propunham uma oposição à Igreja e ao capitalismo e criticavam a dupla moralidade e a hipocrisia vigentes na organização familiar.

57 Na primeira República (1889 a 1930) os governantes de cada província eram chamados de “presidentes” e não de “governadores” (SOIHET, 2012).

que vinha se formando a respeito do tema⁵⁸, a *Frente Brasileira para o Progresso Feminino* (FBPF) organizou o *II Congresso Internacional Feminista*, em 1931, cujas conclusões foram encaminhadas ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. O presidente decidiu instituir uma comissão para elaborar o novo código eleitoral brasileiro que, após alguns embates, estabeleceu o voto secreto e o voto feminino através do Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932⁵⁹.

O próximo passo relativo ao voto feminino seria a incorporação desse princípio ao texto da nova Constituição, cuja elaboração fora acompanhada por Bertha Lutz. Depois de novos embates, o voto feminino foi instituído pelo artigo 108 da nova Carta Constitucional de 1934⁶⁰. A primeira mulher a se eleger beneficiada pelo Novo Código Eleitoral de 1932 foi a médica Carlota Pereira de Queiroz. Oriunda de uma família tradicional da elite paulista, Carlota se elegeu para a Assembleia Constituinte de 1933 e para a composição do novo parlamento, em 1934, sendo a única mulher entre os 254 parlamentares até 1936, quando Bertha Lutz assumiu a vaga como suplente do então falecido Deputado Candito Pessoa⁶¹. No que se refere ao movimento sufragista, Soihet (2012) argumenta que embora essa campanha “não se tenha (...) tornado um movimento de massas, se caracterizou pela sua excelente organização, o que fez do Brasil um dos primeiros países a garantir o direito de voto às mulheres⁶²” (SOIHET, 2012, p. 226). Portanto, embora tenham adotado discursos considerados conservadores para os dias atuais, é importante reconhecer que os movimentos feministas da primeira metade do século XX promoveram avanços que diminuíram o fosso existente entre a cidadania de homens e mulheres, lançando a ideia de que as mulheres poderiam se desenvolver autonomamente no mercado de trabalho e no campo político.

58 Nessa época, alguns jornais e juristas já começavam a se pronunciar favoravelmente ao voto feminino.

59 O voto passaria a ser permitido para as mulheres maiores de 21 anos, solteiras, viúvas e casadas que auferissem renda própria; àquelas que, por declaração judicial de ausência do marido, estivessem na direção dos bens do casal; às desquitadas e àquelas que tivessem sido deixadas pelo marido por mais de dois anos, encontrando-se este “em lugar sabido” (RODRIGUES, 1962 *apud* SOIHET, 2012, p. 235).

60 De acordo com Soihet (2012), outras reivindicações das mulheres foram incorporadas ao texto constitucional, tais como: as brasileiras casadas com estrangeiros poderiam adquirir sua nacionalidade e transmiti-la aos filhos, foi proibida a diferença salarial para o mesmo trabalho por motivo de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil, reconheceu-se a maternidade como fonte de direitos (devendo ser amparada pelo Estado) e se propôs que assuntos relativos à maternidade, à infância, ao lar e ao trabalho feminino fossem tratados por mulheres habilitadas.

61 Carlota e Bertha tiveram atuações bastante distintas no Parlamento, sendo a primeira fiel aos princípios e interesses de sua classe social, e a segunda, pautada pela defesa dos interesses de movimentos feministas da época (SCHPUN, 1997).

62 O Brasil foi o segundo país da América Latina, atrás do Equador, a incorporar as mulheres no corpo dos eleitores, estando a frente também de países como a França e a Itália (SOIHET, 2012).

A partir das décadas de 1960/70, as mulheres passariam a ampliar seu escopo de reivindicações, ultrapassando fronteiras impensáveis em princípios e meados do século XX, assunto da seção seguinte.

4.3) A década de 1970 e a virada feminista: pela beleza fundamental

A maior beleza é a do corpo livre, desinibido em seu jeito próprio de ser, gracioso porque todo ser vivo é gracioso quando não vive oprimido e com medo. É a livre expressão de nossos humores, desejos e odores; é o fim da culpa e do medo que sentimos pela nossa sensualidade natural; e a conquista do direito e da coragem a uma vida afetiva mais satisfatória; é a liberdade, a ternura e a autoconfiança que nos tornarão belas. É essa a beleza fundamental (KEHL, 1982, p. 15).

Os processos de urbanização e de industrialização brasileiros se desenvolveram de maneira mais vigorosa a partir dos anos 1970. Nesse contexto, um contingente crescente de mulheres ganhou visibilidade no espaço público, como trabalhadoras e como manifestantes nas ruas, uma raridade na primeira metade do século XX. Conforme aponta Pedro (2012), as mulheres estiveram presentes nas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, na *Passeata dos 100 mil*, fundaram associações femininas (como *clubes de mães* e a *Casa da Mulher*), atuaram no *movimento pró-creches*, nas *marchas das panelas vazias* (ou “*panelaços*”), nas manifestações contra a Ditadura e pela Anistia Política e no movimento das *Diretas Já*. Os feminismos dessa época procuraram desnaturalizar a mulher, a sua presença predominante no ambiente doméstico, o controle de sua sexualidade e comportamento e sua submissão frente ao pai, ao marido e aos filhos. O que estava em jogo, portanto, eram as relações de poder entre homens e mulheres e o feminismo se constituiu como um movimento libertário, que mais do que espaço para a mulher (no trabalho, na vida pública e na educação), almejava

uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tivesse liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Apontava, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (PINTO, 2010, p. 16).

Se durante a primeira metade do século passado, as reivindicações feministas tiveram

caráter mais conservador, o cenário dos anos 1960 seria palco de manifestações mais críticas das mulheres no tocante à liberação sexual, ao amor livre, ao direito ao próprio corpo e à equanimidade das relações de gênero no ambiente doméstico. Tomados pelo *slogan* internacionalmente conhecido *o pessoal é político*, os anos 1960/1970 viram nascer o *feminismo mal comportado*.

O ano de 1962 causaria uma grande mudança na vida das mulheres, com o lançamento da pílula anticoncepcional, que possibilitou mais efetivamente escolher *se e quando* ter filhos. São dessa época também movimentos de repercussão internacional que questionavam o *status quo*, como as manifestações do *Maio de 1968*, na França, movimentos pacifistas pelo fim da Guerra do Vietnã e contra a corrida armamentista, movimentos pelos direitos civis dos negros e de outras minorias e os movimentos de resistência às ditaduras implementadas na América Latina⁶³ (PEDRO, 2012; MATOS & BORELLI, 2012; SCOTT, 2012; PINTO, 2010). Uma das táticas características dos movimentos feministas dessa época foi a criação de *grupos de consciência* ou *grupos de reflexão*, constituídos exclusivamente por mulheres, nos quais se promoviam o intercâmbio de experiências e a discussão aberta de temas diversos contrapostos ao machismo vigente⁶⁴

No plano internacional, os anos 1970 experimentaram um grande avanço dos movimentos de mulheres e feministas⁶⁵, na medida em que uma série de ações acabariam sendo propostas para combater a discriminação e a violência contra as mulheres, como o *Ano Internacional da Mulher (1975)*⁶⁶, a *Década das Nações Unidas para as Mulheres, Igualdade, Desenvolvimento e Paz (1975-1985)*, a *Convenção sobre a Eliminação de Todas*

63 Em 1975, Terezinha Zerbini lançou o *Movimento Feminino pela Anistia*, que teve papel importante na luta pela Anistia Política dos ativistas presos e exilados pela Ditadura brasileira (PINTO, 2010). A Anistia foi instituída em 1979, por uma lei aprovada durante o Governo de João Batista Figueiredo (1979-1985). Contrariamente ao que requeriam os movimentos sociais, a lei anistiava tanto aqueles que haviam cometido “crimes políticos”, permitindo que os exilados retornassem ao país, quanto os agentes do Estado responsáveis pelos crimes de tortura e assassinatos (FAUSTO, 2006).

64 O grupo funcionava de maneira que, a cada encontro, uma integrante deveria levar outras participantes, de maneira que, quando o grupo atingisse 24 pessoas, ele seria subdividido. De acordo com Pedro (2012), um dos primeiros grupos a se formar no Brasil foi o *Grupo de Conscientização Feminista*, surgido em 1972, em São Paulo. Ele era composto por mulheres intelectualizadas, com idades entre 30 e 48 anos. Passaram por ele, dentre outras, Maria Odila Leite da Silva Dias, Célia Sampaio, Beth Mendes, Walnice Nogueira Galvão, Albertina Costa e Marta Suplicy.

65 Há uma distinção entre “movimentos de mulheres” e “movimentos feministas” que considera a constituição do grupo e o tipo de reivindicação apresentada. Enquanto os primeiros são caracterizados pela grande presença de mulheres em seus quadros, os segundos são tipos específicos de movimentos de mulheres que se levantam contra a discriminação destas na sociedade, seja no campo político, social, reprodutivo, familiar/doméstico ou no trabalho (PEDRO, 2012; RODRIGUES, 2001).

66 Declarado pela ONU.

as *Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979)*, estimulando-se, assim, a realização de vários encontros e eventos em que os direitos humanos das mulheres passaram a ser conceituados internacionalmente (LAGE & NADER, 2012)⁶⁷.

No âmbito das produções culturais, merecem destaque, nesse período, algumas iniciativas como a peça *Homem não entra*, escrita em 1975, por Rose Marie Muraro e Heloneida Studart e encenada por Marília Pêra e Cidinha Campos⁶⁸. Os meios de comunicação também fizeram alguns investimentos para o público feminino, como o seriado *Malu Mulher*, da Rede Globo, exibido de maio de 1979 a dezembro de 1980; o *TV Mulher*, da mesma emissora, no ar de 1980 a 1986, com Marta Suplicy; os artigos da psicóloga feminista Carmen da Silva, na revista *Claudia*, desde os anos 1960, e reportagens temáticas em revistas como *Realidade* e *Veja* e jornais, como a *Folha de S. Paulo*. Também merece destaque a revista *Mulherio* (1980-1988), uma publicação de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas envolvidos com estudos sobre a condição feminina no Brasil.

Para Pedro (2012, p. 256), “talvez a maior conquista das jovens feministas dos anos 1970 e 1980 – muitas vezes desconhecida das novas gerações – seja o reconhecimento da existência de outras maneiras de se ser uma mulher, para além das funções idealizadas de esposa, mãe e dona de casa”. O que algumas correntes do feminismo pós anos 1970 fez foi reproblematicar a própria noção de público e privado, dando relevo às desigualdades internas ao ambiente doméstico para demonstrar que elas são responsáveis por uma condição de inferioridade das mulheres na vida social como um todo.

Ganha importância, nessa época, a noção de gênero em substituição ao termo “sexo”, como uma noção que se referia “à institucionalização social das diferenças sexuais; um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, 2008, p. 306), desnaturalizando lugares, papéis e relações entre homens e mulheres.

67 Outro evento importante na consagração dos direitos humanos das mulheres, mas já realizado em 1994, foi a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)*. Ambas as convenções foram ratificadas pelo Brasil e tornaram-se instrumentos jurídicos importantes que pautaram legislações nacionais a respeito dos direitos humanos das mulheres (LAGE & NADER, 2012).

68 Somente mulheres poderiam participar do espetáculo que se tornava uma grande roda de conversa sobre as suas vidas e suas queixas. A realização da peça acabou sendo proibida pela Ditadura Militar, acusada de sexismo! (PEDRO, 2012).

4.4) *Conquistas da redemocratização e questões ainda pendentes*

A consolidação de muitas das lutas impetradas pelas mulheres durante todo o século XX viria com a promulgação da nova Constituição, em 1988, simbolicamente chamada de *Constituição cidadã* (CORTÊS, 2012; SCOTT, 2012; PIOSEVAN, 2011). A nova Carta consagrou a democracia em sua forma representativa e participativa, os direitos humanos e se instituiu como marco regulatório fundamental no país para que diversas normas fossem produzidas de forma a estabelecer garantias individuais, sociais e políticas (PITANGUY & BARSTED, 2011; PIOSEVAN, 2011). Todas as conquistas consagradas pelo novo texto constitucional resultaram de um intenso envolvimento popular, com a participação de diversos segmentos, inclusive, uma intensa mobilização dos movimentos feministas⁶⁹. O contexto democrático permitiu a reorganização dos movimentos de mulheres e feministas, sua representação em órgãos do Estado, como os parlamentos, os conselhos de políticas públicas, as conferências de políticas para mulheres e tantas outras conquistas.

Às mulheres, pela nova Constituição, foram assegurados, isonomia nos espaços público e privado, direitos específicos nos campos da saúde (incluindo a sexual e reprodutiva), da segurança, da educação, da titularidade da terra e do acesso à moradia, dentre outros (CORTÊS, 2012; PITANGUY & LINHARES, 2011). No âmbito da família, podem ser citados, também, o divórcio, o planejamento familiar como fruto de uma decisão livre do casal sem quaisquer interferências; etc. Nesses 25 anos de democracia, ampliou-se a rede de atendimento às mulheres nas áreas da saúde, no combate à violência, nos partidos políticos e em órgãos de deliberação coletiva sobre políticas públicas. As mulheres foram conquistando mais espaço nas universidades e no mercado de trabalho, ao ponto de representarem, em 2009, 43% da população economicamente ativa (ARAÚJO, 2011) e 59% dos concluintes do ensino superior (BRUSCHINI *et al*, 2011). Ainda assim, ocupam menos cargos de chefia e contam com remuneração inferior à dos homens (ARAÚJO, 2011). Atualmente, conforme

69 Em termos gerais, podemos destacar a atuação do *Conselho Nacional da Condição da Mulher* (CNDM), criado em 1984 com *status* de ministério. O CNDM promoveu ampla campanha para a inclusão dos direitos das mulheres na Constituição de 1988, contando com a colaboração de importantes grupos feministas, dentre os quais, o *Centro Feminista de Estudos e Assessoria* (CFEMEA). A campanha resultou num ganho significativo para as mulheres, pois a nova Constituição é considerada “uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo” (PINTO, 2010, p. 17). Há que se destacar também a atuação parlamentar de deputadas constituintes como de fundamental importância para que as demandas apresentadas pelos movimentos civis fossem integradas à nova Constituição. A Assembleia Nacional Constituinte contou com o acento de 26 mulheres no Congresso, no meio de 533 homens, uma participação discrepante, mas pela primeira vez um número tão grande de mulheres seria eleito para o parlamento brasileiro (SANTOS, 2004).

aponta o relatório *Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*, elaborado pela *Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação*, organização não-governamental do Rio de Janeiro, ainda há muitos obstáculos que dificultam o exercício da cidadania plena pelas mulheres, dentre os quais,

destacam-se as desigualdades de gênero no exercício de direitos sexuais e reprodutivos, no acesso ao trabalho, à ascensão profissional e aos recursos produtivos; na persistência da violência de gênero, entre outras questões, agravadas quando se introduz a dimensão étnica/racial. A esse quadro de dificuldades, deve-se acrescentar a atuação do fundamentalismo religioso que tem impedido o avanço das políticas públicas no campo da sexualidade e da reprodução. Tais dificuldades indicam desafios a serem enfrentados nessa próxima década, que se iniciou com a posse de Dilma Rousseff, a primeira mulher Presidenta do Brasil (PITANGUY & BARSTED, 2011, p. 16).

A violência doméstica ainda é um tema que merece atenção do poder público e tem ganhado cada vez mais espaço na mídia⁷⁰. Outro tema altamente controverso e polêmico que é rotineiramente levantado quando se trata dos direitos das mulheres é o aborto. A questão tem sido alvo de grupos religiosos que minam a discussão do aborto como tema de saúde pública, levantando argumentos de fundo moral e religioso e impedindo ações específicas para o acolhimento e tratamento dos casos de aborto, fechando os olhos para as altas incidências de mortalidade materna oriundas da interrupção clandestina da gravidez em situações de insegurança médico-sanitária⁷¹ (BRASIL, 2009; DINIS, 2012).

Atualmente, observa-se uma intensa articulação de parlamentaristas da chamada bancada evangélica que tem atuado, de maneira ostensiva, contra a manutenção e conquista de direitos, sobretudo, das mulheres e da população LGBT. Como vimos anteriormente, nas eleições de 2010, o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo ganharam a agenda dos candidatos e da mídia, motivados, sobretudo, pela atuação de lideranças religiosas. Os discursos de ódio expressos por alguns grupos têm sido tratados apenas como polêmica e, assim, evitado o avanço de políticas públicas para as mulheres e para a população LGBT, ponto que não será aprofundado neste trabalho. Na seção seguinte, trazemos algumas informações sobre o quadro da representação das mulheres na política.

70 Um grande marco na luta contra a violência doméstica foi a aprovação da lei 11.340 de 7 de setembro de 2006, a chamada *Lei Maria da Penha*, cuja minuta fora elaborada por um consórcio de movimentos feministas.

71 Atualmente, o aborto é permitido apenas para se salvar a vida da mulher (aborto terapêutico), quando a gravidez é resultado de estupro ou em casos de anencefalia.

4.5) A sub-representação da mulher na política

Ao assumir em 2010, Dilma juntou-se a outras 17 mulheres que então comandavam nações, dado que evidencia bem a ocupação desigual dos espaços formais da política por homens e mulheres⁷². Para se ter uma ideia, os índices de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados de 1950 a 1982, foram menores do que 2%, sendo que por muito tempo, essa representação ficou abaixo de 1%. De 1986 a 1998, esses índices atingiriam a casa dos 5 e 6%, sendo que, a partir dos anos 2000, ele chegaria a cerca de 8%⁷³ (ARAÚJO, 2011). Com o objetivo de reverter esse quadro de sub-representação feminina na política, em 1997, foi promulgada a lei de cotas para as candidaturas de mulheres de, pelo menos, 30%, nos partidos e coligações. Em 2009, a lei 12.034, tornaria mais explícita essa obrigatoriedade. Entretanto, os resultados dessa lei, no que se refere à eleição de mais mulheres, foram decepcionantes (ARAÚJO, 2011).

Em outras esferas do poder público, também se observa uma presença menor de mulheres. No Poder Judiciário, elas chegaram a cerca de 30% nos cargos de juízas, em 2011 (ARAÚJO, 2011). Atualmente, o Supremo Tribunal Federal conta com duas ministras (20%), o Superior Tribunal de Justiça, seis (20%), e no Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Superior do Trabalho atuam cinco mulheres (41,67% e 19,23%, respectivamente)⁷⁴. No poder Executivo, as mulheres responderam por cerca de 11,84% dos cargos de prefeitas em 2012⁷⁵ e a apenas duas governadoras eleitas em 2010, Roseana Sarney (PMDB), no Maranhão, e Rosalba Ciarlini (DEM), no Rio Grande do Norte (Idem, 2011). No âmbito do Poder Legislativo, em 2010, as mulheres ocupavam oito (14,81%) cadeiras no Senado Federal, e 45

72 Foram elas: Julia Gillard (premiê da Austrália desde 2010), Cristina Kirchner (presidente da Argentina, desde 2007), Sheikh Hasina (premiê de Bangladesh, pela 2ª vez, desde 2009), Laura Chinchilla (presidente da Costa Rica, desde 2010), Jadranka Kosor (premiê da Croácia, desde 2009), Tarja Halonen (presidente da Finlândia, desde 2000), Mari Kiviniemi (premiê da Finlândia, desde 2010), Angela Merkel (chanceler alemã, desde 2005), Johanna Sigurdardottir (premiê da Islândia, desde 2009), Pratibha Devisingh Patil (presidente da Índia, desde 2007), Mary McAleese (presidente da Irlanda reeleita em 2004), Roza Otunbayeva (presidente interina do Quirguistão, desde 2010), Ellen Johnson Sirleaf (presidente da Libéria, desde 2006), Dalia Grybauskaitė (presidente da Lituânia, desde 2009), Iveta Radicová (premiê da Eslováquia, desde 2010), Doris Leuthard (presidente da Suíça, desde 2010), Kamla Persad-Bissessar (premiê de Trinidad e Tobago, desde 2010) (O GLOBO, 2010).

73 De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, os índices de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, entre 1945 e 2010 são: 1945 (0,0%), 1950 (0,32%), 1954 (0,92%), 1958 (0,61%), 1962 (0,49%), 1966 (1,49%), 1970 (0,32%), 1974 (0,27%), 1978 (0,95%), 1982 (1,67%), 1986 (5,33%), 1990 (5,96%), 1994 (6,23%), 1998 (5,63%), 2002 8,18%), 2006 (8,77%), 2010 (8,77%) (ARAÚJO, 2011).

74 Conforme informações dos sites dos tribunais, visitados em 5/3/2013.

75 De acordo com consulta ao sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>, consultado em 5/8/2013.

(8,77%) na Câmara dos Deputados, e 136 (12,85%) nas Assembleias Legislativas Estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal (ARAÚJO, 2011).

A exclusão da mulher do poder formal por tanto tempo tem “efeitos perversos na conformação de uma percepção social da mulher como inadequada e incapaz” (PITANGUY, 2011, p. 29) para o exercício do poder. Para a autora,

Ao ser eleito ou indicado para um alto cargo público, o homem permanece onde sempre esteve, no centro do poder. A mulher, entretanto, entreabre uma porta pela qual é possível que passem outras mulheres e outras temáticas, como a saúde reprodutiva, a violência doméstica, as creches, as discriminações de gênero, enriquecendo e ampliando o debate democrático (Idem, 2011, p. 29).

De acordo com Araújo (2011), o quadro da sub-representação feminina no continente latino-americano sofreu alteração considerável a partir da década de 1990, sobretudo, por causa da adoção das cotas nas eleições e pelo próprio processo de redemocratização da região. Entretanto, nos alerta a autora, isso não aconteceu no Brasil, que ocupa o 104º lugar no *ranking* de representação feminina em Câmaras Baixas (ARAÚJO, 2011), embora, como já vimos, tenha sido o segundo país da América Latina a instituir o voto feminino. Essa situação pode ser explicada por uma combinação de fatores, desde a histórica exclusão das mulheres da condição de cidadãs, passando pelos sistemas de representação partidário e eleitoral, até fatores culturais que legitimam a dominação masculina (Idem, 2011). Além disso, há que se destacar o baixo apoio dado pelos partidos às candidaturas femininas o que, naturalmente, repercute numa baixa eficácia eleitoral das mulheres.

Internamente ao campo da política formal, a participação feminina sofre muitos constrangimentos institucionais e sociais. Aponta-se tanto para o baixo incentivo (sobretudo financeiro) nas campanhas de mulheres (MATOS, CYPRIANO & BRITO, 2007; MIGUEL & BIROLI, 2009) quanto para os estereótipos que lhes são atribuídos e que as desqualificam perante os homens como a emotividade, o baixo nível de agressividade e a própria desqualificação para a atuação política (CARROL, 2009 *apud* MENDONÇA & ORGANDO, 2011). A pesquisadora Marlise Matos (2010c) nos oferece três níveis de obstáculos que se interpõem à entrada das mulheres nas esferas de poder decisório, quais sejam, o *nível micro*, o *nível sociológico* e o *nível político*, apresentados de forma separada, mas que, na prática, segundo a autora, atuam simultaneamente.

No primeiro nível, atuam elementos relativos à determinação individual e subjetiva para concorrer ou ambicionar um cargo eletivo, o que se vincula a uma avaliação pessoal sobre as reais condições de se vencer a disputa. Nesse sentido, operam nesse nível micro, a baixa autonomia das mulheres para decidir, visões tradicionais sobre o papel da mulher que a identificam na esfera doméstica, falta de autoestima e autoconfiança, baixo apoio familiar e falta de recursos financeiros. As que, ainda assim, se lançam à candidatura, mesmo que continuando a lidar com problemas de primeiro nível, passam a enfrentar novos obstáculos oriundos do nível da interação sociopolítica. Nesse âmbito, a autora verificou constrangimentos experimentados desde o nível pessoal (assédio moral e/ou sexual no espaço político-parlamentar), social (com desautorizações, deslegitimações e desqualificações que lhes emudecem) e institucional (desinteresse das famílias, dos partidos e da própria sociedade), o que, conforme a autora, torna as candidaturas femininas fadadas à invisibilidade e ao insucesso. No último nível, o político-filosófico-epistêmico, operam as próprias regras do processo eleitoral e político formal brasileiro (MATOS, 2010c). E aquelas que conseguem ultrapassar esses três obstáculos e se elegendem, ainda vão enfrentar outros constrangimentos internos ao sistema político formal.

Atividades que exigem firmeza, tomada de decisão e autoridade (poder) são eminentemente masculinas, como a política, a economia, o esporte (FRANÇA & CORRÊA, 2012). Em posições de liderança, as mulheres são duplamente avaliadas: num primeiro aspecto, pelo papel que se espera de uma mulher na sociedade caracterizado pela sensibilidade, pelo cuidado e pela delicadeza. Noutra, pelas características que se exige de quem se ocupa da política: assertividade, firmeza, calculismo. “Se a mulher apresenta tais características, ela falha na boa representação do feminino; se não apresenta, ela não atende aos requisitos do campo” (Idem, 2012, p. 318).

Cabe destacar também o fato de que as coberturas que se fazem sobre as mulheres públicas, em grande medida, expõem suas vidas pessoais, amorosas e familiares, fato que pouco se observa relativamente a homens nas mesmas condições. Analisando a participação feminina nas esferas políticas formais e a cobertura dessas mulheres pela mídia, Miguel e Biroli (2009) destacam que as hierarquias às quais estão submetidas se reproduzem na cobertura feita pela mídia. Para os autores, os meios de comunicação ocupam um papel privilegiado na proposição e difusão de representações sobre o papel das mulheres na vida

pública e na sociedade e, assim, exercem uma segunda forma de representação política. Na medida em que expõem questões de interesse coletivo, propõem enquadramentos e interpretações sobre a realidade e dão voz a determinados atores sociais, os meios de comunicação ajudam a configurar os problemas públicos (MIGUEL & BIROLI, 2009). Dessa forma,

(...) a maneira como a mídia representa (ou deixa de representar) a diversidade social e a pluralidade de interesses presentes na sociedade tem efeitos sobre a dinâmica de representação política, já que ela é uma esfera privilegiada de produção das formas de reconhecimento que constituem o capital simbólico e de confirmação ou refutação das hierarquias presentes na sociedade (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 64).

O problema da sub-representação de grupos na esfera política merece atenção de legisladores, pesquisadores e da própria sociedade, na medida em que

a nossa democracia se realiza em contexto evidente de assimetria, de disparidade, no que tange à representação política balizada por gênero, sendo este mais um dos muitos pontos de estrangulamento das enormes desigualdades ainda existentes entre os homens e as mulheres brasileiras (...) A qualidade da própria representação política é fator determinante no processo democrático, inclusive e também pelo viés de gênero, ou seja, *um jogo político-representativo que se faz hoje na quase ausência das mulheres pode ser pensado como um elemento comprometedor do atual estágio de consolidação democrática.* (MATOS, CYPRIANO & BRITO, 2007, p. 2 – grifos no original).

Levando-se em conta todo o trajeto percorrido até aqui, consideramos que uma distinção importante a ser feita é sobre as esferas pública e privada. A história das mulheres carrega essa dicotomia permanentemente ao transportar para a esfera pública questões que, por muito tempo, foram relegadas ao foro íntimo da família, da individualidade e do lar. Será esse o tema da seção seguinte.

4.6) As fronteiras entre público e privado

O ambiente doméstico (lar, casa, família) por muito tempo representou o espaço próprio da mulher. Sua vida e suas atividades deveriam se ater a cuidar do lar e da família, sua realização pessoal se daria através do casamento e da maternidade e sua participação na vida

pública era vista como prejudicial à família e ao próprio Estado (SCOTT, 2012; MATOS & BORELLI, 2012; PERROT, 2007; PERROT, 1998). Conforme aponta a historiadora francesa Michelle Perrot,

No espaço público, aquele da cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe deem um enterro com honras nacionais. É candidato em potencial ao Panteão dos Grandes Homens que a Pátria reconhecida homenageia. Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se dizia ‘rapariga’ – pública é uma ‘criatura’, mulher comum que pertence a todos. O homem público, sujeito iminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria (PERROT, 1998).

A privação das mulheres do espaço público não se deu apenas através de sua ausência do espaço físico da cidade, mas, também, da circulação de ideias. Sendo a política terreno exclusivo dos homens, a manifestação pública de mulheres pela oratória, forma de expressão essencial da política, se daria de maneira tímida, quando não inexistente.

Em sua versão clássica, a distinção entre público e privado já carregava a desigualdade entre homens e mulheres. A filósofa Hannah Arendt é uma referência fundamental para se compreender as fronteiras que delimitam ambos os espaços. É revisitando a primeira experiência política da história do ocidente, que Arendt elabora a distinção entre “público” e “privado”, em que a mulher ocupa um lugar secundário. Na Grécia Antiga, a condução da vida pública se dava no espaço da *polis*, onde os cidadãos (homens) debatiam sobre os rumos da comunidade livres de constrangimentos mútuos ou de condicionamentos privados. A política, na concepção grega, se fundamenta na ação e é vista, pela autora, como uma atividade essencial para a preservação da civilização humana, na medida em que prepara o mundo para “o constante influxo de recém-chegados que vêm [a ele] na qualidade de estranhos” (ARENDDT, 2007, p. 17).

Tendo assegurada sua propriedade e desobrigado do trabalho e do labor, o cidadão estará livre para se apresentar ao corpo político. Nesse sentido, a propriedade privada se constitui como estrutura fundamental para a liberação dos cidadãos à participação política. A propriedade significava, assim, o domínio, por parte do cidadão, das necessidades da vida,

tornando-se livre para transcender sua própria existência ao ingressar no mundo público. O mundo público, diferentemente, é marcado pela pluralidade e pela liberdade e transcende à mera existência humana, pois preexiste àqueles que nele ingressam e continua a existir depois que se morre. O que caracteriza o espaço público é tanto seu caráter de visibilidade (ele pode ser visto e ouvido por todos) e de aparência do que é relevante⁷⁶, quanto o próprio mundo comum a todos, diferente da propriedade, que é individual e efêmera, reino das necessidades, da violência e da dominação.

Com tal definição, numa primeira visada, não seria possível tratar de temáticas relacionadas ao ambiente doméstico no âmbito da política, nem seria possível que as mulheres participassem da vida pública. De forma geral, o problema na definição de Arendt foi estabelecer a pertinência de determinados temas a determinadas esferas de maneira estanque. Muitas feministas foram críticas à autora e ela própria admitiu que achava inadequado que questões de “foro privado” fossem tratadas no espaço público, ou seja, merecessem tratamento político. Em que pese a instituição de rígidas fronteiras do que é público e do que é privado no pensamento de Hannah Arendt, relegando ao espaço doméstico quaisquer discussões sobre relações entre homens e mulheres, a apresentação do sentido da política como sendo a liberdade nos parece válida para se pensar as questões de gênero. O pensamento da autora é rico para se embasar os movimentos feministas, até porque, foi justamente a superação das amarras da vida privada, que, reconhecidamente na visão de Arendt, invisibilizam a participação na vida pública, uma questão fundamental dos questionamentos feministas. Eles não tiveram outra bandeira que não a de lutar pela liberdade das mulheres para que estas também se constituíssem como cidadãos, dentro e fora de casa.

4.7) Diluindo fronteiras

O surgimento da burguesia, a ascensão do capitalismo e o desenvolvimento de ideias

⁷⁶ Arendt considera que o espaço público cria condições para a lembrança e, conseqüentemente, para a história e para a imortalidade. Nesse sentido, é interessante lembrar, nesse ponto, o que a historiadora francesa Michelle Perrot nos conta sobre a história das mulheres. Por serem menos vistas no espaço público, “o único que, por muito tempo, mereceria interesse e relato” (PERROT, 2007, p. 16), as mulheres foram mergulhadas no silêncio da história. Pouco se fala nelas porque são pouco vistas e a história se deteve majoritariamente ao relato do mundo público. Sendo assim, há grande dificuldade de acesso a documentos e fontes que possam contar a história das mulheres. De acordo com a autora, as mulheres passariam a romper esse silêncio da história apenas a partir da década de 1970, graças à ascensão da antropologia (e do estudo das organizações familiares), ao aumento da presença feminina nas universidades e à atuação mais vigorosa dos movimentos feministas dessa época.

iluministas e liberais inauguram uma nova era em que o binômio público-privado teve suas fronteiras redesenhadas. Na modernidade, ganham força tanto a ideia do espaço público como lugar de integração social, separado do Estado e do mercado (ABOIM, 2012), quanto a de que o Estado é paradigmaticamente público e a família/casa é paradigmaticamente privada (OKIN, 2008). A liberdade para os antigos, centrada na figura da autonomia do cidadão para participar da esfera pública sem preocupações e constrangimentos privados, foi substituída pela ideia de que no ambiente doméstico, os indivíduos eram livres da intervenção do Estado. A propriedade passou a ser protegida e sua aquisição deixou de ser uma condição para ascensão à esfera pública, passando a se constituir como acúmulo de bens patrimoniais (ARENDDT, 2007; ABOIM, 2012; OKIN, 2012).

É também com o florescimento do capitalismo e desenvolvimento da burguesia que se verifica outro fenômeno moderno que fluidifica as fronteiras entre o público e o privado. Os ideais iluministas e liberais passaram a jogar luz sobre os indivíduos, seus sentimentos, pulsões, desejos e emoções, despertando a preocupação com a felicidade, o amor e a vida psíquica das pessoas. Além disso, a família foi transposta de uma noção de local de reprodução social para um espaço de bem-estar e intimidade de todos os indivíduos (ABOIM, 2012). Entretanto, a proteção das liberdades individuais e a filosofia do individualismo moderno não foram capazes de superar as desigualdades de gênero que continuavam a existir no âmbito doméstico. Ao proteger a privacidade dos indivíduos, o liberalismo não considerou que, no âmbito da própria vida privada, as relações de gênero se davam de maneira desigual e, não raro, violenta.

Só recentemente, no último século, é que vem ganhando força a noção de que a proteção da intimidade não se dá apenas no âmbito da família, mas dos indivíduos no próprio interior da organização familiar. Nesse sentido é que se critica “o quanto a natureza do direito à privacidade na esfera doméstica tem sido fortemente influenciada pela natureza patriarcal do liberalismo” (OKIN, 2008, p. 321), já que sob o ponto de vista liberal, a distinção entre público e privado concebe a sociedade a partir de referências essencialmente masculinas. Okin (2008) também destaca outras acepções da privacidade na era moderna que indicam a redefinição das fronteiras das esferas pública e privada. A vida doméstica (a privatidade) é vista enquanto refúgio da esfera pública, lugar para o desenvolvimento da personalidade, onde as pessoas podem deixar cair as máscaras que as situações públicas requerem. Nesse caso, a autora considera que as mulheres têm poucas chances de usufruir desse espaço da mesma

forma que os homens, já que as atividades domésticas ainda recaem frequentemente sobre elas.

A politização do espaço privado, elaborada sobretudo por feministas e defensores dos direitos das crianças, ganhou força tanto com a penetração, no âmbito doméstico, de valores democráticos, como a igualdade (OKIN, 2008), quanto com a conceituação e instituição dos direitos humanos, que estabeleceram patamares mínimos de garantias para todas as pessoas e se pautaram pela superação no acesso desigual a esses direitos. Dessa forma, tanto as concepções clássicas de público e privado, quanto sua noção liberal moderna, sofreram severas críticas de feministas, sendo que, para algumas, não se pode abordar os conceitos de público e privado sem se levar em conta a diferenciação de gênero. Se por um lado, a concepção clássica apresenta as mulheres completamente alijadas da vida pública, numa condição de opressão e subalternidade, por outro, algumas noções modernas sobre o espaço público e as relações entre Estado e cidadãos reforçaram as assimetrias entre homens e mulheres. De acordo com Sofia Aboim, “o feminismo contribuiu largamente para desconstruir visões do público e do privado como esferas neutras. Pelo contrário, mostrou que é nessa relação que as desigualdades de gênero são produzidas” (ABOIM 2012, 106). Além disso, a autora argumenta que as abordagens feministas sobre o binômio público-privado demonstram a desvalorização do espaço privado na construção política das sociedades e, por isso, tornar as questões privadas temas de interesse público “é tarefa essencial no processo de obtenção de igualdade social” (Idem, 2012, p. 106). Os feminismos se empenharam em desconstruir a noção do privado como ontologicamente anterior ao público e como refúgio da publicidade, na medida em que na esfera doméstica se processam duras formas de opressão.

Neste capítulo, abordamos as principais questões políticas que permeiam as relações de gênero em nossa sociedade. Pelo viés da cidadania, percorremos de maneira breve a história das mulheres no Brasil a partir da virada do século XIX para o século XX, época em que surgiram as primeiras movimentações mais robustas em prol do voto feminino. Pinçando fatos, legislações e comportamentos de cada época, buscamos ilustrar como a desigualdade de gênero já teve contornos bem mais grifados do que hoje, sendo por isso, um equívoco em termos históricos e políticos, desconsiderar essa história em análises que se fazem sobre a condição feminina na contemporaneidade.

5) As colunas jornalísticas e os comentários sobre a realidade

A palavra jornalística torna-se uma palavra de mediação, e a ação comunicativa, desembaraçada de sujeitos individuais, torna-se mais que nunca a palavra da sociedade dirigida a si própria, a propósito dela mesma (...). No jornalismo, os interlocutores, aqueles que dizem, aqueles que recebem, reorientam seus papéis e se inscrevem numa rede complexa de relações em torno de um ‘terceiro’ (o real, o Outro) (FRANÇA, 1998, p. 29).

Se é através da mídia e da “palavra jornalística” que grande parte da sociedade conhece fatos importantes de seu país, toma conhecimento sobre a atuação de seus representantes e sobre seus direitos, compreender de que maneira a mídia expõe a realidade e que valores aciona na confecção de suas análises e críticas, é fundamental para se pensar a democracia em nosso tempo. Essa questão atravessa nossa pesquisa na medida em que, ao visar os enquadramentos de Dilma Rousseff propostos pelas colunistas, miramos a maneira pela qual a própria sociedade fala sobre a política. A formação da opinião pública, o debate sobre questões de interesse coletivo, a (re)afirmação de valores sobre a vida social passam pelas informações e representações veiculadas nos meios de comunicação. Os fatos, interpretações e opiniões expressas pelo jornalismo em suas modalidades diversas são ricos insumos para se compreender a realidade política brasileira, tanto pelo conteúdo exposto, quanto pelo quadro cultural acionado na elaboração de análises, notícias, comentários e críticas sobre os acontecimentos políticos nacionais. Ou seja, são depositários de valores presentes na sociedade e com os quais homens e mulheres da política dialogam na ininterrupta administração de suas performances e imagens públicas.

Alguns pesquisadores da área consideram o jornalismo como um campo que participa da construção social da realidade integrado às demais esferas da vida social. Seus agentes, desse modo, são vistos como mediadores entre os leitores, as pessoas “comuns”, e os acontecimentos, numa atividade que elabora quadros interpretativos sobre a realidade. A pesquisadora americana Gaye Tuchmann, considerada uma das principais autoras dessa vertente teórica, apoiou-se, fundamentalmente, no tratado de sociologia do conhecimento desenvolvido por Peter Berger e Thomas Luckmann em *The social construction of reality*, de 1966. Embora Berger e Luckmann, nessa obra, dessem pouca relevância aos meios de comunicação como participantes da construção da realidade, em publicação mais recente

consideram que a mídia tem um papel fundamental nesse processo. Para os autores, “essas instituições desempenham um papel-chave na orientação moderna de sentido ou, melhor, na comunicação de sentido. São intermediadoras entre a experiência coletiva e individual, oferecendo interpretações típicas para os problemas definidos como típicos” (BERGER, P. & LUCKMANN, T., 1995, p. 68 *apud* MEDITSCH, 2010, p. 24).

Tuchmann empreendeu esforços para comprovar a vinculação entre as notícias e a percepção da realidade pelos leitores. Em sua obra mais conhecida, *Making news: a study in the construction of reality*, de 1978, a autora desenvolve o argumento de que as notícias impõem um enquadramento sobre a realidade que as definem e as constroem, ou seja, esses enquadramentos estão relacionados ao próprio fazer jornalístico, ao processo de produção da notícia (PORTO, 2004). Essa concepção também encontrou ressonância noutros estudos do campo do jornalismo em pesquisas que se valem do conceito de enquadramento, que buscaram compreender de que maneira a mídia (e muitas vezes “mídia” foi quase sinônimo de “jornalismo”) conforma ou altera as percepções das pessoas sobre a realidade⁷⁷. Esse ramo de estudos opôs-se de forma dura à teoria do espelho, predominante no campo teórico do jornalismo por muito tempo e que defendia a tese de que cabe ao jornalismo retratar fielmente da realidade. Embora, no campo teórico, esse entendimento tenha sido superado, ainda encontram-se marcas dessa vertente no discurso do campo profissional, que continua a defender valores como a imparcialidade e a objetividade.

Nosso interesse, neste capítulo, é apresentar algumas classificações dos gêneros jornalísticos propostas por autores brasileiros de forma a caracterizar nosso objeto empírico, as colunas jornalísticas. Interessa-nos, em especial, as discussões nacionais por versarem sobre a prática profissional em nosso país, com todas as imbricações históricas, políticas e culturais daí decorrentes, o que nos parece mais adequado. Apontadas as principais classificações de gênero para o jornalismo diário impresso, faremos duas considerações importantes a respeito do conceito de gênero que nos auxiliam na compreensão das colunas jornalísticas como produções que extrapolam ditames e procedimentos internos a esse campo profissional, ao mesmo tempo que corroboram nosso argumento de que mais do que a expressão de uma visão pessoal (do colunista) ou institucional (do veículo), os textos da mídia (*in casu*, os das colunas que compõem nosso *corpus*) expressam discursos e vozes em

⁷⁷ Exploraremos mais detidamente os usos e abordagens sobre o conceito de enquadramento no capítulo seguinte.

circulação e disputa na sociedade brasileira. Nesse aspecto, nos valeremos do aporte teórico de Mikhail Bakhtin e da comunicação praxiológica para edificarmos nossa abordagem sobre os enunciados, em geral, e os gêneros discursivos, em particular, como textos que devem ser compreendidos “em relação” a seus leitores, produzidos em determinados contextos, vinculados a dinâmicas de poder historicamente localizadas.

5.1) Os gêneros jornalísticos vistos sob a ótica de seus objetivos

Os primeiros estudos sobre os gêneros jornalísticos tiveram início na primeira metade do século XX e ganharam maior desenvolvimento a partir de 1950 (SEIXAS, 2009a). No Brasil, o pesquisador José Marques de Melo, a partir do trabalho de Luiz Beltrão, elaborou um mapeamento dos estudos de gênero e propôs uma classificação que se tornou-se a grande referência teórica da área (SEIXAS, 2009a; SEIXAS, 2009b; CHAPARRO, 2008). Essa classificação ancorou-se no que Chaparro (2008) denominou de “paradigma clássico” do campo jornalístico, que divide suas modalidades textuais em *opinião* e *informação*. Em geral, as categorizações propostas para o jornalismo levam em conta o objetivo do texto jornalístico (CHAPARRO, 2008; SEIXAS, 2009a), conforme ilustra a seguinte passagem de Lia Seixas: “todos defendem, com pequenas diferenças, o critério de função para a diferenciação de gêneros. As funções giram em torno de relatar ou informar, comentar ou opinar, orientar, divertir e variam muito quanto à concepção do lugar da interpretação” (SEIXAS, 2009a, p. 65).

Os fundamentos teórico-conceituais da separação de *opinião* e *informação*, desenvolveram-se na chamada *teoria do espelho*, uma das mais antigas teorias do jornalismo. De acordo com Chaparro (2008), o diário inglês *Daily Courant*, criado em 1702, teria sido primeiro jornal a introduzir o conceito de objetividade. A inovação proposta por seu diretor, Samuel Buckley, buscava separar as notícias (*news*) dos artigos (*comments*), tratando as primeiras como relato preciso dos fatos, sem qualquer manifestação subjetiva de seu autor. A proposta de Buckley acabou se disseminando pelo mundo e encontrou abrigo em teorias do jornalismo moderno de tradição positivista, tornando-se paradigmática na área. Sua adoção pelas teorias do jornalismo promoveu o desenvolvimento de conceitos e valores em torno da imparcialidade e da objetividade com base na crença de que as notícias deveriam se ater ao estrito relato dos fatos e condicionou, durante décadas, o estudo e a classificação dos gêneros

jornalísticos. Essa nova diretriz da profissão acabou se tornando hegemônica na prática profissional no século XX, orientando uma série de procedimentos técnicos através dos quais se chegaria à verdade dos fatos. Dessa forma, anulava-se a possibilidade de serem integradas ao relato noticioso (e, portanto, de contaminá-lo) ideias ou sentimentos do profissional que redigia a matéria (suas visões de mundo, crenças e valores). Com o passar do tempo, a objetividade passou a ser utilizada como uma espécie de legitimação da própria atividade profissional, conforme ilustra a seguinte passagem de Gaye Tuchman:

os procedimentos noticiosos exemplificados como atributos formais das notícias e jornais são, efetivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade, *especialmente porque a sua experiência profissional não é suficientemente respeitada por leitores e pode até ser alvo de críticas* (TUCHMAN, 1993 *apud* PEREIRA JÚNIOR, 2003, p. 6 – destaque da autora).

No trabalho desenvolvido por Luiz Beltrão (1976), o jornalismo é definido como “a informação da atualidade”, cujo objetivo é informar e orientar a sociedade de maneira a possibilitar a formação da opinião pública, apresentando a realidade para os indivíduos, numa perspectiva pedagógica. O autor elenca três funções básicas do jornalismo, sendo a primeira a *informação*, o relato puro e simples dos acontecimentos; a segunda o esforço de *explicar* os acontecimentos, apresentando mais do que a notícia, interpretações sobre os fatos relatados; e a terceira se refere à *orientação* dos leitores com a expressão das opiniões dos jornalistas sobre os acontecimentos. O autor ainda se reporta à função *diversional* naquilo que chama de uma certa fuga da realidade e do cotidiano (BELTRÃO, 1976; BELTRÃO, 1980; MELO, 1994). Decorrente desses objetivos (ou papéis), o autor propõe uma grade classificatória para os gêneros jornalísticos a partir de três categorias: jornalismo informativo, jornalismo interpretativo e jornalismo opinativo.

No campo da opinião, Beltrão considera que o jornalismo veicula três tipos de opiniões: a da empresa jornalística, expressa nos editoriais e na linha editorial do veículo; a do jornalista e de colaboradores, expressa em artigos, colunas, charges, crônicas; e a do leitor, manifesta, sobretudo, nas seções de cartas (BELTRÃO, 1980). Ao propor sua própria grade classificatória, Melo (1994) discorda de Luiz Beltrão em alguns pontos, como a “real” existência de um jornalismo interpretativo. Em sua classificação, José Marques de Melo leva em conta dois critérios básicos para a distinção dos gêneros jornalísticos: a intencionalidade e

a natureza estrutural dos relatos. No âmbito da intencionalidade, o autor também se vale do paradigma clássico do campo do jornalismo, o binômio *informação-opinião*. A informação pauta-se pela observação da realidade para sua descrição, ao passo que a opinião se fundamenta na análise e avaliação dos acontecimentos do mundo. Melo (1994) descarta as modalidades de jornalismo interpretativo e diversional, por considerar que, naquela época, elas não eram observáveis na prática profissional do país, além do que, para ele, a interpretação se cumpriria perfeitamente bem no âmbito do jornalismo informativo. A grade classificatória do autor se apresenta da seguinte forma:

Tabela 02: Grade classificatória dos gêneros jornalísticos de José Marques de Melo⁷⁸.

Jornalismo informativo	Jornalismo opinativo
<p>Nota Notícia Reportagem Entrevista</p>	<p>Editorial Comentário Artigo Resenha Coluna Crônica Caricatura Carta</p>

As características de cada produto jornalístico desenvolvidas por Melo não se diferenciam muito das propostas por Luiz Beltrão. A manifestação da opinião continua sendo expressa nos editoriais, colunas, charges, artigos, etc. Os gêneros opinativos se agrupam a partir de duas feições, a autoria (quem opina) e a angulação (a perspectiva temporal ou espacial da opinião), sendo que a primeira é um marco de distinção essencial desse grupo, pois ou identificam o posicionamento do veículo, bem como sua perspectiva ideológica e política, ou isentam o mesmo quando se tratam de textos assinados.

Numa pesquisa de fôlego, Manuel Chaparro (2008) elaborou um amplo estudo sobre a evolução dos gêneros textuais na imprensa diária brasileira no período de 1945 a 1995, tomando a classificação proposta por José Marques de Melo (1994), cuja obra o autor considera como sendo “a mais importante sobre gêneros jornalísticos” na língua portuguesa (CHAPARRO, 2008, p. 108). Ele tomou a classificação de Melo (1994) para recolher e categorizar seu material de análise para então analisá-lo à luz das ciências da linguagem e problematizar as categorias propostas por José Marques. Em seu trabalho, Chaparro substituiu o binômio *informação-opinião* por *relato-comentário* para classificar as espécies textuais

⁷⁸ Fonte: MELO, 1994.

observadas no jornalismo impresso, pautado, sobretudo, pela presença e prevalência das formas argumentativas e/ou narrativas nos textos considerados. Para ele, tanto a opinião quanto a informação estão associadas em qualquer texto jornalístico, pois “assim como, nas artes do narrar, são os critérios subjetivos (ou seja, as ideias) que determinam escolhas e hierarquias dos fatos, nos textos da argumentação o que dá clareza às ideias é a contundência dos fatos” (CHAPARRO, 2008, p. 162). A construção da narrativa jornalística está condicionada a escolhas mais ou menos deliberadas sobre ângulos, fontes, formas discursivas, etc., que não impedem que os profissionais lancem mão das intuições e visões de mundo que carregam.

Manuel Chaparro vale-se de Todorov e Van Dijk para elaborar sua classificação dos gêneros, tomando do primeiro o conceito de *gênero* como aquilo que representa, ao mesmo tempo, horizontes de expectativas para os leitores e modelos de escrita para os autores. Ele cita o linguista búlgaro:

Por um lado, os autores escrevem em função do (o que não quer dizer de acordo com o) sistema genérico existente, aquilo que podem testemunhar no texto ou fora dele, ou, até mesmo, de certa forma, entre os dois (...). Por outro lado, os leitores leem em função do sistema genérico que conhecem pela crítica, pela escola, pelo sistema de difusão do livro ou simplesmente por ouvir dizer (TODOROV, 1980 *apud* CHAPARRO, 2008, p. 170).

Já em Van Dijk, Chaparro apanha a concepção pragmatista do discurso, que se preocupa com as condições responsáveis pelo êxito dos atos de fala, condicionalidades estas que se relacionam a conhecimentos, desejos e obrigações dos falantes. Na visada da pragmática, o discurso é definido como comportamento linguístico e não linguístico referente ao modo pelo qual os significados são atribuídos e trocados por interlocutores em contextos sociais. Essa perspectiva assume que “a linguagem, enquanto discurso, é interação, um modo de produção social” (BRANDÃO, 1994, *apud* CHAPARRO, 2008, p. 172), sendo o discurso dotado de intenções, motivos, agentes e responsabilidades (CHAPARRO, 2008). De acordo com Chaparro (2008), Van Dijk analisou a prática jornalística identificando-a a partir da dicotomia das superestruturas (esquemas abstratos que estabelecem a ordem global do texto) e macroestruturas (estruturas semânticas necessárias para a compreensão real do texto). Enquanto as primeiras estão ligadas à ordem externa do texto, à sua forma, as macroestruturas relacionam-se à sua ordem interna, ou seja, ao seu conteúdo. Para Van Dijk, os gêneros

jornalísticos se edificam a partir de dois esquemas das superestruturas, os da narração (para o relato do acontecimento), e os da argumentação (para o comentário dos mesmos). No âmbito da narração, figuram algumas propriedades tais quais o resumo, a exposição, a complicação, o desenlace e a conclusão moral. No âmbito argumentativo, que seguem a lógica “problema-solução”, encontram-se propriedades de justificação e conclusão. A classificação dos gêneros jornalísticos deve buscar similaridades (regularidades) de formas discursivas e, ao mesmo, tempo, peculiaridades que as diferenciem entre si, sendo que, na perspectiva pragmática, concebem-se tais textos a partir da eficácia dos mesmos.

O autor observa que, com o passar do tempo, “o relato jornalístico consistente acolhe cada vez mais a elucidação opinativa e que o comentário da atualidade exige cada vez mais a sustentação de informações qualificadas”, e, dessa forma, a matriz *opinião-informação* “perdeu eficácia como critério organizador de gêneros jornalísticos” (CHAPARRO, 2008, p. 136). É nesse sentido que o pesquisador se propõe a pensar os gêneros jornalísticos por uma outra perspectiva. Sendo as ações típicas do jornalismo relatar e comentar a atualidade, valendo-se para ambas da opinião e da informação, o autor propõe sua classificação dos gêneros do discurso jornalístico a partir de duas grandes classes: o *Comentário* e o *Relato*, dentro das quais se organizam espécies argumentativas e gráfico-artísticas, para o primeiro e, narrativas e práticas, para o segundo. O quadro proposto pelo autor se estrutura da seguinte forma:

Tabela 03: Grade classificatória dos gêneros jornalísticos de Manuel Chaparro⁷⁹.

Gênero Comentário		Gênero Relato	
Espécies Argumentativas	Espécies Gráfico-Artísticas	Espécies Narrativas	Espécies Práticas
. Artigo . Carta . Coluna	. Caricatura . Charge	. Notícia . Reportagem . Entrevistas . Coluna	. Roteiros . Indicadores econômicos . Agendamentos . Previsão do tempo . Consultas . Orientações úteis
Crônica: classe de texto livre de classificações			

Em sua pesquisa, Chaparro (2008) observou também que, em períodos históricos e políticos distintos, bem como em condições de produção específicas, a representação das

⁷⁹ Fonte: CHAPARRO, 2008, p. 178.

formas discursivas em cada veículo era alterada. Entre 1975 e 1984, por exemplo, houve uma queda de 11,67% na participação dos conteúdos de “opinião⁸⁰” nos jornais, sendo essa queda mais expressiva no veículo ideologicamente desfavorável à ditadura (no caso, o *Jornal do Brasil*) e mais discreta no jornal politicamente alinhado ao Governo Militar (no caso, *O Estado de S. Paulo*). Após a abertura política, entretanto, observou-se o crescimento dos conteúdos argumentativos nos jornais. Outra evidência importante ressaltada pelo autor é a primazia de artigos e reportagens dentre as espécies discursivas essenciais do jornalismo impresso brasileiro, sendo a coluna uma forma marcante na identidade discursiva brasileira, tendo uma vocação híbrida tanto para a argumentação, quanto para a narração. Nesse ponto, o autor salienta que “embora (...) a Coluna tenha sido classificada apenas na categoria da opinião, colheram-se indícios suficientes (...) para estabelecer o caráter híbrido da espécie” (CHAPARRO, 2008, p. 128), motivo pelo qual, em sua classificação, o autor a identifica tanto no gênero “comentário” de espécie argumentativa, quando no gênero “relato” de espécie narrativa⁸¹.

Numa abordagem mais recente, em que considera a pesquisa desenvolvida por Chaparro (2008), José Marques de Melo (2009) mantém a base de seu critério de categorização dos gêneros jornalísticos (a funcionalidade do texto), incorporando outros gêneros que, de acordo com ele, apareceram na passagem para o século XXI, o interpretativo, o diversional e o utilitário. De acordo com Melo (2009), nos anos 1970, legitimou-se a trilogia informativo-opinativo-interpretativo no meio acadêmico, ao passo que na década seguinte, época em que elaborou sua primeira grade classificatória, o autor diz ter testemunhado um “panorama insólito, caracterizado pela hegemonia dos gêneros informativo e opinativo” (MELO, 2009, p. 4). Já na década de 1990, baseando-se num estudo do jornal *Folha de S. Paulo*, José Marques de Melo percebeu que sua classificação da primeira metade dos anos 1980 mostrava-se inadequada para a então dinâmica dos gêneros jornalísticos. Isso teria ficado evidente a partir de algumas constatações, como o crescimento das matérias que focalizavam serviços, sinalizando-se para a constituição de um gênero utilitário; a presença de enquetes, indicando a reafirmação do gênero interpretativo; e o aparecimento de textos com tonalização humorística e irônica, evidenciando a consolidação de um gênero diversional. A

80 “Opinião” considerando-se a classificação de José Marques de Melo que foi adotada para a categorização inicial dos tipos textuais a serem analisados por Chaparro.

81 Na *Folha de S. Paulo* foram observadas, nas colunas analisadas, 28,16% de ocorrências da forma argumentativa e 71,84% da forma narrativa, enquanto em *O Globo*, houve 44,94% de ocorrências da forma argumentativa contra 55,06% da narrativa (CHAPARRO, 2008).

partir da problematização desenvolvida por Chaparro (2008) e revisando sua própria obra, José Marques de Melo identifica cinco gêneros jornalísticos: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário.

No que se refere especificamente ao campo das colunas jornalísticas, cabe destacar que elas apresentam como característica principal o fato de trazerem aos leitores uma análise acurada de determinadas conjunturas e acontecimentos, tendo seus autores e autoras acesso a fontes privilegiadas no tecido social, especialmente, no campo político. Têm, portanto, grande respaldo no próprio meio (jornalístico) e no campo sobre o qual versam (TEIXEIRA, 2004). Dessa forma,

o alcance e a influência das colunas é algo evidente, tanto que os colunistas ocupam um lugar privilegiado nos veículos atraindo audiência e oferecendo aos leitores, muitas vezes, informações em primeira mão, o que lhes garante (...) prestígio e livre trânsito nas esferas de poder (TEIXEIRA, 2004, p. 121).

Além dos saberes tradicionais do campo jornalístico, como o saber de reconhecimento (relacionado à leitura da realidade, ao que é noticiável), o saber de procedimento (ligado às técnicas de apuração), e o de narração (sobre as lógicas enunciativas e as competências discursivas)⁸², é requerido dos colunistas um saber de domínio, que se refere ao conhecimento mais aprofundado sobre outra formação discursiva, a área em que atuam (SEIXAS, 2009b, p. 74). As análises proferidas pelas colunistas se originam de um saber mais aprofundado que possuem sobre o campo da política, o “saber de domínio” de que nos fala Seixas (2009a; 2009b), o que fica evidente quando se verificam nos textos a presença não só de notícias ou de considerações sobre acontecimentos atuais, mas, principalmente, comentários feitos sobre determinados períodos históricos (“o Governo Lula”, “o Governo FHC”) ou a respeito de determinadas áreas de atuação do Governo, como a política externa ou a economia. Ou seja, o saber de domínio não vem apenas do acesso a fontes privilegiadas, mas do tempo de atuação como jornalista e de cobertura do tema e do conhecimento de outras fontes de informação. Essas análises, em geral e em tese, são mais fundamentadas, valem-se de dados históricos e resgatam conflitos políticos. E não podemos deixar de destacar que o comentário se constitui a partir de posicionamentos políticos e ideológicos de seus autores e autoras, dos perfis dos

⁸² De acordo com Seixas (2009b), essa trilogia de saberes da atividade jornalística foi desenvolvida por Ericson, Baranek e Chan (1985) citados por Traquina (2005).

leitores do jornal e das relações de poder entre os atores envolvidos com o tema em questão.

A fim de trazer algumas informações específicas sobre os jornais considerados nesta pesquisa, destacamos, a seguir, a maneira pela qual eles definem o espaço destinado às opiniões em seus veículos, já que se trata do discurso oficial da empresa. Em *O Estado de S. Paulo*, os espaços destinados à opinião se localizam nas páginas A2, *Espaço Aberto*, e A3, *Notas e Informações*, na qual publica-se o Editorial do veículo. Em seu *Manual de Redação e Estilo*, seção *Instruções Gerais*, o jornal elenca quarenta e nove orientações que devem ser seguidas por seus profissionais, distinguindo claramente os campos informativo e opinativo. Destacamos dentre elas as de números 20 e 21:

20 – Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões. Em nenhuma hipótese se admitem textos como: Demonstrando mais uma vez seu caráter volúvel, o deputado Antônio de Almeida mudou novamente de partido. Seja direto: O deputado Antônio de Almeida deixou ontem o PMT e entrou para o PXN. É a terceira vez em um ano que muda de partido. O caráter volúvel do deputado ficará claro pela simples menção do que ocorreu.

21 – Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando comentários no material noticioso. As únicas exceções possíveis: textos especiais assinados, em que se permitirá ao autor manifestar seus pontos de vista, e matérias interpretativas, em que o jornalista deverá registrar versões diferentes de um mesmo fato ou conduzir a notícia segundo linhas de raciocínio definidas com base em dados fornecidos por fontes de informação não necessariamente expressas no texto⁸³

A *Folha de S. Paulo* também distingue seu espaço opinativo nos editoriais, artigos e colunas publicadas em suas páginas. O colunista é definido como “quem escreve com regularidade em espaço fixo no jornal” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2013, p. 60). O espaço destinado à opinião no veículo é reservado às páginas A2 e A3 onde são publicados os editoriais⁸⁴ e os textos de seus colunistas (PINTO, 2012; MANUAL DE REDAÇÃO, 2013). A

83 Cf. MARTINS, Eduardo. *O Estado de S. Paulo: Manual de Redação e Estilo*. Disponível em <http://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais.shtm>, consultado em 4/5/2012.

84 Excepcionalmente são publicados editoriais na capa do veículo que, ao que nos parece, são relacionados a temas mais polêmicos, à defesa do veículo ou a denúncias ou alertas mais gerais sobre questões de interesse nacional. Esse foi o caso, por exemplo, do editorial do dia 26 de setembro de 2010, publicado na capa da *Folha* em resposta a críticas do ex-presidente Lula sobre a atuação da mídia em relação ao processo eleitoral daquele ano. Em defesa da “utilidade pública do jornalismo livre” e repudiando “tentativas de controle da imprensa”, o veículo se valeu de seus princípios editoriais de independência, pluralidade e apartidarismo para defender sua postura isenta e imparcial com relação a ambas as candidaturas (FOLHA, 2009). Como vimos, houve pesquisas, como Saisi (2009), que colocaram em xeque essa afirmação do jornal.

empresa, em seu manual de redação, recomenda aos colunistas que evitem “proselitismo eleitoral ou declaração pública de voto, oferecendo àqueles que o considerarem relevante a possibilidade de publicar artigo na seção *Tendências/Debates* (Opinião, pág. A3)” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2013, p. 41). Trata desse tema no verbete “engajamento”, considerando que o envolvimento do jornalista em organizações político-ideológicas é prejudicial para seu desempenho, “em especial daquele que cobre a área política” (Idem, 2013, p. 40), ressaltando a ideia de que tal envolvimento pode torná-lo vulnerável a paixões, ingenuidades e imparcialidade. Na visão do veículo, a opinião não precisa de ser comprovada, ao passo que a notícia é considerada como puro registro dos fatos, descritos com exatidão, dispostos de maneira não tendenciosa.

Observa-se, portanto, em ambos os veículos, que há a tradicional separação entre fato e opinião e a concepção de que, através de um relato claro, objetivo e com uma linguagem simples, o leitor é capaz de formar seu juízo de valor. É claro que podemos impor uma série de questionamentos a respeito do limiar entre opinião e interpretação e, inclusive, sobre a efetiva segurança que a objetividade confere ao texto jornalístico em termos de isenção e imparcialidade. Partimos do pressuposto que esse é tanto um valor agregado ao produto jornalístico comercializado, quanto uma forma de delinear a atividade no âmbito de cada veículo, numa retórica que define, pelo menos em tese, seu escopo de atuação, os limites de seus profissionais e a posição oficial do veículo sobre o seu fazer, o que não impede atuações motivadas por interesses externos aos objetivos da prática profissional ali definida.

Até aqui, apresentamos as discussões clássicas feitas por autores brasileiros sobre a classificação dos gêneros jornalísticos praticados no país. A principal referência da área, José Marques de Melo, tem sido recuperada em diversas pesquisas e classificações e se mostrou bastante conectada com a prática profissional. Tomando nomenclaturas do próprio meio jornalístico para operacionalizar sua categorização, José Marques de Melo trabalhou, pelo menos com referência aos diários impressos, com uma classificação que buscou mapear as principais práticas jornalísticas em vigência no Brasil em diferentes momentos históricos. Já Manuel Chaparro empreendeu ampla pesquisa histórica para traçar o perfil dos gêneros jornalísticos nos diários impressos num período de 50 anos, criticando o binômio principal que dava sustentação ao modelo de Melo. Na sua visão, não parecia adequado adotar como categorias para classificação dos gêneros jornalísticos o paradigma “informação-opinião”,

pois a atividade jornalística não se assentaria em informar e/ou opinar, mas, sim, em relatar e/ou comentar a realidade, valendo-se, para isso, tanto de informação, quanto de opinião simultaneamente.

Em que pese a aplicabilidade de ambas as categorizações propostas por Marques de Melo (1994; 2009) e Chaparro (2008), uma questão merece destaque nas argumentações dos autores: há uma abordagem fortemente internalista da prática jornalística, considerando seus produtos, sua cultura profissional, seus procedimentos técnicos de apuração, redação, edição e publicação. Uma visada mais ampla, em que se considerem as relações entre leitor, veículo, articulistas, colunistas, etc. não aparece nas análises e, na verdade, não podemos dizer que essa elaboração fosse necessária nessas obras, já que não é este o objetivo delas. Os autores buscaram verificar regularidades e padrões de produtos jornalísticos oferecidos nos jornais impressos de grande circulação no país. As classificações, nesse sentido, são muito úteis e nos permitem localizar e definir nosso objeto empírico. Mas ainda nos falta tecer algumas considerações sobre o conceito de gênero numa perspectiva mais ampla.

É fato que os veículos, com objetivos estratégicos de conquista e manutenção de mercado, ampliação de vendas e aprimoramento do relacionamento com seus públicos (sobretudo os clientes), valem-se de pesquisas de opinião e estratégias de comunicação com seus leitores (efetivos ou em potencial) e isso impacta tanto na seleção de seus profissionais, colaboradores e colunistas, quanto na definição de temas e pautas a serem abordadas. Isso é explicitado, por exemplo, pela *Folha de S. Paulo* no trecho a seguir:

É preciso maior originalidade na identificação dos temas a serem objeto de apuração, bem como uma focalização mais precisa de sua abordagem. *Pesquisas de opinião possibilitam conhecer um pouco melhor as necessidades do público e aproximar da vivência concreta do leitor a pauta do jornal.* Mas não substituem o discernimento necessário para detectar a ocasião jornalística nos fatos que reúnem o geral e o específico, em que um processo relevante ou emergente apareça entrelaçado com sua manifestação mais sintomática e humana (MANUAL DE REDAÇÃO, 2013, p. 15 – grifo nosso).

Além dessa questão mercadológica, devemos destacar que a conformação de produtos (com seus gêneros e formatos específicos) ancora-se na relação dos usuários (consumidores) com os produtos e serviços oferecidos pela indústria de comunicação. Leitores, telespectadores, internautas, têm uma série de expectativas com relação aos diferentes

formatos de produtos disponibilizados no mercado das comunicações. Ou seja, o processo de constituição dos produtos comunicacionais disponibilizados no mercado midiático deve ser considerado de maneira mais ampla, já que seus formatos dependem não só de variáveis internas (técnicas, estratégicas, políticas), mas das expectativas de seus consumidores e da oferta de produtos e serviços de outras mídias. É a partir da teoria dos gêneros discursivos de Bakhtin (1997) que buscamos compreender a noção de gêneros discursivos como formatos estáveis de comunicação, operacionalizados em situações comunicativas concretas, em que os sujeitos nela envolvidos nutrem expectativas quanto ao outro e ao próprio processo de comunicação estabelecido.

5.2) Gêneros do discurso: formas estabilizadas de comunicação e as expectativas dos parceiros da comunicação

Mikhail Bakhtin é uma referência importante no estudo dos gêneros. O filósofo considera que o principal sentido da linguagem é a comunicação. Para ele, a atividade expressiva organiza a atividade mental, ou seja, a orientação e organização da fala situam-se fora do sujeito, sendo, pois, a estruturação mental tão social quanto sua objetivação pela fala. Para Bakhtin, a formação da subjetividade dos sujeitos fundamenta-se nas relações sociais que eles mantêm e comporta diversas vozes, possuindo, portanto, uma composição dialógica e polifônica. De acordo com o autor, o uso da língua se dá na forma de enunciados, que são unidades de comunicação verbal cujas fronteiras são delimitadas pela alternância de falantes. É através do enunciado que se concretiza o uso da língua, sendo sua característica principal, para além da inteligibilidade gramatical (marca distintiva da oração), a capacidade de suscitar uma resposta.

O enunciado se manifesta através de formas típicas de discurso, ancorado em situações e finalidades específicas das diversas esferas de atividade humana. Para o autor, “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 1997, p. 280 – grifo no original). A constituição de um gênero está ligada às condições específicas de cada esfera da comunicação verbal, bem como às suas funcionalidades. Sendo assim, como são muito variadas as atividades humanas ligadas

ao uso da língua, Bakhtin (1997) pressupõe que haja uma infinidade de gêneros discursivos próprios para cada situação e contexto de fala. De acordo com o autor, a escolha de qual gênero ou padrão discursivo a ser adotado numa comunicação está na base da elaboração do próprio enunciado. Para ele, os seres humanos não aprendem a falar palavras ou orações no sentido estrito, mas a se comunicarem, aprendendo, portanto, formas de discurso apropriadas para cada situação de fala. Noutras palavras,

A comunicação verbal na vida cotidiana não deixa de dispor de gêneros criativos. Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática. A língua materna — a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical —, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. Assimilamos as formas da língua somente nas formas assumidas pelo enunciado e juntamente com essas formas (BAKHTIN, 1997, p. 302).

O aprendizado a respeito do gênero discursivo, do padrão da fala se dá no decorrer da vida e nas interações cotidianas. A relevância dos gêneros discursivos, para o autor, é tamanha, que, nos diz: “se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (Idem, 1997, p. 303).

5.3) Contexto e situação interativa na constituição do sentido

A teoria da linguagem desenvolvida por Bakhtin (1997; 2006) e os modelos praxiológico (QUÉRÉ, 1991) e relacional (FRANÇA, 1998; 2006) da comunicação apresentam uma importante questão propositiva em comum: a situação interativa institui-se como instância de organização das ações dos sujeitos e de constituição dos significados das interações verbais. Tais perspectivas consideram que as trocas comunicativas são constituídas pela referencialidade do “outro” (o parceiro da comunicação) e pelo contexto, sem o qual não é possível atribuir sentido às ações.

Como veremos no capítulo seguinte, Goffman (2012) também considera o papel da cultura e o lugar ocupado pelo interlocutor na organização da atuação dos sujeitos em interação. Para a representação (no sentido performático do termo) que desempenhamos

frente ao outro, é imprescindível que tenhamos sensibilidade para perceber a situação na qual nos encontramos e competências para desempenhar o papel adequado às diferentes situações. E nesse aspecto, mais uma vez, as expectativas de nossos parceiros são fundamentais para nossa atuação. A escolha de qual caminho seguir, de qual papel desempenhar é quase automática, dada a inscrição de papéis, rituais e convenções sociais no bojo da *cosmologia tradicional* ou *sistema de valores e crenças* do grupo ao qual pertencemos (GOFFMAN, 2012), mas isso só é feito compreendendo-se a situação e as expectativas presentes no momento da interação.

Em análises de processos comunicativos mediados (pelo jornalismo, pelo cinema, pela *internet*, etc.), voltadas para interlocutores indefinidos ou sujeitos anônimos, nos parece oportuno pontuar que essas enunciações não estão a salvo da presença do outro e suas consequências podem se manifestar noutros momentos da vida, no discurso, no comportamento ou nas atitudes dos ouvintes, como argumenta Bakhtin (2006). Nesse sentido, compreendemos que os pronunciamentos da mídia, mesmo que não sejam voltados para um interlocutor definido, dialogam com o meio social de seus agentes, marcado tanto por seus valores, crenças e visões de mundo, quanto pelos objetivos estratégicos do mercado em que estão inseridos (seus anunciantes, concorrentes, consumidores). Em virtude disso, o espaço destinado à expressão de opiniões especializadas na mídia (como as colunas de política aqui analisadas) não devem ser tomados apenas como um lugar de expressão de ideias de suas/seus agentes, mas como espaços de encontro entre as jornalistas e seu público leitor para se debaterem questões ligadas à política. Espaço no qual, jornalistas e leitores estão investidos de intencionalidades: de conseguir apoio, de provocar indignação, de evocar a crítica, o ceticismo, a concórdia, de encontrar respaldo, enfim. E esses espaços não se estruturam isoladamente dos outros ditos “imparciais”, do relato noticioso. Como observou Chaparro (2008), comentários e relatos noticiosos articulam-se num mesmo texto como estratégias de validação, de comprovação, de legitimação de comentários e relatos.

As colunas nos jornais são espaços fixos que os veículos destinam a seus colaboradores, onde eles podem criar uma identidade própria e fidelizar leitores que concordam ou discordam de seus posicionamentos, mas que por ali passam seja para uma leitura esporádica ou rotineira, por hábito ou mesmo por curiosidade a respeito de temáticas específicas. Condição que nos incita a demarcar que se institui, nesses movimentos, uma relação não só com o texto propriamente dito (e publicado naquele dia específico), mas com

as jornalistas, com aquele espaço de leitura (as colunas), com a temática “do dia”, com o jornal e com outros textos oriundos da mídia e das demais esferas que dão a ver a vida social. Conforme aponta Patrick Charaudeau, “o espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível” (CHARAUDEAU, 2010, p. 131).

A existência dos acontecimentos (públicos) está ancorada em sua nomeação por agentes diversos, especialmente, por aqueles do campo da mídia. Alicerçado em critérios de atualidade, de expectativa e de socialidade, o processamento da informação pela instância midiática busca desenvolver categorias que “permitem a todo sujeito falante responder às questões de como descrever (o ‘descritivo’), como contar (o ‘narrativo’), como explicar e/ou persuadir (o ‘argumentativo’)” (CHARAUDEAU, 2010, p. 150). O acontecimento, portanto, não é transmitido em seu estado bruto. Ele é construído como objeto de racionalizações que o torna inteligível, seja através do relato, seja através do comentário.

Os comentários e as análises publicadas no âmbito do jornalismo de opinião são formas de oferecer um cardápio de fragmentos da realidade em que determinados aspectos são salientados e/ou ressaltados pelos autores dos textos. Ao propor enquadramentos para as diferentes situações políticas vivenciadas por seus agentes, a mídia oferece não só a notícia ou a análise do acontecimento, mas sugere modos de agir e de se posicionar frente a uma miríade de situações públicas, reafirmando e atualizando normas de conduta e valores sociais.

5.4) Dora Kramer

(...) queria diplomacia, mas minha mãe disse ‘tem que fazer jornalismo’, e obedeci. Fiz clássico, escrevia redações, a professora de literatura se apaixonava por elas e distribuía em classe. Meus colegas mostravam em casa, algumas mães eram amigas da minha e comentavam com ela. Docemente constrangida, fiz o vestibular. Não foi uma escolha, porque o que eu queria era diplomacia, mas também fiquei com preguiça de ser diplomata. Tinha que estudar muito (Dora Kramer⁸⁵).

Dora Kramer formou-se em jornalismo na Faculdade Casper Líbero, em São Paulo. Nascida no Rio, em 1955, a jornalista mudou-se com sua família para a capital paulista. Seu primeiro emprego remunerado na área foi na *Rádio Mulher* e, em seguida, na *Rádio Record*,

85 KRAMER, 2006, p. 107.

mas a jornalista considera como sendo o início de sua carreira a sua contratação para a *Agência Folha*, em 1977, onde permaneceu até 1981, quando se transferiu para o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde cobriu as eleições de 1982. Com o término de seu contrato temporário com o veículo, a jornalista foi para a Empresa de Urbanização de São Paulo (Emurb), na gestão de Mário Covas, e, a convite do editor de política do *Jornal do Brasil*, Jomar Moraes, transferiu-se para o Rio de Janeiro como repórter de política, tema com o qual nunca tinha trabalhado. De acordo com a jornalista, com o passar do tempo, foi lhe interessando a ideia de se mudar para Brasília, “porque achava que era em Brasília que tudo ia acontecer” (KRAMER, 2006, p. 109). Convidada por Ricardo Noblat, chefe de redação do veículo na capital federal, Dora Kramer acabou se mudando para lá.

Na redação do *Jornal do Brasil* na capital federal, a jornalista cobriu Collor, recentemente eleito para a Presidência da República. No *JB*, Dora Kramer foi ganhando notoriedade e, em 1992, foi convidada pelo *Estadão* para trabalhar em sua sucursal também em Brasília. Ficou no veículo até o ano seguinte, quando retornou ao emprego anterior como subchefe de redação. Nesse veículo, a jornalista iniciou seu trabalho como colunista, passando a escrever, de 15 em 15 dias, a Coluna do Castelo⁸⁶. Conta-nos Dora Kramer que ela começou “a amar fazer a coluna (...) era a coisa melhor do mundo” (Idem, 2006, p. 113). A jornalista assumiu a titularidade da coluna em 1994. Sua coluna deixou de ser publicada no *JB* em 2004, a partir de quando passou a ser publicada pelo jornal *O Dia* e pelo *Estado de S. Paulo*.

5.5) *Eliane Cantanhêde*⁸⁷

O engraçado foi que pedi para minha mãe essa máquina [de escrever], e ela, crente que estava abafando, me deu uma televisão semiportátil, que era muito mais cara, mais charmosa. Chorei que me acabei, porque eu queria a minha máquina de escrever... Com 14 anos de idade, portanto, eu disse “vou ser jornalista”, e segui nessa linha (Eliane Cantanhêde⁸⁸).

86 Carlos Castello Branco foi um jornalista piauiense. Foi chefe da sucursal do *Jornal do Brasil* de Brasília de 1962 a 1972. A *Coluna do Castelo* foi publicada, primeiramente, no jornal *Tribuna Popular* (de julho a dezembro de 1962), sendo que a sua primeira publicação no *JB* data de 3 de janeiro de 1963. Sua última coluna foi publicada em 20 de maio de 1993, dez dias antes de sua morte (1º/6/1993), no Rio de Janeiro (<http://www.carloscastellobranco.com.br/>).

87 As informações deste tópico foram todas baseadas em entrevista concedida por Eliane a Alzira Alves de Abreu, feita em Brasília, em 15 de abril de 1998 e revista em dezembro de 2004 e publicadas no livro *Elas ocuparam as redações: depoimentos do CPDOC*, organizado por Alzira e Dora Rocha.

88 CANTANHÊDE, 2006, p. 52.

Eliane Cantanhêde⁸⁹ iniciou sua carreira de jornalista no início da década de 1970, em Brasília, como estagiária no *Jornal do Brasil* que, em seus dizeres, “naquela época era o sonho de todo estudante de jornalismo” (CANTANHÊDE, 2006, p. 52). Ela tinha 20 anos de idade e, passados três meses de sua entrada no jornal, fora contratada como repórter da área de educação. Do *JB*, Eliane foi para revista *Veja*, considerada, à época, segundo a colunista, um centro da elite do jornalismo. Durante o período em que esteve na revista, cobriu educação, saúde e trabalho e, saiu de lá no início da década de 1980, voltando para o *JB*, chegando ao posto de coordenadora de política em um ano de casa. Ali começaria sua inserção no campo das colunas, com substituições de Carlos Castello Branco em sua coluna, às segundas-feiras⁹⁰, e com seu próprio espaço, *Coisas da Política*, na página 11, todos os sábados.

Cantanhêde saiu do *JB* em 1988, sendo contrata pelo *Estadão* como repórter especial. Logo assumiu uma coluna política diária, sobre as eleições de 1989, que a jornalista avalia ter sido mal conduzida, tanto pela restrição à sua liberdade de opinião imposta pelo jornal, quanto pelo fato de viver um momento de vida difícil. Do *Estado de S. Paulo*, a jornalista saiu, em 1990, indo passar um ano de “descanso” com a família (marido e filhas) na Europa (CANTANHÊDE, 2006, p. 64). Retornando de seu “exílio dourado”, Eliane foi para *O Globo* e, poucos dias depois, assumiu a editoria de política do *Estadão* em Brasília. No início dos anos 1990, Eliane assume a chefia de redação de *O Globo* também na capital federal, decisão que considerou equivocada, tendo em vista que acabou perdendo a visibilidade que sua coluna lhe proporcionava no jornal paulista. Eliane ainda passou pelo *Correio Braziliense* e *Gazeta Mercantil*, onde ficou por três anos. Em 1997, a jornalista foi convidada pela *Folha de S. Paulo* para assumir a coluna *Brasília*, na qual divide espaço com o jornalista Fernando Rodrigues. Eliane escreve aos domingos, terças, quintas e sextas e Fernando, às quartas e sábados.

89 Eliane Cantanhêde nasceu em 5 de junho de 1952, no Rio de Janeiro, indo morar em Brasília aos 9 anos de idade.

90 Sua primeira coluna foi sobre uma festa de aniversário do general Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete da Presidência da República nomeado por Geisel, em 1974, e confirmado por Figueiredo, em 1979.

6) *Desenho analítico: em busca dos enquadramentos de Dilma Rousseff*

O conceito de enquadramento tem ampla aplicação nas pesquisas de comunicação, sobretudo, nas áreas do jornalismo e da comunicação política. Em geral, tais pesquisas tomam o conceito de forma a perceber como determinadas temáticas são tratadas pela mídia, buscando compreender as interpretações que são dadas aos fenômenos considerados. Nosso caminho nesta pesquisa toma o conceito de enquadramento num sentido diferente, mais próximo das perspectivas teóricas que lhe deram origem.

A partir dos conceitos e das discussões feitas por Gregory Bateson e Erving Goffman, buscamos empregar o enquadramento como um operador analítico que nos permita compreender de que forma a presidenta Dilma Rousseff é posicionada pelas jornalistas nas situações abordadas em suas colunas. Nos comentários e análises feitas, pretendemos identificar qual a posição que as jornalistas conferem à presidenta nos contextos ou nas situações analisadas, ou seja, qual papel é atribuído à Dilma. Apresentaremos, de forma breve, as principais abordagens do conceito no âmbito da comunicação. Em seguida, passaremos às formulações teóricas de Gregory Bateson e Erving Goffman para, depois, apresentar o modelo de análise que será empregado nesta pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos a serem implementados.

6.1) *O conceito de enquadramento para os estudos de comunicação política e do jornalismo*

Um dos estudos pioneiros na aplicação do conceito de enquadramento nas teorias do jornalismo é creditado a Gaye Tuchman, com sua obra já citada, *Making news: a study in the construction of reality*, de 1978 (ANTUNES, 2009; CARVALHO, 2009; MAIA, 2008; VIMIEIRO, 2010; PORTO, 2004). Para a autora, o enquadramento é responsável por organizar a realidade cotidiana e as notícias são um componente importante dessa mesma realidade (CHONG & DRUCKMAN, 2007; SCHEUFELE, 1999), “um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea” (TUCHMAN, 1978

apud PORTO, 2004, p. 79). De acordo com Tuchman, a prática jornalística, a visão que os profissionais têm sobre a profissão e sobre o que é notícia, os constrangimentos organizacionais aos quais estão submetidos, a tendência de se privilegiar nas notícias visões de mundo hegemônicas numa correlação estreita com a manutenção do *status quo*, dentre outros, “são [fatores] fundamentais para uma compreensão dos modos como são promovidos os enquadramentos” (CARVALHO, 2009, p. 6).

Na acepção de Gaye Tuchman, nessa atividade de “selecionar” acontecimentos e torná-los disponíveis à sociedade através da notícia (o que envolve a sua própria construção) repousa a atividade de enquadramento (CARVALHO, 2009). Iyengar (1991) também considera o conceito de enquadramento como mecanismo de estruturação da informação na notícia a partir das escolhas dos aspectos que serão salientados e os que ficarão “de fora” do texto noticioso. De acordo com essa visão, os enquadramentos presentes nas notícias resultariam dos procedimentos e da cultura da prática jornalística, das relações dentro das redações e do perfil editorial do veículo. Entretanto, a principal crítica feita à perspectiva defendida por Tuchman (1978 *apud* CARVALHO, 2009) e Iyengar (1991) é que esses autores consideram a construção dos enquadramentos fortemente assentada em procedimentos internos da atividade profissional e como fruto da vontade e da consciência individual dos profissionais (CARVALHO, 2009; MAIA, 2009).

Robert Entman (1993) elabora uma clássica definição de enquadramento amplamente citada por trabalhos que desenvolvem uma revisão teórica do termo (PORTO, 2004; VIMIEIRO, 2010; MAIA, 2009; MOREIRA, 2007; GADRET, 2011; SCHEUFELE, 1999, dentre outros). Para ele, o enquadramento envolve duas ações: selecionar aspectos da realidade percebida e salientar nesses aspectos alguns detalhes, promovendo “uma definição particular do problema, uma interpretação de suas causas, uma avaliação moral e fazendo recomendações sobre suas soluções” (ENTMAN, 1993, p. 52 – tradução nossa⁹¹). Outra definição do conceito pode ser vista nas pesquisas de Todd Gitlin em seu estudo sobre a maneira como o movimento *Student for a Democracy Society* fora enquadrado pela imprensa americana à época da guerra do Vietnã. Mauro Porto retira daí a definição de enquadramento que considera mais clara e sistemática:

91 No original: [To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote] a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described].

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, p. 7 *apud* PORTO, 2004, p. 80).

Numa discussão mais recente, sobre as diferentes maneiras de operacionalização desse conceito, Mendonça e Simões (2012) identificam três modelos de sua apropriação: os estudos que analisam a situação comunicativa ou interativa, os que se propõem a uma análise do conteúdo discursivo e um terceiro modelo que se preocupa com os *frame effects* numa visada sobre as estratégias de sua elaboração. No primeiro modelo, podem ser agrupados os estudos de Goffman, na medida em que seu foco está na microanálise de interações sociais, investigando “o modo como nos deslocamos por quadros como ‘cotidiano’, ‘ficção’, ‘sala de aula’ ou ‘sonho’, para dotar o mundo e sentido” (Idem, 2012, p. 191). As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (Gris), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da pesquisadora Vera França, também se inscrevem nesse campo de investigação.

As pesquisas do segundo modelo, as que se pautam pela análise do conteúdo discursivo da mídia, voltam-se para os modos como os discursos enquadram a realidade. Os autores identificam nessa vertente as pesquisas capitaneadas por estudiosos como Robert Entman (1993), Maurice Mouillaud⁹², Todd Gitlin⁹³, Alessandra Aldé⁹⁴, Mauro Porto (2001), Ângela Marques⁹⁵, Ana Carolina Vimieiro (2010), dentre outros. Tal perspectiva de operacionalização do conceito, seguindo a linha de raciocínio goffmaniana, toma os enquadramentos como estruturas que orientam a percepção da realidade. No entanto, diferentemente dos empreendimentos de Goffman, para essa perspectiva, importa menos a situação interativa e mais “o próprio conteúdo dos discursos” (Idem, 2012, p. 194).

O terceiro modelo identificado por Mendonça e Simões aproxima-se bastante do

92 MOUILLAUD, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002.

93 GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkley/ Los Angeles/ Londres: University of California Press, 1980.

94 ALDÉ, Alessandra. Mídia e guerra: enquadramentos do Iraque. Trabalho apresentado no *XIII Encontro Anual da Associação de Programas de Pós-Graduação em Comunicação* (Compós). São Bernardo do Campo, 2004.

95 MARQUES, Ângela. *O processo deliberativo a partir das margens: o programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias*. Belo Horizonte, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

segundo, pois também efetua uma análise discursiva considerando a utilização estratégica dos discursos por determinados atores sociais para gerar efeitos nas audiências. Entretanto, os autores nos alertam que há duas diferenças entre os modelos da análise discursiva e da análise do efeito estratégico: “o foco nos efeitos dos enquadramentos (*framing effects*) e o desenraizamento cultural dos quadros” (MENDONÇA & SIMÕES, 2012, p. 194). Os estudos dessa linha de investigação valem-se de pesquisas no campo da psicologia cognitiva sobre os efeitos dos enunciados na formação da opinião dos indivíduos. Como representantes desse modo de operação do conceito, os autores citam Amos Tversky e Daniel Kahneman, Dennis Chong, James Druckman, dentre outros.

Em nosso trabalho, nos valemos do conceito de enquadramento de uma maneira mais fiel à tradição goffmaniana, seguindo a linha teórica e metodológica desenvolvida nas pesquisas do Gris. Analisando produções midiáticas como acontecimentos jornalísticos, programas de TV e entrevistas, as pesquisas feitas no grupo buscam compreender as diferentes inserções dos sujeitos nas situações analisadas, as alternâncias de quadros, os papéis ali estabelecidos e os conflitos evidenciados. Focadas essa trama situacional, as pesquisas não deixam de inscrevê-las num contexto sócio-histórico mais amplo que as constituem. Como apontam Mendonça e Simões, “ao identificar os quadros que orientam distintas situações interativas, investigam-se as formas como os sujeitos definem situações e agem no interior delas, atualizando valores sociais” (MENDONÇA & SIMÕES, 2012, p. 193).

6.2) Os fundamentos do conceito de enquadramento

O desenvolvimento do conceito de enquadramento (*framing*) é atribuído ao sociólogo canadense Erving Goffman⁹⁶, com fortes influências do pragmatismo americano, da obra do

96 Erving Goffman nasceu no Canadá, em 1922, na pequena cidade de Manville, no seio de uma família pobre de imigrantes judeus vindos da Ucrânia. Trabalhou numa produtora cinematográfica, de 1943 a 1944, ano em que ingressou no curso de sociologia da Universidade de Toronto. Em 1949, defendeu sua dissertação de mestrado na Universidade de Chicago, considerada naquela época um importante centro de formação e pesquisa sociológicas dos Estados Unidos. Em 1953, concluiu sua tese de doutorado nesta mesma universidade, intitulada *Communication conduct in an Island community*. Dentre suas principais obras, destacam-se *Estigma* (1963), *Behavior in public places* (1963), *Interectional ritual* (1967), *The presentation of self in everyday life* (1959), *Frame analysis: an essay on the organization of experience* (1974), dentre outros. É possível observar contribuições de vários teóricos em seu desenvolvimento intelectual, como Émile Durkheim, Radcliffe-Brown, George Simmel, Charles Cooley, G. H. Mead, Alfred Schutz, Kenneth Burke, Herbert Blumer, Jean Paul Sartre e Everett Hughes (MARTINS, 2008a; RIBEIRO & GARCEZ, 2002).

antropólogo inglês Gregory Bateson⁹⁷ e de autores da etnometodologia e fenomenologia. Durante sua trajetória intelectual, Goffman se interessou pelos “mecanismos que sustentam os processos da interação entre os indivíduos que ocorrem em microssituações sociais concretas” (Idem, 2008, p. 139), ponto no qual se assenta a influência do pragmatismo americano e da Escola de Chicago nas análises daquilo que Bourdieu chamou de “o infinitamente pequeno” das situações sociais. De maneira geral, Goffman (2002a, 2002b, 2009, 2011) se dedica a pensar como os indivíduos se dão a ver frente aos outros, usando a metáfora da ação teatral como estrutura de sua análise. Para ele, a interação “pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata” (GOFFMAN, 2009, p. 24).

Ao lançar sua atenção sobre a *ordem da interação* (GOFFMAN, 1999) e para as pequenas situações sociais, Goffman se preocupa com a maneira como os sujeitos organizam suas experiências num processo de leitura ou interpretação da relação, do outro, de si e da realidade. Para isso, é central que se defina “aquela” situação na qual os sujeitos se encontram imersos. Esse processo de definição responde à pergunta: *o que se passa aqui?* (GOFFMAN, 2012) que os sujeitos se fazem quando em presença uns dos outros e, respondendo a isso, criam suas expectativas daquilo que pode ser aceito ou não naquele momento, o que se pode e o que não se pode fazer. Cabe destacar que a definição de situação não é uma atividade de criação individual. Em grande medida, argumenta Goffman (2012), as situações são dadas pela sociedade, encontram-se disponíveis no sistema de crenças e valores do grupo social ao qual o indivíduo pertence. No âmbito da interação social, a definição de situação é elaborada tanto pelo ator que se apresenta quanto pelos observadores, sendo feita a partir das expectativas que ambas as partes têm com relação à interação propriamente dita. Essas expectativas, muitas vezes, estão marcadas pela tradição e pelos rituais sociais. É o que Goffman (2009, p. 18) nomeia de *modus vivendi* interacional.

97 Gregory Bateson nasceu na Inglaterra, em 1904, e estabeleceu-se nos Estados Unidos. Sua formação passou pela zoologia, antropologia, psicologia e psiquiatria. Teve influências teóricas de Bronislaw Malinowsky e Alfred Radcliffe-Brown e exerceu influências em pesquisas das áreas de Antropologia, Cibernética, Psiquiatria, Psicanálise, Saúde Mental e Sociologia. Foi casado com Margaret Mead e faleceu em 1980. Sua principal influência na produção teórica de Erving Goffman se dá pelo artigo *A theory of play and fantasy* (1954) no qual explora a natureza da comunicação e desenvolve, para tanto, o conceito de enquadre, atividade a partir da qual os sujeitos compreendem a situação interativa em que se encontram (BATESON, 2002; MENDONÇA & SIMÕES, 2012).

Os participantes, em conjunto, contribuem para uma única definição geral da situação, que implica não tanto num acordo real sobre o que existe, mas, antes, num *acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas* (destaque nosso).

O procedimento cognitivo inerente à definição da situação é o que poderíamos identificar como “enquadramento”. São esquemas interpretativos através dos quais compreendemos uma dada situação para nos posicionarmos e/ou nos darmos a ver e para compreender a realidade. Resgatamos a seguir os principais pontos discutidos por Bateson (2002) sobre o conceito de quadros de sentido (*frames*) para, logo após, tratarmos das formulações de Erving Goffman sobre os enquadramentos.

6.3) Gregory Bateson e os quadros de sentido

Em suas reflexões, Bateson analisa a natureza da comunicação⁹⁸. Para ele, os enunciados não podem ser compreendidos sem que sejam postas instruções gerais sobre a relação que se estabelece entre os interlocutores e a situação em que se desenvolve a trama comunicativa. O processo de comunicação envolve vários níveis de abstração que não se esgotam no conteúdo da mensagem. Dentre esses níveis, Bateson destaca (1) referências explícitas e implícitas à linguagem empregada num nível *metalinguístico*; e (2) um outro conjunto de abstrações que se referem à relação entre os falantes, as *metacomunicações* (BATESON, 2002, p. 87). A metacomunicação entre os participantes é fundamental para que as ações significativas sejam compreendidas de maneira adequada e para que os atores possam se posicionar de forma condizente com a situação posta. Esse processo de metacomunicação (envio de sinais que dizem respeito à relação entre os atores) é o que o autor vai chamar de enquadre. Para ele, o enquadre “é (ou delimita) uma classe ou conjunto de mensagens (ou ações significativas)” (Idem, 2002, p. 97).

A metáfora do quadro é bem elucidativa do argumento proposto por Bateson pois, a partir dela, é possível compreender que os enquadres exercem um importante papel para ordenar e organizar a percepção do observador. A tríade “figura”, “fundo” e “moldura” são

⁹⁸ O autor efetua suas discussões no texto para aplicação aos “fenômenos particulares da psicoterapia” (BATESON, 2002, p. 103), levando-se em conta que certas psicopatologias são caracterizadas por anormalidades no manejo de enquadres e dificuldades de realizar abstrações do processo de comunicação, como as metáforas e os sentidos conotativos dos enunciados, por exemplo. Ao final, destaca que, enquanto projeto, seu modelo pode encontrar outras aplicações além do campo da psiquiatria (Idem, 2002, p. 104).

essenciais para se estabelecer o modelo teórico dos quadros de sentido. Enquanto a figura representa as mensagens ou conjunto de significados que o ator pretende dar a ver (digamos que seja seu “conteúdo”), o fundo realça os sentidos da figura, exercendo papel importante (como um contraste) na percepção dos significados do quadro completo. A moldura, por sua vez, nos diz “preste atenção no que está dentro e não preste atenção no que está fora” (Idem, 2002, p. 98). O quadro posto permite aos participantes compreenderem o que se passa na situação em que se envolvem e as regras que a ela pertencem. Os enquadres criam conjuntos de ações significativas, incluindo e excluindo no interior da moldura uma miríade de ações, e ambos os processos, de inclusão e exclusão, são significativos para a relação. Esse modelo teórico foi pensado para a relação entre terapeuta e paciente, sendo que algumas psicopatias são caracterizadas por manejos inadequados dos enquadres. No entanto, o próprio Bateson reconhece que sua proposta pode encontrar outras aplicações fora da psicoterapia. As análises de quadros (*frames*) propostas por Erving Goffman parecem ser um exemplo bem-sucedido disso.

6.4) Frame analysis e a organização da experiência: os esquemas primários de interpretação

O conceito de enquadramento estruturado por Gregory Bateson foi apropriado por Goffman em sua proposta de análise das ocasiões sociais e do envolvimento subjetivo dos indivíduos nelas (GOFFMAN, 2012), como é o caso das interações sociais. Em seu livro *Frame Analysis: an essay on the organization of the experience* (1974), traduzido para o português como *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise* (2012), Erving Goffman aprofunda a estrutura analítica proposta pelo antropólogo inglês elaborando dois outros conceitos que lhes serão fundamentais para a atividade de enquadramento: os esquemas primários e a tonalização. Como vimos, a definição da situação é fundamental para as interações sociais e para a própria compreensão da realidade social. E para que os indivíduos dotem de sentido a realidade, é necessário que promovam seu enquadramento, sua leitura, sua interpretação⁹⁹.

⁹⁹ Na introdução de seu livro, Goffman destaca as influências de sua teoria resgatando uma série de autores que abordam o conceito de realidade a partir de perspectivas pragmáticas, fenomenológicas e etnometodológicas, sendo William James, Alfred Schutz e Harold Garfinkel influências importantes.

Os esquemas primários são uma primeira interpretação acionada pelos sujeitos no *sistema de valores e crenças* ou na *cosmologia tradicional* de um grupo social (GOFFMAN, 2012). É através desses esquemas que os indivíduos podem “localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus termos” (GOFFMAN, 2012, p. 45). Seria improvável que, ao olharmos para um acontecimento, não acionássemos nenhum esquema primário para qualificá-lo. Mesmo aquela olhada rápida e sem muita atenção carrega em si o reconhecimento daquilo nos termos de algum esquema de interpretação que, de tão evidente, não requereu mais do que uma simples “passada de olhos” para se impor. No entanto, os esquemas primários não são suficientes para explicar os fenômenos. Muitas vezes, por exemplo, aquilo que parece, à primeira vista, um acontecimento qualquer pode requerer uma segunda leitura, ou seja, uma transformação de seu significado. É ao conceito de tonalização que Goffman vai recorrer para tratar dessa transformação dos esquemas primários em quadros interpretativos.

Goffman (2012) recorre às observações de Gregory Bateson (dois animais brincando de lutar) para introduzir seu conceito de tonalização. A brincadeira empreendida pelos animais, à primeira vista, tratar-se-ia de um combate, uma briga, uma disputa. No entanto, nenhuma ação guiada pelos animais (uma mordida ou golpe qualquer) é efetiva no que deveria tradicionalmente resultar: as mordidas “não mordem para doer” e os golpes não ferem como deveriam. Portanto, trata-se ali de uma transformação do esquema “luta” em “brincadeira” e essa transformação ou transcrição de um modelo de comportamento para outro é o que Goffman chama de tonalização (*keying*), um “conjunto de convenções pelas quais uma dada atividade, já significativa em termos de algum esquema primário, é transformada em algo pautado sobre esta atividade, mas visto pelos participantes como algo diferente” (GOFFMAN, 2012, p. 71). É na tonalização que Goffman acredita estar presente uma resposta do indivíduo em termos de quadros de sentido¹⁰⁰.

O enquadramento refere-se, portanto, a uma atividade cognitiva de compreensão da realidade social, a partir de nosso envolvimento subjetivo nela, como uma atividade de

100 A tonalização deve considerar os seguintes aspectos: (1) há uma transformação sistemática de ações já significativas de acordo com um esquema primário de interpretação; (2) os participantes dessa atividade devem reconhecer que está em curso tal transformação; (3) há dicas disponíveis de quando começa e de quando termina a transcrição; (4) esse processo não se restringe a grupos específicos de atividades, podendo ser aplicado a qualquer uma; e, por fim, (5) a transformação de uma tonalização pode alterar pouco uma dada atividade em termos de sua execução mecânica, mas modifica o que os participantes diriam a respeito do que está efetivamente acontecendo (GOFFMAN, 2012).

organização da própria experiência a partir do fato de que é possível traçar nossas linhas de ação elaboradas em conformidade ao que a situação “pede”. Sendo assim, os quadros são adquiridos no processo mesmo de socialização em que os indivíduos recebem de seu grupo padrões de conduta requeridos nas diferentes situações cotidianas. Os quadros organizam o olhar e tornam uma determinada situação inteligível.

Enquanto modelo aplicado à organização subjetiva da realidade, uma chave de leitura que permite o reconhecimento dos acontecimentos e sua inteligibilidade, o conceito de enquadramento é extremamente útil às análises dos processos interacionais, desde conversas face a face, até situações mais complexas e amplas intermediadas por dispositivos midiáticos, como o jornalismo, a propaganda ou os discursos políticos. Para a análise das interações sob a perspectiva do enquadramento, é fundamental a identificação de papéis, rituais, convenções, normas e valores que constituem os sujeitos e as relações para se ter uma boa definição da situação. Nessa perspectiva, noções importantes ganham relevo, como situação, interação, papéis sociais e performance, todos temas que Goffman trata em diferentes obras.

O desempenho do papel adequado para cada situação, dado pela cultura e atualizado no decorrer da vida, torna-se definidor do enquadramento. Os interlocutores assumem determinados papéis e posicionamentos de acordo com o movimento da interação, o que reconfigura os enquadres. Essa visada parece essencial para análises de processos interativos face a face, mesmo no âmbito da mídia em que se considera, por exemplo, uma entrevista ou um programa de auditório. Entretanto, acreditamos que ela seja promissora também para se avaliar os enquadramentos promovidos pelo jornalismo a respeito de uma figura pública, como é o caso de Dilma Rousseff, observando-se, para tanto, de que maneira seu comportamento, sua postura e seus pronunciamentos são avaliados pela mídia (e o que se espera dela). E isso nos coloca outras questões que se referem à definição “do que é” e “do que não é” adequado ao papel de uma presidenta em determinada situação. Tais questões não aparecem em Goffman, para quem a definição de que linha de ação se deve seguir parece muito mais uma escolha individual a partir de um arcabouço cultural. Para o autor, há uma margem de negociação pessoal a respeito da definição da situação, mas, em geral, o que os atores nela envolvidos fazem é avaliar a situação em que se encontram e “agir de acordo”, “mecanicamente como se a situação estivesse resolvida desde sempre” (GOFFMAN, 2012, p. 23).

Na verdade, o que se pode apreender das conceituações propostas por Goffman é que não se negocia propriamente a definição de uma situação qualquer. Percebe-se que se trata de uma questão de sensibilidade (de perceber a situação) e de competência (de desempenhar bem o papel adequado). Ou seja, identificado o quadro e o posicionamento que ele exige, trata-se de desempenhá-lo (performá-lo) da melhor maneira. Goffman não considera eventuais variações nas definições desses papéis que podem, de certo modo, estar envolvidas em dinâmicas peculiares de poder. E é nesse sentido que nos questionamos se a escolha de qual papel desempenhar é tão pacificada assim. Essa é uma questão importante que tem permeado as investigações do Gris e que preenche, a nosso ver, essa importante lacuna no conceito edificado por Goffman. Se por um lado, perceber de que maneira a constituição da relação entre os sujeitos dá a ver a escolha e o desempenho de papéis sociais, atentar para as relações de força e de poder entre os sujeitos nos parece importante para se perceber dinâmicas de dominação e exclusão ainda muito presentes em nossa vida social.

Trazer para nossa discussão a noção de papéis sociais, no sentido das expectativas de comportamento que se tem em relação ao outro, parece-nos importante para compreender não só o julgamento que as analistas políticas fazem da presidenta. Ao analisá-la, as comentaristas deixam pistas sobre as expectativas que carregam quanto ao desempenho de seu papel (de presidenta) e de seu modo de governar. Atribuem-lhe qualidades e fraquezas.

Dada uma situação comunicativa específica, a escolha de qual papel desempenhar é algo tão pacificado assim? Como se define que determinado papel é adequado ou não àquela situação? E quanto ao seu desempenho, há uma única maneira ou a maneira mais correta de se comportar quando se assume determinado papel? A definição da situação, portanto, pode até ser resultado de uma negociação entre os sujeitos, como Goffman argumenta, feita de uma maneira cooperativa entre os interlocutores. Mas numa escala mais ampla, em que temos um agente público ocupando uma posição política, em que interesses estão em disputa e num campo social cujo produto é a avaliação pública (crítica) de seu desempenho, como é o caso da mídia, nos interessa compreender de que maneira o agente é julgado, o que se espera dele, quais os elementos considerados para seu julgamento e sob quais parâmetros essa análise é feita. Isso posto, delinearemos abaixo o modelo de análise proposto para esta pesquisa e, em seguida, os procedimentos metodológicos a serem adotados.

6.5) *Desenho analítico e procedimentos metodológicos*

Nosso interesse com essa pesquisa é compreender a forma pela qual a presidenta Dilma Rousseff foi posicionada nos espaços opinativos considerados. Face à impossibilidade de trabalharmos com a mídia como um todo, escolhemos as colunas políticas de grandes jornais de circulação nacional como espaço privilegiado de análise dos enquadramentos da presidenta e que representam bem algumas perspectivas ideológicas hegemônicas no campo dos veículos de comunicação tradicionais com grande repercussão nacional. Buscamos, no conjunto destes veículos, os profissionais de maior reconhecimento no mercado, chegando, inicialmente, a um conjunto maior de jornalistas. Entretanto, o tempo e os recursos disponíveis para efetuar esta trabalho nos levaram a escolher os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* como nossos objetos empíricos. As principais colunistas políticas destes veículos são Eliane Cantanhêde e Dora Kramer, respectivamente. Ambas as colunistas possuem ampla experiência na área, cerca de 20 anos de atuação na cobertura política, e são respeitadas em seu meio profissional e no âmbito político-institucional¹⁰¹.

O *corpus* da pesquisa é composto por artigos publicados pelas jornalistas entre janeiro de 2011 e março de 2012. Esse período se inicia com o primeiro dia após a posse de Dilma Rousseff como presidenta da República e se estende até os três primeiros meses de seu segundo ano de mandato, época em que estavam sendo discutidas reformas em sua equipe de governo, totalizando 15 meses. As buscas foram feitas diretamente no portal dos veículos, acessando as edições digitais dos jornais. Durante o período considerado para esta pesquisa, todos os artigos publicados foram lidos e, em caso de versarem sobre Dilma Rousseff ou seu governo, incluídos no *corpus*. Coletado o material, procedemos sua leitura com identificação das principais temáticas neles envolvidas e das principais situações ou esferas de atuação da presidenta, que nos permitisse proceder à análise das mesmas e, a partir daí, compor os enquadramentos elaborados pelas jornalistas.

101 Tínhamos a intuição de que jornalistas mulheres poderiam demonstrar maior sensibilidade em engendrar a condição feminina da presidenta como um tema a ser tratado em suas análises, o que não se confirmou. Cabe destacar que, por mais que não se possa associar a condição de gênero de um profissional ao seu posicionamento político frente a discussões sobre a temática de gênero, parece ser coerente esperar-se que mulheres esclarecidas, com ampla experiência no campo da política e, portanto, com condições de perceber o abismo que separa a representação política masculina e a feminina, se posicionem de maneira mais crítica diante da questão e que a eleição da primeira mulher para a Presidência da República seja um fato suficientemente significativo para motivar uma discussão nesse sentido.

Em primeiro lugar, apresentaremos as principais temáticas dos artigos analisados, de acordo com a frequência com que aparecem nas colunas das jornalistas. Em seguida, nossa atenção recairá sobre as características da presidenta que são apresentadas pelas articulistas e seu desempenho como governante. Os quadros nos quais analisaremos o posicionamento de Dilma conferido pelas jornalistas são apresentados abaixo e foram propostos de acordo com o levantamento temático e o grau de recorrência nas colunas analisadas. É expressiva, em ambas as colunistas, a recorrência das comparações entre Dilma e seu antecessor e as explorações dos casos de corrupção e do tenso relacionamento do Governo/Dilma com sua base aliada. Cabe, aqui, fazer uma ressalva a esse aspecto. Utilizamos o termo “Governo/Dilma” para nos referimos ao relacionamento do Executivo com a base aliada pelo fato de, ora aparecer como agente desse processo o Governo e o Planalto, ora ser tratado apenas por Dilma. Em ambas as situações estamos atentos para a avaliação que é feita do desempenho de Dilma Rousseff, mas muitas vezes não fica claro, nas colunas, se as jornalistas se referem à presidenta ou à sua equipe.

- Dilma: estilo e gestão: forma pela qual as jornalistas analisam o estilo (jeito de ser) e o comportamento de Dilma Rousseff. Além disso, abordagens feitas sobre como a presidenta gerenciou sua equipe, tomou decisões relativas às ações de seu governo e o posicionamento da presidenta relativamente à política externa.
- Dilma e Lula: comparação entre os estilos de comportamento e de gestão de Dilma e de Lula e papel do ex-presidente no governo.
- Dilma, crises e relacionamento com a base aliada: avaliação do relacionamento da presidenta com sua base de sustentação no Congresso e integrantes de seu Governo, dando destaque para as situações de crise que envolveram membros de sua equipe, entendendo-se crise no Governo como as denúncias de corrupção e irregularidades em setores do Executivo.

7) Mapeamento temático e panorama cronológico das colunas

No período considerado, foram publicados por Dora Kramer 281 artigos, dos quais 48 (17,08%) tratavam de Dilma Rousseff ou de seu governo. Já Eliane publicou um número ligeiramente maior de colunas no período, 293, das quais destinou 61 (20,82%) para comentar temas e assuntos relacionados à presidenta e sua gestão. Em termos comparativos, há pouca discrepância entre as duas, com Eliane destinando uma percentagem pouco superior à de Dora Kramer para analisar temas relacionados ao Governo Federal. Dois aspectos formais diferenciam as colunas das duas jornalistas. As de Dora Kramer se apresentam com um volume textual expressivamente maior que as de Eliane. Reunidas todas as colunas publicadas pela colunista da *Folha* chega-se a um volume textual de cerca de 150 mil caracteres, ao passo que as do *Estadão* beiram a casa dos 200 mil, um volume 33,33% maior (mesmo que Eliane tenha escrito algumas colunas a mais que Kramer). Além disso, as colunas de Dora Kramer, em geral, se compõem de um texto principal, que dá título à seção, e algumas notas sobre temas relacionados ou não com ao tema principal. Os quadros abaixo registram, em cada mês, o número total de colunas publicadas pelas jornalistas e as que abordaram temas e assuntos do Governo Dilma.

Tabela 04: Quantitativo de colunas publicadas por Dora Kramer		
Mês/Ano	Número de matérias publicadas no período	Número de matérias referentes à Dilma ou ao seu governo
Janeiro/2011	21	3
Fevereiro/2011	20	3
Março/2011	18	2
Abril/2011	21	3
Maio/2011	17	1
Junho/2011	22	4
Julho/2011	22	6
Agosto/2011	14	5
Setembro/2011	7	0

Outubro/2011	21	5
Novembro/2011	22	3
Dezembro/2011	17	6
Janeiro/2012	20	3
Fevereiro/2012	17	1
Março/2012	22	3
Total	281 (100%)	48 (17,08%)

Tabela 05: Quantitativo de colunas publicadas por Eliane Cantanhêde

Mês/Ano	Número de matérias publicadas no período	Número de matérias referentes à Dilma ou ao seu governo
Janeiro/2011	22	9
Fevereiro/2011	22	6
Março/2011	26	7
Abril/2011	20	3
Maiio/2011	24	4
Junho/2011	22	6
Julho/2011	22	2
Agosto/2011	18	3
Setembro/2011	12	4
Outubro/2011	25	5
Novembro/2011	18	1
Dezembro/2011	4	1
Janeiro/2012	22	3
Fevereiro/2012	18	1
Março/2012	18	6
Total	293 (100%)	61 (20,82%)

Nos quadros acima, observamos que não há correspondência entre o volume de textos publicados pelas jornalistas no mesmo período. A época em que Eliane Cantanhêde publicou

maior número de colunas sobre Dilma Rousseff está compreendida entre janeiro e março de 2011. Nos três primeiros meses de governo, a jornalista publicou uma média de 7 colunas por mês, tendo outros dois picos em junho de 2011 e março de 2012, com seis colunas em cada. Dora Kramer, por seu turno, concentra maior volume de matérias em julho e dezembro de 2011, com seis colunas em cada mês.

Um outro levantamento efetuado junto a esse conjunto de matérias diz respeito às fontes citadas pelas colunistas. Dentre as mencionadas por Eliane Cantanhêde, figuram a revista *Veja*, os jornais *Folha de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *O Globo*, os portais *Folha.com* e *UOL*, o senador Aécio Neves, o PSDB, a Organização das Nações Unidas, a Fiesp, o Palácio do Planalto, além dos institutos de pesquisa *DataFolha* e *Ibope*. A maior referência citada pela jornalista, no entanto, é o veículo para o qual escreve. Dora Kramer cita as mesmas fontes mencionadas por Eliane (*Folha de S. Paulo*, *Veja*, *Valor Econômico* e Assessoria do Planalto), mas vale-se também de *O Estado de S. Paulo*. As mais citadas pela colunista do *Estadão* são a *Folha*, o *Valor* e *Veja*. Em alguns casos, não é possível reconhecer se tais atores são fontes das jornalistas ou tiveram suas “falas” coletadas em matérias já veiculadas pela mídia ou em alguma conversa não explicitada na coluna. Muitas vezes elas se referem a “assessores”, “um integrante do governo”, “um ministro” para fazerem alusão à fonte de algum comentário ou informação.

Além disso, nos parece que, formalmente, o argumento de Manuel Chaparro (2008) quanto ao caráter híbrido das colunas confirma-se parcialmente nas colunas analisadas. As jornalistas, de fato, valem-se de informações e dados, mas não as apresentam de forma muito clara. Ao comentar acontecimentos ou agenda da presidenta, não fornecem informações completas aos leitores, o que não prejudica o entendimento, pois as colunas são feitas para pessoas que possuem um patamar mínimo de informação que as permite compreender o texto produzido. As informações e dados apresentados pelas jornalistas auxiliam na confirmação de suas opiniões e corroboram em seus argumentos, mas, muitas vezes, são dadas como conhecidas pelos leitores.

Nas colunas de Eliane, são mais comuns comentários sobre acontecimentos, ações de governo ou sobre a agenda da presidenta. Já em Dora Kramer, a presença de informações desse tipo é menos perceptível, tratando a jornalista de analisar temáticas e situações de maneira mais ampla, sem focar em alguma notícia ou acontecimento específico. Percebe-se

que suas colunas são feitas para um público mais informado, que se interessa por análises mais sistêmicas e profundas sobre a política nacional. Em Eliane, algumas vezes, temos a sensação de estarmos lendo uma *coluna social* do poder (uma espécie de *Amaury Jr. da política*), onde se apresentam os bastidores da política, agendas e encontros de personalidades da área. A jornalista faz muito mais referências a agentes políticos, por exemplo, do que sua colega do *Estadão*.

De maneira a apresentar o mapeamento temático das colunistas, elaboramos as tabelas abaixo onde destacamos os principais temas em evidência nas colunas e a frequência que aparecem no *corpus* analisado¹⁰². Logo após, destacamos, sucintamente, as abordagens dadas pelas jornalistas às temáticas¹⁰³.

Tabela 06: Levantamento temático – Dora Kramer	
Total de colunas: 48	
Temas	Número de ocorrências (frequência)
Relação do Governo/Dilma com a base aliada: dificuldades com os aliados, distribuição de cargos do Governo.	29 (60,42%)
Crise no Governo: casos “Alfredo Nascimento”, “Carlos Luppi”, “Orlando Silva”, “Palocci” e avaliações gerais sobre os casos.	22 (45,83%)
Diferenças entre Dilma e Lula.	15 (31,25)
Faxina ética: demissões em ministérios alvos de acusações de corrupção.	11 (22,92%)
Reforma ministerial.	7 (14,58%)
Política Externa: casos “Cesare Battisti” e “Yoani Sanchez”, direitos humanos, relações com Cuba, mudança na gestão do Itamaraty, visita de Barack Obama ao Brasil, voto do Brasil no Conselho de Segurança da ONU contra o Irã.	
Influência de Lula: influência do ex-presidente no cenário político bem como seu papel no Governo Dilma Rousseff.	6 (12,5%)

102 Nos anexos 1 e 2 deste trabalho encontram-se duas tabelas nas quais destacamos todas as colunas analisadas, uma síntese de cada uma e os principais temas abordados pelas jornalistas. Foi com base nesta tabela que procedemos as análises feitas neste capítulo.

103 Nos anexos 3 e 4, inserimos um breve panorama das colunas publicadas durante o período considerado.

Projeto de poder do PT: papel de Dilma e de Lula na efetivação do projeto de continuidade do partido no poder.	3 (6,25%)
Gênero: escolha pelo termo “presidenta”, primeira mulher presidenta, maior rigor na vida pública esperado das mulheres.	
Eleições: comentários a respeito de futuras eleições.	
Ações de governo: lançamento do Brasil sem Miséria, recriação da CPMF, visita de Dilma ao Rio.	
Relação de Dilma com a oposição.	2 (4,17%).
Outros: relação de Dilma com militares, relação de Dilma com Nelson Jobim, economia (ameaça de retorno da inflação), ditadura brasileira.	4 (8,33%)

Como se percebe, a temática com o maior número de ocorrências nas colunas de Dora Kramer é “Relação do Governo/Dilma com a base aliada”, aparecendo em 29 colunas (cerca de 60%). Em segundo lugar, aparece o tema “Crise no Governo”, que abarca as diversas denúncias de corrupção recaídas sobre integrantes do Executivo, com 22 ocorrências (cerca de 45%). Um dado interessante é que em aproximadamente 51% das colunas que abordam o tema “Relação de Dilma/Governo com a base aliada”, a temática “Crise do Governo” também é arrolada ao texto, ao passo que, quando se inverte essa relação, vemos que em cerca 68% das colunas que versam sobre as crises no governo, trata-se do tema “Relação de Dilma/Governo com a base aliada”. Isso nos demonstra que, nas colunas analisadas, há uma relação importante entre a formação da coalizão governamental (o presidencialismo de coalizão) e as crises pelas quais o governo vem passando. Vimos com Santos (2006), citado por Cintra (2007), que a formação da coalizão governamental que deu apoio ao Governo Lula representou boa parte dos problemas pelos quais passou sua gestão. A história parece se repetir também com Dilma Rousseff.

Além dos temas acima, podemos destacar também outros dois que contaram com participação significativa nas análises da jornalista, as diferenças entre Dilma e Lula, que contou com 15 ocorrências (cerca de 31% de frequência), e a faxina ética, com 11 ocorrências (23%). A jornalista também tratou de política externa, citando a visita do presidente dos Estados Unidos ao Brasil, o caso da extradição do ex-guerrilheiro italiano Cesare Battisti, o relacionamento do Brasil com Cuba e a atuação brasileira na área de direitos humanos. O que

fica patente nesse aspecto é a defesa, por parte da jornalista, de um posicionamento crítico do país com relação a nações que, segundo ela, violam direitos humanos e as liberdades individuais, como é o caso de Cuba e do Irã. De acordo com a colunista, é preciso que o Brasil reveja seu relacionamento com os dois países para que mantenha coerência com seu discurso de defesa dos direitos humanos. A colunista do *Estadão* concede pouco espaço aos temas “ações do governo”, que abarca anúncios de programas e ações do Executivo, e “gênero” (temáticas relacionadas à condição de gênero da presidenta ou às mulheres). Ambos os temas contam com apenas três ocorrências cada, cerca de 6% de frequência.

Já nas colunas de Eliane Cantanhêde, a frequência dos temas configurou-se da seguinte forma:

Tabela 07: Levantamento temático – Eliane Cantanhêde	
Total de colunas: 61	
Temas	Número de ocorrências
Relação do Governo/Dilma com a base aliada: dificuldades com os aliados, distribuição de cargos do Governo.	24 (39,34%)
Política Externa: caso “Cesare Battisti”, desempenho de Antônio Patriota, Dilma na ONU, Irã, Relações Sul-Sul, multilateralismo, países árabes, viagem à Argentina, cúpula Sul-Países Árabes, viagem à China, direitos humanos, visita de Barack Obama ao Brasil.	19 (31,15%)
Crise no Governo: caso “Alfredo Nascimento”, caso “Wagner Rossi”, caso “Antônio Palocci”, caso “Carlos Luppi”, caso “Orlando Silva”.	18 (29,51%)
Diferenças entre Dilma e Lula.	15 (24,59%)
Influência de Lula: influência do ex-presidente no cenário político bem como seu papel no Governo Dilma Rousseff.	8 (13,11%)
Ditadura militar: investigação sobre desaparecimentos e a tortura, polêmica sobre a lei da anistia, posicionamento da presidenta frente aos crimes praticados durante a ditadura, tortura sofrida por Dilma.	7 (11,47%)
Ações de Governo: construção de casas populares, lançamento de telefone mais barato, entrega de medalhas da <i>Olimpíada de</i>	6 (9,84%)

<i>Matemática</i> , corte de gastos no Governo, aumento do <i>Bolsa Família</i> , lançamento do <i>PAC da Miséria</i> , Programa <i>Minha Casa, minha Vida</i> , obras da Copa do Mundo, visita às regiões atingidas pelas chuvas no Rio de Janeiro.	
Eleições: comentários a respeito de futuras eleições. Pleitos de 2012 (5), 2018 (1) e 2014 (1).	
Economia: baixa na expectativa de crescimento em 2011, cenário positivo no final de 2011, ameaças da crise internacional, indicadores negativos no início de 2012.	5 (8,20%)
Relações de Dilma com a oposição.	
Faxina ética: demissões em ministérios sob acusações de corrupção.	4 (6,56%)
Outros: relação de Dilma/Governo com base evangélica, relação de Dilma com Nelson Jobim, relação de Dilma com militares, saúde pública.	7 (11,47%)

Assim como em Dora Kramer, a temática que teve maior número de ocorrências nas colunas de Eliane Cantanhêde refere-se ao relacionamento de Dilma Rousseff e/ou do Governo com a base aliada, com 24 ocorrências (cerca de 39% de frequência). Mas, ainda assim, o espaço destinado ao tema é expressivamente menor do que o que foi concedido por Dora Kramer (60%). A exploração da temática por Eliane Cantanhêde também teve forte relação com as situações de crise do Governo, nas quais integrantes do Executivo indicados por partidos aliados tinham seus nomes envolvidos em escândalos de corrupção. Das 24 ocorrências da temática “Relação do Governo/Dilma com a base aliada”, em 12 delas (50%) também tratou-se do tema “Crise no Governo”. Ao invertemos a relação, verificamos que, das 19 ocorrências da temática “Crise no Governo”, em 12 delas explora-se o tema “Relação de Dilma/Governo com a base aliada”, o que representa 63,16% de simultaneidade entre os assuntos. Ou seja, houve uma expressiva vinculação entre as crises experimentadas pelo governo e o tensionamento da relação entre o Executivo e sua coalizão. Essa aproximação das duas temáticas, tanto em Dora Kramer, quanto em Eliane, é maior quando tomamos como referência o tema “Crise no Governo”, o que reforça a ideia de que a coalizão oferece altos

riscos para a imagem do governo. O tema “Relação de Dilma/Governo com a base aliada” abarca outros assuntos, como distribuição de cargos, votações no Congresso ou coligações partidárias para futuras eleições, o que diminui a expressividade de temas relacionados às crises do Governo no âmbito das colunas que versam sobre as relações do Governo com a coalizão.

Outro tema recorrente nas abordagens de Eliane Cantanhêde refere-se à política externa, em que são tratados temas como a extradição do ex-guerrilheiro Cesare Battisti, a viagem de Dilma à China e à Argentina, a visita do presidente Barack Obama ao Brasil, o fortalecimento do eixo Sul-Sul na política externa brasileira e, principalmente, a estreia de Dilma na ONU, em setembro de 2011, que mereceu destaque em todas as quatro colunas publicadas pela jornalista sobre Dilma Rousseff naquele mês. Tanto Eliane quanto Dora Kramer abordaram a mudança de posicionamento do Brasil frente à temática dos direitos humanos, destacando o voto do país no Conselho de Segurança da ONU contra o Irã como um indicador dessa reorientação. Mas, como se vê, Eliane Cantanhêde abordou em suas colunas outros assuntos relacionados à política externa, como viagens internacionais, comércio e a gestão no Ministério das Relações Exteriores.

As diferenças entre Dilma e Lula também são temas importantes nas colunas de Eliane Cantanhêde, contando com 15 ocorrências (cerca de 25%). As diferenças entre ambos os estilos são mais frequentemente expostas no início do mandato de Dilma, especialmente nos seis primeiros meses de Governo. Deixaremos essa temática também para a seção em que nos debruçamos sobre o enquadramento de Dilma Rousseff proposto pela colunista da *Folha*. Além das caracterizações da presidenta elaboradas pelas jornalistas, e das comparações que são feitas entre Dilma e Lula, duas situações típicas serão consideradas para a análise dos enquadramentos da presidenta: a relação de Dilma e seu Governo com a base aliada e as crises do Governo relacionadas às denúncias de corrupção feitas ao Executivo. Nos capítulos seguintes, abordaremos a forma pela qual as jornalistas avaliaram o desempenho de Dilma Rousseff, destacando o posicionamento conferido à presidenta por Dora Kramer (capítulo 8) e por Eliane Cantanhêde (capítulo 9).

Ao final de cada um destes capítulos, elaboraremos uma breve síntese dos quadros analisados, a partir das questões que nos colocamos no início deste trabalho: *Como Dilma Rousseff é avaliada pelas colunistas? Quais enquadramentos sobre a presidenta são propostos e que ideias lhes dão sustentação? Qual posicionamento é oferecido a ela nas*

situações em que tem seu desempenho analisado?

Para responder a essas questões, precisamos identificar quais situações ou contextos são considerados pelas jornalistas. Como se depreende da análise desenvolvida até aqui, Dilma Rousseff foi analisada pelas jornalistas nas seguintes situações: *na representação pública de seu papel de presidenta*, *na gestão de seu governo* e *no relacionamento da presidenta com seus aliados*. Além de considerar tais esferas de atuação, importa-nos também, identificar a maneira pela qual sua condição de mulher é articulada às análises e comentários feitos pelas jornalistas.

8) Enquadramentos de Dilma Rousseff nas colunas de Dora Kramer

8.1) Dilma: estilo e gestão

Dilma, de forma geral, nos foi apresentada como uma pessoa autoritária, com pouca experiência na política e impaciente com negociações. De acordo com as colunas publicadas, as características da presidenta acabaram tendo repercussões negativas em seu governo, já que, para que pudesse implementar várias de suas medidas, ela precisava do apoio de seus aliados, e um comportamento hostil e autoritário não seria nada produtivo para se manter a governabilidade. No início do mandato, as especulações sobre o posicionamento de Dilma davam conta de uma gestora objetiva e exigente, como transparece nos trechos destacados abaixo:

Consta que Dilma será bem objetiva: determinará corte de gastos com custeio a toda a administração; informará que nas agências reguladoras não serão aceitas indicações políticas para os cargos vagos e para a substituição dos mandatos a serem concluídos. Anunciará que os cargos de segundo escalão poderão ser preenchidos pelos partidos, mas avisará que cada um ficará responsável pelo desempenho do respectivo indicado e mais uma vez afirmará seu compromisso com a ética¹⁰⁴.

A presidente Dilma Rousseff tem sido muito elogiada por seu estilo, na forma e no conteúdo. Faz por merecer no gestual firme, porém contido, no tocante aos apetites fisiológicos (não só do PMDB, note-se), nas ações racionais em relação aos gastos públicos, na inflexão democrática no que tange a política externa e principalmente na conduta cotidiana comedida¹⁰⁵.

Nos trechos acima, nos é apresentada uma chefe de estado determinada, ciente de suas responsabilidades e com poder de decisão sobre os rumos de seu governo. Entretanto, somaram-se ao perfil sério e determinado da presidenta um jeito truculento de lidar com seus subordinados. Tais características, ao que parece, foram responsáveis por uma relação tensa de Dilma com o ex-Ministro da Defesa, Nelson Jobim. A colunista do *Estadão* abordou o problema em uma de suas colunas, da qual destacamos o trecho seguinte:

104 A regra do jogo – 14/01/2011.

105 Sob nova (?) direção – 17/02/2011.

Fato é que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, não desmentiu a interpretação de que fazia uma comparação com Dilma quando elogiou Fernando Henrique por nunca ter levantado “a voz para ninguém”. A assessoria do Palácio do Planalto divulgou que o ministro “iria” à presidente “explicar o mal-entendido”. Não se sabe se foi ou se não foi, se explicou ou não se explicou. Fato é que Jobim está profundamente contrariado com o esvaziamento da pasta e com o tratamento que recebe da presidente. Não só ele, mas um grupo expressivo do PMDB que, não demora, incorre em arroubo semelhante¹⁰⁶.

Para um homem, até então, com posição estável no Executivo desde o governo Fernando Henrique Cardoso, um comportamento mais intransigente não seria bem-vindo, motivando reações que acabaram culminando com sua saída. Dilma não apenas exercia o poder de forma autoritária, como agia com vituperação, esbravejando, gritando, batendo na mesa. Com pessoas que não pareciam ter condições de se impor, tal comportamento não gerou reações adversas a não ser críticas mudas, como se percebe em trechos das colunas em que a jornalista se refere a auxiliares da presidenta que reclamavam de tal tratamento. Nesses casos, a colunista sempre se referia a “auxiliares” e “assessores”, mas nunca os nomeava, talvez para preservar a fonte, ou, ainda, para dar prosseguimento a boatos. O destaque seguinte ilustra bem essas situações em que a presidenta se volta contra sua “equipe”: “com a presidente não tem conversa mole: escreveu não leu, é bronca, é insulto, é tapa da mesa, é irritação, é cobrança de correção¹⁰⁷”.

O que percebemos nas colocações feitas pela jornalista a respeito das características de Dilma Rousseff acima descritas, é que as situações típicas em que se verificou um perfil autoritário, rigoroso, intransigente e truculento da presidenta foram aquelas em que Dilma tinha uma posição de comando e de coordenação de sua equipe. Nelas, Dilma exercia sua autoridade de maneira mais genuína, controlando recursos e pessoas, e estabelecendo prazos, metas e resultados, ou seja, era a gerente que atuava nessas situações. Interesse perceber a ausência, no comentário da jornalista, de qualquer menção ao fato de ser justamente um homem a comandar as Forças Armadas a se sentir contrariado com um tratamento que, segundo ela, considerou desrespeitoso. Em primeiro lugar, o fato de um homem exigir a docilidade e complacência de sua superiora. Em segundo, a sua superiora ser justamente alguém que já foi vítima de tortura das instituições que ele comanda.

106 Medo de água fria – 06/07/2011.

107 A mansidão da leoa – 02/12/2011.

E nesse sentido, cabe destacar os comentários da jornalista relativos à condição de gênero da presidenta. A primeira ocasião em que essa questão aparece nas colunas da jornalista foi na nota em que Dora Kramer comentou a escolha de Dilma pelo termo “presidenta”. Na opinião da colunista, tal exigência seria uma idiosincrasia “vã”, sendo que ela questionou se isso teria partido realmente da presidenta ou se não seria uma invenção de marqueteiro. De acordo com a colunista, o fato de a imprensa não ter adotado a terminologia não foi por mera implicância, mas por obediência ao “originalmente correto” (à regra dos substantivos usados para os dois gêneros). Kramer argumentou que o vocábulo “presidenta” foi incorporado ao idioma por “dicionaristas” e que até mesmo alguns dos assessores da presidenta apresentavam dificuldades em tratá-la pelo termo escolhido, sendo para ela “constrangedor ver gente adulta tentando se adaptar só para agradar ao poder¹⁰⁸”. Para a jornalista,

no lugar de tentar impor a regra, mais adequado seria o governo se adequar à prática idiomática do País. Inclusive porque não é isso que fará a afirmação feminina, muito menos determinará o sucesso ou fracasso da primeira mulher presidente do Brasil. Bom senso é como caldo de galinha: mal não faz¹⁰⁹.

Como se percebe, Dora Kramer tratou a questão como um problema do ponto de vista meramente gramatical, descartando quaisquer conotações relacionadas à afirmação identitária e esvaziando por completo o gesto político da presidenta e de quem acatou sua decisão. Kramer não vê nesse gesto a busca e a possibilidade de afirmação da identidade feminina e, ainda por cima, relega o acolhimento do termo pela norma culta da língua portuguesa a um preciosismo de dicionaristas, já que o termo, segundo ela, não é aplicado na prática idiomática do país. Como vimos anteriormente, há algum tempo atrás, também era uma prática corrente no país (culturalmente aceita como legítima) a exclusão das mulheres da vida pública, sua submissão aos homens da família, sua dependência de autorização do marido para trabalhar, etc. Ou seja, o argumento de obediência a regras tradicionalmente aceitas como corretas nas práticas correntes na vida social mostra-se absolutamente desqualificado, já que muitas regras tidas como válidas num determinado contexto sócio-histórico são autoritárias e discriminatórias. A ideia de que o uso do termo “presidenta” tenha sido uma mera sacada de marketing esvazia por completo o gesto político. Maniqueísta, o comentário a respeito da

108 Titularidade. In: A regra do jogo – 14/01/2011.

109 Titularidade. In: A regra do jogo – 14/01/2011.

adoção do termo pouco dialoga com a realidade brasileira e com o próprio discurso utilizado pela presidenta enquanto candidata: a possibilidade de o Brasil eleger sua primeira mulher ao posto da Presidência da República.

Numa outra ocasião, a jornalista argumentou que se espera da mulher maior rigor na vida pública, citando duas mulheres que estavam se destacando no combate à corrupção e na cobrança por lisura na vida pública: Eliana Calmon, presidenta do Conselho Nacional de Justiça, e Marília Muricy, presidenta da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Para a colunista, Dilma deveria seguir o mesmo exemplo na condução das diversas denúncias de corrupção contra seu governo. Dora Kramer cobrou recorrentemente da presidenta uma atitude mais enérgica e combativa em relação aos casos de corrupção de seu governo. O argumento utilizado acima parece ser uma última cartada no sentido de sensibilizar a governante de que ela siga as recomendações “da sociedade”, como a colunista costuma colocar, e promova mudanças substantivas no relacionamento do Governo com a base aliada. Ou seja, o fato de se ter, pela primeira vez na história do país, uma mulher no comando do Governo Central tem, como único quadro de sentido a correção e o rigor que se espera das mulheres na vida pública. A “mulher direita” e “bem-comportada” ganhou sua versão para a vida pública.

No âmbito da política externa, a jornalista argumentou que, com a entrada de Dilma, houve a retomada da tradição do Itamaraty em adotar posições externas mais coerentes com os interesses nacionais, “sem brigar com a realidade nem adotar um ativismo em desacordo com as condições objetivas do Brasil e defender o indefensável. O que se prega lá fora não pode ser diferente do que se pratica aqui dentro, é a conduta institucional preferida por Dilma”. Conforme Kramer, a política externa adotada por Lula girava em torno de sua figura e da obsessão de seu chanceler, Celso Amorim, em ser protagonista dos fatos, o que representou um ponto fora da curva da tradição do Itamaraty na condução das relações exteriores do Brasil. O que Dora Kramer deixou claro foi que a política externa na “era Lula” era contraditória, ao que parece, abstendo-se de condenações de países que violavam liberdades e direitos humanos, por motivos de ordem ideológica. Órgãos da imprensa brasileira questionaram, com frequência, a atuação de Lula nesse aspecto: o ex-presidente se congratulava com líderes como Fidel Castro e Hugo Chávez, e se esquivava de condenações ao Irã propostas por órgãos internacionais.

Nesse sentido, o voto do Governo Dilma no Conselho de Direitos Humanos da ONU favorável à instituição de um relator especial para investigar supostas violações praticadas por esse país foi tomado como um sinal de que o Brasil teria retornado à normalidade em sua política externa. Dora Kramer destacou um trecho do voto para corroborar seu argumento: “todos os países, sem exceção, têm desafios a serem superados na área dos direitos humanos e espera que os principais copatrocinadores dessa iniciativa apliquem os mesmos padrões a outros possíveis casos de não cooperação com o sistema de direitos humanos nas Nações Unidas”. Tal declaração foi vista por Kramer como um sinal de coerência do Brasil que, por sua presidenta, vinha pregando a defesa dos direitos humanos interna e externamente. Mas no próprio trecho destacado, a jornalista não se atém para o fato de que o discurso aponta, de forma sutil (ao melhor estilo diplomático), para o fato de que países como os Estados Unidos, que são os principais defensores de ações restritivas e punitivas ao Irã, também deveriam adotar, coerentemente, as mesmas medidas em relação a violações cometidas em seus territórios. Ou seja, não era um recado de Dilma para Lula, como fez parecer a jornalista. Era sobre a incoerência norte-americana. A postura defendida pela jornalista fica mais clara quando, num outro artigo, critica Dilma por ter se recusado a receber dissidentes do governo cubano. Na visão da colunista do *Estadão*, o governo tratou Cuba como uma ditadura amiga, contradizendo seu discurso de proteção aos direitos humanos. Para ela,

o governo brasileiro põe suas relações fraternais com a ditadura Castro, e todo o simbolismo que tenham para a esquerda do PT, acima do direito universal à liberdade. E também acima daquele ‘compromisso histórico com todos aqueles que foram ou são prisioneiros somente por expressarem suas opiniões’, com o qual Dilma empenhou a palavra¹¹⁰.

O que nos parece claro na abordagem da jornalista é que declarações feitas pela presidenta, de intransigência com violações dos direitos humanos, e o voto do Brasil no caso supracitado, são utilizadas de forma a apontar para um redirecionamento da política externa brasileira de acordo com recomendações que setores da mídia e da oposição (principalmente) sempre fizeram à gestão petista. O alinhamento do país, durante o Governo Lula, a nações latino-americanas, em especial, à Cuba, Venezuela, Argentina e Bolívia, bem como as aproximações entre o Brasil e o Irã foram duramente criticadas pela imprensa. No caso do Irã, por exemplo, propalaram-se várias críticas à aproximação do Brasil ao governo iraniano para

110 Dito pelo não dito – 01/02/2012.

o estabelecimento de relações comerciais. Essas mesmas críticas feitas ao governo brasileiro não foram feitas a respeito das relações comerciais estabelecidas com os Estados Unidos, por exemplo, também duramente criticado por seu intervencionismo militar, seus prisioneiros de guerra, crimes de tortura, etc.

O sinal dado pela mídia era de que o rumo sinalizado pela presidenta estava certo e corrigia uma série de “impropérios” praticados por seu antecessor. As expectativas da jornalista eram de mudanças no âmbito das relações diplomáticas do Brasil e, para dar sentido às suas recomendações, inseria Dilma no quadro de defesa dos direitos humanos, cobrando coerência entre prática e discurso. Vimos na seção deste trabalho em que tratamos da relação de Lula com a mídia que um dos pontos cruciais do que denominamos “antipetismo” diz respeito justamente à configuração de uma gestão “esquerdista”, lenilista, comunista do Governo ao reorientar a política externa brasileira. A pressão no sentido de reverter este processo, pelo que percebemos, continuou na gestão Dilma.

Essas são as principais características de Dilma Rousseff que nos são apresentadas pela jornalista. Como vimos, o perfil autoritário, intransigente e rigoroso da presidenta foi verificado no trato cotidiano de seus subordinados. Entretanto, Dilma também foi caracterizada para os leitores da coluna por comparação ao ex-presidente Lula, ponto no qual assenta-se, conforme avaliação da jornalista, o aumento de popularidade de Dilma. Nesse caso, a figura do ex-presidente foi posta como um parâmetro de comparação, algo que não deve ser seguido por sua sucessora. Numa alusão ao conceito de quadro de sentido, Lula funcionaria como um fundo, de onde se depreendem as principais características de uma figura que se quer destacar. Os primeiros meses do governo Dilma foram marcados por uma simpatia ampla da sociedade com a presidenta, inclusive da oposição, de seus tradicionais eleitores e da própria imprensa. A respeito das expectativas lançadas sobre a presidenta, verifica-se que continua havendo forte pressão para um realinhamento da política externa a padrões anteriores (uma política norte-sul, submetida à política externa americana e europeia). Não há caminho alternativo. Fora disso, é apoio a ditaduras, é protagonismo inadequado dos fatos. Já no tocante às questões de gênero evocadas, Dilma, no máximo, que se comporte como uma mulher direita, rigorosa com a corrupção. O resto, é jogada de marketing.

8.2) *Dilma e Lula*

O que vocês estão achando? Por “vocês” entenda-se a imprensa como sujeito da indagação recorrente de ministros do governo Dilma Rousseff e que traduz a preocupação com a receptividade à presidente nestes primeiros dias. Há entre eles uma evidente expectativa quanto à distensão do ambiente animoso que permeava as relações do antecessor com os meios de comunicação (...) Constatam que a presidente tem provocado boa impressão e reconhecem que isso decorre dos excessos verbais do ex-presidente Luiz Inácio da Silva. Em público, Lula só recebe elogios da equipe da nova presidente (...) Reservadamente, porém, revela-se a avaliação interna de que, a despeito de todas as vitórias conquistadas, o estilo do ex-presidente cansou. *Ninguém aguentava mais*, admitem dois novos frequentadores do Palácio do Planalto¹¹¹.

Entre suas características sua equipe inclui a discrição pessoal, formalidade, disciplina, racionalidade, pontualidade, vocação para detalhes, gosto por assuntos administrativos e cobrança de metas. O oposto de seu antecessor (...) No quesito aparições externas, dizem os auxiliares que Dilma fará discursos apenas quando necessários e nunca de improviso¹¹².

Os trechos acima representam bem os termos de comparação entre Dilma e Lula expressos nas colunas analisadas. Em boa parte das vezes em que a jornalista procurou caracterizar a presidenta, analisar seu desempenho e suas atitudes, buscou em Lula um parâmetro de comparação, indicando ganhos expressivos com a substituição de um pela outra. As diferenças podem ser vistas sob o ponto de vista do comportamento e da gestão. No primeiro, figuram a forma pela qual as características pessoais de ambos entram em cena na representação pública de seus papéis, ou seja, os discursos e a maneira de se comportarem em público no papel de chefes da nação. Nesse sentido, os excessos, exorbitâncias, a irreverência e a “má educação” de Lula são colocados como formas inadequadas de exercício do cargo. Lula é retratado como alguém que gosta de aparecer e age de forma a ganhar visibilidade pública, popularidade e o apreço de aliados e eleitores, no melhor estilo de um político paternalista e populista que encarna a figura de “pai dos pobres”. Lula ficou marcado por sua irreverência, informalidade e declarações permeadas de metáforas e comparações “futebolísticas”. Já do ponto de vista da gestão, figuram qualidades de Dilma relacionadas às suas capacidades técnicas e gerenciais, que passam longe das preferências de seu antecessor.

Logo na primeira coluna da jornalista, ela contrapôs os perfis de Dilma e Lula. Além

111 Questão de estilo – 09/01/2011.

112 Amplo, geral e restrito – 02/01/2011.

de criticar a falta de um posicionamento mais claro da presidenta no sentido de evidenciar as marcas e rumos de seu governo e, assim, diferenciá-lo do de seu antecessor, Dora Kramer considerou que Dilma pareceu franca e com vontade genuína de acertar, especialmente onde Lula mais errou, referindo-se às promessas feitas pela presidenta de ser rígida com as transgressões e mal feitos e desprovida de ressentimentos e rancor. Fez, nesse momento, uma alusão ao que considerava ser complacência de Lula com a corrupção e implicância do ex-presidente com a oposição, em especial, com o PSDB. Ao que parece, em seu texto, a jornalista demonstrou interesse em ver uma distensão entre Lula e Dilma, esperando que ela viesse a público, justamente em seu discurso de posse no Congresso, para afirmar sua autonomia e suas diferenças de seu antecessor. Tentou-se passar ao leitor um comportamento político francamente oposto a de seu correligionário, como se o novo governo não fosse uma continuidade do passado e, sim, representasse um novo projeto para o país, sob novas bases éticas e pautado pela seriedade na gestão pública, aos moldes do que vieram pregando vários agentes da mídia durante toda a gestão petista. Ao que parece, o quadro que se tentava impor era o de rompimento entre os dois: isso poderia enfraquecer Lula e permitir que a nova mandatária seguisse outros caminhos diferentes de seu padrinho político.

Ao falar da primeira reunião ministerial de Dilma, realizada em 14 de janeiro de 2011, Dora Kramer traçou um paralelo entre as formas pelas quais Dilma e Lula conduziram estes encontros. Segundo ela, com Lula

(...) houve várias reuniões ministeriais que eram caracterizadas como grandes eventos onde se estabeleciam metas que eram manchete de jornal. Na reunião seguinte, de novo falava-se em metas sem cobrança nem resultado das anteriores. Logo ficou claro que tais encontros tinham o único objetivo de ocupar espaço nos meios de comunicação. Tanto é que, quando começaram os escândalos, cessaram as reuniões periódicas¹¹³.

Por outro lado,

Consta que Dilma será bem objetiva: determinará corte de gastos com custeio a toda a administração; informará que nas agências reguladoras não serão aceitas indicações políticas para os cargos vagos e para a substituição dos mandatos a serem concluídos. Anunciará que os cargos de segundo escalão poderão ser preenchidos pelos partidos, mas avisará que cada um ficará responsável pelo desempenho do respectivo indicado e mais uma vez afirmará seu

compromisso com a ética¹¹⁴.

Ou seja, o ex-presidente atuava interessado em criar acontecimentos de forma a ganhar as páginas dos jornais, sem demonstrar qualquer preocupação com a efetividade de seu governo. Lula, com seu jeito irreverente, seus discursos improvisados, sua “birra” da oposição, transpareceu como um político velhaco, instintivo, sedutor, animador de auditórios e criador de realidades paralelas para conquistar sua “massa” de seguidores. Preceitos caros à vida pública teriam sido sistematicamente desrespeitados por ele durante seu governo, que, na opinião de Dora Kramer, fora marcado pela improbidade administrativa. Nas colunas de Dora, nunca antes da história desse país houve alguém tão desqualificado para o cargo quanto Lula.

Com relação à Dilma, a expectativa era a de que ela atuasse de forma mais discreta e voltada para o trabalho (até porque não se permitem excessos às mulheres em público!). De acordo com Dora Kramer, o fato de a presidenta não contar com a trajetória e a capacidade de mobilizar emoções de Lula, nem com a origem humilde do ex-presidente para utilizar como trunfo e transformar críticas em preconceito, faria com que ela viesse a ser muito mais cobrada por metas e resultados. Ademais, uma característica pessoal afastaria a presidenta de sentimentalismos: não era de seu feitio se valer de desculpas de natureza emocional. Numa coluna publicada em fevereiro, Dora Kramer voltou a criticar o ex-presidente, quando comentou as declarações de Lula de que cortes nos gastos do Governo anunciados por Dilma teriam sido “quase tão fortes” quanto os que ele havia feito em seu primeiro ano de Governo, em 2003. Com esse gancho, a jornalista aproveitou-se para comparar o que, em 2003, foi chamado pelo ex-presidente de “herança maldita”, para caracterizar os cortes promovidos por Dilma como resultantes de uma “herança quase tão maldita” quanto a de seu antecessor. Os argumentos que são pronunciados pela jornalista coadunam-se a declarações expressas pela própria oposição, como atesta um trecho do discurso do senador Álvaro Dias (PSDB), em que este faz menção, tal qual fez Dora Kramer, à “herança maldita” de Lula. Disse o senador, citado por Dora Kramer:

Herdeira dos danos e erros gerados pelo governo anterior, [Dilma] não pode enfrentar com transparência a verdadeira herança maldita recebida, primeiro porque foi responsável e ativa geradora, como administradora geral dos programas governamentais. Segundo, porque sua eleição deveu-se à acachapante popularidade fabricada pelo festival de irresponsabilidades fiscais do governo Lula¹¹⁵.

No início do Governo, Dora manifestou-se mais claramente sobre o estilo de Dilma

114 União estável – 24/03/2011.

115 DIAS, Álvaro, 2011. In KRAMER. Patrimônio nacional, 12/04/2011.

Rousseff, seu gestual firme no tocante ao fisiologismo dos partidos de sua base, suas ações racionais em relação aos gastos públicos, sua conduta cotidiana comedida e sua inflexão democrática na política externa. Considerava ela:

Dilma não desfruta abusivamente do poder para destratar críticos nem se exibe desfrutável para cima e para baixo a tagarelar despropósitos ao molde do antecessor. Aos olhos e ouvidos fartos de espetáculos diários de vaudeville presidencial, a presidente assume feição de maravilha curativa¹¹⁶.

De acordo com a colunista, as comparações entre um e outro nada tiveram de excepcional. Dilma apenas agiu normalmente, sem atitudes inadequadas ou exorbitantes, ou seja, tratou-se, apenas de comparações entre duas formas de conduta francamente distintas. Se Dilma não fazia nada de excepcional e, ainda assim, quando comparados os estilos dos dois, o comportamento da presidenta soava como um bálsamo, o que se depreende disso é que, realmente, Lula foi um fracasso, com uma lamentável passagem pela presidência. Para ela,

o problema (...) era a ausência de limites e a carência de noção de Lula a respeito do significado do cargo e da conduta exigida a um chefe da nação. Dilma não faz nada de excepcional, apenas se comporta normalmente. Mas, na comparação, soa como um bálsamo. Ao mostrar-se ressentido Lula não inova nem surpreende: apenas acentua a marca de personalidade e mais uma vez perde excelente oportunidade de mostrar *educação política e serenidade de espírito*¹¹⁷ (grifo nosso).

Outro contraponto feito entre Dilma e Lula refere-se ao relacionamento da presidenta com a oposição. De acordo com a jornalista, a carta de felicitações enviada por ela a Fernando Henrique Cardoso, em decorrência de seu aniversário de 80 anos, teria causado satisfação dentre os tucanos, que se sentiram lisonjeados com o reconhecimento por parte da presidenta da importância do ex-presidente FHC para o Brasil. A jornalista, entretanto, destacou que, para o PT, o gesto teve significado apenas na conquista de uma boa vontade da oposição e na repercussão positiva que o ato teria para a imagem de Dilma, em vez de significar uma revisão de pensamentos e procedimentos por parte do partido, fazendo autocrítica ao prestar reverência “à verdade dos fatos”, ou seja, ao papel relevante do Governo de Fernando Henrique para o país.

A relação amistosa entre a presidenta e FHC foi novamente comentada pela colunista,

116 Sob nova (?) direção – 17/02/2011.

117 União estável – 24/03/2011.

quando Dilma concedeu tratamento especial ao ex-presidente no almoço oferecido a Barack Obama, em sua visita ao Brasil. Embora tenha considerado o fato como um gesto de boa educação política da presidenta, sinalizou que, para ambos, a aproximação envolvia cálculo político, na medida em que Dilma pretendia conquistar parte do eleitorado do tucano, e Fernando Henrique almejava tensionar o estilo de Dilma com o de seu antecessor. Nesse aspecto, Dilma teria feito um contraponto importante ao seu padrinho político que, de acordo com a colunista, não tinha educação política e civilidade para conviver com a oposição, tratando-os sempre como adversários. Lula é um animal (político!).

O que pudemos perceber é que, de forma geral, Dilma possui qualidades, principalmente, quando estas são o oposto do que a jornalista vê em Lula. Na medida em que a presidenta toma rumos parecidos ou iguais aos do governo anterior, a jornalista empenha-se em demonstrar os equívocos, apontando para fragilidades e a dependência da presidenta: o ex-presidente tornou-se um padrão do que não deveria ser seguido. As comparações entre os estilos de Lula e Dilma são mais frequentes nos primeiros meses de governo, especialmente antes de se iniciarem as crises oriundas de denúncias de corrupção no Planalto, ocorridas por volta de junho de 2011, com o caso Palocci. A partir de então, a jornalista passou a levantar questionamentos sobre a efetiva diferença entre Lula e Dilma, dado que as atitudes da presidenta não pareciam diferir muito das adotadas por seu antecessor nos mesmos tipos de casos. Ou seja, verificava, com o passar do tempo, que as diferenças tão amplamente apontadas, mesmo se fossem apenas de estilos, não teriam repercussões mais profundas sobre ações do governo ou na política de relacionamento com os aliados. O quadro proposto almeja um rompimento. É preciso desmitificar o ex-presidente, “malhar o Judas”, esse animal político sem noção, grosseiro e sem caráter. Ainda a respeito da relação entre Dilma e Lula, é importante abordar o papel que Lula exerceria no governo, conforme destacaremos a seguir.

8.2.1) O papel de Lula no Governo Dilma

Além de figurar como um passado negativo que precisava ser exorcizado do país e do comportamento daqueles que exerciam a vida pública, Lula, em algumas circunstâncias, apareceu como agente ativo no Governo Dilma. O ex-presidente detinha forte influência no cenário político nacional, sendo um importante agente nas articulações do Governo e do PT e

na promoção de maior estabilidade no plano da governabilidade. Lula acabou ganhando um papel proeminente ao de Dilma, que manteve-se subordinada aos seus interesses e à sua legitimidade frente a outros agentes. Politicamente imbatível e com trânsito fácil nas arenas de poder e nos partidos, Lula parecia capaz de controlar crises e conciliar interesses. Ele seria personagem central para o projeto do PT de permanecer 20 anos no poder e sua atuação era vista como fundamental no embate com a oposição, sobretudo nas disputas eleitorais, “seja como candidato, articulador ou animador”¹¹⁸. Ou seja, Lula cumpria um papel de preencher uma lacuna deixada por Dilma na condução das negociações políticas inerentes à sustentação do Governo. Dessa forma, o ex-presidente livraria Dilma de uma tarefa necessária e árdua, mas que escapava a seus gostos e competência, ou seja, Lula atuaria firme na política e Dilma cuidaria do Governo, compondo o que Dora Kramer chamou de “casal 20”¹¹⁹.

O prestígio de Lula junto ao PT e à base aliada foi tido como certo, enquanto Dilma apresentava-se com baixa legitimidade interna ao seu partido e no âmbito de seus apoiadores. Os dois trechos seguintes indicam o prestígio do ex-presidente e a relativa irrelevância da presidenta Dilma. O primeiro, relacionado a críticas do PT a reformas pretendidas por Dilma em seu governo, sinalizando para corte de pastas e, o segundo, concernente à participação de Dilma e Lula nos palanques eleitorais de partidos aliados ao Governo nas eleições municipais de 2012:

A definição é de um ministro: a presidente Dilma Rousseff é vista e tida no PT como uma espécie de “convidada de honra”. É bem tratada, recebida com reverência, mas não priva da intimidade (...) O motivo está contido em parte na definição do ministro sobre a condição de Dilma como “convidada de honra” no PT: ela não tem autoridade nem influência no partido para desarticular a acomodação das tendências representadas nesses cargos, para todos os efeitos apelidados de “conquistas da sociedade”. Tampouco tem independência em relação a Lula para, com uma reforma de fundo, renegar a concepção que o mentor imprimiu ao modo petista de governar¹²⁰.

(...) dado o *desengonçado gestual e a desarticulação verbal* da presidente nesse quesito, há casos em que a presença dela – ainda mais se excessiva – pode representar um fardo. É diferente com Lula, a estrela da companhia. Se estiver bem de saúde para entrar na campanha, será disputadíssimo por exímio no manejo das paixões. Verdadeiras ou falsas (grifo nosso)¹²¹.

118 Questão de estilo – 09/01/2011.

119 Casal 20 – 24/04/2011.

120 Convidada de honra – 14/12/2011.

121 Participação nos lucros – 06/03/2012.

Dessa forma, de acordo com a jornalista, dentro do PT, Dilma mostrava-se relegada a segundo plano e dependente do aval de seu padrinho político para operar. Para a campanha eleitoral, seus aliados sequer consideravam sua participação direta como benéfica ou necessária, interessando-se apenas em compartilhar as vantagens substantivas de se ser governo.

Na primeira crise experimentada por ela, o caso “Palocci”, Lula adotou um posicionamento de liderança na reação à crise, o que acabou, segundo a jornalista, deixando Dilma numa posição subordinada e enfraquecida em seu próprio governo. Sendo assim, o posicionamento do ex-presidente frente a outros escândalos teria mudado, passando a atuar no sentido de desviar o foco de atenção das crises. Quando o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, esteve sob acusações de corrupção, Lula participou de encontros de estudantes e sindicalistas, nos quais teria assumido o papel de “líder das massas, animador e exímio criador de cenários paralelos capazes de dividir, quando não desviar, as atenções do que requer foco e seriedade¹²²”. Nesse sentido, seu papel seria o de um ilusionista, criando uma realidade paralela de ufanismo país afora, “firme no papel de garantidor do Brasil por ele inventado. Dilma, de seu lado, faz o que pode no sentido oposto, de um jeito meio atabalhoado, mas ao gosto de quem não gosta de Lula¹²³”. Por seu lado, Dilma, a mulher presidenta, figurou como frágil e subordinada a seu padrinho político, embora a “subordinação” e a baixa capacidade de articulação política da presidenta nesses casos nunca tenha figurado como uma dificuldade eventualmente ligada ao fato de ela ser uma das poucas mulheres num ambiente majoritariamente masculino.

8.3) Dilma, crises e relacionamento com a base aliada

Como vimos, até então Dilma foi descrita como uma pessoa autoritária e intransigente, pelo trato que conferia a subordinados e auxiliares, bem como avessa e impaciente com negociações políticas, o que não lhe ajudaria na sustentação política de seu governo. Uma base aliada tão heterogênea foi um desafio para Lula e também se mostraria um ponto delicado para Dilma. Durante o governo de seu antecessor, argumentou-se que a amplitude ideológica de sua base aliada teria lhe custado alto na condução do governo e no enfrentamento das diversas crises pelas quais passou. No plano das negociações, há alguns

122 Mil e uma utilidades – 19/07/2011.

123 Mil e uma utilidades – 19/07/2011.

traços típicos da personalidade da presidenta que foram destacados pela jornalista em seu relacionamento com os aliados, como nos trechos a seguir:

(...) a gestão Dilma quer mais [além de aprovação de seus projetos]: anuncia retaliações aos infiéis. Promete punições severas aos discordantes: castigos que vão desde a humilhação pública, de forma a qualificá-los como governistas de meia tigela (e, portanto, sem força junto ao Planalto), até a condenação à “geladeira”, o que parece significar o degredo no campo da indiferença. Fala-se também em cortes de emendas, destituição de cargos e veto a postos anteriormente almejados¹²⁴.

A dinâmica adotada pela presidente é a da intimidação. Pode dar resultado para o Executivo, mas põe o Legislativo numa posição infantilizada. A ponto de um senador (Paulo Paim) ir à tribuna pedir licença e praticamente apresentar suas escusas por pensar diferente. Abstraindo-se o que de “sinhazinha” existe nessa atitude da presidente e da vocação do Congresso à subserviência, há um fato: governo algum se sustenta como uma casa grande que relega o Parlamento à condição de senzala¹²⁵.

O notório telefonema de Palocci para o vice-presidente Michel Temer ameaçando com a demissão de todos os ministros do PMDB, caso o partido não se alinhasse ao governo na votação do Código Florestal, foi feito do gabinete de Dilma Rousseff. E com o viva voz acionado para que ela pudesse acompanhar a conversa *pari passu*, conforme indicava o eco perceptível do outro lado da linha. O ministro, que normalmente se refere a ela como “Dilma”, naquela noite, ao telefone, durante todo o tempo aludiu às ordens da “senhora presidente”. Isso explica o fato de o sempre habilidoso Palocci ter-se dado ao deslize de tão inábil abordagem¹²⁶.

O que fica patente nos comentários acima é o perfil de uma governante truculenta e autoritária, que não admitia ser contrariada e pretendia submeter o Congresso aos interesses do Governo. Alguém que se valia de retaliações e ameaças, mas apresentava certo amorismo na forma de agir, como no caso do emblemático telefonema de Palocci a Michel Temer. Para a jornalista, esse tratamento conferido à base aliada pela presidenta começou a gerar grande insatisfação. Mais do que com a distribuição de cargos, os aliados, inclusive alguns petistas, teriam se incomodado com a negligência de Dilma para com eles. De acordo com a jornalista,

124 Casa grande e senzala – 20/02/2011.

125 Casa grande e senzala – 20/02/2011.

126 Origens da crise – 03/06/2011.

o estilo objetivo de Dilma, festejado exatamente por privilegiar o mundo do trabalho em detrimento do emocionalismo tão ao gosto do antecessor, não tem feito o mesmo sucesso entre os parlamentares. O ‘exagero de formalidade’, alegam governistas e petistas, mantém a presidente longe dos senadores que, depois de quase três meses de bons serviços prestados ao Planalto, ainda não receberam dela a deferência que consideram merecida pelo empenho¹²⁷.

Nesse aspecto, transparece uma governante que mantém as portas fechadas a seus aliados, deixando as negociações e o relacionamento político a cargo de integrantes do governo e, principalmente, de Lula, já que tais tarefas, segundo nos conta a colunista, não eram do gosto nem da competência da presidenta. Dora Kramer comentava que Dilma não trataria seus parceiros com a devida deferência. Num outro episódio envolvendo Michel Temer, por exemplo, a colunista nos conta que o vice-presidente soube da saída de Palocci do Governo quando a decisão já era conhecida “por meia Brasília¹²⁸”. Para Kramer, embora Dilma tivesse a autoridade do cargo, devia se lembrar que “a solidariedade para enfrentar as dificuldades se conquista no exercício cotidiano da parceria¹²⁹”, que estaria permeada por interesses de ambos os lados (legítimos e ilegítimos) e o papel do governante, nessa relação, seria administrá-los sempre privilegiando o interesse público e a observância da lei, da responsabilidade e da ética. De acordo com Kramer,

Quando aceitou ingressar no mercado eleitoral e disputar a Presidência da República sustentada numa aliança de mais de dez partidos, Dilma Rousseff aceitou também as regras do jogo. Quando firmou sociedade majoritária com o PMDB, dando ao partido a vice-presidência, Dilma fechou o acordo que lhe permitiu acesso a todos os benefícios da legenda (tempo de televisão, estrutura e palanques no País todo), além de impedir que fossem carreados à candidatura adversária. Estava irremediavelmente comprometida com o PMDB. Para o bem e para o mal¹³⁰.

Ou seja, para sustentar uma boa convivência com o partido e sua lealdade, não bastaria a Dilma dividir ministérios e demais escalões inferiores, mas compartilhar decisões, demonstrando prestígio e atenção para com seus aliados, para que não fosse abandonada por eles. As dificuldades da presidenta não se impuseram apenas com partidos de sua coalizão, mas dentro do próprio PT. Para Kramer, “ficou claro que o modelo petista de governança política não dá muito certo sem a presença de um maestro como Lula para, ao mesmo tempo,

127 Favas contadas – 19/04/2011.

128 Pedagogia do amém – 10/06/2011.

129 Pedagogia do amém – 10/06/2011.

130 Pedagogia do amém – 10/06/2011.

atrair e desviar todas as atenções, a depender do interesse¹³¹”. Como se percebe a partir dos comentários da colunista, Lula era um agente fundamental para auxiliar Dilma com o PT, mas a presença dele teria retirado da presidenta a credibilidade que vinha conquistando junto a novas parcelas do eleitorado refratárias ao ex-presidente, na medida em que expunha sua fragilidade.

Em 2011, vários integrantes do governo sofreram acusações de irregularidades em seus ministérios. As crises começaram com Antônio Palocci, que foi exposto na mídia por ter aumentado seu patrimônio de forma expressiva, e se estenderam a denúncias de irregularidades nos ministérios do Turismo, Transportes, Esporte e Trabalho, que causaram problemas não só pelo questionamento público sobre a lisura do Executivo, mas pelas dificuldades de se levar a cabo ações mais consistentes de investigação dos casos. No caso de Palocci, a demora de Dilma de reagir às especulações que eram feitas sobre o enriquecimento de seu ministro, na visão da jornalista, depuseram contra sua imagem de gerente intransigente e durona. De acordo com Kramer, havia

uma presidente à frente de um governo refém das circunstâncias e das pressões. Ora espera a chegada de Lula a Brasília, ora aguarda a manifestação do procurador-geral, ora tenta pesar e medir se há alguma chance de o caso esfriar. Fato é que a presidente Dilma Rousseff vai perdendo a chance de chamar para si a decisão sobre o destino de Palocci e, com isso, prolonga a crise¹³².

Para a colunista, a decisão sobre a saída de Palocci era intransferível, cabia apenas a Dilma. Segundo Dora Kramer,

Sua autoridade já havia sido seriamente abalada quando o ex-presidente Lula desembarcou em Brasília para tentar organizar a confusão resultante do silêncio do ministro-chefe da Casa Civil somada à desordem nas relações do Planalto com o Congresso. Ao se deixar pautar pela volta de Lula à capital e pelo parecer do Ministério Público, Dilma Rousseff torna um pouco mais inconsistente o capital de credibilidade que vinha conseguindo amedalar nesses meses depois da posse. Abre mão da chance de retomar o comando de seu governo, justamente no momento em que perde seu principal anteparo. Não cabe, ou, pelo menos, não deveria caber, a Lula essa decisão (...) Quem está apta a deliberar sobre a permanência ou não de um ministro é a presidente, baseada em critérios próprios de julgamento a respeito das condições que esse mesmo ministro reúne para prosseguir na posse de suas atribuições. Ela é o árbitro da questão. Com todos os ônus e bônus daí decorrentes. Se não é capaz de pesar e medir levando em conta as balizas da lógica, da política, da ética e daquilo que espera dela a sociedade, não será

131 Origens da crise – 03/06/2011.

132 Sem mais delongas – 07/06/2011.

capaz de levar a bom termo a Presidência da República. O segundo desembarque de Lula em Brasília só confirmará as piores expectativas de que Dilma seria de direito tutelada pelo ex-presidente que exerceria por intermédio dela um terceiro mandato de fato¹³³.

Na condução das crises, num primeiro momento, para a colunista, a presidenta “falava forte”, mas logo em seguida, “cedia às circunstâncias”. Pressionada pela opinião pública, a presidenta acabou experimentando uma situação difícil: precisava responder aos clamores da ética e da legalidade, tão propalados pela sociedade e pela mídia, mas também necessitava manter a governabilidade, contando com o apoio dos partidos que lhes davam sustentação. Para Kramer, “o que interessa não são os adjetivos com os quais a autoridade se define perante os fatos, mas a sua capacidade de tratá-los com ações substantivas¹³⁴” e continuou:

é isso que Dilma não tem feito, a despeito de ser conceituada como pessoa implacável, enérgica e resoluto. O que se viu até agora é que, pelo menos no exercício da Presidência, ela pode até ser veemente, impetuosa, mas está a léguas de distância de fazer jus à fama que construiu no quesito poder de decisão. Errou na administração atabalhoada da derrota da posição que defendia o governo na votação do Código Florestal na Câmara, quando pretendeu enfrentar no grito o PMDB mandando seu então chefe da Casa Civil ameaçar o vice-presidente (...) errou na avaliação de que o tempo resolveria a óbvia impossibilidade de Antônio Palocci explicar seu súbito enriquecimento (...) erra mais agora na condução atabalhoada da demissão do primeiro escalão do Ministério dos Transportes¹³⁵.

Com as demissões até então feitas, a colunista vislumbrava duas alternativas para a presidenta: ou daria continuidade ao desmonte dessa arapuca, num caminho sem volta, ou voltaria atrás, minando a ideia de um “salto de qualidade na democracia representativa do Brasil¹³⁶”. Na primeira hipótese, precisaria romper com a lógica dos feudos e observar a biografia dos indicados. Mas, Dora Kramer se interroga:

A dúvida agora é esta: o que pretende de fato a presidente Dilma Rousseff? Mudar o padrão de relacionamento ou dar uma maquiada na situação? Iniciar um processo de mudança nos procedimentos de modo a que a coalizão se pautasse pela execução de um programa de governo ou contemporizar para não pôr em risco o projeto de poder? Fácil não é. Requer prática, habilidade, ousadia, respeito pela política maiúscula, compreensão de que do jeito que está não dá pra continuar por muito tempo e, sobretudo, firmeza e maturidade para refazer os termos do pacto da governabilidade privilegiando as cláusulas de atendimento do interesse público. Custaria algumas lágrimas, toneladas de suor e talvez algum sangue. Mas, se o serviço for bem-feito, a sociedade saberá reconhecer e os partidos obrigados a se enquadrar a tempos

133 Sem mais delongas – 07/06/2011.

134 Tristeza não tem fim – 14/07/2011.

135 Tristeza não tem fim – 14/07/2011.

136 A cruz e a espada – 21/07/2011.

de métodos menos espúrios¹³⁷.

Os afastamentos e demissões promovidos pelo Governo ganharam, na mídia, a versão de uma faxina ética, posicionando Dilma como paladina da luta contra a corrupção. Entretanto, as reações às demissões promovidas pela presidenta e a repercussão que a ação do governo ganhou na imprensa com a alcunha de faxina ética não agradaram os aliados, que viam-se desqualificados publicamente, já que a crise era debitada dos partidos e não do Governo. Dessa forma, algumas atitudes posteriores da presidenta conotaram numa postura vacilante e errática, corroborando a tese de que Dilma acabou agindo a reboque da publicização de denúncias. De acordo com Kramer, ao contrário de isso sinalizar uma personalidade maleável de Dilma, o que contrariava traços típicos de seu comportamento intransigente no trato cotidiano, indicava que a presidenta, quando pressionada, costumava recuar e a adotar uma postura nem sempre adequada. Ou seja, agia conforme as circunstâncias, mas vacilava em suas decisões: “com a mesma assertividade com que sinaliza numa direção, em seguida segue o rumo oposto¹³⁸”. Nesse sentido é que a jornalista considera a versão da faxina como uma ideia construída pela imprensa, sendo que a própria presidenta atribuía aos jornalistas a referida limpeza. Dora Kramer considerou que Dilma acabou agindo como Lula, aguardando os acontecimentos se imporem em vez de ter que decidir, perdendo, várias vezes, o *timing* de demitir ministros e ganhar a dianteira nas crises pelas quais seu governo vinha passando. Para ela,

o que falta à presidente não é “habilidade política” para dar conta da empreitada. Falta método, clareza e a troca da reação pela iniciativa da ação. Começando por apresentar ao País suas credenciais, explicando quais são suas ideias a respeito do que seja necessário em termos de mudança de procedimentos para a construção de um governo de coalização dentro dos marcos estritos da legalidade¹³⁹.

Faltava à presidenta planejamento para “levar em frente uma sistemática de ação com começo, meio e fim¹⁴⁰”. Em vez de governar, a presidenta estaria sendo governada pelas legendas que lhe davam apoio, passando a perder credibilidade (o que seria bem mais difícil de recuperar do que a popularidade) e sua imagem de governante intransigente em relação a malfeitos. Ao atuar sempre a reboque dos acontecimentos, Dilma poderia deixar calma sua base aliada, mas “deixa órfã aquela parcela da sociedade que gostou do que estava vendo e

137 A cruz e a espada – 21/07/2011.

138 Tira, põe, deixa ficar – 20/11/2011.

139 Sem pai nem mãe – 21/08/2011.

140 Era de vidro e se quebrou – 26/08/2011.

embarcou no apoio à presidenta¹⁴¹”. Na visão de Dora Kramer, a presidenta deveria usar sua autoridade e sua popularidade para empreender uma verdadeira reforma na relação entre o Governo e o Congresso. Ela delineava o seguinte dilema para a presidenta: ou atendia os aliados, ou “se escorava em sua crescente aceitação popular e usava o imenso poderio presidencial para o único objetivo que faz sentido: consertar o que vai mal para impedir que a democracia representativa no Brasil ultrapasse a fronteira do fundo do poço¹⁴²”. E deixava claro qual sua recomendação à presidenta: “Se há espírito público, o ideal é que no momento do auge essa força seja usada como instrumento de transformação. Uma arma de aperfeiçoamento, cujo manejo leve em conta uma velha lição: quanto mais poderoso é o poder mais o governante deve compartilhá-lo com seus governados¹⁴³”.

Se mesmo não promovendo a chamada faxina, a presidenta enfrentou desafetos, imagine se tivesse levado a cabo um projeto de limpeza geral e se propusesse a reinventar os padrões de relacionamento entre os poderes. Dora Kramer tinha ciência dessas dificuldades e compreendia que as ações da presidenta teriam implicações amplas e, portanto, apresentariam dificuldades políticas, já que

não é do dia para a noite que se vira de cabeça para baixo um sistema herdado, em vigor há muito tempo e, sob a ótica do pragmatismo extremo – governamental eleitoralmente falando –, vitorioso. Por isso mesmo a presidente conta a seu favor com o benefício da dúvida. Até agora Dilma Rousseff não tem seguido a trilha da ousadia¹⁴⁴.

8.4) Síntese dos enquadramentos

De forma a identificar sinteticamente os enquadramentos de Dilma Rousseff propostos pela jornalista, recorreremos às questões que nos colocamos à página 5: *Como Dilma Rousseff é avaliada pelas colunistas? Quais enquadramentos são propostos sobre a presidenta e que ideias lhes dão sustentação? Qual posicionamento é oferecido a ela nas situações em que tem seu desempenho analisado?*

Para responder a essas questões, precisamos identificar quais situações ou contextos são considerados pelas jornalistas. Como se depreende da análise desenvolvida até aqui, Dilma Rousseff foi analisada pelas jornalistas nas seguintes situações: *na representação*

141 Era de vidro e se quebrou – 26/08/2011.

142 Rancos da reação – 17/11/2011.

143 Modo de usar – 18/12/2011.

144 Mulheres de antenas – 06/12/2011.

pública de seu papel de presidenta, na gestão de seu governo e no relacionamento da presidenta com seus aliados. Além de considerar tais esferas de atuação, importa-nos também, identificar a maneira pela qual sua condição de mulher é articulada às análises e comentários feitos pela jornalista. As ideias que sustentam essa visão é de que o cargo de presidente da República requeria alguém que se desse ao respeito, respeitasse o cargo que por ora ocupasse e não envergonhasse a nação. Mas, o que dá sustentação a essa ideia é a crítica férrea a Lula, seu jeito de ser, sua informalidade, seus erros de português, seus pronunciamentos irônicos e seu acentuado estilo populista. Dilma, nesse sentido, figurou como um bálsamo, uma maravilha curativa, alguém que estava dizimando práticas absolutamente incompatíveis com o cargo. Então, iniciando nossa identificação dos enquadramentos, temos, no âmbito da representação pública do papel de presidenta, uma pessoa (o fato de ser mulher é praticamente irrelevante) austera, séria, comedida, dedicada e comprometida com o trabalho. Nesse quesito, a figura de Dilma Rousseff é contraposta à de seu antecessor. Mas é interessante perceber como a expectativa de correção e rigor contra a corrupção por parte da colunista resgatam positivamente o antigo e tradicional quadro da “mulher direita e discreta” na vida pública, ainda mais quando comparada a um “homem de excessos” como Lula.

No âmbito da gestão do Governo, a presidenta comportou-se como uma autêntica chefe, comandando, definindo metas, mas, além disso, foi posta como uma gerentona intransigente e estúpida no trato de seus subordinados. Como dissemos, nesse caso, acionava-se o perfil da Dilma quando ministra, através de declarações que, geralmente, vinham de “assessores” ou “auxiliares”, pessoas que lhe eram subordinadas e, aparentemente, sem ligações com outros atores políticos, como os partidos. A presidenta foi novamente bem avaliada nesse quesito. Seu perfil técnico e seu gosto pela gestão são aspectos que ganham contornos positivos. Acreditamos que essa avaliação positiva da presidenta se sustenta numa ideia corrente na sociedade, a de que são necessários governos mais eficientes, que se pautam pela gestão, por rigor técnico, pelo cumprimento de metas e pela apresentação de resultados. O posicionamento da presidenta, nesse caso, é de uma exímia gerente.

No âmbito do relacionamento da presidenta com sua base aliada, o posicionamento de Dilma conferido pela jornalista é ambíguo. Primeiro, porque choca-se com seu posicionamento no âmbito gerencial: não combinaria com uma gestora tão veemente, ficar refém de seus aliados, sem liderança e autoridade para rumar seu governo. Em segundo lugar, seu comportamento sério, comedido e austero também não é coerente com a complacência

com as irregularidades denunciadas em seu governo. Por outro lado, também compõe um posicionamento ambíguo da presidenta o fato de, ao mesmo tempo em que é vista como fantoche e sem liderança, Dilma é tida como uma pessoa incapaz de conduzir negociações políticas, tornando-se, mais uma vez, dependente de seu padrinho político para agradar aos famigerados aliados. Nesse sentido, a técnica não se aplica num relacionamento político: o que manda é saber negociar, ouvir, mostrar deferência e respeito à parceria estabelecida e consideração aos interesses dos “colegas”.

O quadro da gerentona não se adéqua às relações de negociação que envolvem o Governo e os partidos que lhe dão sustentação. Esse perfil não se aplica, principalmente, a situações em que benefícios e apoios são acordados em segredo, longe dos olhos e ouvidos da população, à margem da legalidade. E são esses acordos, em grande medida, que prevalecem. E mais importante ainda é considerar que o quadro da legalidade, da conduta pública marcada pelo rigor, pela seriedade com a coisa pública e pelo respeito ao erário e aos valores da probidade e da moralidade não pode ser requerido para uma situação de barganha em que os recursos públicos são utilizados para finalidades absolutamente privadas. O quadro da gerente autoritária e intransigente é requerido nas situações em que integrantes do Governo, oriundos da base aliada, são envolvidos em escândalos de corrupção. A mulher, que deve ter maior rigor na vida pública, também é chamada a atuar nesse sentido. A a presidenta popular, herdeira da popularidade de Lula, também tem seu perfil convocado. Na medida em que Dilma não age em conformidade com as expectativas de sua avaliadora, ou seja, não promove uma readequação das relações entre Governo e base aliada, a gerentona tem sua imagem abalada e a mulher falha com seu papel de vigilância quanto a uma conduta pública marcada pelo rigor em relação a malfeitos. Falha também a esperada maravilha curativa que relegaria ao degredo uma forma de governo nunca antes vista na história desse país.

O que pudemos perceber é que a jornalista cobra da presidenta uma atuação firme com os malfeitos de seus aliados (e aí, requer a gerente para atuar nessas situações), mas vê como problema o fato de Dilma não saber negociar e de agir de forma autoritária com seus parceiros em outros momentos de negociação (nas votações de matérias de interesse do Governo). Entram em choque dois quadros distintos: o da presidenta séria, austera e rigorosa com malfeitos, que deve agir pautada pelo interesse público, e o da pessoa política que sabe negociar. O problema é que as negociações não levam em conta critérios técnicos, muitas vezes, passam ao largo do interesse público e, portanto, envolvem-se no manto do segredo dos

interesses particulares dos agentes em questão.

Embora as situações sejam diferentes (negociação e gestão), elas se dão com os mesmos atores e, com uma atitude intempestiva ou rigorosa, pode até ganhar-se em gestão e moralidade, mas perde-se na negociação, fundamental tanto para que o governo funcione, quanto para que ele se sustente no tempo e possa se reproduzir em futuras eleições. Se correr, o bicho pega, se ficar... A conduta pública exigida da governante é pautada pela legalidade e pela lisura. A dificuldade é costurar esse quadro com os outros quadros desenhados à revelia da esfera pública. Nesse sentido, a presidenta truculenta e autoritária se vê refém de um sistema político incontrolável.

A colunista do *Estadão* demonstra ter conhecimento ao analisar a prática corrente da política, o dia a dia dos embates, revelando negociações políticas e jogadas dos atores envolvidos. Dora Kramer esperava que a presidenta chamasse para si a responsabilidade de resolver os vícios que corroem a política brasileira, no pleno exercício da presidência, e propusesse novos rumos para a democracia brasileira. A ideia seria boa, se não tivesse deixado de levar em conta que o atual funcionamento do sistema político brasileiro se configurou com a participação (e leniência) dos demais atores e instituições a ele ligados e da própria sociedade brasileira. Sabe bem a jornalista que, para que se altere o sistema, é necessário alterar suas regras de funcionamento e não apenas ter “boa vontade, coração puro e espírito público”. As perguntas que ficam são: como conciliar o tratamento rigoroso contra a corrupção com o apoio necessário para a votação de projetos de interesse do Governo? Por que não se considera o comportamento dos parlamentares e dirigentes partidários? Que avaliação se faz do sistema que estrutura essas relações? Seria possível a uma pessoa, por mais determinada que seja, ser rigorosa com seus parceiros e manter seu apoio? A comentarista não avança nisso e, para o leitor, fica a impressão de que a responsabilidade pelo Governo (e pelo Congresso) é a presidenta.

A jornalista nada avança no sentido de apontar respostas a estas questões e deixa a impressão de que, se a governante é ruim ou não tem competência política, basta trocá-la. Não se trata, como seria adequado, dos gargalos e problemas do sistema político brasileiro e sobre o funcionamento das demais instituições da República (Judiciário, em especial). Não só a ideia de uma presidenta rigorosa “bem-comportada” é equivocada, como é um erro supor que ela seja capaz de empreender transformações robustas num processo altamente viciado e com as regras, geralmente ocultas, já estabelecidas. Se ela se arrogasse poder para tanto, poderia,

inclusive, incorrer na tão criticada figura do político messiânico, salvador da pátria, o que em nossa experiência democrática recente mostrou-se uma falácia collorida! Ao lermos as colunas de Dora Kramer, o que nos aparece é um Governo em crise, sem controle, onde todo mundo manda e a presidenta é feita de fantoche. Ela até parece boa, preocupada com a gestão e discreta, mas o que a salvou mesmo foi apenas o fato de não ser Lula!

9) Enquadramentos de Dilma Rousseff nas colunas de Eliane Cantanhêde

9.1) Dilma: estilo e gestão

Logo que a presidenta assumiu, Eliane a descrevia como uma pessoa “dura, aplicada e determinada”¹⁴⁵, lembrando-se de que, quando ministra, Dilma “extrapolava com subordinados e com os próprios colegas”¹⁴⁶, comportamento este que, segundo a jornalista, seria permanentemente testado, sobretudo com relação à base aliada¹⁴⁷. De acordo com a jornalista, no atual cargo, a presidenta adotou um comportamento discreto, alheia a “modelitos populistas e gestos teatrais”¹⁴⁸, e optou por trabalhar em silêncio em vez de aparecer, o que Eliane considerou, do ponto de vista da gestão, “uma opção e tanto!”¹⁴⁹.

A primeira situação em que o perfil gerencial de Dilma apareceu nos comentários de Eliane Cantanhêde foi quando a jornalista tratou de sua atuação frente aos desmoronamentos de terra ocorridos no Rio de Janeiro, em decorrência de fortes chuvas no estado. A visita da presidenta às regiões atingidas, sua manifestação pública sobre o assunto e sua atenção para com a população atingida foi vista como uma forma de Dilma encarnar a presença do Estado na região, assumindo sua responsabilidade para com a população e encampando a liderança política necessária para o atendimento das vítimas e a resolução do problema. A jornalista deixou isso claro já no título de uma das colunas em que tratou da questão: “Indo ao Rio, Dilma fez o que os governantes devem fazer”. Ao analisar a entrevista dada pela presidenta sobre o assunto numa coletiva de imprensa, Eliane destacou, ainda, a apresentação visual da governante: “composta, bem penteada e vestida discretamente”¹⁵⁰. O tom da matéria foi elogioso, demonstrando aprovação e admiração pela atuação da presidenta ainda principiante.

145 Voto de confiança – 02/01/2011.

146 Idem.

147 O perfil técnico e autoritário de Dilma, como previa a articulista nesse primeiro artigo sobre Dilma já presidenta, de fato apresentou-se como um problema para ela. Mas trataremos desse assunto adiante, no tópico destinado a analisar o relacionamento da presidenta com a base aliada.

148 Indo ao Rio, Dilma fez o que governantes devem fazer – 14/01/2011

149 Caíndo na real – 13/01/2011.

150 Indo ao Rio, Dilma fez o que governantes devem fazer – 14/01/2011.

O perfil centralizador e autoritário de Dilma evidenciou-se também em seu relacionamento com o ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, que, ao que parecem sugerir as abordagens da colunista, gostava de ficar à vontade para conduzir o referido ministério. Segundo a jornalista, com Dilma, o espaço dado a Jobim por Lula havia diminuído consideravelmente. O ex-ministro perdeu a superautonomia que outrora possuiu, ao ganhar de fato, uma chefe: Dilma acompanha, fiscaliza, cobra metas e resultados, “quer saber de tudo (...) ter certeza do que está assinando”¹⁵¹, “lê tudo e quer tudo na ponta da língua e do lápis”¹⁵². Dessa forma, argumentou Eliane:

Jobim cantava de galo na área militar; agora não canta mais. Ele queria comprar os caças da FAB no governo Lula, mas Dilma vetou. Disse que seria em janeiro, mas Dilma adiou. Fez seu próprio parecer, mas Dilma quis ver o da FAB. Tentou continuar sendo o único interlocutor da presidente na sua área, mas Dilma abriu as portas para conversas a sós com os comandantes (...) ficou claro que ele não decide mais sozinho. Agora, quem manda é ela. Manda quem pode, obedece quem tem juízo¹⁵³.

O perfil mais autoritário e centralizador de Dilma lhe rendeu a saída do ex-ministro do Governo. Essas características de Dilma também aparecem noutras situações transcorridas no âmbito das relações internacionais. A primeira, referindo-se à insatisfação de Dilma com relação à atuação do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. De acordo com a jornalista, em visita à China, Dilma teria sido pega de surpresa em seu desembarque no país, ao ser recepcionada pelo vice-presidente chinês, sem ter sido previamente avisada pelo Itamaraty. De acordo com Cantanhêde, “Dilma ficou uma fera e deu uma bronca no chanceler¹⁵⁴”, o que levou Eliane a concluir que

É assim que Patriota, pianista, estudioso de música clássica, que fala fluentemente várias línguas e é o típico primeiro de turma, vai deslizando da condição de invisível para a de insignificante. Política externa se faz por gestos, atos e palavras. Não mudo, imóvel, nos bastidores. Dilma não está gostando¹⁵⁵.

Numa outra situação, destacou-se a atuação da presidenta na elaboração de seu discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em setembro de 2011. A articulista ressaltou o fato de Dilma ser a primeira mulher a abrir o evento, chegando a

151 Obedece quem tem juízo – 23/01/2011.

152 Julho, “timing” de Jobim – 10/03/2011.

153 Obedece quem tem juízo – 23/01/2011.

154 Tremeliques na área externa – 19/06/2011.

155 Tremeliques na área externa – 19/06/2011.

desejar-lhe boa sorte em sua estreia. Ao tratar do processo de elaboração de seu discurso, Eliane destacou a participação ativa da presidenta na escolha de temas e na encomenda de informações à sua equipe. Nos conta Cantanhêde:

(...) a presidente Dilma Rousseff participou de maneira ativa, definiu o tom e editou detalhes do texto que leu (...) Dilma encomendou um texto inicial ao Itamaraty que serviu como “copiã”. Leu, achou muito centrado em política externa e amorfo. Fez então pedidos de informações à área da Fazenda, buscou anotações e deixou claro desde o início a intenção de focar a crise econômica. Foi a própria presidente quem carregou nas tintas ao apontar o dedo contra os EUA e os países ricos como responsáveis pela crise e destacar os pontos positivos do Brasil (...) Dilma desembarcou em Nova York com o texto quase fechado. Lá, enxugou um pouco da emoção e pesou ainda mais na economia, tema que tem dominado suas preocupações¹⁵⁶.

Eliane nos relata que “foi ela própria [Dilma] quem decidiu cobrar coerência dos EUA na área comercial no discurso para Barack Obama”. Se por um lado, a presidenta foi descrita como uma pessoa dedicada e exigente, por outro, ao ser posta numa situação que levantava suspeitas sobre sua competência técnica e gerencial, Dilma demonstraria irritação e reagiria com vituperação. Tal situação foi descrita pela jornalista quando tratou do apagão energético ocorrido em algumas regiões do país logo no início de seu governo, quando ela “ainda fatiava os riquíssimos cargos do setor elétrico¹⁵⁷”. Conforme Cantanhêde, situações como essas “deixam Dilma particularmente irritada, pois mexem com seus brios e jogam sua imagem de boa gestora na penumbra¹⁵⁸”. Como reação, “Dilma endureceu, bateu na mesa, jogou pesado, avisando que quem manda é ela. Matou a cobra e mostrou o pau¹⁵⁹”. Ou seja, por um lado, para fazer jus à sua imagem de gerentona que já lhe vinha rendendo alguns dividendos com a opinião pública, a presidenta tentava recuperar a liderança do processo, demonstrando, em certa medida, que estava no controle da situação. Por outro, não admitia ser contrariada e, em situações em que é colocada contra parede, reagia com irritação e intransigência, o que ficou evidente na transcrição seguinte:

Dilma teve dupla derrota quando o Senado vetou a recondução de Bernardo Figueiredo à ANTT. Foi indicação pessoal dela. A presidente reagiu menos como política, mais como Dilma: irritada, decidiu medir forças com aliados. Após uma dúzia de demissões de ministros, derrubou os líderes do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB), e na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT).

156 Ataques a países ricos foi decisão de Dilma – 24/09/2011.

157 Meritocracia e apagão – 06/02/2011.

158 Meritocracia e apagão – 06/02/2011.

159 Meritocracia e apagão – 06/02/2011.

Uma no PMDB, outra no PT¹⁶⁰.

Diferentemente de Dora Kramer, Eliane Cantanhêde trouxe para seus comentários a história da presidenta Dilma. Seu passado foi acionado pela jornalista em duas circunstâncias: primeiro para tratar de eventuais tensões com os militares e, segundo, para abordar o posicionamento da presidenta relativamente a violações dos direitos humanos. Em ambos os casos, Dilma foi tratada como uma pessoa francamente contrária a quaisquer violações aos direitos humanos, na medida em que ela própria foi presa e torturada pelo governo militar. Sua relação com as Forças Armadas, nas colunas de Eliane, estaria permeada de melindres e cuidados, já que uma atuação mais veemente da presidenta no sentido de promover a investigação dos crimes cometidos pelo Estado Brasileiro durante o regime militar poderia representar uma crise institucional com o setor. Além do relacionamento delicado que a presidenta manteve com o ex-ministro Nelson Jobim, do qual falamos anteriormente, Dilma ainda teria que conciliar seus interesses pessoais e ideológicos (de uma ex-militante política torturada pela Ditadura) com os interesses dos militares. Tal tensionamento foi apresentado pela jornalista no tocante à visita de Dilma à Argentina, em fevereiro de 2011, ocasião na qual ela poderia ser convidada a usar o lenço das Mães da Praça de Maio. Nos conta Eliane:

Como mulher, democrata e ex-guerrilheira torturada na juventude, Dilma não pode recusar o lenço, denso de simbologia. Mas, no Brasil, não há consenso para a revisão da Lei da Anistia e a questão não está em pauta neste início de governo, quando Dilma tem outras prioridades. Inclusive não criar turbulências políticas¹⁶¹.

Caso aceitasse o convite de utilizar o lenço, Dilma poderia desagradar os militares brasileiros ao sinalizar seu apoio aos movimentos que pressionam o Governo pela investigação, julgamento e punição dos responsáveis por crimes praticados pelo Estado brasileiro durante o regime militar. Num outra ocasião, sua participação na cerimônia de apresentação dos oficiais-generais do Exército Brasileiro, a jornalista voltou ao assunto, destacando o discurso conciliador de Dilma aos militares, no qual teria afirmado que o país corrigiu seus próprios caminhos. Também nessa ocasião, Cantanhêde destacou o passado da presidenta: “presa e torturada pela Ditadura Militar (1964-1985), a presidente Dilma Rousseff estreou ontem sua condição de comandante em chefe das Forças Armadas¹⁶²”. Dilma teria se

160 Crise mostra a falta que Lula faz para Dilma – 14/03/2012. Nesse trecho, transparece uma situação particularmente problemática para Dilma durante seu primeiro ano de Governo, as crises políticas pelas quais passou. Trataremos dessas situações em tópico específico.

161 Lenço justo, saia justíssima – 25/01/2011.

162 Brasil “corrigiu seus caminhos”, diz Dilma a militares – 06/04/2011.

posicionado de forma amigável e, de acordo com a articulista, teria sido elogiada pelos militares. Ainda no tocante à história de vida da presidenta, cabe destacar também o comentário da jornalista com relação à nomeação de sua companheira de militância Eleonora Menicucci para a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nos diz Eliane:

Dilma não quis nem poderia perder votos, como não quis nem poderia, já no seu primeiro ano de mandato, perder apoios e simpatias entre evangélicos e militares. A nomeação de Menicucci, porém, sinaliza claramente que a primeira presidente mulher da história brasileira, torturada pela Ditadura Militar, tem um encontro marcado, em algum momento à frente, entre restrições políticas e convicções, entre palavras e atos. É quando fará sua foto oficial para a história.

Para a jornalista, a nomeação de Menicucci para o cargo representou um gesto político de Dilma através do qual marcava sua posição com relação ao aborto e à investigação dos crimes cometidos pela Ditadura Militar, já que sua nova ministra tinha posições explícitas a favor do aborto e das investigações dos crimes dos militares. De acordo com os comentários da colunista, como presidenta, não era possível para Dilma tomar atitudes contundentes em ambas as direções, pois poderia provocar a bancada evangélica e os militares. Enquanto os evangélicos demonstravam descontentamento com a indicação de Eleonora para o cargo, já que a ativista era declaradamente pró-aborto, os militares de reserva publicaram críticas a Menicucci e a Maria do Rosário, por defenderem a investigação dos crimes da ditadura.

Já no plano internacional, o posicionamento atribuído a Dilma por Eliane Cantanhêde foi marcado pela inflexão da presidenta na área dos direitos humanos. Algumas atitudes de seu governo, como a crítica ao apedrejamento da iraniana Sakineh, e o voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU favorável à nomeação de um relator especial para investigação de violações de direitos pelo Irã, seriam marcas desse reposicionamento do país. A inflexão brasileira na área fez com a jornalista especulasse, por exemplo, se Dilma faria alguma crítica à China pelo desaparecimento de Liu Xiaobo, ativista chinês condenado a 11 anos de prisão em seu país e vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2010. Por fim, como último aspecto a ser destacado nesta dimensão de análise, é preciso considerar em que medida a condição de gênero da presidenta foi acionada pela jornalista.

Assim como em Dora Kramer, nas análises de Eliane, a categoria gênero figura de forma quase residual. Ela aparece, em grande parte, como destaque do pioneirismo da presidenta (a primeira mulher eleita, a primeira mulher a abrir a solenidade da ONU).

Também é citada quando da nomeação de Ideli Salvatti e Gleisi Hoffman que formariam, junto à presidenta, o triunvirato feminino no Planalto. Neste aspecto, ao tratar da inexperiência das três com as negociações políticas que envolvem o Governo e o Congresso, sobretudo nas situações de crise, Eliane as retratou como donzelas, “à espera do cavaleiro Lula”, trancadas em seus palácios. Preferiu evocar essa metáfora do que abordar, como apontou Matos (2010c), a verdadeira corrida de obstáculos que as mulheres enfrentam ao se lançarem no espaço da política institucional. Aliás, não só com relação à presidenta foi posto o quadro de incapacidade para a política: ao comentar a atuação de Ideli Salvatti e Gleisi Hoffman no Governo, a jornalista também apelou para esse quadro.

Dilma resolveu enfrentar os gulosos petistas, sobretudo os de São Paulo, e os profissionais peemedebistas, que têm como bunker o Palácio do Jaburu, residência oficial de Temer. Para isso, montou um núcleo de governo com mulheres coadjuvantes no Senado e que não conhecem a Câmara. Até como mulher, torço para ser um sucesso. Mas tenho cá minhas dúvidas. Os profissionais do Congresso retaliam; as amadoras do Planalto pegam em armas para reagir. O risco é ficarem sitiadas em sua fortaleza, à espera do cavaleiro Lula¹⁶³.

Paradoxalmente, como se vê, também foram descritas como intransigentes, “pegando em armas” para pressionar a base aliada a seguir as orientações do Governo, atitudes também criticadas pela jornalista.

Por outro lado, a nomeação de Eleonora Menicucci por Dilma foi muito bem avaliada pela jornalista, que considerou o ato como um gesto político de Dilma por meio do qual marcaria sua posição com relação ao aborto. Dessa forma, Dilma manteria coerência com seus ideais, sinalizando para um encontro futuro consigo mesma, onde deveria escolher entre convicções ideológicas e conveniências políticas. Ou seja, no exercício da presidência, Dilma tentava se equilibrar entre seu passado de lutas, suas convicções políticas e as forças que dão sustentação ao Governo.

Nesta seção, procuramos apresentar como a colunista da *Folha* descreveu as características de Dilma Rousseff com base no comportamento e no estilo de gestão da presidenta. De forma geral, as qualificações de Dilma não fugiram muito do que lhe é atribuído normalmente: gerentona, autoritária, impaciente e pouco habilidosa com a política. Raramente sua figura foi associada a alguma qualidade mais dócil, negociadora ou pacífica, a não ser no caso de se abordarem eventuais estratégias de *marketing* político que buscavam

163 À espera do cavaleiro Lula – 12/06/2011.

retratá-la como “mãe dos pobres” e “mãe anticorrupção” ou quando esteve refém dos aliados, à espera de Lula para distender as crises.

Em primeiro lugar, é importante observar que as características tidas como genuínas da presidenta (gerentona, intransigente, detalhista) foram observadas em situações em que Dilma estava no controle ou numa posição de comando e liderança, assim como ocorreu nas colunas de Dora Kramer. Nesse aspecto, era a gestora Dilma que estava atuando. Eliane Cantanhêde não se limitou a indicar as características de gestora da presidenta, mas deu mostras da “gerentona” em ação, quando, por exemplo, nos revelou o protagonismo da presidenta na definição de seu pronunciamento na Assembleia Geral da ONU.

Como fez a colunista do *Estado de S. Paulo*, a da *Folha* também se valeu das características gerenciais e da personalidade da presidenta como recursos a serem utilizados na resolução dos grandes desafios do país, embora esse aspecto tenha assento marcante nas colunas de Dora Kramer. A diferença básica entre as duas é que, na proposta de Dora Kramer, Dilma deveria usar todas as suas qualidades e seu talento para mudar as bases de relacionamento do Governo com os partidos da coalizão. Para Eliane, esses traços da personalidade da presidenta poderiam ser também úteis para vencer desafios do país em outras áreas, como a segurança, a saúde, a educação, etc. Além disso, diferentemente da jornalista do *Estadão*, Cantanhêde também possibilitou que, em suas colunas, aparecesse uma mulher determinada e corajosa, de um passado combativo e militante.

A história da presidenta ganhou relevo positivo nas colunas na tentativa da jornalista apontar para a presidenta condutas que seriam condizentes com seu passado. Em algumas situações, a presidenta retratada pela jornalista parecia se equilibrar entre conveniências políticas e suas convicções ideológicas, de forma a não provocar desentendimentos com aliados. Os casos da nomeação de Menicucci e da visita de Dilma à Argentina são exemplares deste aspecto. Sem poder se manifestar explicitamente sobre os crimes cometidos pelo Governo Militar ou sobre o aborto, a presidenta dava sinais sutis sobre seu posicionamento, sem se comprometer demais a ponto de provocar alguma crise. Nesse sentido, nas colunas de Eliane, era possível perceber uma presidenta sujeito de sua história, que tinha atributos e motivações pessoais para agir. Nas de Dora Kramer, havia uma presidenta passiva, objeto de interesses que lhe eram externos, seja os de aliados, sejam os da sociedade.

Por outro lado, deve-se destacar que a coerência cobrada por Eliane nos casos de violação de direitos humanos no plano internacional dizia respeito justamente a um

reposicionamento do governo nessa área em conformidade com críticas que costumeiramente se fazia ao PT, por se aproximar de nações que, na visão de alguns setores da sociedade, desrespeitavam os direitos humanos e as liberdades individuais, como Cuba, Venezuela e Irã. Ou seja, destacou-se o passado de Dilma para se defender as ideias da jornalista. Ainda com relação a este aspecto, cabe destacar que, se houve a cobrança de coerência da presidenta com relação ao Irã e foi visto como positivo o afastamento do governo iraniano do Brasil, a jornalista mostrou-se mais complacente ou “compreensiva” com a proximidade do governo brasileiro em relação à China, por exemplo.

Essa mesma postura foi observada relativamente aos militares brasileiros e à bancada evangélica. Ou seja, era coerente romper relações como Irã por motivações de direitos humanos, mas não parecia incoerente ceder a pressões de militares e fundamentalistas religiosos, mesmo quando estavam em jogo afrontas a esses mesmos direitos no plano nacional. É possível tratar com “diplomacia” atores internos ao Governo e ao Congresso, mas dever-se-ia ter coerência e ser intransigente com uma nação “não amiga”. A jornalista não levou em consideração os interesses políticos internacionais que poderiam estar por trás do enfraquecimento do Irã ou quaisquer outras motivações ideológicas que sustentassem tal aproximação. Também não via nenhum sinal de que o Brasil pudesse buscar outros papéis no âmbito internacional, valendo-se da política de paz (lulista, segundo ela).

Além de aspectos da personalidade ou da história pessoal da presidenta, a caracterização de Dilma Rousseff também é feita a partir de comparações entre ela e seu antecessor, o que trataremos no tópico seguinte.

9.2) *Dilma e Lula*

No primeiro artigo de sua coluna após a posse da presidenta, intitulado “Voto de confiança”, Eliane destacou as características de Dilma de forma positiva, como um recurso que poderia ser utilizado para que os problemas do país fossem enfrentados com firmeza, ainda que para isso a presidenta tivesse que lidar com uma ampla base de aliados. Estando o país num ciclo virtuoso iniciado por Itamar e continuado por Fernando Henrique Cardoso e Lula, Dilma teria condições de, ancorada em sua personalidade e capacidade, enfrentar as grandes questões do país, quais sejam educação, saúde, segurança, reformas estruturais, etc. Dilma precisaria “apenas” de coragem para levar adiante ações voltadas para tais problemas. Nas palavras de Eliane,

As condições são francamente favoráveis, e suas características femininas e de militante ajudam. Lula não é de esquerda nem de direita, Dilma tem ideologia. Será capaz de queimar pontos de popularidade se a circunstância exigir. Tem rumo, direção, metas, compromisso. Vai precisar se suplantar, como se suplantou na campanha, para se equilibrar diante de PT, PMDB, PSB, PCdoB, Sarneys, o vice Temer, os áulicos. (...) O Brasil elegeu Dilma e lhe dá não apenas um voto de confiança, mas também o estímulo, a torcida e a esperança. O sucesso dela será o sucesso de todos e do futuro. Itamar, Fernando Henrique e Lula garantiram um círculo virtuoso, e Dilma deve ser uma presidente honesta, sensata, coerente, com grandeza e princípios, para ir além. É só não arriscar tudo para tentar ser o que não será: um mito¹⁶⁴.

Lula foi caracterizado como uma pessoa que “não queria saber de chatices¹⁶⁵”, alguém enrolado e irreverente. O perfil do ex-presidente que transpareceu nas colunas de Eliane foi de alguém comprometido com sua popularidade e seus apoiadores, leniente com a administração e preocupado apenas em conseguir sustentar sua imagem positiva junto a seus eleitores. Já Dilma, conforme vimos, era detalhista, querendo acompanhar e saber o que se passava em seu governo, cobrando metas e resultados de seus subordinados. A descrição de Dilma e sua preferência pelo trabalho, ao invés do gosto pelos holofotes, foi uma crítica evidente ao comportamento de Lula, “um presidente carismático, palanqueiro e sem limites¹⁶⁶”.

Logo no início do Governo Dilma, Eliane destacou os problemas que Lula teria lhe deixado, como o caso da extradição de Cesare Battisti, as compras dos caças da aeronáutica, além de reformas como a tributária, a política e a trabalhista, questões que não foram resolvidas por Lula pelo fato de ele não gostar de decidir, fugir do confronto e estar sempre disposto a fazer o que fosse necessário para “preservar sua altíssima popularidade¹⁶⁷”. Os problemas, de acordo com a jornalista, também foram tratados como uma herança maldita deixada pelo ex-presidente, assim como as várias indicações e parceiros oriundos da administração anterior, tidos como “entulho lulista” que, no Governo Dilma, foram acusados de corrupção.

No caso em que Dilma visitou a região atingida pelas chuvas de janeiro, por exemplo, o perfil técnico, decidido e atencioso da presidenta foi contraposto ao do ex-presidente que, numa situação como essa “ouvira, fazia cálculo político, avaliava perdas e ganhos. Às vezes ia logo; às vezes, não¹⁶⁸”. As nomeações de Gleisi Hoffman e Ideli Salvatti foram interpretadas pela jornalista como mais uma marca de distinção entre Lula e Dilma, já que poderia

164 Voto de confiança – 02/01/2011.

165 Julho, “timing” de Jobim – 10/03/2011.

166 Voto de confiança – 02/01/2011.

167 Sobrou para Dilma – 06/01/2011.

168 Indo ao Rio, Dilma fez o que governantes devem fazer – 14/01/2011.

representar um grito de independência da presidenta em relação ao padrinho político e seus “correligionários”. A jornalista parecia apostar, ou esperar, que, com a nomeação de Gleisi para o posto, “uma mulher muito bonita”, mas também “preparada, com experiência em gestão e gosto pela política”, representasse um recomeço do Governo Dilma que, de acordo com a colunista, estaria em busca de personalidade, organicidade e interlocução política – até, ou especialmente, com os próprios aliados¹⁶⁹”. Entretanto, embora tenha apresentado uma leitura positiva com a entrada de Gleisi e Ideli no governo, Eliane logo apresentaria preocupações com a atuação das duas e de Dilma, especialmente, em relação à base aliada, pois isso exigia jeito, tática, estratégia e liderança, o que Dilma, assim como Gleisi, precisavam treinar mais.

Cabe destacar ainda a diferença apontada pela colunista nos estilos de um e de outra no trato da política externa brasileira, que não ficou apenas na questão dos direitos humanos, mas no próprio estilo de comportamento. Enquanto Lula foi marcado pelas expressões metafóricas e declarações impróprias, Dilma se manifestava pontualmente, sem recurso a trocadilhos ou piadas e sem a pretensão de promover articulações internacionais na resolução de conflitos externos, numa clara alusão às tentativas do Brasil, durante a gestão Lula, de assumir o papel de negociar conflitos internacionais e que, na época, foram ridicularizadas por alguns jornalistas. O trecho abaixo registra bem esse aspecto:

Em nota, o governo defendeu ações e reações pacíficas. Ah, bom! Em rápida declaração ao deixar a Argentina, a própria Dilma disse torcer para que a saída seja “democrática e leve o povo a desfrutar do desenvolvimento”. Ah, bom! Se fosse no governo anterior, Lula já teria falado umas três metáforas impróprias e Amorim já estaria certamente articulando uma reunião internacional para salvar o mundo árabe de teocracias. Conclusão: o foco da política externa não muda. O que muda, como dito aqui desde o início, são os atores. E, portanto, os estilos¹⁷⁰.

Se Eliane buscou oferecer ao leitor pontos de diferenciação entre Dilma e Lula, a presidenta, por outro lado, foi criticada por não apontá-las. Parece que Eliane estava ansiosa por ver algum sinal da presidenta de que mudaria os rumos do governo petista. Ainda assim, o clima do início de governo continuava a influenciar as análises da articulista, com a presidenta conquistando a simpatia de setores antes alheios a Lula. De acordo com Eliane,

169 Dilma e Palocci, um enigma – 09/06/2011.

170 Forma e conteúdo – 03/02/2011.

Dilma (...) vai muitíssimo bem, obrigada, conquistando a simpatia de símbolos como FHC (...), dividindo a oposição, imprimindo sua marca ao governo e gerando expectativas positivas até entre os 44 milhões que preferiram José Serra e não votaram nela. Tudo isso não é à toa. Dilma herdou a boa vontade que a população tinha em relação a Lula, agregou doses de seriedade e compromisso com princípios e correu a aparar as arestas deixadas pelo antecessor – junto à imprensa e a grandes líderes, por exemplo. Ou seja, ela juntou o útil ao agradável: capitaliza o fato de ser continuação de Lula, mas sem se contaminar com os erros e passando a percepção de que pode ser ainda melhor do que ele¹⁷¹.

O tom anunciado pela colunista, nesse início de gestão, era de que Dilma tentava acabar com o que chamou de “clima belicoso do eu contra tu, nós contra eles¹⁷²”, novamente numa alusão ao ex-presidente Lula, que, frequentemente, em seus discursos, comparava seu governo com o de Fernando Henrique Cardoso. Por seu turno, Dilma não só havia cedido lugar à mesa do jantar oferecido a Barack Obama a FHC, como lhe enviou uma carta “carinhosa” por seu aniversário e apareceu trocando gentilezas com o tucano na festa de aniversário da *Folha*. Na visão de Cantanhêde, Dilma ganhava espaço no campo da oposição e, conseqüentemente, a oposição perdia com a boa vontade de seus eleitores para com a presidenta. Ainda nesse aspecto, uma passagem de um artigo publicado pela colunista sobre o relacionamento da presidenta com adversários, no caso, Eduardo Campos, governador de Pernambuco e nome cotado para concorrer às eleições presidenciais de 2014, a colunista comenta:

Se o PT espera que Dilma use sua força para enfraquecer Campos e suas pretensões, está muito enganado. A lógica de Dilma, diferentemente da de Lula, não é política, eleitoral, petista. Digamos que ela pensa e age um pouco além, ou acima, disso. Para uns, é a diferença entre a “política miúda” e a “política com P maiúsculo”. Para quem preferir, vale o já batido “é técnica, não política¹⁷³”.

Fica patente a visão de que os petistas e, em especial, Lula, costumam se digladiar com seus adversários, mantendo um relacionamento belicoso, pautados pelas disputas de poder. A jornalista menciona o projeto *20 anos do PT no poder*, deixando transparecer que o partido fará de tudo para levá-lo adiante. Lula, o animal político, agia, o tempo todo voltado para garantir a manutenção do poder nas mãos de seu partido. A jornalista, ciente do papel que o ex-presidente teve na eleição de sua sucessora e de sua alta popularidade, frequentemente

171 Do útil ao agradável – 22/03/2011.

172 Dilminha paz, amor e arte – 27/03/2011.

173 Conforme a música – 08/01/2012.

questionou sua influência no atual governo, destacando que sua interferência, embora pudesse ser positiva em momentos de negociações políticas, poderia ser problemática ao relegar Dilma a uma posição frágil e dependente.

Conforme as análises de Eliane, alguns problemas pelos quais Dilma teria passado em seu primeiro ano de mandato referiram-se a práticas e acordos herdados da administração Lula. O aspecto mais importante diz respeito a negociações entre o Planalto e sua base aliada, quadro no qual Lula desempenhou papel importante na mediação da relação entre a presidenta, o Partido dos Trabalhadores e a coalizão do Governo. Nesse contexto, o risco de Dilma era Lula assumir a liderança no processo de negociação e ela perder legitimidade. Até aqui, procuramos apresentar as principais diferenças entre Lula e Dilma, no que se refere ao estilo, ao comportamento e à gestão de ambos à frente da presidência. Entretanto, é preciso considerar também o papel que o ex-presidente teve no Governo Dilma, tema do tópico seguinte.

9.2.1) O papel de Lula no Governo Dilma

O ex-presidente Lula foi um ator político importante nas colunas analisadas, não apenas pelo contraexemplo que acabou se tornando de “como não agir”, mas por sua capacidade de articulação e liderança políticas. Vê-se, claramente, que o ex-presidente exerceu duas funções principais no cenário político brasileiro: mediar a relação da presidenta Dilma com o PT e os partidos da base aliada e promover articulações com vistas às eleições municipais de 2012. Com uma relação conturbada com sua base de aliados, a presidenta Dilma, de acordo com a jornalista, contou com o apoio de seu padrinho político para reagir às especulações que foram levantadas sobre o enriquecimento expressivo de seu então ministro-chefe da Casa Civil, Antônio Palocci. Nesse primeiro momento, de acordo com a jornalista, Dilma demorou a se posicionar e Lula assumiu a reação à crise. De acordo com Eliane,

Nesse quadro, Lula aumenta e Dilma diminui já no seu quinto mês de governo. Ele ganha desenvoltura e assume o tom, a articulação, a estratégia. E ela se tranca nos palácios. Pode apostar: Lula deve estar sendo muito mais procurado – e acionado – do que a presidente da República. Por todos os motivos, isso não é nada bom nem para Dilma nem para seu governo¹⁷⁴.

Como se vê, acuada e sem iniciativa, Dilma agiu como uma princesa indefesa,

174 Lula sobe, Dilma desce – 26/05/2011.

trancada no palácio, enquanto seu herói lutava para proteger seu reino. Cantanhêde viu com preocupação a liderança do ex-presidente na reação do governo, pois, em sua opinião, era uma demonstração de fraqueza da presidenta que “pediu socorro ao ‘chefe’ já no primeiro embate¹⁷⁵”, o que poderia ser perigoso, já que “em governos fracos, todo mundo se sente perversamente forte. Particularmente os ‘aliados’¹⁷⁶”.

Além do papel de auxiliar na reação à crise, o ex-presidente também exercia forte influência sobre a base aliada. Dilma e suas ministras Ideli Salvatti e Gleisi Hoffman foram tratadas como “amadoras” no quesito de relacionamento com o Congresso. Insatisfeitas com a rebeldia dos aliados, elas pegariam em armas para reagir, correndo sério risco de ficarem sitiadas em sua fortaleza, “à espera do cavaleiro Lula¹⁷⁷”. O ex-presidente foi fundamental e, sua ausência do espaço político durante seu tratamento médico, teria dificultado ainda mais o relacionamento entre Dilma e seus aliados. Os dois trechos seguintes são mostras de como a jornalista vislumbrava o papel de Lula:

A crise do Planalto com o Congresso dá a dimensão da falta que faz Lula, que se trata de um câncer. Nos oito anos dele houve muitos problemas políticos, mas a condução era bem diferente (...) Outro problema é que, com Lula ainda fora de combate, Dilma está seguindo sua própria (in)experiência e seus amigos gaúchos, esquecendo-se do equilíbrio regional¹⁷⁸.

Com Lula temporariamente fora de combate, Dilma tem de se virar sozinha com as feras. Pior: tem de contar com o seu vice, Michel Temer, que é o principal líder do PMDB e apoiou ostensivamente os revoltosos¹⁷⁹.

Embora o ex-presidente fosse necessário para seu governo como respaldo político, sua “ajuda” à presidenta representava um risco: “um entrave para os rumos que ela quer e já vem dando a seu governo¹⁸⁰”. Além de intermediar a relação entre a presidenta e os aliados, outro papel relevante assumido por ele foi o de um dos principais articuladores políticos para as eleições de 2012, envolvendo-se intensamente nas articulações políticas referentes ao pleito. Sua liderança foi bem demarcada no excerto seguinte:

175 Se vire, Palocci! – 27/05/2011.

176 Se vire, Palocci! – 27/05/2011.

177 À espera do cavaleiro Lula – 12/06/2011.

178 Crise mostra a falta que Lula faz para Dilma – 14/03/2012.

179 Em pé de guerra – 09/03/2012.

180 Candidatos, tremei! – 30/03/2012.

Com sua já altíssima popularidade potencializada ainda mais pela doença, seu carisma inegável e sua liderança única não apenas no PT mas em toda a base aliada do governo, Lula desequilibra qualquer jogo político. Onde entra, é para ganhar. (...) De toda forma, os efeitos mais ostensivos da “volta” de Lula serão menos em Brasília, onde ele era e continua sendo consultor, e mais em São Paulo, onde tende a ser o principal fator da eleição de outubro¹⁸¹.

Como se percebe, Eliane se dedicou com afinco a enumerar as características de Dilma ou a utilizar sua biografia para apontar posturas que seriam coerentes com a história presidenta, reforçando a contraposição entre ela e Lula. Esse movimento é marcante nas colunas analisadas, sobretudo, as publicadas nos primeiros meses de Governo, o que não é mera coincidência. Foi possível observar que as diferenças entre Lula e sua sucessora apontadas no início do governo Dilma favoreciam um posicionamento positivo da presidenta e, ao mesmo tempo, uma indicação de quais caminhos ela deveria seguir e o que deveria evitar, ou seja, os textos soavam como uma cobrança por mudanças no Governo que seriam, na visão da articulista, coerentes com a história de vida e o estilo pessoal de Dilma. Desse modo, delineava-se um cenário em que aspectos marcantes da personalidade e do governo de Lula seriam deixados para trás, formatando-se um novo governo, com novas ideias e um novo estilo de gestão e de relacionamento político.

A desconstrução do Governo Lula é patente em diversos momentos, sendo considerado que todo o entulho herdado pela presidenta se mostrava uma fonte recorrente de problemas e preocupação. Para Eliane, Dilma deveria se livrar da herança maldita de seu antecessor. Ou seja, assim que pôde, a jornalista associou boa parte dos ministros acusados de corrupção no primeiro ano de mandato de Dilma com a expressão cunhada por seu antecessor para se referir à gestão FHC. No tópico seguinte, trataremos do relacionamento delicado e tenso da presidenta Dilma com sua base de aliados. O tema foi a principal questão tratada pela jornalista em suas colunas.

9.3) Dilma, crises e relacionamento com a base aliada

A principal dificuldade enfrentada por Dilma em seu primeiro ano de Governo diz respeito às denúncias de corrupção recaídas sobre integrantes de sua equipe e ao relacionamento da presidenta com a base aliada. Eliane, nesse sentido, também alertou para as dificuldades que uma aliança partidária tão heterogênea impunha à governante. Dilma contou

181 Candidatos, tremei! – 30/03/2012.

com uma das maiores coalizões já vistas no Congresso, possuindo ampla maioria nas casas legislativas. A aliança parece ter começado bem: logo no início do Governo, na primeira votação no Congresso, considerada pela jornalista como um teste de forças para o Planalto, os partidos da base aliada haviam votado a favor do Governo, inclusive o PMDB, partido ao qual a jornalista refere-se com frequência em suas colunas como ponto de atenção do Executivo. Entretanto, Dilma enfrentaria turbulências não apenas em sua relação com a ampla e heterogênea base de aliados, mas com seu próprio partido. Os partidos aliados (e o PT) pareceram desagradados com o pouco-caso com o qual a presidenta lhes tratava e com a inabilidade política da presidenta com a negociação inerente aos palácios. Essa tensão entre Dilma e o PT não foi abordada por Dora Kramer.

Nos primeiros meses de governo, Dilma teria sido criticada por partidos da base aliada, sobretudo após cortes no orçamento que atingiram emendas parlamentares. Mas de fato, as dificuldades mais importantes no relacionamento com a base se deram em decorrência de escândalos de corrupção no Governo que, fragilizado, necessitava de maior apoio de sua coalizão. Essas denúncias acabaram por minar a relação de Dilma com seus aliados, na medida em que, ao deixar de defender os acusados, eles não se sentiam tão aliados assim. Por outro lado, ao desconsiderar as denúncias, a presidenta tinha sua autoridade e lisura questionadas.

No caso “Palocci”, por exemplo, Dilma tentou se afastar da crise, tratando a questão como um problema do então ministro. O silêncio da presidenta no início da crise foi visto pela jornalista como um declínio de suas qualidades, na medida em que “a discrição vira silêncio, a capacidade gerencial é trocada por manobras de bastidor contra a crise¹⁸²”, tornado-a alvo de críticas de complacência com o caso. Além disso, para a jornalista, com seu silêncio e inoperância frente ao caso, Dilma acabou ficando refém de Palocci, a quem cabia fornecer as explicações sobre o caso, de Lula, principal fiador do ex-ministro em seu governo, e da própria base aliada, que via na crise um momento oportuno de “dar o bote” e cobrar benefícios em troca de apoio. Mesmo com a saída do ministro, a situação da presidenta ainda se apresentava problemática com sua base de sustentação e o triunvirato feminino não parecia dar conta de frear a crise. Como vimos anteriormente, a atuação do ex-presidente Lula foi fundamental nesse caso, já que tanto a presidenta, quanto suas auxiliares diretas (Ideli Salvatti e Gleisi Hoffman) mostravam-se com pouca habilidade política de conduzir a reação do

182 Crise encerra lua de mel do governo Dilma – 22/05/2011.

governo à crise.

A crise com Palocci, de acordo com a jornalista, motivou o aumento da crise entre Dilma, o PT e o PMDB. A presidenta não era unanimidade em seu partido que, por sua vez, engalfinhava-se com o PMDB na conquista de cargos no Governo. Dilma agia na tentativa de enfrentar “os gulosos petistas, sobretudo os de São Paulo”, e os “profissionais peemedebistas” que estariam “armando o bote”¹⁸³. A estratégia adotada pela presidenta, de nomear Gleisi Hoffman e Ideli Salvatti, duas mulheres, segundo ela, “coadjuvantes no Senado e que não conhecem a Câmara”, pareceu um pouco arriscada.

Argumentando que as ministras e a presidenta eram inexperientes e dependentes de Lula, a jornalista dizia não ter muita fé de que as “donzelas” fossem capazes de dar conta dos gladiadores do Congresso, necessitando da salvação do herói de plantão, Lula. Ainda assim, em artigo publicado dois dias depois, a jornalista reforçou sua tese de que a nomeação delas foi um grito de independência de Dilma e destacou a guinada que a presidenta vinha imprimindo em seu governo com relação ao seu antecessor: a inflexão no âmbito dos direitos humanos e seu relacionamento republicano com a oposição. O grande problema que apontou foi, novamente, as relações da presidenta com o Congresso.

Embora argumentasse que faltava à presidenta traquejo e experiência política, além de poder de iniciativa para combater as crises, a jornalista destacou que Dilma teria adotado uma agenda positiva em seu governo como forma de reação, com o anúncio de medidas que representaram impacto no “bolso” da população de menor renda e da classe média. A estratégia, segundo a jornalista aprendida com seu padrinho político, poderia deixar o episódio Palocci para trás. Nesse cenário, Eliane delineou os papéis de cada agente na reação do governo: Dilma assumiu as boas novas do Governo, trabalhando; Ideli conduziu a interlocução com a base aliada; e Lula se responsabilizou pelo controle do PT.

No segundo semestre, as denúncias de corrupção no Governo atingiram outros partidos da base aliada. Os ministros alvos de denúncias, oriundos do PMDB, do PR e do PDT, foram todos afastados, e começou a ganhar força a ideia de que Dilma promovia uma faxina ética, de forma a afastar os acusados e demonstrar que o Governo não seria complacente com “malfeitos”. Essa ideia disseminada na imprensa acabou sendo indiretamente capitalizada pelo Governo. Entretanto, a situação que se colocava para a presidenta não era tão simples, na medida em que não podia condenar seus ministros para não

183 À espera do cavaleiro Lula – 12/06/2011.

atingir os brios dos partidos de sua base, também não poderia sair explicitamente em sua defesa, para não passar por cúmplice. Dessa forma, conforme Cantanhêde, a versão posta para a opinião pública reforçava a ideia da faxina ética, mas a versão direcionada à sua base dava conta de que a presidenta não promovia a faxina, mas, sim, os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público, a Polícia Federal e a imprensa, o que Dilma não poderia evitar. Ou seja, na avaliação da jornalista, ela não ajudava, nem atrapalhava. Dessa forma, ela equilibrou-se entre “a presidente que varre a corrupção e a presidente que nega estar varrendo os corruptos¹⁸⁴”.

A base aliada não gostou do comportamento, parecendo exigir da presidenta maior empenho na sustentação de seus ministros e cobrar do Governo a exposição negativa que vinha sendo feita dos partidos. Ao tentar se afastar das denúncias, isolando os ministros e enfraquecendo-os, Dilma parecia deixá-los à própria sorte, expostos sozinhos à crise. Conforme Cantanhêde, Dilma adotou um comportamento que acabou se tornando uma espécie de *script* na condução das crises que enfrentou. Segundo ela, ele

foi bem ensaiado na saída de Antônio Palocci da Casa Civil e encenado nas quedas de Alfredo Nascimento (Transportes), Wagner Rossi (Agricultura) e Pedro Novais (Turismo). Com Orlando Silva (Esporte), ela já está à vontade no papel. A primeira reação de Dilma é fazer uma declaração que é lida como apoio e defesa, mas é apenas formal e em cima do muro. Dá assim uma resposta à opinião pública, faz uma deferência com o ministro-alvo e ganha tempo até as coisas decantarem. No fundo, Dilma lava as mãos e o ministro passa a ser senhor do seu destino: se tem defesa, ótimo; se não tem, que passe bem e boa sorte¹⁸⁵.

De acordo com a colunista, “para tentar ‘horizontalizar’, ‘abrir as porteiros’ e dizimar ‘os feudos’”, Dilma tem se valido das denúncias que saem aos borbotões na imprensa e reage com um expediente infalível: enfraquece o ministro aos poucos, retira-lhe poderes, exige a demissão de assessores¹⁸⁶”. O *script* da presidenta, de acordo com as argumentações propostas por Eliane, parece ter levado os partidos da base aliada a não sentirem confiança na presidenta, conforme ilustra o trecho a seguir: “a base aliada ao Planalto está insatisfeita, mas continua imensa, movendo-se, acomodando-se, ajustando-se como pode, enquanto faz cálculos sobre onde e em que momento fincar estacas: no terreno firme do lulismo ou no ainda pantanoso caminho de Dilma¹⁸⁷”. O desconforto da base aliada com a presidenta

184 Pântano que traga ministros – 18/08/2011.

185 Há males que vêm para bem – 20/10/2011.

186 Porteira Fechada – 25/10/2011.

187 Pântano que traga ministros – 18/08/2011.

começou a repercutir no Congresso, onde seus apoiadores realizavam “operação padrão” contra o PT e contra o Governo.

Na administração da crise, Dilma precisou calcular suas atitudes, levando em consideração interesses dos partidos e lideranças que lhe serviam de apoio. Ao seguir um caminho, muitas vezes viu-se obrigada a recuar. Entraram em pauta não apenas as substituições dos ministros, mas projetos do Governo sobre os quais recaem interesses muito diversos, desde dogmas religiosos, até interesses econômicos de entes da federação ou liberação de verbas parlamentares. Nesse contexto,

Dilma vai sobrepondo a imagem de frágil e insegura à de durona e firme. Foi, voltou e, em alguns casos, foi de novo na reforma tributária, no kit anti-homofobia, no sigilo eterno de documentos, no regime especial das obras da Copa, na liberação das verbas parlamentares. Tirar Nascimento e botar Blairo Maggi no lugar é só mais um exemplo de recuo¹⁸⁸.

Eliane Cantanhêde compreende que a situação da presidenta tornou-se problemática não por um perfil próprio, mas pelo fato de sua sustentação se compor por uma variedade de aliados. Se a base aliada poderia trazer tranquilidade ao Governo na aprovação de projetos, representava um alto potencial de crises. Um possível caminho delineado pela colunista seria acabar com a entrega de ministérios “com porteira fechada” aos partidos aliados e tentar mesclar indicações políticas com técnicas, já que seria “mais difícil haver desvios quando as indicações políticas são mescladas com as técnicas. E mais fácil se um partido toma conta da pasta inteira, fazendo caixa de campanha e se autoprotendendo¹⁸⁹”. Eliane percebia na condução dada pela presidenta às crises uma verdadeira tentativa de acabar com os feudos no Governo e argumentava que os afastamentos e demissões foram uma oportunidade para que a presidenta fizesse sua reforma ministerial “aos borbotões sem esperar janeiro de 2012, quando Dilma esperava, aí sim, fazer uma faxina na equipe herdada (ou imposta) por Lula e, enfim, montar o próprio governo¹⁹⁰”.

9.4) Síntese dos enquadramentos

No âmbito da representação pública de seu papel de presidenta, Eliane percebeu na presidenta um estilo mais composto, discreto e alheio a holofotes. Quando salientou que a

188 Seis por meia dúzia – 08/07/2011.

189 Quem será o próximo – 27/10/2011.

190 Quem será o próximo – 27/10/2011.

presidenta evitava dar declarações públicas apenas quando necessário ou fugia de figurinos populistas, alfinetou Lula, um palanqueiro sem limites! Nesse sentido, o comportamento da presidenta em público, no exercício do cargo, mostra-se altamente qualificado, à altura do posto, assim como avaliou Dora Kramer. E parece ter sido este o principal motivo de Dilma ter arregimentado admiradores que se posicionaram contra Lula. O ex-presidente, neste caso, como já apontamos, foi um pano de fundo no qual, ao colocar a presidenta, evidenciava-se uma conduta absolutamente inadequada ao cargo.

Relativamente à gestão, Eliane Cantanhêde mostrou-se mais interessada a demonstrar o perfil técnico e gerencial da presidenta. Enquanto Dora Kramer focou em ressaltar características que eram atribuídas à presidenta, a colunista da Folha foi além, tratou especificamente da atuação da presidenta em alguns casos (seu discurso na ONU). Esse lado de Dilma também é valorizado por Eliane, numa perspectiva que nos parece alinhada com a de Dora Kramer (enaltecer o gerenciamento). Já no âmbito do relacionamento político da presidenta, a mesma situação posta por Dora Kramer é delineada por Eliane Cantanhêde: o difícil equilíbrio de forças entre o Governo e a base aliada, sobretudo em momentos de crise. Entretanto, a jornalista da Folha de S. Paulo, demonstra ter expectativas mais baixas sobre a atuação da presidenta: compreende o quadro que envolve as negociações e as dificuldades de a presidenta se equilibrar entre o papel de quem varre a corrupção do governo sem efetivamente fazê-lo. Afinal, publicamente, não pode se passar por complacente. E no âmbito das negociações, não deve se mostrar intransigente. A falta de habilidade relacional e de gosto pela política também são evidenciadas.

O que pudemos observar nos enquadramentos de Dilma propostos por Eliane Cantanhêde em relação aos casos de corrupção e à crise no Governo é que há um deslocamento relativamente aos elaborados por Dora Kramer. Eliane ressalta a possibilidade de a presidenta perder sua imagem de gerente intransigente frente aos casos, mas, com o passar do tempo e a observação do comportamento da presidenta frente aos casos, reconhece, nas atitudes da presidenta uma forma de agir dentro do quadro do relacionamento com a base aliada. Vê, assim, que Dilma se empenha em manipular as regras da situação que envolve o regime de coalizão em conjunto com as expectativas de que, publicamente, dê uma resposta aos casos. Dessa forma, a presidenta não figura apenas como alguém politicamente dependente, que age a reboque dos acontecimentos, como se estivesse de pés e mãos atados, mas como uma pessoa que tem consciência de que determinadas atitudes podem aprofundar a

crise pela qual vinha passando com a base aliada.

As expectativas que a jornalista manifestou sobre a atuação de Dilma foram, por assim dizer, bem mais realistas. Eliane levou em conta o fato de que uma atuação intransigente no âmbito das situações de crise seria impossível, dado que em tais situações, os termos do relacionamento são outros e os parceiros da relação (os partidos) podem se vingar. Dessa forma, o máximo que a colunista da *Folha* manifestou em termos de expectativa com relação às crises de corrupção foi que a presidenta se empenhasse em acabar com “os feudos”, o que ela mesma já havia sinalizado acontecer com o decorrer da crise. Eliane mostrou-se mais sensível à possibilidade de Dilma agir de forma estratégica, delineando o *script* de atuação da presidenta frente as denúncias (calar-se, enfraquecer o ministro até que ele não se sustente), já que o papel de “defensora da moral e dos bons costumes públicos” poderia ter implicações indesejáveis para a manutenção da governabilidade. Sendo assim, reiteramos que, nas colunas de Eliane Cantanhêde, configura-se uma presidenta, em geral, ciente das regras do jogo político e que agia de forma a atender diferentes quadros de sentido que se interpunham, mas, ainda assim, sem habilidade para a prática política.

10) Considerações finais

Durante o desenrolar deste trabalho, fomos confrontados com duas questões principais. A primeira, que motivou a escolha pelo tema, dizia respeito à pergunta feita lá na apresentação referindo-se à relativa aprovação manifestada inicialmente à presidenta recém-empossada: “o que é que a Dilma tem?”. Como lá dissemos, ficamos intrigados em perceber o que dava sustentação à boa vontade de parte da mídia e de setores tradicionalmente críticos ao PT para com a presidenta. E é a segunda questão que nos parece indicar uma possível resposta à primeira: a boa vontade com Dilma devia-se ao fato de não ela não ser Lula! Em que pesem os destaques dados ao papel do ex-presidente no Governo Dilma (como mediador político), a participação de Lula nos quadros analisados esteve fortemente vinculada ao contraexemplo, a uma pessoa cujo comportamento e forma de governar deveriam ser banidos da vida pública.

Ao final da leitura das colunas, ficamos com a impressão de que Lula inaugurou no país uma série de práticas altamente danosas à política, às instituições democráticas e à própria sociedade. Nesse sentido, concordamos com Castro e Pires (2009) quando elas afirmam que essas práticas das quais Lula foi acusado de implementar na gestão pública, conformando um jeito próprio de governar, já se encontram suficientemente enraizadas na cultura política brasileira. Sendo assim, nos parece que as colunas também têm se posicionado na cena política de forma a protagonizar o papel de oposição ao Governo. Naturalmente, não é a crítica ao Governo que as torna opositoras, mas a crítica feita de forma sistemática e fortemente alinhada ao discurso da tradicional oposição ao Governo, lembrando que a disputa pelo poder tem sido protagonizada por tucanos e petistas desde há quase 20 anos.

Nesse sentido, acreditamos que o *antilulismo* esteve fortemente presente nas análises das colunistas, que se valeram da alcunha *lulismo* para designar a gestão do ex-presidente assim como fizeram vários outros jornalistas. Isso se confirma também no tom crítico empenhado à política externa, reprovando medidas de ampliação das alianças políticas e comerciais do Brasil no cenário internacional e elogiando medidas que vão de acordo com o direcionamento de Washington, como no caso do Irã. As medidas adotadas pelo país no sentido de maior protagonismo no cenário internacional e menor dependência das políticas dos países centrais sempre foram duramente criticadas na gestão Lula. Além disso, ainda no âmbito do *antilulismo*, por exemplo, assim como Arnaldo Jabor e Nelson Motta identificaram

os eleitores de Lula como ignorantes (que votam em mensaleiros e sanguessugas, nos disse Motta), Dora Kramer também criticou esse eleitorado como um conjunto de miseráveis e remediados emergentes.

A relação entre a oposição e o governo que, em geral, manifesta-se pelo conflito e discussão de ideias, nas colunas, foi marcada por uma certa cordialidade, o que nos indicam dois aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de não se apresentar alternativas à gestão atual e, o segundo, a principal bandeira oposicionista é a moralização da vida pública que é exercida numa sintonia fina entre amplos setores da mídia (incluindo-se as colunistas) e a oposição. Por outro lado, a distensão do clima belicoso também corroborou com o exorcismo do ex-presidente Lula. Mas, se consideramos como verdadeira a ideia de que Lula manteve um clima belicoso com a oposição (e com a imprensa), não seria natural supor que, alguém que sofresse tantas críticas (sobre seu jeito de ser, sua personalidade, sua falta de educação) se voltaria contra seus agressores? Ou a ideia é aquela de que o criticado deve ouvir calado e não manifestar desgosto?

É impressionante o volume e a agressividade das críticas feitas ao comportamento do ex-presidente (palanqueiro, animal político, animador de palcos, mal educado) e a seus eleitores (massa, petistas fanáticos, miseráveis e emergentes da classe média). Não foram raras as vezes em que Lula foi criticado por “formadores de opinião” pela informalidade com que tratava de certos assuntos, pelo uso de metáforas e comparações futebolísticas, por tomar cachaça, etc. Ao ser substituído por uma pessoa de semblante marcadamente mais sério e comedido, as colunistas vieram a público manifestar sua grande satisfação com a nova postura dada ao exercício da Presidência. Enxergaram no jeito de ser de Lula apenas apetite político, estratégia populista e má educação, talvez pela imensa dificuldade de lidar com a diferença e com um jeito de ser mais simples e popular que, na administração de sua imagem pública, realmente, ganha contornos populistas.

Parecia ser inadmissível que um país com uma população majoritariamente pobre seja representada por um dos seus. A eleição de Lula (e também a de Dilma) é vista como sinal de ignorância do povo, incapaz de compreender a política e de levar em conta o moralismo propalado pela mídia como um critério para definir suas escolhas. Não levam em consideração o fato de que, para quem sempre esteve à margem do sistema político e sabe que este funciona para beneficiar alguns poucos, o voto pode ser decidido com base noutros critérios, como na identificação com o presidente operário ou na leitura de que as condições

de vida poderiam estar melhores. Vemos, claramente, uma disputa de sentidos no que se refere à conduta do presidente, que, para as colunistas, precisa ser sério, discreto, comedido, e para Lula, torna-se um cargo de representação política do povo. E nesse sentido, nos parece adequado supor que tamanha agressividade e, ironicamente, na mesma falta de pudor de que foi acusado o ex-presidente, as críticas elaboradas pelas colunistas parecem eivadas de preconceito de classe. Lula não pertencia a este lugar, não estava à altura desse posto, era um estranho ao poder. E deveria ser eliminado.

Um outro ponto que gostaríamos de destacar é o silêncio sobre as questões de gênero. Como dissemos, não levamos em conta alguma indicação científica de que jornalistas políticas mulheres versam mais sobre a questão de gênero, ainda mais no espaço das colunas políticas de jornais como os considerados aqui. Mas o dado empírico, a primeira presidenta mulher, já seria suficientemente significativo para tratar da questão. De toda forma, o Governo Dilma não aderiu a uma agenda mais progressista e robusta na área dos direitos das mulheres, o que, em parte, também explica o quase-silêncio sobre a questão. Mas ainda que não adotasse (o que por si só já é revelador de um sistema pouco aberto ao tema), a ausência de uma discussão mais acurada sobre a questão no âmbito das colunas políticas (para além de uma celebração do pioneirismo da presidenta), reflete bem a realidade brasileira: as mulheres ainda contam com índices lastimáveis de sub-representação nas esferas formais da política. E se elas não estão no poder, os espaços da mídia destinados à cobertura deste tema vão ter muito menos aderência às suas questões.

Cabe destacar também que, ainda que Dilma Rousseff não tenha sido alvo dos estereótipos tradicionalmente vinculados às mulheres (emotividade e baixo nível de agressividade – muito antes pelo contrário), ela e suas companheiras de triunvirato feminino foram apresentadas como despreparadas para atuar na política, tendo enfrentado o clássico processo de desqualificação do qual nos fala Matos (2010c). Desatentas a isso, as jornalistas não questionaram a forma pela qual a política é feita, cobrando das mulheres (da presidenta e de suas auxiliares) uma adequação a esse campo majoritariamente masculino. Será que as dificuldades enfrentadas devem-se realmente ao jeito de ser de Dilma? Relacionam-se verdadeiramente à inexperiência de Ideli e Gleisi? O baixo apoio da presidenta e de suas ministras não poderia ser compreendido a partir da série de obstáculos que as mulheres enfrentam no campo da política? Deslegitimações, desqualificações e falta de apoio dos partidos são tidos por Matos (2010c) como formas de emudecimento das mulheres no campo

da política. Mas para as jornalistas, o que precisava ser adequado eram as agentes e não o sistema, que só precisa se adequar para evitar a gatunagem. Como é comum às questões de gênero a aos constrangimentos do exercício pleno da cidadania pelas mulheres, o que se observou nas colunas analisadas foi justamente mais do mesmo: silenciamento.

Nesse sentido, destacamos algumas observações sobre a vida política do país que nos é colocada pelas colunas. O tema da corrupção é absolutamente legítimo de estar em pauta no Brasil. Toda a discussão que é feita na mídia sobre os casos é salutar tanto para que a população tenha conhecimento do que fazem seus representantes, quanto para que eles próprios sejam submetidos ao crivo da discussão e do questionamento público. Sem uma imprensa livre, é inviável se pensar no aprimoramento das instituições. Sem a publicidade conferida aos atos do Governo e às negociações que este realiza com sua base, não existiria nem faxina ética, nem a discussão sobre a corrupção, mesmo que ela seja feita, em grande medida, num patamar que favorece a grupos políticos específicos. Foi a visibilidade dada pela imprensa aos escândalos e às dificuldades de negociação do governo que colocou Dilma no difícil papel de combater a corrupção e manter a governabilidade. O constrangimento público do Governo o impeliu a tomar algumas atitudes, cujas formulações são reservadas aos gabinetes.

A presidenta foi chamada às responsabilidades do cargo, não podendo se passar por complacente com os casos, mas sabia-se também que não podia dispensar um tratamento rigoroso com os aliados, de quem tanto necessitava. A sensação que tivemos, ao ler as colunas, é que, mais forte que a presidenta, são os partidos, que agem via Legislativo, o que relativiza a ideia de que há uma proeminência do Executivo sobre o Legislativo. O que parece é haver uma proeminência dos partidos sobre o Executivo e o Legislativo, privatizando ambas as instituições. Isso sem falar na morosidade do sistema de Justiça para investigar, processar e punir os casos devidos. Com isso, o que se vê é um denunciamento exacerbado, destabilização política constante e poucos resultados para a sociedade no tocante à responsabilização e punição dos condenados.

Ao enquadramento das negociatas em segredo, as jornalistas impõem o da lisura e correção na vida pública, do comprometimento com a sociedade e com o bem coletivo. Esse enquadramento constrange o poder a se movimentar, a dar respostas à sociedade e, num futuro próximo, quem sabe, pode possibilitar melhorias efetivas na condução da política nacional, desfazendo a histórica confusão entre interesses públicos e privados que são feitas na

administração dos governos. Entretanto, ao abordar a corrupção como um problema localizado neste ou naquele governo, perde-se a dimensão do que de sistêmico ela possui. Reformas no sistema político e no sistema de justiça, nesse sentido, tornam-se um caminho possível, desde que feitas com transparência e participação da sociedade. Uma abordagem que trata a questão como um problema de um governo (e sem sequer deixar claro a participação dos demais poderes da República nesse quadro mais complexo) nos leva irremediavelmente à solução mais simples: basta trocar os governantes. E a própria população, tão veementemente defendida pela mídia sob a rubrica do “interesse público” parece saber que, infelizmente, não é bem assim.

Por fim, algo que nos chamou atenção durante o desenvolvimento deste trabalho refere-se à lógica que permeia a condução da política (pelo menos da que foi delineada no âmbito das colunas). Se pudéssemos desenhar um quadro geral, o que veríamos é, de um lado, uma variedade de atores competindo por conquistar e partilhar (entre si) o poder e todas os benefícios privados que isso representa. Se as análises, sem abrir mão das devidas críticas à presidenta e seu antecessor, fizessem ver o sistema político em funcionamento destacando o papel fundamental do Legislativo e de boa parte dos partidos políticos, bem como a colaboração impressionante que a impunidade promovida pelo sistema de justiça oferece à perpetuação dessas práticas, talvez pudéssemos avançar no aprimoramento das instituições democráticas brasileiras. Ao focar no Governo e no partido que o ocupa (e considerando a complacência que o mesmo campo midiático teve (e tem) com partidos de oposição que ocuparam o mesmo posto), as colunistas fazem o jogo da oposição, sem pudor. E, assim, antes de exercerem o importante papel de controle e crítica da imprensa (fundamental numa democracia), essa postura converte-se num protagonismo político maior do que as próprias oposições. E, assim, vamos demonizando cada vez mais a política, gerando mais indignação direcionada apenas a alguns e perpetuando um sistema que tem corroído nossas instituições e nossas esperanças.

11) Referências bibliográficas

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 20, v. 1, janeiro-abril/2012, p. 95-117.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*. Florianópolis, n. 10, abril 2007, p. 153-172.

ALMEIDA, Roberto Edson. *A performance dos públicos e a constituição social de valores: o caso Alberto Cowboy*. 2009. 176f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2009.

ALZIRA Soriano. In: SCHUMAHER, Schuma e BRASIL, Érico Vital (orgs.). *DICIONÁRIO Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade*, biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, p. 35-37.

AMORIM, Maria Salete Souza de. O reflexo da opinião pública nas eleições 2010 e as expectativas em relação ao Governo Dilma. In: COMPOLÍTICA, 4., 2011. Rio de Janeiro. *Anais do IV Encontro da associação brasileira de pesquisadores em comunicação e política*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011, p.1-14. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Salette-Amorim.pdf>>. Acessado em: 05/04/2013.

ANDALÉCIO, Marina Lopes. *Em busca da fama: performances e representações no programa Ídolos*. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, dez. 2009, p. 85-99.

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 90-103.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1, 2001, p. 231-252.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 10 ed.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política Brasileira*. São Paulo: Unesp, 2001.

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BARBARA, Leila; GOMES, Maria Carmen Aires. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. *Letras*. Santa Maria, v. 20, n. 40, jan/jun 2010, p. 67–92.
- BATESON, Gregory. Uma teoria sobre a brincadeira e a fantasia. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002, p.85-105.
- BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 189-217.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BIGNOTTO, Newton. Totalitarismo e liberdade no pensamento de Hannah Arendt. In: In: MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 111-123.
- BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, ano/v. 9, n. 2, 2001, p. 601-607.
- BOFF, Leonardo. *Interpretação feminista do relato da criação*. In: leonardoBoff.com. 27/3/2011. Disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/03/27/interpretacao-feminista-do-relato-da-criacao/>, acessado em 24/4/2013.
- BOURDIEU, Pierre. La mort du sociologue Erving Goffman: le découvreur de l'infiniment petit. *Le Monde*, 4 de Dezembro de 1982. Disponível em <<http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/varia/mortEGoffman.html>>. Acessado em 15/11/2011.
- BRAGA, Isabel. Câmara aprova projeto que amplia direitos das domésticas. *O Globo*, Caderno de economia, 21 de nov. 2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/camara-aprova-projeto-que-amplia-direitos-das-domesticas-6788863>>. Acessado em 10/01/2013.
- BRAGA, Isabel. Câmara aprova projetos que amplia direitos das domésticas. *O Globo*, 21 de novembro de 2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/camara-aprova-projeto-que-amplia-direitos-das-domesticas-6788863>>. Acessado em 10/01/2013.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Resolução n. 17, de 1989*. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Diário do Congresso Nacional, Seção 1, Suplemento, 22 set.

1989, p.3. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaradosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 12/5/2012.

BRASIL. Congresso Nacional Constituinte. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891*. Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acessado em 15/01/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. *20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acessado em 15/01/2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências*. Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acessado em 15/01/2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. *Estabelece normas para as eleições*. Brasília, 30 set. 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acessado em 15/01/2013.

BRASIL. Senado Federal. Decreto 21.076 de 24 de fev. de 1932. *Dispõe sobre a regulamentação, em todo o país, do alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais*. Rio de Janeiro, 24 de fev. 1932. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>. Acessado em 13/01/2013.

BRASIL. Senado Federal. *Resolução n. 93, de 1970*. Dispõe sobre o Regimento Interno do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2011, 2v. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/regsf/RegInternoSF_Vol1.pdf. Acessado em 12/5/2012.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Calendário Eleitoral: eleições 2010*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010, 2.ed.

BRITTO, Carlos Ayres. *Voto*. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 5 de maio de 2011.

(disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adi4277.pdf>>. Acessado em 15/01/2013).

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano Miglioranza; RICOLDI, Arlene. Trabalho, Renda e Políticas Sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 142-177.

CABRAL, Otávio. De corpo e alma em 2010. *Revista VEJA*. São Paulo: Abril, edição 2096, ano 42, nº. 3, 21/01/2009, p. 62-67.

CANTANHÊDE, Eliane. Eliane Cantanhêde. In: ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora (orgs.). *Elas invadiram as redações: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 50-77. (Entrevista).

CARODOSO JÚNIOR, Nerione N. *Hannah Arendt e o declínio da esfera pública*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007. 2 ed.

CARVALHO, Carlos Alberto de Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. *Contemporânea*. Salvador, UFBA, vol. 7, nº 2, dezembro de 2009.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola de; PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Opinião jornalística e eleições: o anti-lulismo e a apropriação do discurso populista. In: Congresso da Compólitica, 3, 2009, São Paulo. *Anais do III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. São Paulo: PUC SP, 2009. p. 1–21.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. Framing theory. *Annual Review of Political Science*, vol. 10, 2007, p. 103-126.

CINTRA, Antônio Octávio. O sistema de governo no Brasil. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung / São Paulo: Editora Unesp, 2007, 59-80. 2 ed.

COÊLHO, Marília. PEC das domésticas começa a tramitar no Senado. *Portal de notícias*, Brasília: Agência Senado, 2 de jan. 2013. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/01/02/pec-das-domesticas-comeca-a-tramitar-no-senado>>. Acessado em 10/01/2013.

COÊLHO, Marília. PEC das domésticas começa a tramitar no Senado. Portal de Notícias.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos, compara à dos modernos. In: *Revista de Filosofia Política*. São Paulo, n. 2, 1985, p. 9-25.

CORTÊS, Íaris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 260-285.

COURTINE-DENAMY, Sylvie. *Hannah Arendt*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COUTINHO, Leonardo; CABRAL, Otávio; SEGALLA, Vinícius. O flip flop de Dilma. *Revista VEJA*. São Paulo: Abril, edição 2186, ano 43, nº. 41, 13/10/2010.

DILMA X AGRIPINO. Vídeo. Debate entre Dilma Rousseff e Agripino Maia durante a Audiência Pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal que cobrava esclarecimentos sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizada no dia 7 de maio de 2008, no Senado Federal (Brasília/DF). Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=LalTmMX3XQI&feature=related>>. Acessado em 5/12/2011.

DINIS, Debora. Três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 313-332.

DRUCKMAN, James N. On the limits of framing effects: who can frame? *The Journal of Politics*, vol. 43, n. 4, nov. 2001, p. 1041-1066.

DUARTE, André. Hannah Arendt entre Heidegger e Benjamin: a crítica da tradição e a recuperação da origem da política. In: MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 63-89.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p. 151-172.

DUARTE, Elizabeth Bastos. Televisão: entre gêneros, formatos e tons. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 30. 2007, Santos. Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 2007. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/.../R0399-1.pdf. Acessado em 10/04/2013 .

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 1993, p. 51-58.

ENTMAN, Robert M.; MATTHES, Jörg; PELLICANO, Lynn. Nature, sources, and effect of news framing. In: K. W. Jorgensen; T., Hanitzsch (Eds.). *The handbook of journalism*. New York: Routledge, 2008, p. 175-190.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Vitória, 2006. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acessado em 5/12/2011.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 147-198.

FRANÇA, V. Contribuições de G. H. Mead para pensar a comunicação. In: Encontro da Compós, 16, 2007. Curitiba. *Anais do XVI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, junho de 2007.

FRANCA, V. R. V.; CORRÊA, Laura Guimarães. Dilma Rousseff: transição de imagens no processo de construção de uma mulher presidente. In: FAUSTO NETO, Antonio; MOUCHON, Jean; VERÓN, Eliseo. (Orgs.). *Transformações da mediatização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências*. São Paulo: Difusão Editora, 2012, v. 1, p. 317-334.

FRANÇA, V. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (Orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.61-88.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; TRINDADE, Vanessa Costa. Televisão e quadros de sentido: o trabalho de enquadramento em programas de entrevista. In: *FAMECOS*. Porto Alegre, nº 38, abril de 2009, p. 69-78.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O “popular” na TV e a chave de leitura dos gêneros. In: GOMES, Itânia Maria Mota (org.). *Televisão e realidade*. Salvador: Edufba, 2009, p. 223-239.

FRANÇA, Vera. Comunicação e Política: edifica-se uma tradição? Encontro da Compós, VIII, 1999, Salvador. *Anais do VIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Salvador, jun/1999. Disponível em <<http://jorgealm.sites.uol.com.br/franca.html>>. Acessado em 29/10/2011.

FRANÇA, Vera. Comunicação, sociabilidade e cotidiano: o fio de Ariadne, a palavra da rua. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José. *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 103-111.

FREITAS, Ananias José de; PIRES, Teresinha Maria de C. Cruz. Produção da opinião jornalística na berlinda. *Líbero*. São Paulo, v. 12, n. 23, jun. 2009, p. 129-141.

GADRET, Débora Thayane de Oliveira Lapa; PORCELLO, Flávio. O acontecimento político programado: os enquadramentos jornalísticos da posse de Dilma Rousseff. In: LEAL, Bruno

Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Insular, v. 2, 2011, p. 189-205.

GADRET, Débora Thayane de Oliveira Lapa. *Os enquadramentos de Dilma Rousseff no Jornal Nacional: suspeição, humanização e competência*. UFRGS, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1993.

GOFFMAN, Erving. A ordem da interação. In: GOFFMAN, E. *Os momentos e seus homens: textos escolhidos e apresentados por Yves Winkin*. Lisboa: Relógio d'Água, 1999, pp. 99-235.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002a, p.13-20.

GOFFMAN, Erving. Footing. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002b, p.107-148.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, W; FERNANDES, B.; REIS, L.; SILVA, T. “Politics 2.0”: a campanha online de Barack Obama em 2008. Encontro da Compós, 18, Belo Horizonte. *Anais do XVIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-Minas, junho de 2009. Disponível em <www.compos.org>. Acessado em 10/10/2011.

GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Apresentação: 90 anos de comunicação e política. *Contemporânea*. Salvador, vol. 9, n. 3, setembro-dezembro de 2011, p. 337-343.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro: 1984.

KEHL, Maria Rita. Beleza é fundamental, sim. *Mulherio*, ano 2, n. 5, jan-fev de 1982, p. 14-

15.

LAFER, Celso. Reflexões de um antigo aluno de Hannah Arendt sobre o conteúdo, a recepção e o legado de sua obra, no 25º aniversário de sua morte. In: MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 11-34.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 286-312.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A “Era Lula” e a “Grande Imprensa”: crônica de uma relação viciada (Resenha: PEREIRA, Merval. *O Lulismo no Poder*. Rio de Janeiro: Record, 2010). *Revista Faac*. Bauru, v. 1, n. 1, abr./set. 2011, p. 113-115.

LATTMANN-WELTMAN, Fernando. Mídia e democracia no Brasil: da “eterna vigilância” à “justa frustração”. In: GOULART, Jefferson O. (org.). *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 47-62.

LEAL, Bruno Souza [et al]. Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010, p. 187-219.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Insular, v. 2, 2011, p. 17-36.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.14. n.40, jun./1999, p.11-30.

LIMA, Leandro Augusto Borges. *Do Ceará ao Canadá, Izzy Nobre: visibilidade, performance e carisma como elementos de ruptura do anonimato na internet*. 2011. 124f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso – Graduação em Comunicação Social). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2011.

LIMA, Venício A. de. Cenários de Representação da Política, CR-P. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004, p. 9-40.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 88, Dez. 2010, p. 21-37. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25/3/2013.

LINS, Leticia Alves. *Cerveja, mulher, diversão*: representações e diálogos nas propagandas de cerveja brasileiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*, 2004. Disponível em <<http://manybooks.net/titles/lippmannetext04pbpnn10.html>>. Acessado em 30/7/2012.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 447-468.

LUCA, Tania Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 447-468.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Mídia e vida pública. In.: MAIA, Rousiley Celi Moreira; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 11-46.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 2, julho-dezembro de 2009, p. 303-340.

MAIA, Rousiley. Sociabilidade: apenas um conceito? *Revista Geraes*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, p. 4-15.

MANTOVANI, Denise Maria. Eleições 2010: como os enquadramentos e as vozes organizaram os limites da controvérsia do aborto. *Revista Compólitica* Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, ed. janeiro-junho, ano 2013.

MANUAL DE REDAÇÃO: *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2013, 18 ed.

MARCHESI, D. Na pista dos candidatos à presidência: interações de @dilmabr e @joseserra_ no Twitter. In: III Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais – ECOMIG, Juiz de Fora, 2010. *Anais do III Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais/ECOMIG*, Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF.

MARQUES, F. P. J. A.; SAMPAIO, R. C. Election after election: rupturas e continuidades nos padrões midiáticos das campanhas políticas online. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 2011. Porto Alegre. *Anais do XX Encontro da Compós*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, junho de 2011. Disponível em <www.compos.org>. Acessado em 10/10/2011.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos. Dossiê Goffman: apresentação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 23, n. 68, Outubro, 2008a, p. 135-136.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos. Notas sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 23, n. 68, Outubro, 2008b, p. 137-144.

MARTINS, Eduardo. *Manual de Redação e Estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo. Disponível em <http://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais.shtm>, consultado em 4/5/2012.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 126-147.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno; BRITO, Marina. Mulheres e a "corrida de obstáculos" nas eleições 2006: quais barreiras ainda não foram superadas? In: *Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*: Belo Horizonte, dezembro de 2007. disponível em http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_marlise.pdf, acessado em 6/11/2011).

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, jun 2010a, p. 67-92.

MATOS, Marlise. O que se pode esperar de uma presidência e de um governo no feminino? Mais mulheres no poder podem fazer diferença? In: *Em Debate*. Belo Horizonte, v. 2, n. 12, 2010b, p. 11-13.

MATOS, Marlise. Opinião pública e representação política das mulheres: novos horizontes para 2010? In: *Em Debate*. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, 2010c, p. 31-37. Disponível em <<http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf>>. Acessado em 24/4/2013.

MATOS, Olgária C. F. Ethos e amizade: a morada do homem. In: *Psicanálise e cultura*. São Paulo, 2008, v. 31, n.46, p. 75-79.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: *Revista Symposium*. Ano 5, nº1, janeiro a junho de 2001, p. 45-55. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF>, acessado em 28/04/2013.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-42.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994. 2 ed.

MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos no Brasil: o estado da questão*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0763-1.pdf>, acessado em 24/4/2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; OGANDO, Ana Carolina. Discursos sobre o “feminino”: Ética do Cuidado e Essencialismo Estratégico nos programas do HGPE de Dilma. In: Encontro Anual da ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. *Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu, 2011, p. 1-33. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1078&Itemid=353>. Acessado em 5/4/2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (79), 2012, p. 187-235.

MENEZES, Cynara. *O Padrão Olga Curado*. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-padrão-olga-curado-2> (acessado em 15/7/2011).

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.55-81.

MIGUEL; Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*. Campinas, v. 13, n. 1, Jun 2007, p.97-123.

MOREIRA, Breno Lima. *Mídia, economia e governo: o enquadramento da economia no Jornal Nacional no primeiro governo Lula*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOURA, Rafael Moraes. Dilma barra fantasma do aborto e pede que ministra siga só ordens de governo. *Estadão*, Política, 11 fev. 2012. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,dilma-barra-fantasma-do-aborto-e-pede-que-ministra-siga-so-ordens-de-governo--,834332,0.htm>, acessado em 20/01/2013).

MUNDIM, Pedro Santos. A cobertura da imprensa e o realinhamento eleitoral de 2006. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, V, 2011, Belo Horizonte. *Anais do V Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR*. Belo Horizonte, 2011, p. 1-21. Acessado em <<<http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/Pedro%20Santos%20Mundim.pdf>>>. Acessado em 24/4/2013.

NERI, Marcelo Cortês (coord.). *Miséria, desigualdades e políticas de renda: o Real do Lula*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, Centro de Políticas Sociais, 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, 2 ed.

O GLOBO. Dilma se junta a outras 17 líderes na lista de mulheres no poder. *O Globo*, País, Eleições 2010, 31/10/2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/eleicoes-2010/dilma-se-junta-outras-17-lideres-na-lista-de-mulheres-no-poder-4982527>, acessado em 20/01/2013.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 16, v. 2, maio-agosto/2008, p. 305-332.

OLIVEIRA, Adriano. O lulismo e suas manifestações no eleitorado. *Revista Debates*. Porto Alegre, v.5, n.1, jan-jun 2011, p. 115-138.

OLTRAMARI, Alexandre. Um dossiê feito para chantagear. *Veja*: São Paulo, 26 de março de 2008, p. 46-51.

ORIÁ, Ricardo. Mulheres no Parlamento Brasileiro: Carlota Pereira de Queirós. In: *Revista PLENARIUM*. Revista da Câmara dos Deputados, novembro de 2004, Ano I, nº 1, pp. 240-242.

PANKE, Luciana; GANDIN, Lucas; BUBNIAK, Taiana; GALVÃO, Tiago César. O que os candidatos à Presidência do Brasil falaram nos programas do HGPE, nas últimas eleições? In: IV Encontro da Compolítica, 4, 2011. *Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abril de 2011, p. 1-19. Disponível em <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Luciana-Panke.pdf>>. Acessado em 23/3/2013.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. O jornalismo e as “teorias intermediárias”: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD). In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Belo Horizonte, 2 a 6 de setembro de 2003, p. 1-14. Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_vizeu.pdf, acessado em 18/01/2012.

PEREIRA, Leonardo Gomes. *A TV em pânico: o enquadramento das celebridades pelo Pânico na TV*. 2009. 230f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2009.

PEREIRA, Merval. *O lulismo no poder*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012b, p. 513-544.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012a, p. 469-512.

PINTO, Ana Estella de Sousa. *Folha*. São Paulo: Publifolha, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, jun 2010, p. 15-23.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIOSEVAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 58-88.

PIRES, Carol. Em carta, Dilma assina compromisso contra o aborto. *Estadão*, Política, 15 out. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-carta-dilma-assina-compromisso-contr-o-aborto,625257,0.htm>, acessado em 20/01/2013).

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. A construção da imagem política de Dilma Rousseff como mãe do povo brasileiro. *Revista Debates*. Porto Alegre, v.5, n.1, jan-jun. 2011, p. 139-162.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Em defesa da “igualdade de oportunidades”: o discurso político eleitoral de Dilma Rousseff na campanha presidencial de 2010. In: Encontro Anual da ANPOCS, 36, 2012, Águas de Lindóia. *Anais do 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Águas de Lindóia, 2012, p. 1-35. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8086&Itemid=76>. Acessado em 5/4/2013.

PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 15-18.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy: um processo histórico. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 21-56.

PLATÃO. *Diálogos III: A República*. (Tradução de Leonel Vallandro). Rio de Janeiro: Globo, 1968.

POGREBINSCHI, Thamy. *Pragmatismo: teoria social e política*. Relume Dumairá: Rio de Janeiro, 2005.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004, p. 73-104.

PORTO, Mauro. A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo, *Cadernos do CEAM*, v. 2, n. 6, 2001, p. 11-32.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 194-217.

QUEIROZ, Adolpho; MARTINS JR, Francisco Ramirez. *Presidente Dilma, com que roupa eu vou?* *Revista Compólitica*, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, março-abril 2011, p. 133-147.

QUÉRÉ, Louis. D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. *Réseaux*. Paris, n. 46/47, mar-abr 1991, p. 69-90. Tradução Lúcia Lamounier Sena e Vera Lúcia Westin (mimeo).

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. In: *Cadernos AEL*. Campinas, n. 3-4, 1995-96, p. 11-43.

REIS, Ana Regina Gomes dos. *Do segundo sexo à segunda onda: discursos feministas sobre a maternidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As Bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 25, n. 74, outubro 2010, p. 39-60.

RENNÓ, Lucio; HOEPERS, Bruno. Voto Estratégico Punitivo: Transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, n. 86, março 2010, p. 141-161.

RICCI, Rudá. Lulismo: três discursos e um estilo. Texto produzido para o debate *Movimentos Sociais e Governo Lula*, organizado pela Cáritas Nordeste II, realizado em Recife, em 04/11/04. Disponível em <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_ruda_ricci.pdf>. Acessado em 24/5/2013.

RODRIGUES, Almira. Práticas Sociais, Modelos de Sociedade e Questões Éticas: Perspectivas Feministas. SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Terra Prometida - Movimento social, engajamento cristão e teologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 131-142 (disponível em http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1560:praticas-sociais-modelos-de-sociedade-e-questoes-eticas-perspectivas-feministas&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146, acessado em 12/01/2012).

ROUSSEFF, Dilma. Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Entrevista concedida ao

jornalista Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S. Paulo*. Caderno Brasil. São Paulo, 21 de junho de 2005, p. A6.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetáculo, política e mídia. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv (orgs.) *Livro da XII Compós 2002. Estudos de comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 85-103.

SAISI, Katia. A imprensa na campanha presidencial no Brasil em 2010: análise da cobertura da Folha e de O Estado de S.Paulo. In: Encontro Anual da ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. *Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu, 2011, p. 1-29. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1074&Itemid=353>. Acessado em 5/4/2013.

SAMUELS, David. As Bases do Petismo. *Opinião Pública*. Campinas, v. X, n. 2, outubro, 2004, p. 221-241.

SANTOS, Nina Fernandes dos. As transformações da mediação e o poder do cidadão: o caso da hashtag “#dilmafactsbyfolha”. In: COMPOLÍTICA, 4., 2011. Rio de Janeiro. *Anais do IV Encontro da associação brasileira de pesquisadores em comunicação e política*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011, p.1-14. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Nina-Santos.pdf>>. Acessado em: 05/04/2013.

SANTOS, Rita Luzia Occhiuze. *A participação da mulher no Congresso Nacional Constituinte de 1987 a 1988*. 288f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol.12, n.2, Maio/Agosto, 2004.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, n. 49, 1999, p. 103-122.

SCHPUN, Mônica Raisa. Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH; Unijuí. v. 17, n. 33, 1997, p. 167-200.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 15-42.

SEIXAS, Lia. Por uma outra classificação: gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, dez. 2009b, p. 70-84.

SEIXAS, Lia. *Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação*. Livros LabCom: Covilhã, 2009a (disponível em www.livroslabcom.ubi.pt,

acessado em 10/10/2011).

SHAH, Dhavan V.; WATTS, Mark D.; DOMKE David; FAN, David P. News framing and cueing of issue regimes: explaining Clinton's public approval in spite of scandal. *Public Opinion Quarterly*. Volume 66, 2002, p.339–370.

SILVA, André Luiz; VENTURA, Raissa Wihby; KRISTCH, Raquel. O gênero do público: críticas feministas ao liberalismo e seus desdobramentos. In: *Mediações*. Londrina, v. 14, n. 2, jul/dez 2009, p. 52-82.

SIMÕES, P. A potencialidade do conceito de acontecimento para a análise da imagem pública das celebridades: Ronaldo, o Fenômeno, e seu casamento com Daniella Cicarelli. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 29, 2010. Rio de Janeiro. *Anais do XXIX Encontro da Compós*, PUC – Rio de Janeiro, junho de 2010. Disponível em: www.compos.org, Acessado em: 12/09/2010.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 85, novembro 2009, pp. 83-102.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Gêneros jornalísticos e o desafio da classificação. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC). Ano VII, nº1, Santa Catarina, janeiro a junho de 2010, p 212-214. (disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>, acessado em 6/11/2011).

TEIXEIRA, Tattiana. A crônica e os gêneros opinativos: um estudo comparado. *Comunicação e Espaço Público*, ano VII, nº1 e 2, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação/ Universidade de Brasília, Brasília, 2004, p. 116-127.

TELLES, Helcimara de Souza; PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Criador e criatura: petismo e lulismo nas retóricas discursivas do HGPE de Dilma Rousseff. In: Congresso da Compolítica, V, 2013, Curitiba. *Anais do V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política*. Curitiba, 2013, p. 1-30. Disponível em <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT02-Midias-e-eleicoes-HelcimaraDeSouzaTelles1.pdf>>. Acessado em 10/6/2013.

TELLES, Helcimara de Souza. A oposição brasileira em tempos de alta popularidade do incumbente. *Em Debate*. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, abr. 2012, p.7-10.

TELLES, V. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte, UFMG, 2006.

TERRON, Sonia Luiza; SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*. Campinas, vol. 16, n. 2, novembro, 2010,

p.310-337.

TODO poder tem limite (Editorial). *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 26 set. 2010. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/09/26/2//5838171>, acessado em 24/4/2013.

VASCONCELLOS, Fábio. Como os debates na TV ajudaram Dilma Rousseff a vencer a eleição presidencial de 2010? In: Encontro Anual da ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. *Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu, 2011, p. 1-33. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1072&Itemid=353>. Acessado em 5/4/2013.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

12) Referências das colunas

Eliane Cantanhêde

CANTANHÊDE, Eliane.. *Folha de S. Paulo*. São Paulo,. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. “Conversar, conversar, conversar”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. 2018. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 8 mai. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. À espera do cavaleiro Lula. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. A grande muralha. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 abr. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Ataques a países ricos foi decisão de Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24 set. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Balas perdidas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 15 mar. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Brasil “corrigiu seus caminhos”, diz Dilma a militares. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 6 abr. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Caindo na real. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Candidatos, tremei!. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 30 mar. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Conforme a música. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 8 jan. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Crise encerra lua de mel do governo Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 mai. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Crise mostra a falta que Lula faz para Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 mar. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Decisão sobre Battisti é jurídica, diz Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Dilma com Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24 fev. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Dilma e Palocci, um enigma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 9 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Dilminha paz, amor e arte. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 mar. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Do útil ao agradável. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 mar. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Economia sob controle facilita vida de Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 jan. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Ela ou ele? *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 jul. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Em pé de guerra. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 9 mar. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Fim da quarentena. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 fev. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Forma e conteúdo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 3 fev. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Foto sem retoque. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 fev. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Há males que vêm para bem. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 out. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Indo ao Rio, Dilma fez o que governantes devem fazer. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Ingleses e inglesas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º mar. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Julho, “timing” de Jobim. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 mar. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Lá em NY e aqui na real. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 set. 2011. Primeiro

Caderno, p. A2.

_____. Lenço justo, saia justíssima. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Lula sobe, Dilma desce. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 mai. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Mais dois na rede. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 4 dez. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Quem avisou amigo foi. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 8 nov. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Meritocracia e apagão. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 6 fev. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Mesmo com a saída de Palocci, Dilma não consegue frear a crise. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Nasceu o PACzinho. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 7 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. O Brasil dá de ombros. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24 jan. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. O gesto. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 18 mar. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. O mar não está para peixes. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 out. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Obama e Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 mar. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Obedece quem tem juízo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Pântano que traga ministros. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 18 ago. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Pontapé inicial. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 18 fev. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Porteira Fechada. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25 out. 2011. Primeiro Caderno,

p. A2.

_____. Protocolar e sem emoção, discurso tem frases de efeito. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 3 fev. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Queda de ministro mudou perfil do comando do governo Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 4 out. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Quem será o próximo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 out. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Rebelião. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 ago. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Saindo das cordas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Se vire, Palocci!. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 mai. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Seis por meia dúzia. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 8 jul. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Seja o que Dilma quiser. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 7 abr. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Sem pressão, sem “lide”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 mar. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Sem punho de rendas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 set. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Sobrou para Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 6 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Tremeliques na área externa. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Tucanos caem como patinhos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 21 ago. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Um governo para chamar de seu. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25 mar. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Uma mulher na ONU. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 18 set. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Uma presidenta, vários incêndios. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 30 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Uma vela para Deus, outra.... *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º mar. 2012. Primeiro Caderno, p. A2.

_____. Voto de confiança. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

Dora Kramer

KRAMER, Dora. A crise viajou?. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 mar. 2012. Nacional, p. A6.

_____. A cruz e a espada. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 jul. 2011. Nacional, p. A6.

_____. A mansidão da leoa. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2 dez. 2011. Nacional, p. A6.

_____. A primeira vítima. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 19 out. 2011. Nacional, p. A8.

_____. A regra do jogo. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 jan. 2011. Nacional, p. A6.

_____. Amplo, geral e restrito. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2 jan. 2011. Nacional, p. A3.

_____. Ato de omissão. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 4 dez. 2011. Nacional, p. A6.

_____. Casa de concordância. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 jan. 2012. Nacional, p. A8.

_____. Casa grande e senzala. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 fev. 2011. Nacional, p. A6.

_____. Casal 20. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 abr. 2011. Nacional, p. A6.

_____. Convidada de honra. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 dez. 2011. Nacional, p. A8.

_____. De cabeça para baixo. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 2011. Nacional, p. A6.

_____. Dito pelo não dito. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 1 fev. 2012. Nacional, p. A6.

- _____. Em outras palavras. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2 out. 2011. Nacional, p. A8.
- _____. Era vidro e se quebrou. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 26 ago. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Favas contadas. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 19 abr. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Flores na entressafra. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15 jun. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Fruta de entressafra. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 23 ago. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Gerente intransigente. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 18 mai. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Itamaraty, o retorno. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 mar. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Jogo das carapuças. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 28 jul. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Lá se vão os anéis. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Mau conselho. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 26 out. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Medo de água fria. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6 jul. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Mera constatação. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 3 fev. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Mil e uma utilidades. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 19 jul. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Modo de usar. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 18 dez. 2011. Nacional, p. A10.
- _____. Muita sede ao pote. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 31 ago. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Muito além do estilo. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 jan. 2012. Nacional, p. A6.
- _____. Mulheres de antenas. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6 dez. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Na curva. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 dez. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. O Parto da montanha. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 19 jan. 2012. Nacional, p. A6.
- _____. Origens da crise. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 3 jun. 2011. Nacional, p. A6.

- _____. Palpite infeliz. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29 mar. 2012. Nacional, p. A6.
- _____. Participação nos lucros. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6 mar. 2012. Nacional, p. A6.
- _____. Patrimônio nacional. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 12 abr. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Pedagogia do amém. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 10 jun. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Prova dos nove. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 ago. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Questão de estilo. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 9 jan. 2011. Nacional, p. A5.
- _____. Roncos da reação. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 nov. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Sem mais delongas. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 07 jun. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Sem pai nem mãe. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 ago. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Ser e também parecer. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 18 out. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Serial crise. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 out. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Sob nova (?) direção. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 fev. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. Tira, põe, deixa ficar. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 nov. 2011. Nacional, p. A8.
- _____. Tristeza não tem fim. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 jul. 2011. Nacional, p. A6.
- _____. União estável. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 mar. 2011. Nacional, p. A8.

Anexo 1: Panorama das colunas publicadas por Dora Kramer – janeiro de 2011 a março de 2012

Em janeiro de 2011, Dora Kramer tratou do discurso de posse de Dilma no Congresso, considerado por ela meramente cerimonioso e sem novidades, já que não marcava as características e rumos de seu governo. Destacou também o compromisso feito pela presidenta com a justiça social, a criatividade, o conhecimento e a moralidade, argumentando que Dilma teria demonstrado vontade genuína de acertar “onde Lula mais errou¹⁹¹”. A jornalista mencionou a contenda entre Brasil e Itália no caso de extradição do ex-guerrilheiro italiano, Cesare Battisti¹⁹². Ao analisar o estilo de Dilma, seu perfil gerencial e suas características pessoais, a analisa ressaltou as diferenças entre a presidenta e seu antecessor, apontando que, por não possuir o mesmo carisma do ex-presidente, ela deveria ser mais cobrada por resultados. Nesse aspecto, destacou, ainda, que, houve integrantes do governo do ex-presidente que disseram que não aguentavam mais o estilo de Lula. Além disso, a jornalista questionou se Dilma teria de fato tanta influência no Governo Lula quanto disse ter na época de sua campanha eleitoral, já que, na presidência, fazia “tudo diferente de seu antecessor¹⁹³”. Dora Kramer considerou positiva a ida da presidenta Dilma à região atingida pelas chuvas no Rio de Janeiro e, numa nota específica, tratou do que considerou ser uma idiossincrasia do Governo ao exigir que Dilma fosse chamada de “presidenta” e não “presidente”, já que, de acordo com a jornalista, não seria isso que afirmaria a condição feminina da governante nem determinaria o sucesso de seu governo.

Em fevereiro, ao analisar o discurso de Dilma na abertura dos trabalhos legislativos do Congresso, Dora Kramer destacou novamente que a presidenta não teria marcado a posição de seu governo, nem indicado os objetivos de sua administração, restringindo-se, apenas, a exaltar as conquistas do passado e expor diagnósticos e proposições genéricas. Ainda na mesma coluna, a jornalista também abordou as eleições para as presidências da Câmara e do

191 Amplo, geral e restrito – 02/01/2011.

192 Césare Battisti é um ex-guerrilheiro militante de movimentos de extrema esquerda italianos na década de 1970. Foi julgado em seu país e condenado à prisão perpétua acusado de assassinato. Viveu na França e, mais recentemente, para o Brasil. Ao final de 2010, Lula decidiu-se por não extraditar Battisti, o que gerou divergências entre o governo italiano e o brasileiro (Disponível em <<[193 A regra do jogo – 14/01/2011.](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cesare_Battisti_(escritor)>>”, acessado em 20/6/2013).</p></div><div data-bbox=)

Senado, e voltou a destacar as diferenças entre Dilma e seu antecessor. Discutiu, também, a forma pela qual a presidenta Dilma pautava seu relacionamento com a maioria governista no Congresso. Além disso, criticou a nomeação de Ideli Salvatti e Pedro Novais para comporem sua equipe de governo, já que, segundo a jornalista, ambos haviam exorbitado no uso de recursos públicos. A colunista também rebateu declarações de Lula de que os ajustes das contas públicas então promovidos pela presidenta haviam sido quase tão fortes quanto os que ele promoveu no início de seu primeiro mandato, questionando-se se a presidenta Dilma não teria recebido uma herança maldita de Lula, numa alusão à expressão que ele utilizou, quando assumiu seu mandato em 2003, para se referir a Fernando Henrique Cardoso, que teria deixado o país quebrado e as contas públicas desequilibradas.

Em março, a jornalista avaliou as críticas feitas pelo ex-presidente Lula às comparações que estavam sendo feitas entre ele e sua sucessora. Para Dora Kramer, o ex-presidente deveria ficar feliz com as comparações, já que elas costumavam exaltar Dilma, sua sucessora e “criatura eleitoral¹⁹⁴”. Outra questão que foi tratada pela jornalista foi a mudança na política externa brasileira, o que considerou ser um retorno do Itamaraty à normalidade, na defesa dos interesses nacionais e de preceitos internacionais coerentes com seus posicionamentos internos, especificamente, no âmbito dos direitos humanos.

Em abril, a gestão Dilma atingiu o marco dos seus primeiros 100 dias de governo. A colunista do *Estado de S. Paulo* comentou o fato, apontando para o retorno de um problema de amplitude nacional: o aumento dos preços e a da inflação. Para ela, a estabilidade econômica e o controle inflacionário eram grandes patrimônios nacionais, responsáveis “por tudo o que aconteceu de bom ao Brasil em termos econômicos e sociais¹⁹⁵” e o sucesso de Lula deveu-se ao fato de ele ter preservado a política econômica e de ter sido beneficiado por um cenário internacional favorável. A condução da política econômica brasileira durante a crise internacional de 2008, sobretudo no que se refere aos gastos do Governo Federal, foram, na avaliação da jornalista, responsáveis pela ameaça de retorno da inflação, o que denominou ser a “herança maldita de Lula¹⁹⁶”. Dora Kramer tratou também da insatisfação da base aliada do Governo com a negligência com a qual Dilma tratava seus apoiadores no Congresso. Além disso, a jornalista também analisou o retorno de Lula ao cenário político brasileiro, passando a

194 União estável – 24/03/2011.

195 Patrimônio nacional – 12/04/2011.

196 Patrimônio nacional – 12/04/2011.

formar com Dilma o denominou de “casal 20¹⁹⁷”: enquanto Dilma cuidava do governo e ganhava simpatia de parte do eleitorado refratário à Lula, o ex-presidente cuidava de articulações políticas interessado em manter a sustentação do governo no Congresso e projetar seu partido nas eleições municipais de 2012. Maio marcou o início da primeira crise política experimentada pelo Governo Dilma, o caso Antônio Palocci¹⁹⁸. Dora Kramer teceu críticas ao que considerou ser uma transigência de Dilma com a questão, ao não se manifestar sobre o caso.

Em junho, Dora Kramer destacou o papel de Lula no enfrentamento da crise “Palocci”, a morosidade de Dilma em tomar uma decisão sobre o caso, o que poderia comprometer sua imagem junto à opinião pública, e sua inabilidade política no relacionamento com a base aliada, sobretudo, com o PMDB. O partido, segundo a jornalista, vinha sendo tratado com autoritarismo e desdém pela presidenta. A jornalista voltou a tratar do caso Battisti, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal de mantê-lo no país, argumentando que, com isso, o país poderia ficar desnecessariamente exposto no cenário internacional. Em decorrência do aniversário de 80 anos de Fernando Henrique Cardoso, Dilma acabou enviando ao ex-presidente uma carta de felicitações. Nela, a presidenta teria reconhecido a importância de FHC para o país, o que, de acordo com a jornalista, deixou o PSDB lisonjeado. Entretanto, Dora Kramer argumentou que, para o PT, a atitude da presidenta foi vista apenas como uma forma de se projetar uma imagem positiva de Dilma, mas que o partido e Lula continuariam a desconstruir a gestão FHC, negando “a verdade dos fatos¹⁹⁹”. Além desse assunto, a jornalista tratou também da falta de reconhecimento e de legitimidade de Ideli Salvatti junto aos deputados e senadores, que a tratavam com impaciência e má vontade.

O segundo semestre se iniciou sob nova crise, com denúncias de irregularidades no Ministério dos Transportes, sob o comando de Alfredo Nascimento²⁰⁰. Em julho, Dora Kramer

197 Casal 20 – 24/04/2011.

198 Reportagens publicadas, sobretudo, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, demonstraram que o ex-Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, havia aumentado seu patrimônio rapidamente e que uma empresa sob sua propriedade havia auferido “lucros fabulosos” em 2010, ano da disputa presidencial em que Dilma se apresentou como candidata. (Cf. As colunas analisadas e a reportagem *Entenda as crises que atingiram o Governo Dilma*, publicada no site da Folha de S. Paulo, em 4/12/2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1007295-entenda-as-crisis-que-atingiram-o-governo-dilma.shtml>, acessada em 2/6/2013).

199 Flores na entressafra – 15/06/2011.

200 Alfredo Nascimento foi indicado pelo Partido da República (PR) para assumir o Ministério dos Transportes. Entretanto, sob acusações de superfaturamento de obras e pagamentos de propina envolvendo servidores do

dedicou quatro colunas ao tema, explorando as dificuldades que o tratamento da questão pela presidenta impunha ao seu relacionamento com a base aliada, tanto por se tratar de um ministro indicado por um dos partidos do governo, o PR, quanto pelo fato de a presidenta não consultar seu principal aliado, o PMDB, sobre o caso. Aproveitando-se do novo escândalo, a jornalista também analisou o comportamento da presidenta Dilma frente a tais casos. De acordo com Kramer, em alguns momentos, Dilma demorava a tomar uma atitude, noutros, ela aguardava o caso esfriar na imprensa ou, ainda, apoiava o acusado para, em seguida, demitir suspeitos. A jornalista passou a questionar as demissões feitas, por vezes tratadas na imprensa como “faxina ética”, cobrando atitudes mais enérgicas e um novo padrão de relacionamento entre Governo e Congresso, de forma a “dar um salto de qualidade na democracia representativa²⁰¹”.

Ainda em julho, a jornalista relatou que chamada “faxina ética” acabou gerando insatisfações na base aliada, fazendo com que o Governo, segundo a colunista, declarasse, reservadamente, que seria mais cauteloso em futuras demissões, especialmente, em casos que envolvessem o PMDB. Vazada a informação, o partido manifestou-se publicamente, declarando que os trabalhos dos órgãos de controle deveriam ser feitos independentemente das questões partidárias. Conforme a colunista, os peemedebistas estavam insatisfeitos com a estratégia do governo de agregar à imagem da presidenta o uma atitude combativa contra a corrupção às custas do baixo prestígio dos partidos políticos, especialmente, do PMDB. Dora também destacou a mudança do papel de Lula na condução das crises: antes, assumia o papel de interlocutor do Governo junto à base aliada, depois passou a fazer “aparições públicas” para desviar a atenção sobre os escândalos, mobilizar as massas e criar “realidades paralelas²⁰²”. Além disso, Dora Kramer também analisou a relação entre Dilma e o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, comentando as declarações de Jobim de que Fernando Henrique Cardoso nunca havia levantado a voz para ninguém, foram entendidas como uma indireta para a presidenta e teria comprometido ainda mais o relacionamento entre os dois.

Em agosto, Dora Kramer comentou a indiferença dos senadores com relação à

ministério, Nascimento acabou saindo do Governo em julho de 2011 (*Entenda as crises que atingiram o Governo Dilma*, publicada no site da Folha de S. Paulo, em 4/12/2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1007295-entenda-as-crisis-que-atingiram-o-governo-dilma.shtml>, acessada em 2/6/2013)

201 A cruz e a espada – 21/07/2011.

202 Mil e uma utilidades – 19/07/2011.

proposta de Pedro Simon de criar uma Frente Suprapartidária contra a Corrupção e a Impunidade, argumentando que soava estranho o desprezo dos aliados ao tema, tendo em vista a suposta faxina ética em promoção pela presidenta. Colocando em xeque a ideia da “faxina”, a jornalista destacou que a diferença de conduta entre a presidenta e seu antecessor com relação aos casos de corrupção não seria tão expressiva assim, dando-se mais no estilo de atuação do que em atitudes. Segundo ela, Dilma evitava dar declarações públicas sobre os casos e aguardava os desfechos das histórias em vez de ter a iniciativa de resolver os problemas. Com isso, Kramer concluiu que a faxina foi mais uma leitura da imprensa do que um discurso do PT ou de Dilma e que o recuo da presidenta, ao anunciar que não faria novas demissões, foi um sinal de que ela não conseguiria levar a “faxina” adiante. De acordo com a jornalista, faltava-lhe planejamento e controle para isso, ainda mais considerandos que o Governo contava uma maioria expressiva no Congresso. Nesse ponto, Dora Kramer citou Fernando Henrique Cardoso que, durante o processo de privatização das empresas de telecomunicações, enfrentou fortes resistências no Congresso, mas valendo-se de “método, tempo, poder de comando, capacidade de convencimento e foco na meta²⁰³”, conseguiu aprovar a proposta. A jornalista também voltou a comentar o bom relacionamento entre Dilma e a oposição, especialmente, Fernando Henrique Cardoso, destacando, novamente, a aproximação da presidenta a um eleitorado crítico de Lula. Encerrando o mês, Dora Kramer destacou a tensão entre o Governo e o Congresso, tendo em vista a possível aprovação de projetos contrários aos interesses do Executivo, o que seria uma reação dos aliados por estarem insatisfeitos com o Governo. Segundo a colunista, Dilma teria avaliado que os aliados estão sendo implacáveis em suas demandas, muito mais do que teriam sido com Lula. A jornalista tratou também das movimentações da oposição para desestabilizar a relação entre Lula e Dilma ao promover ações que desqualificariam a gestão Lula pela leniência com a corrupção.

Em setembro, não houve publicação de artigos referentes ao governo ou Dilma Rousseff na coluna de Dora Kramer. Já em outubro, a colunista tratou da tentativa da presidenta de recriar o imposto CPMF para financiar a saúde, comentou novo escândalo do momento, denúncias de corrupção contra o Ministro do Esporte, Orlando Silva (PCdoB)²⁰⁴, e

203 Era vidro e se quebrou – 26/08/2011.

204 O então Ministro do Esporte foi acusado de participar de um esquema de fraudes no programa Segundo Tempo para alimentar o caixa de seu partido (*Entenda as crises que atingiram o Governo Dilma*, publicada no site da Folha de S. Paulo, em 4/12/2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1007295-entenda-as-crisis-que-atingiram-o-governo-dilma.shtml>, acessada em 2/6/2013).

fez nova análise geral sobre as crises de corrupção pelas quais o governo vinha passando. No tocante às denúncias contra o Ministério do Esporte, a jornalista viu novamente, uma oportunidade de a presidenta modificar sua atuação nesse tipo de caso, levando as investigações a cabo. Entretanto, num outro texto, acabou mostrando-se frustrada, ao avaliar que Dilma acabou perdendo o *timing* da demissão do então Ministro, agindo mais uma vez a reboque dos acontecimentos, já que o Supremo Tribunal, ao abrir inquérito para investigar Alfredo Nascimento, teria tornado sua demissão quase que obrigatória. A jornalista reconheceu, nas declarações de Dilma e de Lula sobre o caso, uma mudança de postura, passando de uma atitude de defesa do Ministro para uma de preocupação com o volume de denúncias que recaíram sobre ele. Isso seria decorrente da avaliação de ambos de que o cenário político teria se alterado, mas para a jornalista demonstraria também um certo desleixo e cumplicidade de ambos com o caso. Com a queda de Nascimento, Dora Kramer argumentou que a perda de mais um ministro não seria um indicativo de que a presidenta seria intolerante com malfeitos, mas que teria escolhido mal seus auxiliares, sem impor quaisquer critérios para as indicações partidárias. Nesse sentido, a colunista comentou que o Governo Dilma já havia nascido velho, “carcomido de vícios herdados e que foram aprofundados ao longo dos oito anos de gestão Lula e mantidos inalterados²⁰⁵”. Na mesma coluna, a jornalista comentou o lançamento do documentário *Tancredo, a Travessia*, que, segundo ela, tratava de uma época em que a política seria praticada por profissionais (no bom sentido do termo) e tinha o mérito de mostrar à juventude que haveria uma outra forma de se fazer política.

Em novembro, Dora Kramer comentou sobre as intenções da presidenta Dilma de reduzir o número de ministérios na reforma ministerial prevista para janeiro e as supostas reações contrárias por parte do PT, que teria defendido a manutenção de algumas das pastas por representarem conquistas sociais. A jornalista voltou a falar da ideia de uma “faxina ética” como uma forma de se depreciar a gestão Lula que, por comparação com a de Dilma, poderia ficar com a alcunha de governo corrupto, o que incomodaria o Partido dos Trabalhadores. Dora Kramer analisou também o processo decisório da presidenta em casos como a votação do Código Florestal, suas reações frente às crises de corrupção do governo e suas decisões relativas à liberação de emendas parlamentares. Para a jornalista, “pressionada, Dilma avança ou recua nem sempre tomando a resolução que seria a mais adequada, mas sim aquela que as

205 Seria crise – 27/10/2011.

circunstâncias a obrigam a tomar²⁰⁶”. A colunista do *Estadão* comentou também a reunião marcada pelo PDT para decidir sobre a permanência do Ministro do Trabalho, Carlos Luppi, acusado de corrupção²⁰⁷, o que considerou ser um despropósito e uma indicação de que Dilma parecia ser governada pelos partidos, ao invés do contrário.

No último mês de 2011, encerrando o primeiro ano do Governo Dilma, Dora Kramer abordou, principalmente, a crise no Ministério do Trabalho, criticando o desprezo da presidenta Dilma sobre a recomendação de demissão de Carlos Luppi feita pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, o que depunha contra sua imagem de “durona”. A jornalista reiterou sua crítica à presidenta no tocante à sua demora em agir para resolver a questão (demitir o ministro), mas destacou o favorecimento eleitoral do Governo com o caso, pois desviava-se a atenção da população de questões relativas ao desempenho do Executivo. Além disso, Dora Kramer argumentou, ainda, que Dilma deveria fazer jus à sua condição de mulher agindo com maior rigor na vida pública. Além da crise no Ministério do Trabalho, a colunista comentou sobre a falta de intimidade e legitimidade da presidenta no PT, onde era tratada como convidada de honra. A jornalista manifestou seu desejo de que Dilma não se comportasse de forma autoritária, desconsiderando as críticas feitas ao seu governo só porque contava com seus altos índices de popularidade. Para Kramer, a presidenta deveria utilizar seu prestígio para promover reformas mais robustas e adotar novos critérios de nomeação de ministros, ou seja, utilizar sua sustentação social para o bem coletivo. Por fim, a jornalista também analisou a declaração feita pela presidenta de que não aceitaria interferências de partidos em seu governo, o que poderia desagradar a base aliada. De acordo com Dora Kramer, os aliados seriam devedores de Lula, pelas benesses conquistadas e pelo apoio que lhes foi dado pelo ex-presidente, mas, no caso de Dilma, eles lhe seriam credores, já que foi através deles que a presidenta conseguiu tempo de televisão e rádio a palanques eleitorais. Ainda assim, a jornalista avaliou que a declaração dada pela presidenta Dilma poderia ser um indicativo de que ela estivesse interessada em mudar a forma utilizada para a composição do governo.

206 Tira, põe, deixa ficar – 20/11/2011.

207 O ex-Ministro do Trabalho também foi acusado de se envolver em esquema de pagamento de propinas revertidas para caixa de seu partido, o PDT. Além disso, sua relação com ONG's e sindicatos foi questionada, além do fato de acumular a função de presidente do PDT com a de Ministro, incompatíveis (*Entenda as crises que atingiram o Governo Dilma*, publicada no site da Folha de S. Paulo, em 4/12/2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1007295-entenda-as-crisis-que-atingiram-o-governo-dilma.shtml>, acessada em 2/6/2013).

Em janeiro de 2012, Dora Kramer observou que, com uma maioria tão absoluta no Congresso (nunca vista depois da redemocratização), o Legislativo corria o risco de perder seu principal aspecto político, o contraditório. Além disso, a jornalista manifestou sua frustração ao ver que o Governo havia realizado apenas uma reunião de início de ano com seus ministros, em vez de promover a esperada reforma ministerial. De acordo com Kramer, em ano eleitoral, seria temerário a presidenta promover alguma reforma que pudesse desagradar a seus aliados e prejudicar os projetos de seu partido. Por fim, a colunista abordou as diferenças de estilo entre Dilma e Lula, ressaltando, no entanto, que eles não diferiam quanto ao padrão de comportamento, já que partilhavam as mesmas premissas, sendo diferentes apenas na forma de agir.

Em fevereiro de 2012, Dora Kramer criticou a ambiguidade da presidenta Dilma Rousseff na área dos direitos humanos, levando-se em consideração sua falta de atenção para com o regime Castro, em Cuba, o que indicava, na avaliação da jornalista, que seus discursos não passavam de mera tergiversação. A colunista voltou a destacar os silêncios da presidenta relativamente aos casos de corrupção de seu governo e o “vai e vem” de suas decisões sobre esses casos e no trato com os aliados.

No último mês considerado para esta pesquisa, Dora Kramer abordou a insignificância da presença de Dilma em palanques de aliados nas eleições municipais de 2012, sendo que, a de Lula seria bem mais cotada. O que os aliados desejariam, na avaliação da jornalista, seria apenas os bônus de se ser governo, sem necessariamente se associarem à Dilma. Noutro artigo, Dora Kramer abordou a relação do Planalto com o Congresso, problematizando se ela não seria baseada na intimidação e na proeminência do Executivo. Por fim, criticou a tentativa de interferência do Governo nas eleições das presidências da Câmara e do Senado. A colunista também abordou a tensão entre o PT e o PMDB e as insatisfações dos militares com o Governo.

De acordo com o panorama apresentado acima, verifica-se que os principais temas abordados pela jornalista em sua coluna referem-se às crises políticas pelas quais o Governo Dilma passou junto à sua equipe (os casos de corrupção) e a sua base aliada no Congresso. Além disso, outras questões podem ser destacadas nas abordagens da colunista, a comparação entre a presidenta e seu antecessor, a condição de gênero da presidenta, seu relacionamento

com a oposição. O que nos interessa nesta pesquisa é compreender de que maneira a presidenta é posicionada pelas jornalistas nas situações analisadas. Dessa forma, além de considerar aquilo que aparece como característica genuína da presidenta, referente à sua personalidade, interessa-nos perceber como Dilma é enquadrada em determinadas situações. Sendo assim, buscamos nos comentários mapear situações recorrentes, as regras pressupostas nesses contextos, a maneira pela qual Dilma é posicionada e como se dão os conflitos de sentido entre os quadros analisados, ou seja, de que forma um posicionamento relativo a um contexto entra em choque com o que se espera da presidenta naquela posição. Sendo assim, abordaremos abaixo, desenvolveremos nossa análise em quatro dimensões analíticas: “Dilma Rousseff: história e personalidade”, “Comparações entre Dilma e Lula”, “Dilma em ação: governo e gestão” e “Dilma em negociação: uma autoridade refém das situações”.

Na primeira dimensão, apresentaremos as principais características apontadas pela jornalista no tocante ao comportamento da presidente, suas características pessoais, seu “jeito de ser”, atentando-nos para os momentos nos quais suas características são apresentadas e as eventuais relações que estabelecem com os contextos. Como já é possível perceber pelo panorama exposto, uma das principais formas de se apresentar a presidenta é contrapô-la ao seu antecessor. Dessa forma, ao se falar de Dilma, em boa parte das vezes, tentou-se atingir Lula, desqualificá-lo ou apresentar sua relevância para o Governo. Já a terceira dimensão reúne informações sobre a atuação de Dilma como governante, chefe de uma equipe de trabalho, pessoa responsável por executar as ações do Poder Executivo. Por fim, abordaremos a principal dimensão analítica encontrada, por sua recorrência nas colunas e por sua relevância no âmbito da própria democracia: o âmbito da negociação política. Ao final, de forma a esboçar uma síntese dessas dimensões, apresentaremos as interlocuções entre cada dimensão e seu cotejamento com a esfera de visibilidade pública, encontrando na mídia um importante ponto de tensão das relações que se estabeleceram acima, na medida em que era capaz de provocar reorientações de ações e discursos e mudar o rumo dos acontecimentos.

Anexo 2: Panorama das colunas publicadas por Eliane Cantanhêde: janeiro de 2011 a março de 2013

No primeiro mês de mandato da nova presidenta, Eliane Cantanhêde abriu o ano celebrando a posse de Dilma Rousseff. Destacando suas qualidades, delineou pontos desafiadores de seu governo, como saúde, educação, segurança, e ressaltou que poderia encontrar dificuldades no relacionamento com sua base aliada. A colunista da *Folha* tratou ainda da primeira reunião presidencial de Dilma, ocasião na qual foi anunciada sua primeira ação de governo, o PAC da Miséria. Ao considerar a primeira viagem internacional programada pela presidenta (uma visita à Argentina, em fevereiro), Cantanhêde especulou sobre a possibilidade de Dilma passar por uma “saia justa” ao ser convidada a usar um lenço do movimento das Mães da Praça de Maio, já que, no Brasil, a questão da Anistia aos militares ainda é uma questão controversa e Dilma poderia sofrer retaliações por parte dos militares brasileiros. A jornalista tratou também da delicada relação entre Dilma e Nelson Jobim, e da agenda de compromissos da presidenta para a primeira semana de fevereiro, que seria marcada pelo início dos trabalhos do Congresso e do Supremo e por sua viagem para a Argentina. Além disso, a jornalista deu destaque aos problemas deixados por Lula, como o caso de extradição de Cesare Battisti e a decisão do governo sobre a compra de caças aéreos para a Aeronáutica. Eliane também tratou da ida da presidenta Dilma às áreas atingidas pelas chuvas no Rio, destacando sua liderança na tentativa de enfrentar o problema.

Em fevereiro, a jornalista, além de tratar do discurso de Dilma no Congresso, considerado apenas protocolar e sem emoção, abordou as diferenças que vinha percebendo na política externa brasileira no âmbito dos direitos humanos, o apagão energético ocorrido no país naquele mês e a consequente repercussão negativa que o fato poderia ter em sua imagem de boa gestora. Além disso, tratou da entrada na pauta do Congresso do projeto do novo valor do salário-mínimo, cujo resultado poderia ser uma boa indicação da força do Planalto no parlamento. Abordou também o fim da quarentena de Dilma e de Lula que, segundo ela, “deram um tempo” para que a população se acostumasse a saída de um e a entrada da outra no cargo. Destacou, também, a “boa vontade” que vários setores da sociedade demonstravam com relação à presidenta, o que a jornalista viu como uma possibilidade de a presidenta se

tornar mais unânime que seu antecessor.

A estratégia do governo de anunciar, ao mesmo tempo, cortes no orçamento (para agradar os mercados), e aumento no valor do bolsa família (para agradar eleitores) abriu as colunas da jornalista do mês de maio. Eliane tratou novamente da relação entre Dilma e Jobim, da visita de Barack Obama ao Brasil e do bom relacionamento da presidenta com ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, vendo nisso um sinal de enfraquecimento da oposição e fortalecimento da presidenta, principalmente, em parte do eleitorado que não havia votado em Lula. Eliane analisou o significado do voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU favorável a indicação de um relator especial a eventuais abusos praticados pelo país e encerrou o mês com uma coluna sobre a intenção da presidenta de criar um museu de arte brasileira em Brasília, com obras do acervo dos bancos públicos, destacando que estaria em cena a “Dilminha paz, amor e arte²⁰⁸”.

No mês de abril, a colunista da *Folha* tratou do discurso da presidenta na cerimônia de apresentação dos novos oficiais-gerais do Exército que, segundo ela, foi bem recebido pelos militares, haja vista a esperada tensão entre eles e a ex-guerrilheira. E voltou a falar de política externa, dedicando duas colunas à visita agendada pelo Governo à China, que considerou ser a grande estreia internacional da presidenta. Na primeira, abordou questões delicadas que poderiam ser tratadas pela presidenta, já que, de acordo com a colunista, havia uma inflexão na política externa brasileira em favor dos direitos humanos e a China estaria envolvida em questões controversas a esse respeito. Na segunda coluna, a jornalista tratou dos principais objetivos da viagem, sendo os acordos comerciais os mais relevantes temas da pauta, da qual figuravam também questões como a cúpula dos BRIC.

Em maio, Eliane Cantanhêde traçou alguns cenários para as disputas eleitorais de 2014 e de 2018 para a Presidência da República, considerando a movimentação de alguns partidos e lideranças partidárias brasileiras. Além disso, a jornalista se manifestou sobre o caso “Palocci” que, segundo ela, estaria pondo fim à lua de mel do governo Dilma com a opinião pública. A jornalista tratou da temática em suas colunas, comentando três aspectos: primeiro, a falta de reação da presidenta poderia colocar em xeque suas qualidades até então celebradas. Segundo, observava-se um crescimento de Lula nesse contexto, já que se empenhou em cuidar da reação do Governo à crise e, por fim, era visível a falta de apoio ao ministro dentro

208 Dilminha paz, amor e arte – 27/03/2011.

do próprio Governo.

Encerrando o primeiro semestre da presidenta, continuou na pauta da colunista da *Folha* o caso Palocci. Além disso, a jornalista comentou sobre as dificuldades pelas quais vinha passando Dilma com relação à base aliada, que dava sinais de insatisfação com o Planalto a ponto de se esperar nova intervenção de Lula para controlar o fogo amigo. Eliane tratou também da indicação de Gleisi Hoffman e Ideli Salvatti para a Casa Civil (em substituição a Palocci) e Secretaria de Relações Institucionais (em substituição a Luiz Sérgio), respectivamente. A jornalista considerou ser uma aposta arriscada da presidenta já que o que ela denominou de “trunvirato feminino” mal conhecia o planalto e não tinham muita experiência política. A colunista voltou a abordar a crise do Governo com a base aliada, questionando-se sobre quando começaria, por parte deles, o “Volta, Lula!”. A situação delineada pela jornalista é de uma relação que estava começando a ficar tensa entre o trunvirato feminino e o Congresso, ainda mais sendo o PT e o PMDB “nada confiáveis²⁰⁹”. Além disso, Cantanhêde também tratou da insatisfação da presidenta com seu Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, que apresentaria um fraco e tímido desempenho à frente da pasta.

Em julho, Eliane Cantanhêde tratou do novo escândalo do governo, as denúncias contra o Ministério dos Transportes. De acordo com a jornalista, embora a presidenta tivesse sido elogiada por agir rapidamente para tirar o ministro acusado, poderia ser criticada por substituí-lo por alguém do mesmo partido. Além disso, Eliane comentou sobre a movimentada vida do ex-presidente Lula, que estava participando de eventos estudantis e de sindicalistas, criando o Instituto Lula e fazendo muitas viagens com o objetivo de promover articulações políticas para as eleições municipais de 2012, o que fez a jornalista comentar: “No mínimo, no mínimo, é muito cedo para apostas sobre quem vai ser o candidato do PT à Presidência em 2014: ela ou ele?²¹⁰”

Agosto começou com um artigo sobre o fogo cruzado enfrentado pela presidenta no cenário internacional, com a crise econômica, e, principalmente, no Congresso, com ameaças de criação de uma CPI sobre a corrupção no Governo, sem o devido engajamento contrário da base aliada, insatisfeita com a não liberação de emendas e com a faxina ética. Além disso,

209 À espera do cavaleiro Lula – 12/06/2011.

210 Ela ou ele? – 19/07/2011.

Cantanhêde abordou as prisões efetuadas pela Polícia Federal no Ministério do Turismo por denúncias de corrupção. A colunista também comentou sobre a saída do então Ministro da Agricultura, Wagner Rossi (PMDB), relacionando sua queda à referida faxina ética promovida pelo Planalto²¹¹. A jornalista destacou, também, a realização da solenidade de lançamento do programa Brasil sem Miséria em São Paulo, onde a presidenta teria conclamado a todos por um pacto pluripartidário de combate ao problema.

Em setembro, Eliane dedicou todas as quatro colunas publicadas sobre Dilma ao discurso da presidenta na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque. De acordo com a jornalista, o discurso da presidenta foi marcado pelo posicionamento do Brasil em relação à crise econômica mundial, atribuindo responsabilidades aos países ricos e requerendo a participação dos demais países em sua resolução. Nele, destacou-se a defesa do Estado palestino feita pela presidenta, bem como a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Eliane Cantanhêde destacou o protagonismo da presidenta Dilma na definição do conteúdo e do tom enérgico de seu discurso.

Em outubro, Eliane abordou temas bem diversificados em sua coluna. Comentou a mudança pela qual passara o Governo Dilma com a saída de Palocci, a redução nas expectativas de crescimento econômico no país e a série de demissões que vinham sendo feitas no Governo. Nesse ponto, destacou que as baixas em sua equipe seriam uma forma de a presidenta se livrar do “entulho lulista”. Além disso, a jornalista argumentou que a entrega de ministérios “de porteira fechada” aumentaria os riscos de que, em feudos, seus integrantes praticassem irregularidades. Ela também tratou da demissão de Orlando Silva do Ministério do Esporte.

A crise no Ministério do Trabalho, com denúncias de irregularidades contra Carlos Luppi, foi o tema tratado pela colunista da *Folha* em novembro. No mês seguinte, a jornalista continuou a tratar do tema, comentando a decisão de Dilma de manter Luppi no cargo, mesmo após as recomendações da Comissão de Ética Pública da Presidência da República de que o ministro fosse demitido. Isso, de acordo com a jornalista, teria a ver com a personalidade da presidenta e com a avaliação do Planalto de que o Governo não poderia se pautar pela imprensa.

211 O ex-Ministro da Agricultura indicado pelo PMDB foi alvo de denúncias de corrupção, pagamento de propinas, influência de lobistas e aparelhamento do órgão em sua gestão. Rossi saiu do Governo em 17 de agosto de 2011, sendo substituído pelo também peemedebista, Mendes Ribeiro.

No início de 2012, Eliane Cantanhêde mencionou Dilma ao tratar do fortalecimento de Eduardo Campos, Governador de Pernambuco, na política nacional, a ponto de se tornar um dos nomes cotados ao pleito de 2018, caso permanecesse aliado à Dilma em 2014. A jornalista analisou também o cenário político e econômico positivo para Dilma, com elevados índices de popularidade, apoio do setor produtivo e tranquilidade da população, o que acabou provocando silêncio na oposição que, de acordo com a colunista, preferia se voltar para suas estruturas internas do que atacar um governo bem avaliado. Por fim, a jornalista tratou da mudança da política externa brasileira, especificamente no relacionamento do país com o Irã, o que provocou a exclusão do Brasil do roteiro da visita de Ahmadinejad à América Latina.

Em fevereiro, Eliane Cantanhêde destacou a nomeação da feminista Eleonora Menicucci para a Secretaria de Políticas para as Mulheres como um gesto político de Dilma, uma forma de afirmar suas convicções através da companheira de luta contra a Ditadura Militar, o que poderia significar um encontro futuro de Dilma consigo mesma em que a presidenta escolheria entre convicções e restrições políticas. E, encerrando o período considerado para esta pesquisa, no mês de março de 2012, Cantanhêde comentou a nomeação de Marcelo Crivella para o Ministério da Pesca como forma de o Governo agradar à base evangélica e evitar uma disputa entre Celso Russomano (do mesmo partido de Crivella) e o petista Fernando Haddad nas eleições paulistanas. Outro tema tratado foi a derrota do Governo no Congresso, com a reprovação, pelo Senado, da recondução de Bernardo Figueiredo para a direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres, interpretado como outro sinal da crise entre o Governo e a base aliada. Ainda referindo-se às tensões entre Dilma e seus aliados, a jornalista tratou da falta que Lula faria à sua sucessora, haja vista que o próprio PT estaria comportando-se de maneira apática diante das derrotas do Governo. A jornalista também analisou a entrevista dada pela presidenta à revista *Veja*, observando a frieza e falta de novidades das declarações da presidenta, algo típico de uma “presidente técnica e não política²¹²”. Em seu último artigo do mês, a colunista especulou sobre a volta de Lula ao cenário político tanto para auxiliar Dilma com relação à crise com a base aliada, quanto para trabalhar pela candidatura de Fernando Haddad à Prefeitura de São Paulo.

212 Sem pressão, sem “lide” - 27/03/2012.

Anexo 3: Mapeamento temático – Eliane Cantanhêde

	Título – Data – Síntese	Temas
01	<p>Voto de confiança – 02/01/11 <i>A jornalista traça os desafios para o novo governo, ressalta as qualidades de Dilma, apontando as características de Lula. Destaca algumas dificuldades que podem ser impostas, como o relacionamento bom a base aliada.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Posse de Dilma Rousseff. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Política Externa (Caso Cesare Battisti). Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Gênero (primeira mulher presidenta).</p>
02	<p>Sobrou para Dilma – 06/01/11 <i>Problemas deixados por Lula, como a insatisfação do governo italiano com a decisão do Brasil de negar a extradição de Cesare Battisti, a decisão sobre a compra dos caças da aeronáutica e reformas estruturais.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Política Externa (Caso Cesare Battisti).</p>
03	<p>Nasceu o PACzinho – 07/01/11 <i>Anúncio do Programa de combate à Miséria do GF. Aborda o fato como uma agenda positiva do Governo frente a crises com o PMDB, com os militares e com a Itália.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Lançamento do PAC da Miséria. Fontes: Não cita. Temas: Ações de Governo (Lançamento do PAC da Miséria). Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Ditadura (desaparecimentos).</p>
04	<p>Caindo na real – 13/01/11 <i>Decisão de Dilma visitar as áreas atingidas por desmoronamentos de terras no RJ. A atitude é tomada como uma diferença entre a presidenta e seu antecessor. Ela prefere o trabalho a holofotes horário nobre e capas de revista.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Tragédia das chuvas no Rio de Janeiro. Fontes: Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>. Temas: Ações de Governo (visita às regiões atingidas pelas chuvas no Rio). Diferenças entre Dilma e Lula.</p>
05	<p>Indo ao Rio, Dilma fez o que governantes devem fazer – 14/01/11 <i>Visita de Dilma às áreas atingidas por desmoronamentos no RJ. Novamente contrapõe-se sua atitude ao comportamento de Lula.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Tragédia das chuvas no Rio de Janeiro. Fontes: Não cita. Temas: Ações de Governo (visita às regiões atingidas pelas chuvas no Rio). Diferenças entre Dilma e Lula.</p>
06	<p>Obedece quem tem juízo – 23/01/11 <i>Diferenças entre Dilma e Lula no relacionamento com o então ministro Nelson Jobim (Defesa). Com Lula, ele tinha autonomia e espaço para decidir. Com Dilma, “ganhou uma chefe” e</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma com Nelson Jobim. Diferenças entre</p>

	<i>perdeu sua superautonomia.</i>	Dilma e Lula.
07	<p>Lenço justo, saia justíssima – 25/01/11 <i>A jornalista comenta a visita de Dilma Rousseff à Argentina, programada para a primeira semana de fevereiro. Destaca a situação embaraçosa em que Dilma pode entrar ao ser convidada a usar o lenço das mães da Praça de Maio, pelo fato de a Lei da Anistia ser permeada por polêmicas no Brasil.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Visita de Dilma à Argentina. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (visita à Argentina). História de Dilma (ditadura). Gênero (como mulher....). Ditadura.</p>
08	<p>Decisão sobre Battisti é jurídica, diz Dilma – 28/01/11 <i>Divergências entre Itália e Brasil no caso de extradição de Cesare Battisti. Dilma reage às críticas do governo italiano.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Caso Cesare Battisti. Fontes: Portal <i>Folha.com</i>. Temas: Política Externa (caso Cesare Battisti).</p>
09	<p>Uma presidenta, vários incêndios – 30/01/11 <i>A primeira semana de fevereiro será cheia de compromissos para a presidenta, com a reabertura dos trabalhos do Congresso (e a crise entre PMDB e PT), a primeira viagem internacional de Dilma, a manifestação do Supremo com relação ao caso Cesare Battisti.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (viagem à Argentina. Caso Cesare Battisti. Cúpula do Sul-países árabes). Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Ditadura.</p>
10	<p>Protocolar e sem emoção, discurso tem frases de efeito – 03/02/2011 <i>Eliane comentou sobre o discurso de Dilma na reabertura dos trabalhos do Congresso, considerando-o protocolar e sem emoção, feito para “jornalistas e parlamentares”, não demonstrou diferenças relativas ao antecessor; deu relevo às relações Sul-Sul na diplomacia brasileira (não mencionou EUA), ressaltou a necessidade de se combater a miséria e a inflação e destacou alguns programas do Governo.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Discurso de Dilma na solenidade de reabertura dos trabalhos do Congresso. Fontes: <i>Folha de S. Paulo</i>. Temas: Política Externa (Relações Sul-Sul, multilateralismo). Ações de governo (PAC; Minha Casa, minha Vida, Copa do Mundo).</p>
11	<p>Forma e conteúdo – 03/02/2011 <i>A colunista analisou a política externa brasileira delineada pelo Governo Dilma: alinhamento Sul-Sul, crítica aos EUA e Europa, defesa do multilateralismo e postura neutra sobre os conflitos árabes, ressaltando a diferença de estilo entre Dilma e Lula.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Discurso de Dilma na solenidade de reabertura dos trabalhos do Congresso. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (Relações Sul-Sul, multilateralismo, postura neutra com relação aos países árabes). Diferenças entre Dilma e Lula.</p>
12	Meritocracia e apagão – 06/02/2011	Acontecimento relacionado:

	<p><i>Comentou a irritação de Dilma com o apagão energético ocorrido no país e a decisão da presidenta em distribuir cargos do setor de acordo com critérios meritocráticos, mas ironizou o fato de terem sido destinados a aliados de José Sarney, desconstruindo a versão da presidenta.</i></p>	<p>Apagão energético. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Relação de Dilma/Governo com aliados.</p>
13	<p>Foto sem retoque – 11/02/2011 <i>A jornalista considera os anúncios de cortes no orçamento previstos para serem anunciados em breve e a aproximação da votação do salário-mínimo no Congresso como um indicador da efetiva força do Governo no parlamento.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
14	<p>Pontapé inicial – 18/02/2011 <i>A colunista destaca a “boa onda” em que vive o Governo, depois da vitória na votação do salário-mínimo (índice “zero” de traição do PMDB, boa vontade da imprensa, da população, dos empresários – bancos) e a volta dos sindicatos a uma postura mais antagônica com relação ao Governo.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Popularidade de Dilma.</p>
15	<p>Fim da quarentena – 22/02/2011 <i>A jornalista efetua uma avaliação do início do Governo comparando o comportamento de Dilma com o de Lula, mostrando algumas diferenças de estilo entre ambos e ressaltando positivamente o espaço dado por Lula à Dilma (deixando de aparecer e de opinar a respeito das questões relacionadas ao Governo). Destacou também a discrição de Dilma para permitir que as pessoas se acostumassem com a troca de comando.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Influência de Lula.</p>
16	<p>Ingleses e inglesas – 01/03/2011 <i>A jornalista comenta as medidas anunciadas pelo Governo para agradar ao mercado e à população (“milhões de eleitores miseráveis”): o anúncio de cortes no orçamento, que repercutiram positivamente no mercado, e do aumento do Bolsa Família em comemoração do Dia Internacional da Mulher. Destaca o fato de as medidas restritivas serem feitas por ministros e a “boa notícia” ser dada pela própria presidenta, o que chama de “o mesmo pacote lulista de popularidade”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Anúncio de cortes de gastos no Governo e de aumento do valor do Bolsa Família. Fontes: Não cita. Temas: Ações de Governo (corte de gastos e aumento do Bolsa Família). Comparação de Dilma com Lula. Gênero (primeira mulher presidenta).</p>
17	<p>Julho, “timing” de Jobim – 10/03/2011 <i>Eliane aborda o relacionamento entre Dilma e</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica.</p>

	<p><i>Nelson Jobim, destacando a atuação do ministro frente à Defesa, sua versatilidade e sua perda de autonomia sob o comando de Dilma. Cita também a tensão entre os militares, Dilma, a esquerda e Maria do Rosário no caso dos esclarecimentos dos crimes cometidos durante a Ditadura Militar.</i></p>	<p>Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma com Nelson Jobim. Ditadura.</p>
18	<p>Obama e Dilma – 13/03/2011 <i>Cantanhêde comenta a visita de Barack Obama ao Brasil, argumentando que o que interessa à pragmática Dilma são acordos bilaterais de comércio.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Visita de Barack Obama ao Brasil. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (visita de Barack Obama).</p>
19	<p>O gesto – 18/03/2011 <i>Avaliação sobre a visita de Obama ao Brasil, destacando o gesto do presidente americano ao visitar o país abre portas comerciais, políticas de cooperação.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Visita de Barack Obama ao Brasil. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (visita de Barack Obama). Gênero (primeira mulher presidenta).</p>
20	<p>Do útil ao agradável – 12/03/2011 <i>Eliane avalia o relacionamento de Dilma com a oposição, a partir do convite da presidenta a FHC para o jantar oferecido à Barack Obama, e da confraternização entre a presidenta e Fernando Henrique, na festa de aniversário da Folha. Analisa que a oposição encontra-se perdida, sem espaço para atuar (“claustrofóbica”) e que Dilma tem ganhado a simpatia de integrantes e eleitores da oposição.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Visita de Barack Obama ao Brasil. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (visita de Barack Obama). Relações de Dilma com a oposição.</p>
21	<p>Um governo para chamar de seu – 25/03/2011 <i>A jornalista toma voto brasileiro no Conselho de Direitos Humanos da ONU, a favor de um relator especial para analisar abusos cometidos pelo Governo do Irã, como um sinal de mudança de posicionamento do país no cenário internacional e, conseqüentemente, o que entende como uma forma de a presidenta impor uma marca própria ao seu governo.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Fontes: Jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>. Temas: Política Externa (Irã). Relações de Dilma com a oposição. Diferenças entre Dilma e Lula.</p>
22	<p>Dilminha paz, amor e arte – 27/03/2011 <i>Comenta a determinação de Dilma de criar um museu para exposição de obras de arte brasileiras do acervo do Banco Central. Demonstra a intenção da presidenta em abrir os “palácios” à população e seu intento em acabar com o clima belicoso entre o Governo e a oposição.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Relações de Dilma com a oposição.</p>

23	<p>Brasil “corrigiu seus caminhos”, diz Dilma a militares – 06/04/2011 <i>Discurso de Dilma na cerimônia de apresentação dos novos oficiais-generais do Exército em que ela é bem avaliada pelos militares e pelo Ministro da Defesa. Em seu discurso, a presidenta não mencionou a Ditadura Militar nem a Lei da Anistia.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Cerimônia de posse dos novos oficiais-generais do Exército. Fontes: Não cita. Temas: Relações de Dilma com os militares. Ditadura militar.</p>
24	<p>Seja o que Dilma quiser – 07/04/2011 <i>Eliane comenta a futura viagem de Dilma à China e eventuais constrangimentos da presidenta relativamente a atos do governo chinês que violam direitos humanos. Ressalta a situação problemática em que se encontrará a presidenta e seu estilo de estudar pessoalmente as questões e decidir por si só como atua nessas questões, dando destaque para posicionamentos que vêm marcando uma diferenciação entre Dilma e Lula no tocante à política externa.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Visita de Dilma à China. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Política Externa (viagem à China). Direitos Humanos.</p>
25	<p>A grande muralha – 10/04/2011 <i>Especula sobre três questões que devem ser tratadas por Dilma em sua visita à China: comércio bilateral entre os países e uma eventual cobrança de reciprocidade nessas relações por parte de Dilma; cúpula dos BRIC com pautas sobre votações no Conselho de Segurança a ONU e a crise financeira internacional; e a prisão do Prêmio Nobel da Paz, Liu Xiaobo o desaparecimento do artista Weiwei. O último quesito, que se trata de um problema diplomático, é relacionado a outros posicionamentos da presidente em que ela havia defendido os direitos humanos, numa postura de “rever a mania do Brasil de ficar em cima do muro”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Visita de Dilma à China. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Política Externa (viagem à China). Direitos Humanos.</p>
26	<p>2018 – 08/05/2011 <i>Movimentações do recém-criado PSD para arregimentar quadros do PSDB, do DEM e de partidos da base aliada ao Governo Dilma para disputar as eleições de São Paulo (2012). Ela especula sobre possíveis chapas e apoios para o pleito de 2012 e sobre nomes e coligações para 2018, já que, naquela época, a colunista acreditava ser difícil concorrer contra Dilma em 2014.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Eleições 2012.</p>
27	<p>Crise encerra lua de mel do governo Dilma –</p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise</p>

	<p>22/05/2011 <i>Falta de reação de Dilma diante das denúncias sobre expressivo aumento do patrimônio de Antônio Palocci marco o fim da lua de mel da presidenta com a opinião pública. Há o risco de Lula voltar ao centro da cena política, caso a presidenta não reaja.</i></p>	<p>no Governo (caso Antônio Palocci). Fontes: Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>. Temas: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Economia (indicadores negativos). Influência de Lula. Gênero (primeira mulher presidenta).</p>
28	<p>Lula sobe, Dilma desce – 26/05/2011 <i>Atuação do Governo para evitar a convocação de Palocci para dar explicações ao Congresso sobre o aumento expressivo em seu patrimônio pessoal. Nesse esforço, são identificados o recuo do Governo com relação ao “Kit anti-homofobia”. Nessa crise, o Governo começa a perder força no Congresso, entra em conflito com o PMDB e partidos da base e, de acordo com Cantanhêde, Dilma perde espaço, enquanto Lula acaba ganhando poder e sendo mais procurado que a titular do cargo.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Influência de Lula.</p>
29	<p>Se vire, Palocci! – 27/05/2011 <i>Posicionamento de Dilma com relação às denúncias sobre Palocci: ela segue o script de Lula (não se comprometer com o caso), mas pediu socorro ao ex-presidente já nesse primeiro embate, o que pode ser visto como um sinal de fraqueza.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Fontes: Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>. Temas: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Influência de Lula.</p>
30	<p>Dilma e Palocci, um enigma – 09/06/2011 <i>Eliane analisa o discurso de “despedida” de Dilma a Palocci e avalia o perfil de Gleisi Hoffman para a pasta, destacando que é uma pessoa inteligente, preparada e com gosto pela política. Acredita que ela pode ser importante para um governo que procura organicidade, personalidade e interlocução “até, ou especialmente, com os aliados”, podendo ser um marco de um recomeço do Governo Dilma. Entretanto, destaca que Gleisi é uma peça importante, mas quem “mexe no tabuleiro” é Dilma e ela “precisa treinar mais”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
31	<p>Mesmo com a saída de Palocci, Dilma não consegue frear a crise – 10/06/2011 <i>As quedas de Palocci, Luís Sérgio (Secretaria de Relações Institucionais), Marco Maia (Presidência da Câmara) e Paulo Teixeira (Liderança do PT) expôs dificuldades de Dilma</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>

	<p><i>escolher sucessores tanto por falta de quadros em seu partido, quanto por excesso de nomes (e de poder) do PMDB. Ficou ainda mais evidente a crise entre o PT e o PMDB. Dessa forma, Eliane conclui que “Dilma não está conseguindo frear a crise”.</i></p>	
32	<p>À espera do cavaleiro Lula – 12/06/2011 <i>Eliane analisa a crise entre no Governo, entre Dilma, o PT, o PMDB e a base aliada. A nomeação do “triumvirato feminino” à revelia do PT e do PMDB foram apostas arriscadas, já que não conhecem a Câmara e são tidas como “amadoras”. Eliane diz que, “como mulher”, torce para que o triumvirato tenha sucesso, mas expressa dúvidas quanto a isso. O risco é ficarem sitiadas no Palácio do Planalto “à espera do cavaleiro Lula”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Aécio Neves. Temas: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Gênero (triumvirato).</p>
33	<p>“Conversar, conversar, conversar” – 14/06/2011 <i>A jornalista comenta uma ligeira queda na avaliação positiva do Governo entre os que possuem curso superior e destaca que sua imagem deslizou de “decidida” para “democrática”, o que teria implicações simbólicas (ao que parece, expressaria maior dependência da presidenta em relação a Lula). Para Eliane, as nomeações de Gleisi e de Ideli são tentativas de Dilma dar um grito de independência e de imprimir um estilo mais composto à Presidência. Ideli se diz disposta a conversar, mas Eliane acha que isso não seria suficiente para domar PT e PMDB.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Diferenças entre Dilma e Lula. Gênero (mulher poderosa).</p>
34	<p>Tremeliques na área externa – 19/06/2011 <i>Dilma não tem gostado da atuação de Antônio Patriota à frente do Ministério das Relações Exteriores, considerada muito discreta e tímida, gerando pouca visibilidade. Recupera os casos em que Dilma teria esnobado Prêmio Nobel da Paz, Shirin Ebadi, a crise com a Itália a respeito do Caso Cesare Battisti.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Política Externa (Desempenho de Antônio Patriota. Caso Cesare Battisti).</p>
35	<p>Saindo das cordas – 24/06/2011 <i>Governo tenta tirar o foco da crise do Governo (caso Palocci), anunciando telefone fixo mais barato, ajustes nos planos de saúde, entrega de medalhas a estudantes vencedores da Olimpíada de Matemática, construção de casas populares.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Ações de governo (construção de casas populares, telefone mais barato, entrega de</p>

	<p><i>Isso, de acordo com Cantanhêde, vai deixando o episódio Palocci para trás (numa receita que ela teria aprendido com seu padrinho Lula), afastando Dilma das negociações políticas (feitas por Ideli Salvatti) e de embates com o PT (“controlado” por Lula).</i></p>	<p>medalhas da Olimpíada de Matemática). Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Relações de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
36	<p>Seis por meia dúzia – 08/07/2011 <i>Com a crise no Ministério dos Transporte, a presidenta enfrenta dificuldades de substituir Alfredo Nascimento, levando-se em conta os interesses da base aliada, em especial, do PR, e pode ser sua imagem prejudicada por não agir rapidamente para resolver o caso.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Relações de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
37	<p>Ela ou ele? – 19/07/2011 <i>Há dificuldades para Dilma tendo em vista o cenário econômico internacional conturbado e, principalmente, as crises no Governo, herdadas, inclusive, de seu antecessor. Enquanto isso, Lula volta ao cenário político, com viagens, palestras e aplausos, “nadando de braçada” nas eleições municipais de 2012. Nesse contexto, a colunista se questiona quem seria o candidato do PT às eleições de 2014, “ela ou ele?”</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Influência de Lula. Economia (crise internacional). Eleições 2012. Sucessão de Dilma.</p>
38	<p>Rebelião – 12/08/2011 <i>A jornalista comenta novamente sobre as dificuldades da presidenta no plano internacional, com o arrefecimento da crise econômica internacional, e no plano interno, com a crise no Governo e na base aliada. A chamada faxina ética promovida por Dilma desagradaria partidos da base aliada e a oposição agindo de forma a instaurar uma CPI para investigar as denúncias de irregularidades no Planalto.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: CNI/Ibope. Temas: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Economia (crise internacional). Faxina ética.</p>
39	<p>Pântano que traga ministros – 18/08/2011 <i>Com a queda do quarto ministro do Governo Dilma, Wagner Rossi (Agricultura) Cantanhêde aborda o duplo papel exercido pela presidenta. A “faxina ética” que promove no Governo, com foco na opinião pública, e sua justificativa para os partidos dos acusados de que não pode evitar as investigações e denúncias feitas por outros órgãos. Apresentando essa aparente contradição, a autora contrapõe “o terreno firme do lulismo” com “o ainda pantanoso caminho de Dilma”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Wagner Rossi). Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Faxina ética.</p>

40	<p>Tucanos caem como patinhos – 21/08/2011 <i>O bom relacionamento de Dilma com a oposição lhe atrai apoios tanto de seus adversários quanto de eleitores que votaram “contra Lula e o lulismo”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Solenidade de lançamento do programa Brasil Sem Miséria. Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo. Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Faxina ética. Relações de Dilma com a oposição.</p>
41	<p>Uma mulher na ONU – 18/09/2011 <i>Eliane especula sobre o discurso de Dilma na abertura da Assembleia Geral da ONU. Ressalta as decisões da presidenta sobre os elementos que deveriam entrar em seu discurso.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Dilma na ONU. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (Dilma na ONU). Gênero (primeira mulher na ONU, mulher que lutou contra a ditadura).</p>
42	<p>Lá em NY e aqui na real – 20/09/2011 <i>Dilma ressalta as conquistas na área da saúde no Brasil em seu discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU. A colunista demonstra, entretanto, que a situação encontra-se caótica no país, reconhecendo alguns avanços.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Dilma na ONU. Fontes: Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>. Temas: Política Externa (Dilma na ONU). Saúde. Gênero (primeira mulher presidenta).</p>
43	<p>Sem punho de rendas – 23/09/2011 <i>Em seu discurso, Dilma critica violações de direitos humanos em todos os países (citando a pena de morte e cutucando os EUA), as ações que agravam conflitos mundiais e pontua a responsabilidade dos países ricos no agravamento da crise financeira internacional, ressaltando que todos os países deveriam participar das decisões relativas à solução da crise. Defende o reconhecimento do Estado Palestino e ressalta a situação econômica favorável do Brasil.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Dilma na ONU. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (Dilma na ONU). Gênero (primeira mulher presidenta).</p>
44	<p>Ataques a países ricos foi decisão de Dilma – 24/09/2011 <i>A colunista relata a intervenção direta de Dilma na elaboração de seu discurso, sua decisão em pesar a mão na economia, responsabilizando os Estados Unidos e demais países ricos pela crise financeira internacional. Destacou também o papel do marqueteiro João Santana na inclusão de temas mais emotivos no texto, como o fato de Dilma ser a primeira mulher a abrir o evento, lembrando de seu passado como vítima de tortura pela Ditadura brasileira.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Dilma na ONU. Fontes: Não cita. Temas: Política Externa (Dilma na ONU). Gênero (primeira mulher na ONU). Ditadura (Dilma torturada).</p>
45	<p>Queda de ministro mudou perfil do comando</p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se</p>

	<p>do governo Dilma – 04/10/2011 <i>Eliane ressalta mudança no Governo Dilma com a saída de Palocci. De acordo com a colunista, Dilma não teria feito qualquer esforço para mantê-lo no cargo ou defendê-lo, deixando sua situação desenrolar à sua revelia. Para ela, Palocci era um homem forte, fundamental tanto na eleição, quanto no governo, mas é descrito pela jornalista como um político ambicioso e com enorme interlocução na área política, no empresariado e nos meios de comunicação. A jornalista argumenta que a presidenta ganhou em lealdade com as entradas de Ideli Salvatti (a pragmática) e Gleisi Hoffman (a aplicada).</i></p>	<p>aplica. Fontes: Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>. Temas: Crise no Governo (caso Antônio Palocci). Gênero (triumvirato).</p>
46	<p>O mar não está para peixes – 13/10/2011 <i>O cenário econômico nacional começa a se tornar preocupante, com redução da expectativa de crescimento e a ameaça de crescimento da inflação, gerando intranquilidade e desconfiança de empresários e investidores, e piorando o humor da população, o que é preocupante para Dilma.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Governo. CNI (Confederação Nacional da Indústria). Temas: Economia (baixa na expectativa de crescimento). Faxina ética.</p>
47	<p>Há males que vêm para bem – 20/10/2011 <i>A jornalista traça o “script” adotado por Dilma diante das denúncias de corrupção sobre seu governo: defende o ministro denunciado apenas de maneira formal e “em cima do muro”, apenas para dar satisfação à opinião pública, mas sem se empenhar em mantê-lo no cargo, deixando sua defesa a seu cargo. Diz Cantanhêde: “No governo Dilma, há uma presidente poderosa, não eminências pardas e feudos”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>. Temas: Crise no Governo. Herança de Lula (entulho lulista).</p>
48	<p>Porteira Fechada – 25/10/2011 <i>Aborda o problema da distribuição de cargos no Governo pelo esquema da “porteira fechada” aos partidos da base aliada, o que torna os setores “distribuídos” espécies de caixas-pretas fortemente propensas à corrupção. Ressalta novamente o comportamento de Dilma diante das denúncias: enfraquecer o ministro, retirar-lhe poderes e demitir assessores.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo. Relações de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
49	<p>Quem será o próximo – 27/10/2011 <i>Queda do sexto ministro do Governo Dilma, Orlando Silva, do Ministério dos Esportes é tratada pela jornalista como mais um problema</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Orlando Silva). Fontes: Portal UOL. Temas: Crise no Governo (caso</p>

	<p><i>oriundo da forma de preenchimento de cargos baseada no sistema de “porteira fechada”. A tentativa de Dilma mesclar as nomeações com indicações técnicas, segundo Cantanhêde, pode dificultar os desvios de conduta. Para Eliane, com os sucessivos escândalos, a reforma ministerial vai sendo feita aos borbotões, sem esperar por janeiro, quando “Dilma esperava, aí sim, fazer uma faxina na equipe herdada (ou imposta) por Lula e, enfim, montar o próprio governo”.</i></p>	<p>Orlando Silva). Herança de Lula. Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
50	<p>Mais dois na rede – 08/11/2011 <i>A jornalista comenta dois escândalos, um no Ministério do Trabalho outro no Governo do Distrito Federal, que atingem o Governo e o PT, respectivamente. Relata falta de opção para substituição de ambos.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Carlos Luppi). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Carlos Luppi).</p>
51	<p>Quem avisou amigo foi – 04/12/2011 <i>Decisão de Dilma de manter Carlos Luppi no Governo mesmo após recomendação da Comissão de Ética da Presidência da República de exonerar o ministro por acumular a função de presidente do PDT relaciona-se à personalidade da presidenta e à avaliação do Planalto de que o Governo não pode se pautar pela imprensa.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Carlos Luppi). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Carlos Luppi).</p>
52	<p>Conforme a música – 08/01/2012 <i>Comenta o fortalecimento de Eduardo Campos na política nacional, que se apresenta como um nome importante para a disputa eleitoral, sobretudo, de 2018. Analisa sua proximidade ao PT, ao PSDB e ao PDS, o que demonstraria a versatilidade de forças políticas que o permeiam.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Eleições 2018.</p>
53	<p>Economia sob controle facilita vida de Dilma – 22/01/2012 <i>Apresenta um cenário econômico favorável à Dilma que possui índices elevados de popularidade, o que acalma a base aliada, produz apoio no setor produtivo, tranquilidade na população e silêncio na oposição, que prefere se movimentar em suas estruturas internas a atacar um governo bem avaliado.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: DataFolha. Temas: Economia (cenário positivo). Relações de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
54	<p>O Brasil dá de ombros – 24/01/2012 <i>Mudança na política externa brasileira com relação ao Irã.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Jornal Folha de S. Paulo. Temas: Política Externa (Irã).</p>

55	<p>Dilma com Dilma – 24/02/2012 <i>A nomeação de Eleonora Menicucci para a Secretaria de Políticas para as Mulheres é vista como um gesto político de Dilma, de afirmação de um possível posicionamento de Dilma, já que a nova ministra é favorável às uniões homoafetivas, ao aborto e à investigação dos crimes cometidos durante a Ditadura Militar. Para Cantanhêde, isso sinaliza que, futuramente, Dilma terá um encontro consigo mesmo, com sua própria história, escolhendo entre convicções e as restrições políticas que lhes são impostas, no caso, cita-se o mal estar com os militares e evangélicos.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Nomeação de Eleonora Menicucci para a SPM. Fontes: Não cita. Temas: História de Dilma. Gênero (nomeação de Menicucci, aborto, primeira mulher presidenta). Relação de Dilma/Governo com base evangélica. Relação de Dilma com militares. Ditadura.</p>
56	<p>Uma vela para Deus, outra.... – 01/03/2012 <i>A nomeação de Marcelo Crivella para o Ministério da Pesca é vista como uma forma de o Governo agradar à bancada evangélica e evitar que o PRB lance Celso Russomano à prefeitura de São Paulo, já que ele liderava as pesquisas na época e representava uma ameaça à vitória de Fernando Haddad, do PT. A colunista critica o referido ministério, criado, segundo ela, para ser preenchido por nomes sem competência alguma para com a área.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Nomeação de Marcelo Crivella para o Ministério da Pesca. Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma/Governo com base evangélica. Eleições 2012. Gênero (nomeação de Menicucci, aborto).</p>
57	<p>Em pé de guerra – 09/03/2012 <i>Derrota de Dilma no Congresso é tomada como indicador de traição da base aliada, insatisfeita com o Governo por bloqueio de emendas parlamentares, distribuição de cargos no Governo e pretensões do PT de conquistar prefeituras nas eleições 2012.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Derrota do Governo no Senado. Fontes: Não cita. Temas: Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Influência de Lula. Eleições 2012.</p>
58	<p>Crise mostra a falta que Lula faz para Dilma – 14/03/2012 <i>A articulista analisa a falta que Lula faz à Dilma na condução da crise política entre o Governo e o Congresso: o PT apático, sem sair em defesa da presidenta, e os aliados ora pendendo para José Serra, ora ameaçando o Planalto. Essa situação seria responsável pela reprovação da indicação da presidenta de Bernardo Figueiredo para a direção da ANTT. De acordo com Cantanhêde, falta à presidenta traquejo e gosto pela política, o que aumentava suas dificuldades com a base aliada do Governo.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relações de Dilma/Governo com a base aliada. Influência de Lula.</p>
59	<p>Balas perdidas – 15/03/2012</p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica.</p>

	<i>Aborda a crise entre o Governo e o Congresso, destacando a insatisfação de parte do PT e do PMDB com Dilma. A discussão gira em torno da disputa pela presidência das casas legislativas federais e o acordo entre o PT e o PMDB de que este último assumira a presidência de ambas em 2013.</i>	aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relações de Dilma/Governo com a base aliada.
60	Sem pressão, sem “lide” – 27/03/2012 <i>A entrevista dada por Dilma à revista Veja foi considerada fria, sem emoção e sem novidades pela jornalista, típica de uma presidenta técnica e não política.</i>	Acontecimento relacionado: Entrevista de Dilma à <i>Veja</i> . Fontes: Revista <i>Veja</i> . Tema: Desempenho de Dilma.
61	Candidatos, tremei! – 30/03/2012 <i>Especulação sobre a volta de Lula ao cenário político tanto para auxiliar Dilma com relação à crise com o Congresso (PT e PMDB), quanto para trabalhar em prol da eleição de Haddad em São Paulo.</i>	Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Tema: Influência de Lula. Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Eleições 2012.

Anexo 4: Mapeamento Temático – Dora Kramer

	Título – Data – Síntese	Temas
01	<p>Amplo, geral e restrito – 02/01/2011 <i>Discurso de posse de Dilma: sem novidades, meramente cerimonioso, sem imprimir uma marca pessoal da presidenta ou indicar rumos de seu governo, falando genericamente de tudo um pouco. Destacou que a presidenta se comprometeu a pautar seu governo pela justiça social, criatividade, conhecimento e moralidade, “os dois últimos bastante desprezados nos últimos anos”, transparecendo, de acordo com a analista, “vontade genuína de, sem dizer, acertar onde Lula mais errou”. A articulista também menciona a crise entre Itália e Brasil relativa ao caso de extradição de Cesare Battisti.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Posse de Dilma Rousseff. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Política Externa (Caso Cesare Battisti). Gênero (primeira mulher).</p>
02	<p>Questão de estilo – 09/01/2011 <i>Estilo de Dilma: assessores caracterizam-na como discreta, formal, disciplinada, pontual, detalhista. Gosta de assuntos administrativos e cobra metas. A articulista comenta que há integrantes do Governo que dizem que “ninguém aguenta mais”, referindo-se ao jeito de Lula. Como Dilma não tem o carisma do ex-presidente, deverá ser mais cobrada por resultados, sem poder se valer de apoios emocionais, como fazia seu antecessor.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Características de Dilma.</p>
03	<p>A regra do jogo – 14/01/2011 <i>Estilo de Dilma: sua diferença com relação à Lula leva a articulista a questionar se ela teria mesmo a influência que dizia ter no Governo Lula, tão propalada na campanha eleitoral, já que fazia “tudo diferente” de seu antecessor”. Vê positivamente a ida de Dilma ao Rio para visitar as áreas atingidas por desmoronamentos de terras e discute sua escolha pelo termo “presidenta”, afirmando que trata-se de uma idiossincrasia vã, já que não será isso que afirmará sua condição feminina nem determinará o sucesso de seu governo.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: 1ª reunião ministerial de Dilma. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Ações de governo (visita de Dilma ao Rio). Gênero (escolha pelo termo “presidenta”).</p>
04	<p>Mera constatação – 03/02/2011 <i>O discurso de Dilma na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional foi permeado de</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Discurso de Dilma na abertura dos trabalhos do Congresso.</p>

	<p><i>constatações óbvias. Em vez de marcar a posição de seu governo, sua visão de Brasil e os objetivos e metas que pretende alcançar. De acordo com a articulista, Dilma se restringiu à exaltação de feitos do passado, a exposição de diagnósticos e a proposições genéricas (como erradicação da miséria, ampliação das oportunidades e política econômica consistente). As outras notas da coluna referem-se às disputas pelas presidências da Câmara e do Senado, à conquista da 1ª Secretaria do Senado pelo PSDB, e à tentativa de José Sarney de emplacar Renan Calheiros como seu sucessor na presidência do Senado.</i></p>	<p>Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Formação da maioria no Congresso.</p>
05	<p>Sob nova (?) direção – 17/02/2011 <i>Dilma imprime um estilo próprio ao Governo, sendo muito elogiada tanto na forma como no conteúdo. O quadro apresentado pela articulista refere-se à diferença do comportamento da presidenta com relação a seu antecessor, parecendo, nos dizeres de Dora Kramer, “fruto de outra árvore, que chegou à Presidência depois de uma longa vida de serviços prestados à política e à construção de uma candidatura por esforço próprio”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Anúncio de cortes de despesas do Governo. Fontes: não cita. Temas: Relação com base aliada. Diferenças entre Dilma e Lula. Características de Dilma.</p>
06	<p>Casa grande e senzala – 20/02/2011 <i>Analisa a vitória do Governo na votação do valor do novo salário-mínimo e a maneira pela qual o Governo Dilma intimida integrantes de sua base de sustentação no Congresso para votar conforme os interesses do Governo. Noutra nota, destaca o depoimento do ex-presidente Lula sobre os cortes anunciados por Dilma como sendo quase tão fortes quanto os que o ex-presidente fez quando assumiu o Governo em 2003. Porém, a jornalista destaca o fato de que, em 2003, Lula dizia que os cortes haviam sido realizados por causa da herança maldita do Governo FHC, questionando-se se os anunciados por Dilma não seriam também resultantes de uma herança maldita.</i></p>	<p>Acontecimentos relacionados: Vitória do Governo na votação do novo valor do salário-mínimo. Fontes: não cita. Temas: Relação de Dilma com a base aliada. Corrupção/irregularidades no Governo. Governo Lula (herança maldita).</p>
07	<p>União estável – 24/03/2011 <i>Analisa as críticas de Lula sobre as comparações feitas entre ele e Dilma, ressaltando que ele deveria ficar feliz com os elogios à sua sucessora e criatura eleitoral, em vez de se mostrar insatisfeito com as críticas à</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: não se aplica. Fontes: não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Política Externa (mudança na forma de gestão do Itamaraty).</p>

	<i>gestão anterior. Diferenças com relação ao comportamento deles no cargo e à condução da política de direitos humanos, à resolução de desavenças internas, presença da presidenta em tragédias, relacionamento com a imprensa e com adversários.</i>	
08	<p>Itamaraty, o retorno – 27/03/2011 <i>A articulista aborda o que denomina ser a “volta à normalidade” da política externa brasileira, a partir do voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU favorável ao envio de relator especial para o caso de abusos cometidos pelo governo do Irã. De acordo com Dora Kramer, isso sinaliza não divergências entre Lula e Dilma, mas o retorno à tradicional forma de atuação do Itamaraty de defesa de prefeitos nacionais coerentes com seus posicionamentos internos (no caso, a defesa dos direitos humanos).</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU contra o Irã. Fontes: Temas: Diferenças entre Dilma e Lula. Governo Lula. Política Externa (voto do Brasil na ONU).</p>
09	<p>Patrimônio nacional – 12/04/2011 <i>O aumento dos preços começa a preocupar analistas com a possibilidade do retorno da inflação, cujo controle é tido com um “patrimônio nacional” pois “foi responsável por tudo de bom que aconteceu no Brasil em termos econômicos e sociais”. O sucesso de Lula deveu-se à preservação da política econômica e das condições internacionais favoráveis. Mas o afrouxamento nos gastos e os estímulos dados pelo Governo Lula deveriam ter sido reavaliados com a crise internacional de 2008, o que não foi feito, tendo-se em vista o projeto de poder do PT. A ameaça de retorno da inflação seria uma herança maldita de Lula.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: não se aplica. Fontes: não cita. Temas: Economia (ameaça de retorno da inflação).</p>
10	<p>Favas contadas – 19/04/2011 <i>Prenúncio de uma crise entre o Governo e o Congresso, em especial, a base aliada, incluindo-se o PT. “O estilo objetivo de Dilma, festejado exatamente por privilegiar o mundo do trabalho em detrimento do emocionalismo tão ao gosto do antecessor, não tem feito o mesmo sucesso entre seus aliados no Parlamento”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: não se aplica. Fontes: não cita. Temas: Características de Dilma. Diferenças entre Dilma e Lula. Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
11	<p>Casal 20 – 24/04/2011 <i>Enquanto Dilma atua no Governo, Lula se ocupa da política. Ela vai ganhando simpatia de uma parte do eleitorado avessa à Lula, e este cuida</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: não se aplica. Fontes: não cita. Temas: Projeto de poder do PT</p>

	<i>da articulação política do PT para as eleições municipais de 2012 e na sociedade com o debate sobre a reforma política, defendendo ideias que atendem a interesses do partido em seu projeto de 20 anos no poder.</i>	(papel de Dilma e de Lula), influência de Lula.
12	Gerente intransigente – 18/05/2011 <i>Analisa o risco de Dilma perder sua imagem de gerente intransigente com comportamentos inadequados de integrantes de seu Governo, citando o caso de Palocci. Para a articulista, basta que o ministro forneça explicações sobre seu enriquecimento expressivo para que sua posição no Governo seja sustentada, já que, ao que parece e pelas declarações até então fornecidas pelo Planalto, não havia nada o que ser investigado.</i>	Acontecimento relacionado: Caso Palocci. Fontes: Folha de S. Paulo. Temas: Crise no Governo (Caso Palocci).
13	Origens da crise – 03/06/2011 <i>A crise no Governo com o caso Palocci expõe disputas de poder dentro do próprio PT e com a base aliada. Enquanto Dilma atua distante da crise e de forma a conseguir simpatia de parte do eleitorado refratário a Lula, este se mobiliza em bastidores para controlar o PT e os aliados. Fala-se na inabilidade da presidenta para tratar das negociações políticas e de sustentação do Governo. A colunista também tratou de um telefonema que teria sido dado por Palocci ao vice-presidente Michel Temer para ameaçar o PMDB por desobediência.</i>	Acontecimento relacionado: Caso Palocci. Fontes: “dois aliados de peso, sem nenhum interesse no desgaste político do governo”. Temas: Crise no Governo (caso Palocci). Relação com base aliada, influência de Lula.
14	Sem mais delongas – 07/06/2011 <i>Dilma titubeia em decidir os rumos de Palocci em seu Governo, o que pode prolongar a crise e provocar desconfiança na opinião pública. Isso abala a credibilidade que vinha conquistando.</i>	Acontecimento relacionado: Caso Palocci. Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Palocci). Relação com base aliada, influência de Lula.
15	Pedagogia do amém – 10/06/2011 <i>Dilma demonstra inabilidade política para lidar com sua base aliada, tratando com autoritarismo e desdém o PMDB, seu principal parceiro no Congresso, o que evidencia seu desconhecimento (ou desprezo) das regras do jogo. Em outra nota, a articulista, considera que o Brasil acabou ficando desnecessariamente exposto a constrangimento internacional no caso da extradição de Cesare Battisti.</i>	Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma/Governo com base aliada. Política Externa (caso Cesare Battisti).
16	Flores na entressafra – 15/06/2011	Acontecimento relacionado: Envio

<p><i>Dilma Rousseff envia uma carta de felicitações a Fernando Henrique Cardoso pelo seu aniversário. O gesto é bem recebido pelo PSDB, já que a presidenta, em sua mensagem, afirma ter sido FCH um “presidenta fantástico”, mas a articulista considera que, para o PT, o gesto é bem-visto pela projeção de uma imagem positiva de Dilma. De acordo com Dora Kramer, Lula, que é “quem manda no PT”, continuará a agir de forma a desconstruir o governo FH, tendo-se em vista os processos eleitorais e suas lógicas de disputa e combate. Dessa forma, o PT continuará a negar a “verdade dos fatos” ao criticar o governo tucano. Noutra nota, ela aborda a falta de reconhecimento e legitimidade de Ideli Salvatti perante os deputados e senadores que a tratam com impaciência e má vontade.</i></p>	<p>de carta de Dilma à Fernando Henrique Cardoso pelo seu aniversário de 80 anos. Fontes: Não cita. Temas: Relação com oposição. Influência de Lula. Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
<p>17 Medo de água fria – 06/07/2011 <i>A atuação de Dilma diante da crise deflagrada pelas denúncias de corrupção no Ministério dos Transportes, comandado por Alfredo Nascimento, pode colocar o Governo em pé de guerra com o PMDB. Dilma age sem consultar seu principal aliado e pode correr o risco de vê-lo voltar-se contra o Planalto. Lembra-se a jornalista que o mensalão surgiu justamente por parte de apoiadores do Governo Lula que se sentiram insatisfeitos com o mesmo. Noutra nota, a colunista aborda a relação entre Dilma e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, tomando uma declaração do ministro em que ele disse que Fernando Henrique Cardoso nunca havia levantado a voz para ninguém, o que acabou atingindo indiretamente Dilma.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Caso Alfredo Nascimento. Fontes: Revista <i>Veja</i>. Assessoria do Planalto. Temas: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Relação de Dilma com Nelson Jobim.</p>
<p>18 Tristeza não tem fim – 14/07/2011 <i>A atitude de Dilma diante das crises por que vem passando o Governo têm sido demoradas e incoerentes. Ora demora para tomar atitude, aguarda caso esfriar na imprensa, ora apoia para logo em seguida demitir suspeitos. A jornalista critica a falta de atitude da presidenta, revidando a declaração da presidenta de que fica triste com “muita coisa que acontece em seu governo” com uma cobrança por coerência. Dessa forma, a presidenta acaba deixando cair por terra sua fama de enérgica e colocando sob</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Fontes: Recente entrevista de rádio. Revista <i>Veja</i>. Temas: Crise no Governo. Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>

	<i>suspeita seu poder de decisão. Em outra nota, critica a festa dada pelo PMDB e PT para celebrar a parceria entre os partidos, tratando de maneira infantil a crise que abate ambos.</i>	
19	<p>Mil e uma utilidades – 19/07/2011 <i>Lula modificou sua atitude diante das crises pelas quais vem passando o Governo. Num primeiro momento, colocou-se como principal interlocutor de Dilma junto a partidos da base aliada. Isso contribuiu para o enfraquecimento da imagem da presidenta. Após essa avaliação, ele teria mudado de atitude, passando a criar “realidades paralelas” em aparições públicas, “chamando a atenção das massas” e desviando a atenção dos fatos, como foi o caso de sua participação nos congressos da UNE e da UGT, onde criticou a imprensa e as elites.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Influência de Lula. Projeto de poder do PT.</p>
20	<p>A cruz e a espada – 21/07/2011 <i>Dora Kramer analisa a atuação de Dilma diante das denúncias de corrupção em seu Governo, questionando se a presidenta agiria no intento de maquiagem a situação ou se estaria efetivamente tentando modificar a relação entre Governo e Congresso/Base Aliada no sentido de “dar um salto de qualidade na democracia representativa”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento).</p>
21	<p>Lá se vão os anéis – 27/07/2011 <i>As demissões efetuadas por Dilma são questionadas pela articulista frente a declarações do Governo de que ações penais serão movidas “caso” se comprovem as irregularidades. Avalia a jornalista que a faxina promovida pela presidenta, se não for seguida de inquéritos e processos judiciais, serão levianas e apenas de fachada.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Alfredo Nascimento). Faxina ética. Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
22	<p>Jogo das carapuças – 28/07/2011 <i>O PMDB reage às declarações do Governo de que o partido teria um tratamento diferenciado do dispensado ao PR em eventuais denúncias de irregularidades nas pastas controladas por peemedebistas. A reação foi vazada na imprensa antes de ser oficializada pelo partido, uma carta em que este afirma que o trabalho dos órgãos de controle deve se dar independente de questões políticas. Na avaliação do PMDB, o Governo e Dilma tentam usar o partido de forma a agregar</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo. Fontes: Imprensa. Temas: Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Crise no Governo.</p>

	<i>à imagem da presidenta a referência ao combate à corrupção, em construção desde as demissões realizadas no Ministério dos Transportes.</i>	
23	<p>Prova dos nove – 17/08/2011 <i>Proposta de criação de uma comissão suprapartidária contra a corrupção e a impunidade, apresentada pelo senador Pedro Simon, tem baixíssima adesão dos demais senadores, inclusive os governistas. De acordo com a colunista, isso demonstra a baixa preocupação dos parlamentares em aprimorar (moralizar) as relações entre o Congresso e o Governo.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Faxina ética. Crise no Governo. Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Faxina ética.</p>
24	<p>Sem pai nem mãe – 21/08/2011 <i>A jornalista considera que a diferença entre Lula e Dilma na condução das denúncias de corrupção do Governo é mais de estilo do que de atitude. Ela evita dar declarações públicas sobre os casos, mas aguarda o desfecho dos fatos em vez de se imbuir da iniciativa das providências. Nesse sentido, a colunista diz que a tal “faxina ética” foi muito mais uma leitura da imprensa do que um discurso do PT ou de Dilma. Para Dora, “O que falta à presidente não é ‘habilidade política’ para dar conta da empreitada. Falta método, clareza e a troca da reação pela iniciativa da ação. Começando por apresentar ao País suas credenciais, explicando quais são suas ideias a respeito do que seja necessário em termos de mudança de procedimentos para a construção de um governo de coalizão dentro dos marcos estritos da legalidade”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo. Faxina ética. Diferenças entre Dilma e Lula. Faxina ética.</p>
25	<p>Fruta de entressafra – 23/08/2011 <i>A aproximação entre Dilma e FHC não representa alinhamento político, mas uma forma de Dilma se aproximar de parte do eleitorado que é crítico a Lula. Ademais, as regras de atuação do PT são ditadas por Lula, que tem o partido e aliados na mão. Dilma não tem autonomia para tanto e foi escolhida justamente para render obediências a seu mentor.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma com a oposição. Ações de governo (lançamento do Brasil sem Miséria). Política Externa (visita de Barack Obama). Projeto de poder do PT. Faxina ética.</p>
26	<p>Era vidro e se quebrou – 26/08/2011 <i>O recuo da presidenta na chamada faxina ética, ao anunciar aos partidos aliados que não fará mais demissões no Governo, é criticado pela colunista que argumenta que o Governo deverá</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Faxina ética. Relação de Dilma/Governo com base aliada.</p>

	<p><i>se explicar para uma parcela significativa da população que vinha manifestando apoio à presidenta por causa das demissões. Sinaliza que a presidenta pode não ter conseguido levar em frente a limpeza por falta de planejamento e controle, muito menos do que pressão do Congresso, já que este encontra-se subordinado aos interesses do Governo. Cita FHC que a despeito de opositores no Congresso conseguiu aprovar a privatização das empresas de telecomunicações com “método, tempo, poder de comando, capacidade de convencimento e foco na meta”.</i></p>	
27	<p>Muita sede ao pote – 31/08/2011 <i>A relação entre Congresso e o Governo mudou com Dilma. Os parlamentares, na avaliação de Dilma, estão sendo implacáveis em suas demandas, muito mais do que eram com Lula. Eles não têm respeitado nem o chamado “ciclo da política” em que as demandas costumam ser mais atendidas em períodos pré-eleitorais, respeitando-se o tempo da “entressafra”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Relação de Dilma/Governo com base aliada.</p>
28	<p>Em outras palavras – 02/10/2011 <i>Dilma se pronuncia sobre a recriação da CPMF para financiar a saúde, após declarações da ministra Ideli Salvatti de que o Governo iria propor sua votação no Congresso em 2012. A presidenta, de forma a amenizar as críticas, disse que, primeiro, o Governo implementaria medidas para melhorar os serviços de saúde no país e que, depois, com a anuência da própria população, proporia a volta do imposto para financiar e garantir a continuidade das melhorias. Dora Kramer acredita que isso seria feito por propaganda milionária e enganosa do Governo em que este convocaria a população “a fazer sua parte”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Ações de governo (recriação da CPMF).</p>
29	<p>Ser e também parecer – 18/10/2011 <i>As denúncias de corrupção que recaíram sobre o ministro dos Esportes, Orlando Silva, são uma oportunidade para Dilma modificar sua atuação frente a esse tipo de episódio, levando as investigações a cabo e aproveitando para elevar ao cargo um nome com legitimidade e confiança, já que está em jogo a realização da Copa do Mundo, o que pode ter implicações sérias para o Governo. Conforme Dora Kramer, “apareceu</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Orlando Silva). Governo Lula. Diferenças entre Dilma e Lula. Faxina ética.</p>

	<p><i>uma oportunidade para o governo começar a acertar o passo na formatação da Copa de 2014. É decisão da presidente: pode aproveitá-la ou deixar passar a chance de se afirmar”.</i></p>	
30	<p>A primeira vítima – 19/10/2011 <i>O ministro dos Esportes, Orlando Silva, é convocado a prestar esclarecimentos no Congresso Nacional, frente às declarações de subordinado seu, colega de partido, à oposição sobre irregularidades no Ministério. Dilma, em viagem, é questionada sobre suas expectativas sobre o discurso de Orlando no Congresso, ficando, segundo a colunista, irritada com a insistência dos jornalistas com o caso.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Orlando Silva). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Orlando Silva). Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
31	<p>Mau conselho – 26/10/2011 <i>Dilma perdeu o timing da demissão de Orlando Silva, ficando a reboque dos acontecimentos. O Supremo abriu inquérito contra o ministro e sua demissão tornou-se praticamente obrigatória. Dora Kramer levanta a hipótese de um mal assessoramento de Dilma. Noutra nota, informa que declarações de assessores presidenciais demonstram a mudança nas opiniões de Dilma e Lula sobre Orlando Silva, primeiro, contrárias ao Governo ficar refém de denunciamentos, e, depois, preocupados com o volume de denúncias. Argumenta a jornalista que a mudança resulta da experiência de ambos (Lula e Dilma) em reconhecer a mudança do cenário político, mas alerta para o desleixo ou cumplicidade de ambos com relação ao caso. Numa terceira nota, trata pontualmente de uma suposta declaração de Dilma de que em janeiro próximo ela acabaria com a nomeação para ministérios como feudos, “como se a existência do tal critério não fosse em si um escândalo e também uma distorção da delegação que a população dá ao governante para conduzir a elaboração e execução de políticas públicas por meio dos ministérios”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Orlando Silva). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Orlando Silva). Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
32	<p>Serial crise – 27/10/2011 <i>A queda do sexto ministro do Governo Dilma, em vez de ser entendido como “intolerância” da presidenta aos malfeitos, é vista como a falha da presidenta em escolher seus auxiliares, sem a imposição de quaisquer critérios para as indicações partidárias, mas sobretudo como um governo que “nasceu velho, carcomido de vícios</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Orlando Silva). Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo (caso Orlando Silva).</p>

	<p><i>herdados e que foram aprofundados ao longo dos oito anos de gestão Lula e mantidos inalterados”. Para ela, engana-se o Governo ao acreditar que as pesquisas de popularidade que conferem a Dilma e Lula índices positivos de avaliação, indiquem que nada precisa ser mudado. Na segunda nota, aborda o documentário “Tancredo, a Travessia”, que trata de uma época em que política era coisa de profissional, no bom sentido, com o mérito de mostrar a juventude que há uma outra forma de se fazer política.</i></p>	
33	<p>Roncos da reação – 17/11/2011 <i>A intenção de Dilma reduzir o número de ministérios na próxima reforma do governo é bem-vista pela articulista, que já destaca reações do PT contrárias à extinção de pastas ligadas a conquistas de movimentos sociais. A suposta faxina ética promovida por Dilma, de acordo com a articulista, ainda tem preocupado o partido com relação a comparações ao Governo Lula que, nesse caso, ficaria com a alcunha de “corrupto”. Noutra nota, aborda a ida do ministro do Trabalho, Carlos Luppí, ao Planalto e ao Congresso para prestar explicações sobre denúncias de corrupção no ministério.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Imprensa (“dias atrás foi noticiado....”) Temas: Reforma ministerial. Faxina ética. Diferenças entre Dilma e Lula. Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
34	<p>Tira, põe, deixa ficar – 20/11/2011 <i>Aborda as decisões ambíguas de Dilma sobre várias temáticas (elencando uma série de casos) em que a presidenta com a mesma assertividade que anuncia alguma medida, volta atrás: “pressionada, Dilma avança ou recua nem sempre tomando a resolução que seria a mais adequada, mas sim aquela que as circunstâncias a obrigam a tomar”. Cita a votação do Código Florestal, o pagamento de emendas parlamentares e as sucessivas crises em seus ministérios.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Crise no Governo. Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>
35	<p>De cabeça para baixo – 22/11/2011 <i>A reunião do PDT para decidir de Carlos Luppí permanece à frente do Ministério do Trabalho, após a publicação de denúncias de irregularidades no ministério, aguça a crítica de Dora Kramer com o despropósito de uma reunião desse tipo: “Em que momento a Nação dormiu e não testemunhou a transferência dessa delegação de Dilma Rousseff para o PDT?”.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Carlos Luppí). Fontes: Jornais Valor Econômico e Estado de S. Paulo. Temas: Crise no Governo (caso Carlos Luppí). Relação de Dilma/Governo com a base aliada.</p>

	<i>Com esse fato em mãos, afirma que a presidenta parece ser governada pelos partidos, em vez de ocorrer o contrário.</i>	
36	<p>A mansidão da leoa – 02/12/2011 <i>Dora Kramer critica a reação de Dilma à recomendação da Comissão de Ética da Presidência da República sobre a demissão de Carlos Luppí. Ao desconsiderar a Comissão, a presidenta acaba por não fazer jus à sua fama de durona, preferindo seguir a cartilha de Lula e desconsiderar as denúncias. Com isso, perde credibilidade.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Carlos Luppí). Fontes: Jornal Folha de S. Paulo. Temas: Crise no Governo (caso Carlos Luppí). Relação de Dilma com a base aliada.</p>
37	<p>Ato de omissão – 04/12/2011 <i>Mais uma vez Dora Kramer volta a questionar a autoridade de Dilma Rousseff referente à crise no Ministério do Trabalho. Sua demora em agir é vista sob o prisma eleitoral, já que enquanto o ministro é alvo de críticas e denúncias, outros ministérios e o desempenho do Governo ficam à margem de avaliações públicas, citando o desempenho do ministro da Educação, Fernando Haddad que, caso avaliado, poderia ter problemas com sua candidatura em São Paulo: “O governo tem como aliados a memória curta e a visão turva da maioria. Sem contar a sorte de não ter nos calcanhares uma oposição contundente nem viver numa sociedade mais exigente, onde a compreensão sobre o papel e as obrigações constitucionais do chefe já teria posto em relevo a questão principal que é o flerte da presidente com o crime de responsabilidade.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Crise no Governo (caso Carlos Luppí). Fontes: Assessoria presidencial. Temas: Crise no Governo (caso Carlos Luppí). Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Diferenças entre Dilma e Lula.</p>
38	<p>Mulheres de antenas – 06/12/2011 <i>Acionando a condição de gênero de Dilma, a articulista argumenta que Dilma faria jus a ideia de que as mulheres possuem maior rigor na vida pública, tomando como exemplos a presidenta do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon, e da conselheira da Comissão de Ética Pública, Marília Muricy. Dessa forma, demonstra esperança de que Dilma faça a diferença e promova uma reforma de conteúdo em sua equipe, em janeiro.</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não citou. Temas: Gênero (rigor na vida pública, primeira mulher). Faxina ética. Reforma ministerial. Crise no Governo.</p>
39	<p>Convidada de honra – 14/12/2011 <i>Dilma é considerada convidada de honra no PT, sem autoridade e intimidade com o partido. Por isso, enfrentará dificuldades em promover</i></p>	<p>Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: “Um ministro”. Jornal <i>Valor Econômico</i>. Assessoria da</p>

	<i>reformas que impliquem em perda de cargos de petistas e a descompatibilização com o modo petista de governar impresso por Lula.</i>	Presidência da República. Temas: Reforma ministerial. Influência de Lula. Relação de Dilma/Governo com a base aliada.
40	Modo de usar – 18/12/2011 <i>Considerando o nível de popularidade de Dilma, nunca experimentado por seus antecessores nas mesmas condições, Dora Kramer alerta para que a presidenta não use de sua boa avaliação para se comportar de forma autoritária, sem considerar críticas a seu Governo. Aborda, mais uma vez, a reforma ministerial, dizendo que, caso use sua popularidade para adotar novos critérios de nomeação de ministros, terá usado seu prestígio para o bem coletivo.</i>	Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Reforma ministerial. Faxina ética.
41	Na curva – 20/12/2011 <i>O tom da entrevista de balanço dada por Dilma não agradou aos partidos. Ela teria dito que não aceitaria interferências de partidos em seu Governo, o que soou como desdém. Para a colunista, eles podem negar apoio futuro ou numa situação em que a popularidade do Governo não esteja mais em alta. Diz que eles devem muito a Lula mas, de Dilma, são credores.</i>	Acontecimento relacionado: Entrevista de balanço do ano concedida por Dilma. Fontes: Não cita. Temas: Reforma ministerial. Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Diferenças entre Dilma e Lula.
42	Casa de concordância – 08/01/2012 <i>Dilma possui índices elevados de popularidade e uma maioria no Congresso nunca vista depois da redemocratização. Para a jornalista, isso mostra que o Congresso perde seu aspecto de pluralidade das vozes da sociedade, a oposição passa a ser dizimada e o que contraditório é subtraído do parlamento. Numa nota, cita que, para o PMDB, não haveria reforma.</i>	Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> . Temas: Relação de Dilma/Governo com a base aliada. Reforma ministerial.
43	O Parto da montanha – 19/01/2012 <i>Em vez de anunciar uma reforma ministerial, Dilma realiza algumas mudanças pontuais e marca uma reunião ministerial para comunicar cortes no orçamento, anunciar metas de gestão e reformulação de programas setoriais. De acordo com a colunista, em ano eleitoral, seria temerário mudar as regras do jogo das distribuições de cargos.</i>	Acontecimento relacionado: Reunião ministerial de início de ano. Fontes: Não cita. Temas: Reforma ministerial. Eleições municipais. Relação de Dilma/Governo com a base aliada.
44	Muito além do estilo – 21/01/2012 <i>Aborda as diferenças entre Lula e Dilma. Acredita ser equivocada a visão de que os dois diferenciam-se sob o ponto de vista de atitudes.</i>	Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Diferenças entre Dilma e

	<i>Para ela, eles teriam diferenças apenas no estilo, mas agiriam de acordo com o mesmo padrão (fundamento).</i>	Lula. Política Externa (caso Yoani Sanchez). Crise no Governo. Eleições municipais.
45	Dito pelo não dito – 01/02/2012 <i>A jornalista critica a postura de Dilma com relação aos direitos humanos. Embora algumas avaliações da presidenta tenham enaltecido sua atuação nessa área, sua falta de atenção com o regime Castro em Cuba mostra que seus discursos são mera tergiversação. Para a articulista, em vez de ser aplaudida por não falar demais, ela acaba falando de menos (citou outros casos, como as crises no Governo, em que não deu sua opinião, podendo mudar de posição sem muitos constrangimentos, já que não se havia se posicionado a respeito).</i>	Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Jornal <i>Valor Econômico</i> . Temas: Política Externa (Direitos Humanos, Relações com Cuba).
46	Participação nos lucros – 06/03/2012 <i>Nas eleições municipais de 2012, mais importante que a presença de Dilma, será a associação dos candidatos da base de apoio ao Governo. Em que pese a capacidade de atrair votos de Dilma e, sobretudo, de Lula, a jornalista informa que para os integrantes do PMDB, o que se quer é partilhar os lucros de ser governo. Noutra nota, destaca-se a insatisfação do PMDB com o PT e, por último, a tensão entre militares e o Planalto.</i>	Acontecimento relacionado: Não se aplica. Fontes: Não cita. Temas: Eleições municipais. Relação de Dilma/Governo com base aliada. Diferenças entre Dilma e Lula. Relações de Dilma com militares. Ditadura.
47	A crise viajou? – 27/03/2012 <i>Referindo-se a uma entrevista que Dilma Rousseff teria dado à revista Veja, Dora Kramer analisa sua relação com o Congresso problematizando se ela não seria baseada na intimidação e na proeminência do Executivo. Nesse caso, argumenta que em pouco tempo poderiam surgir vozes a pregar o fim do Legislativo, dada sua inutilidade.</i>	Acontecimento relacionado: Entrevista de Dilma à revista <i>Veja</i> . Fontes: Revista <i>Veja</i> . Temas: Relação de Dilma/Governo com a base aliada.
48	Palpite infeliz – 29/03/2012 <i>A colunista critica a tentativa de interferência do Governo nas eleições para as presidências da Câmara e do Senado, tratando do assunto como um abuso das prerrogativas do Executivo e como manobra do Planalto para garantir seus objetivos.</i>	Acontecimento relacionado: Eleições para as presidências da Câmara dos Deputados e para o Senado Federal. Fontes: Não cita. Temas: Relações de Dilma/Governo com o Congresso. Relações de Dilma/Governo com a base aliada.